

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA “JÚLIO DE MESQUITA FILHO”
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DOCÊNCIA PARA
A EDUCAÇÃO BÁSICA

**A HONESTIDADE COMO VALOR MORAL: UMA CONSTRUÇÃO POSSÍVEL E
NECESSÁRIA NA ESCOLA**

PATRÍCIA ELISABETH FERREIRA

BAURU
2018

PATRÍCIA ELISABETH FERREIRA

**A HONESTIDADE COMO VALOR MORAL: UMA CONSTRUÇÃO POSSÍVEL E
NECESSÁRIA NA ESCOLA**

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Mestre a Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho – Faculdade de Ciências, Campus de Bauru – Programa de Pós-graduação em Docência para a Educação Básica, sob orientação da Profa. Dra. Rita Melissa Lepre.

BAURU
2018

Ferreira, Patrícia Elisabeth.

A honestidade como valor moral: uma construção possível e necessária na escola / Patrícia Elisabeth Ferreira, 2018
186 f.

Orientadora: Rita Melissa Lepre

Dissertação (Mestrado)—Universidade Estadual Paulista. Faculdade de Ciências, Bauru, 2018

1. Formação moral autônoma. 2. Escola. 3. Honestidade. 4. Programa de intervenção. I. Universidade Estadual Paulista. Faculdade de Ciências. II. Título.

ATA DA DEFESA PÚBLICA DA DISSERTAÇÃO DE MESTRADO DE PATRÍCIA ELISABETH FERREIRA, DISCENTE DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DOCÊNCIA PARA A EDUCAÇÃO BÁSICA, DA FACULDADE DE CIÊNCIAS - CÂMPUS DE BAURU.

Aos 17 dias do mês de dezembro do ano de 2018, às 14:00 horas, no(a) Sala de Videoconferência do IPMET, reuniu-se a Comissão Examinadora da Defesa Pública, composta pelos seguintes membros:

Profa. Dra. RITA MELISSA LEPRE - Orientador(a) do(a) Departamento de Educação / Universidade Estadual Paulista (Unesp), Faculdade de Ciências, Bauru e Programa de Pós-Graduação em Psicologia / Universidade Estadual Paulista (Unesp), Faculdade de Ciências e Letras, Assis, Profa. Dra. MARCIA CRISTINA DE OLIVEIRA MELLO do(a) Curso de Geografia / Unidade de Ourinhos - Unesp / Unesp - Ourinhos, Profa. Dra. PATRICIA UNGER RAPHAEL BATAGLIA do(a) Departamento de Psicologia da Educação e Programa de Pós-graduação em Educação / Universidade Estadual Paulista (Unesp), Faculdade de Filosofia e Ciências, Marília, sob a presidência do primeiro, a fim de proceder a arguição pública da DISSERTAÇÃO DE MESTRADO de PATRÍCIA ELISABETH FERREIRA, intitulada "A HONESTIDADE COMO VALOR MORAL: UMA CONSTRUÇÃO POSSÍVEL E NECESSÁRIA NA ESCOLA" E PRODUTO EDUCACIONAL "PINÓQUIO EM: QUERO SER UM MENINO DE VERDADE!". Após a exposição, a discente foi arguida oralmente pelos membros da Comissão Examinadora, tendo recebido o conceito final: APROVADA. Nada mais havendo, foi lavrada a presente ata, que após lida e aprovada, foi assinada pelos membros da Comissão Examinadora.


Profa. Dra. RITA MELISSA LEPRE


Profa. Dra. MARCIA CRISTINA DE OLIVEIRA MELLO

 
Profa. Dra. PATRICIA UNGER RAPHAEL BATAGLIA

DEDICATÓRIA

Este trabalho é fruto de muito estudo, esforço e determinação.

Dedico estas páginas a meu esposo Sérgio Flora, companheiro e amigo, pelo apoio incondicional, incentivo e principalmente pela compreensão nos momentos de ausência.

Dedico também à minha orientadora, Profa. Dra. Rita Melissa Lepre, pela confiança ao longo de todo percurso, amizade, paciência, afetividade, profissionalismo e competência, fatores essenciais para a conclusão deste trabalho. Mel, você se tornou uma referência profissional para o meu crescimento!

AGRADECIMENTOS

A Deus pela possibilidade de trilhar este caminho com a oportunidade de estudos e pesquisas, pela renovação de minhas forças em cada amanhecer, saúde e por colocar em meu caminho pessoas amigas.

À Profa. Eliana Marques Zanata, Coordenadora do Curso de Pós-Graduação Stricto Sensu Docência para Educação Básica, pela orientação nas primeiras etapas da pesquisa científica.

A todos os professores do Curso de Pós-Graduação Stricto Sensu Docência para Educação Básica, pela generosidade em compartilhar seus conhecimentos, e, sobretudo, pelos diálogos produtivos que proporcionaram às aulas.

À Profa. Dra. Regiani Aparecida Santos Zacarias, pela atenção, incentivo, momentos de tertúlias e, principalmente, pela amizade, parceria e envolvimento, mostrando-se um ser humano singular, especial e íntegro. Tenho por você grande admiração, respeito, carinho e gratidão.

À Profa. Dra. Luciene Ferreira da Silva, que me ensinou o verdadeiro significado das palavras lazer e ludicidade, e que com sua sensibilidade mostrou-se uma grande amiga estando presente em momentos de grande conquista e realização profissional. Sua inteligência e filosofia de vida motivam não só a você, mas a todos que a rodeiam. Estar ao seu lado é um presente!

À minha estimada e autêntica orientadora, Profa. Dra. Rita Melissa Lepre, ser humano encantador e cativante, profissional irretocável, de conhecimento expansivo e domínio preciso em sua área de atuação, me transmitindo segurança e tranquilidade na realização de cada fase da pesquisa. Caminhou comigo, me dando espaço para criar e autonomia para produzir. Não é à toa que todos os seus alunos reconhecem sua competência e capacidade. Você é inspiração para muitos! Apesar da formalidade aqui expressa, você será para sempre a minha Mel, motivo de orgulho e estimado apreço!

Ao esposo e companheiro, Sérgio Flora, pela compreensão e pela infinita paciência em meus momentos de crise.

À amiga/irmã Letícia Rarek Conceição, por participar comigo desta marcante jornada, quer nos momentos de alegrias, descontração, taças de vinho, risadas, ou nas fases de cansaço, chatice e ansiedade. Obrigada amiga, pela cumplicidade, partilha de conhecimentos, pelas horas e horas de estudos semanais. Você foi companheira fiel tornando a caminhada mais agradável.

À minha querida amiga Regiane Ezequiel Fantinati que muito insistiu para que eu me inscrevesse e participasse do processo de seleção para o Curso de Pós-Graduação Stricto Sensu Docência para Educação Básica, e acima de tudo, que me apoiou, ajudou e acreditou em mim. Se não fosse você e sua insistência não teria alcançado esta conquista!

Agradeço a companheira Isabel Cristina Campos, pela companhia na estrada, no grupo de estudo, apresentação de trabalhos e todas as etapas que juntas passamos e vencemos.

Em especial, ao amigo Pedro Victor Mucha, pelas inúmeras hospedagens em sua casa, pela companhia e amizade. Você é um amigo de ouro!

À tia Frida Irmgardt Romano e à Vera Lúcia Romano, que também me acolheram em várias noites de estudo, cedendo espaço em sua casa e em sua vida.

Aos participantes da pesquisa, que enriqueceram este trabalho e muito me ensinaram.

À Caroline Etane Bolla Rogeri (Supervisora Técnica de Seção) e à Ednéia Ferigato Mattiazzo (Assistente Administrativo II), ambas da Seção Técnica de Pós-Graduação Stricto Sensu Docência para Educação Básica, pela prontidão em responder minhas dúvidas e auxiliar-me com gentileza e profissionalismo em questões burocráticas e nas necessidades acadêmicas nestes anos de pesquisa.

À equipe de programação do LADEPPE pelo desenvolvimento gráfico do produto.

À Profa. Dra. Márcia Cristina de Oliveira Mello e à Profa. Dra. Patrícia Unger Raphael Bataglia, por aceitarem o convite em fazer parte da banca, pelo respeito e contribuições ofertadas.

Aos colegas da quarta turma do Curso de Pós-Graduação Stricto Sensu Docência para Educação Básica, pelo companheirismo durante os estudos e aprendizado.

Aos colegas do Grupo de Estudos e Pesquisas em desenvolvimento Moral e Educação, coordenado com maestria por minha orientadora, Profa. Dra. Rita Melissa Lepre, que colaboraram com discussões calorosas e acrescentaram muito em minha vida acadêmica e profissional.

A todos os amigos que direta ou indiretamente colaboraram e participaram para a efetivação deste trabalho!

Finalmente, agradeço a Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”- Campus de Bauru, que além de abrir as portas para concretização deste sonho, proporcionou-me a busca pelo conhecimento técnico e científico, mas também uma lição de vida!

Os meus mais sinceros agradecimentos!

"Não posso ser professor se não percebo cada vez melhor, que por não poder ser neutra, minha prática exige de mim uma definição. Uma tomada de posição. Decisão. Ruptura. Exige de mim que escolha entre isto e aquilo. Não posso ser professor a favor de quem quer que seja e a favor de não importa o quê. Não posso ser professor a favor simplesmente do Homem ou da Humanidade, frase de uma vaguidade demasiado contrastante com a concretude da prática educativa. Sou professor a favor da decência contra o despudor, a favor da liberdade contra o autoritarismo, da autoridade contra a licenciosidade, da democracia contra a ditadura de direita ou de esquerda. Sou professor a favor da luta constante contra qualquer forma de discriminação, contra a dominação econômica dos indivíduos ou das classes sociais. Sou professor contra a ordem capitalista vigente que inventou esta aberração: a miséria na fartura. Sou professor a favor da esperança que me anima apesar de tudo. Sou professor contra o desengano que me consome e imobiliza. Sou professor a favor da boniteza da minha própria prática, boniteza que dela some se não cuido do saber que devo ensinar, se não brigo por este saber, se não luto pelas condições materiais necessárias sem as quais meu corpo, descuidado, corre o risco de se amofinar e de já não ser o testemunho que deve ser de lutador pertinaz, que cansa, mas não desiste".

(FREIRE, 1996, p. 115)

FERREIRA, Patrícia Elisabeth. A honestidade como valor moral: uma construção possível e necessária na escola. 2018. 186f. Dissertação apresentada no Programa de Pós-Graduação em Docência para a Educação Básica – Unesp, Faculdade de Ciências, Campus Bauru, 2018.

RESUMO

Imersos nos tenebrosos problemas de corrupção e desonestidade que nosso país enfrenta, a intenção deste trabalho é discutir as razões que levam o ser humano a tal comportamento e as possíveis formas de amenizar essa conduta, inserindo desde cedo as virtudes morais em práticas pedagógicas do contexto escolar. Assim, escolhemos o valor da honestidade para ser objeto de pesquisa deste trabalho e descrevemos quais as contribuições que o aprendizado deste valor humano pode resultar na construção da moralidade autônoma e na formação do caráter de crianças. Sendo assim, esta pesquisa tem o objetivo de refletir sobre a importância desta temática no contexto escolar desde os primeiros anos da educação básica e suas contribuições para a formação moral do indivíduo. Desta forma, o problema de pesquisa desta investigação se apresenta como: *Como a Educação Moral pode ser trabalhada em sala de aula, com educandos do 3º ano do Ensino Fundamental, com ênfase no valor humano honestidade, de maneira afetiva contribuindo para o desenvolvimento da moralidade?* Diante a este questionamento, a figura do professor apresenta relevante importância, assegurando que o trabalho com valores proporcione consciência moral autônoma, gerenciando suas vidas com escolhas frente às consequências que delas advirem. O referencial teórico foi um dos grandes desafios desta pesquisa, visto que a maioria dos pesquisadores não enfatizam a honestidade como objeto de investigação, mas se debruçam nos contra valores como a corrupção e trapaça. Como realizamos uma análise na perspectiva psicogenética abordamos os principais aspectos do desenvolvimento moral, segundo Piaget (1994) relacionados à justiça, uma vez que Piaget não utiliza o termo honestidade e, logo em seguida, alguns trabalhos que investigaram como a honestidade pode ser ensinada racionalmente e construída de maneira cooperativa e democrática, como o estudo de Ariely (2012) que contribuiu significativamente neste trabalho para a compreensão e reflexão do que é ser honesto. A metodologia adotada foi a pesquisa-intervenção de abordagem qualitativa, na qual a pesquisadora atuou como observadora-participante, oportunizando o acompanhamento do caráter evolutivo do desenvolvimento das crianças, uma vez que, este trabalho considerou o valor da honestidade como um objeto de estudo que se aprende racionalmente. Participaram desta, vinte e quatro crianças do 3º ano do Ensino Fundamental de uma escola pública do interior paulista, com idades entre 8 e 10 anos, distribuídas entre 14 meninos e 10 meninas. A estrutura metodológica pautou-se na aplicação de três fases: (1) Pré-teste, (2) Programa de Intervenção e (3) Pós-teste. Como instrumentos de coleta de dados utilizamos o pré e pós-teste, que compreendia uma história com a temática da honestidade e uma entrevista estruturada envolvendo dilemas morais para a construção racional e consciente na tomada de decisão, frente às situações apresentadas. A pesquisa foi realizada numa perspectiva na qual procurávamos conhecer o juízo moral da criança a respeito da honestidade e aplicar um programa de intervenção específico visando a ascensão da moralidade. Os resultados nos permitiram observar que a totalidade dos participantes, após o programa de intervenção, julgaram a desonestidade como algo reprovável e associaram suas concepções a vários aspectos imorais já conhecidos, como o roubo, a trapaça e a mentira. Concluímos que a educação moral não deve se restringir a uma aula específica, mas sim, estar a todo o momento integrada à rotina escolar e estender a toda as fases da vida, pois seus reflexos contribuirão para o bem-estar da coletividade. Quanto mais cedo se ensinar o valor da honestidade às crianças, maiores serão as possibilidades de uma sociedade mais decente e de um futuro mais honesto.

Palavras-chave: Formação moral autônoma. Escola. Honestidade. Programa de intervenção.

FERREIRA, Patrícia Elisabeth. Honesty as moral value: a possible and necessary construction in school. 2018. 186f. Dissertation presented in the Graduate Program in Teaching for Basic Education - Unesp, Faculty of Sciences, Campus Bauru, 2018.

ABSTRACT

Immersed in the tenebrous problems of corruption and dishonesty that our country faces, the intention of this work is to discuss the reasons that lead the human being to such behavior and the possible ways of mitigating this conduct, by inserting during childhood the moral virtues in pedagogical practices in the school context. Thus, we choose the value of honesty to be the research object of this work and we describe the contributions of the learning of this human value in the construction of the autonomous morality and on the formation of the character of children. Thus, this research has the objective of reflecting about the importance of this topic in the school context from the earliest years of basic education and, how this contributes to the moral formation of the individual. Thus, the research question is how can Moral Education be worked in the classroom with students in the 3rd grade of Elementary School with emphasis on honesty, as human value, and effectively contributing to the development of morality? In face of this question, the teacher him/herself presents relevant importance, ensuring that by working with values help develop autonomous moral awareness and encourage students to deal in life with choices and the consequences that come from them. The theoretical framework was one of the great challenges of this research, since most researchers do not emphasize honesty as an object of investigation, but they focus on counter values such as corruption and cheating. As we performed a psychogenetic analysis, we approach the main aspects of moral development, according to Piaget (1994) related to justice, considered that Piaget does not use the term honesty. We also rely on some studies that investigated how honesty can be taught rationally and developed in a cooperative and democratic way, such as the study of Ariely (2012) that contributed significantly in this work to the understanding and reflection of what it is to be honest. The methodology adopted was the research-intervention in a qualitative approach, in which the researcher acted as an observer-participant, by monitoring the development of the nature of the children, since this work considered the value of honesty as an object that is learned and acquired rationally. The participants of this research were twenty-four children 8 and 10 years old, from the 3rd grade from an Elementary School in the interior of São Paulo, being 14 boys and 10 girls. The methodological structure was based on the application of three phases: (1) Pre-test, (2) Intervention Program and (3) Post-test. As data collection instruments we used the pre and post-test, which comprised a story with the theme of honesty and a structured interview involving moral dilemmas for the rational and conscious development of decision making, in given situations. The research was carried out in a perspective in which we sought to know the moral judgment of the child regarding honesty and to apply a program of specific intervention aimed at the rise of morality. The results allowed us to observe that all the participants, after the intervention program, judged dishonesty as something unacceptable and associated their conceptions to various well-known immoral aspects, such as theft, cheating and lying. We conclude that moral education should not be restricted to a specific class, but rather, be integrated at all times into the school routine and extended to all phases of life. This will contribute to the well-being of the whole community. The earlier you teach the value of honesty to children, the greater the chances of a more decent society and a more honest future.

Keywords: Autonomous moral formation. School. Honesty. Intervention program.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1- Crianças construindo o boneco na aula de arte	99
Figura 2- Pinóquio, pronto para ser levado para casa.....	99
Figura 3- Algumas crianças participantes da pesquisa e Pinóquio, o novo integrante da turma	99
Figura 4- Livro do Pinóquio produzido pelo P5.....	99
Figura 5- Criança ilustrando a fábula	101
Figura 6- Criança representando suas impressões sobre a história	101
Figura 7- Ilustração do P4	102
Figura 8- Ilustração do P12	102
Figura 9- Sementes que foram entregues às crianças.....	103
Figura 10- Momento do plantio das sementes	103
Figura 11- Mudinhas para plantar no jardim da escola	120
Figura 12- Plantio de mudas no jardim da escola	120
Figura 13- Contação de história na biblioteca municipal	122
Figura 14- Crianças em momento de leitura	122
Figura 15- Dinâmica de grupo.....	122
Figura 16- Jogos cooperativos	122

LISTA DE QUADROS

Quadro 1- Caracterização dos participantes da pesquisa	87
Quadro 2- Modelo do instrumento utilizado para aplicação do pré e pós-teste.....	90
Quadro 3- Programa de intervenção – Atividades didáticas pedagógicas	93
Quadro 4- Questionário utilizado para reflexão da atividade 02 - A hora da verdade	101
Quadro 5- Questionamentos da atividade 03 realizados junto às crianças – A semente do bem.....	102
Quadro 6- Acróstico e poema criados pelas crianças na atividade 04 – Ser honesto é.	104
Quadro 7- Perguntas realizadas no momento de reflexão da atividade 05 – O valor da honestidade.....	105
Quadro 8- Frases que podem afetar a honestidade - Atividade 07 – É preciso coragem para ser honesto.....	108
Quadro 9- Frases que podem recuperar a honestidade - Atividade 07 – É preciso coragem para ser honesto.....	108
Quadro 10- Questionamentos realizados para reflexão da atividade 07 – É preciso coragem para ser honesto.....	109
Quadro 11- Perguntas realizadas na dinâmica de grupo da atividade 08 – Justiça é dar a cada um o que lhe é devido	110
Quadro 12- Questionamentos para exercitar a reflexão na atividade 09 – É possível ser honesto?... ..	113
Quadro 13- Dilemas morais utilizados na atividade 09 – É possível ser honesto? .	114
Quadro 14- Questionamentos realizados antes e depois dos jogos e brincadeiras na atividade 10 – Sempre vencer ou ser honesto?	116
Quadro 15- Questionamentos feitos com as crianças na atividade 11 – A flor da honestidade.....	120
Quadro 16- Roteiro de entrevista para a atividade 12 – Ser ou não ser... eis a honestidade.....	121

Quadro 17- Dinâmica de grupo – Honestidade é...	124
Quadro 18- Perguntas propostas para o momento de reflexão da atividade 15 – Por um mundo mais honesto	125
Quadro 19- Questionamentos para discussão da atividade 18 – Cidadania e honestidade	128
Quadro 20- Roteiro para a entrevista com o prefeito	129
Quadro 21- História 1 - Atividade 20 – Descascando o abacaxi	132
Quadro 22- História 2 - Atividade 20 – Descascando o abacaxi	132
Quadro 23- História 3 - Atividade 20 – Descascando o abacaxi	132
Quadro 24- História 4 - Atividade 20 – Descascando o abacaxi	133
Quadro 25- História 5 - Atividade 20 – Descascando o abacaxi	133
Quadro 26- História 6 - Atividade 20 – Descascando o abacaxi	133
Quadro 27- Análise do pré e pós-teste – Questão 3	138
Quadro 28- Análise do pré e pós-teste – Questão 4	139
Quadro 29- Análise do pré e pós-teste – Questão 5	140
Quadro 30- Análise do pré e pós-teste – Questão 6	142
Quadro 31- Análise do pré e pós-teste – Questão 7	143
Quadro 32- Análise do pré e pós-teste – Questão 8	144
Quadro 33- Análise do pré e pós-teste – Questão 9	145
Quadro 34- Análise do pré e pós-teste – Questão 10	147
Quadro 35- Análise do pré e pós-teste – Questão 11	148
Quadro 36- Análise do pré e pós-teste – Questão 12	149
Quadro 37- Análise do pré e pós-teste – Questão 13	150
Quadro 38- Análise do pré e pós-teste – Questão 14	151
Quadro 39- Análise do pré e pós-teste – Questão 15	152
Quadro 40- Análise do pré e pós-teste – Questão 16	153

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1- Análise do pré e pós-teste – Questão 3.....	139
Gráfico 2- Análise do pré e pós-teste – Questão 4.....	140
Gráfico 3- Análise do pré e pós-teste – Questão 5	142
Gráfico 4- Análise do pré e pós-teste – Questão 6.....	143
Gráfico 5- Análise do pré e pós-teste – Questão 7.....	144
Gráfico 6- Análise do pré e pós-teste – Questão 8	145
Gráfico 7- Análise do pré e pós-teste – Questão 9	146
Gráfico 8- Análise do pré e pós-teste – Questão 10.....	147
Gráfico 9- Análise do pré e pós-teste – Questão 11	148
Gráfico 10- Análise do pré e pós-teste – Questão 12	150
Gráfico 11- Análise do pré e pós-teste – Questão 14	152
Gráfico 12- Análise do pré e pós-teste – Questão 15	153
Gráfico 13- Análise do pré e pós-teste – Questão 16	154

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	17
INTRODUÇÃO	23
1 EDUCAÇÃO DE VALORES E A FORMAÇÃO DO SUJEITO MORAL COMO FINALIDADE NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA.....	27
1.1 O papel da escola na formação moral da criança	42
1.2 A teoria do desenvolvimento moral na perspectiva de Piaget	47
1.2.1 O desenvolvimento da noção de Justiça na criança e as sanções na teoria piagetiana	53
1.2.2 A teoria Piagetiana e o contexto escolar no processo de desenvolvimento da autonomia).....	57
2 A HONESTIDADE COMO VALOR MORAL A SER CONSTRUÍDO	61
2.1 Contribuições dos estudos de Dan Ariely sobre a prática da honestidade	74
3 ABORDAGEM METODOLÓGICA.....	85
3.1 Contexto da pesquisa – Local e participantes.....	87
3.2 Estrutura da pesquisa – Os instrumentos para a coleta de dados	89
3.3 Procedimentos para coleta e análise dos dados	93
3.4 Elaboração gráfica do produto	94
3.5 Aspectos éticos	95
4 PERCURSO PARA APLICAÇÃO E VALIDAÇÃO DA PESQUISA	96
4.1 Relato do Programa de Intervenção	96
4.2 Resultados do Programa de Intervenção	134
5 ANÁLISE DE DADOS DO PRÉ E PÓS-TESTE	138
5.1 Resultados do pré e pós-teste	155
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	164
REFERÊNCIAS UTILIZADAS NO PROGRAMA DE INTERVENÇÃO	171

REFERÊNCIAS	173
ANEXOS	178
Anexo 01- Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).....	179
Anexo 02- Termo de Assentimento Livre e Esclarecido (TALE).....	181
Anexo 03- Termo de autorização de uso de imagem e voz	182
Anexo 04- Parecer de aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa na Plataforma Brasil número: 2.422.539	184

APRESENTAÇÃO

Para apresentação acadêmica deste trabalho, começo relatando que minha trajetória sempre esteve enraizada na educação pública de ensino, desde minha graduação no curso de pedagogia, até minha atuação profissional como professora de Educação Básica no ensino fundamental-anos iniciais e ensino médio.

Sempre acreditei na escola pública, até mesmo por ser fruto dela e ter conseguido bons resultados dessa formação. Como sempre trabalhei em esferas municipais e estaduais de ensino, sei dos grandes empasses que a escola enfrenta e dos inúmeros desafios em superar índices de rendimento e melhora na qualidade educacional.

Antes de mais nada, gostaria apenas de mencionar algo muito importante em minha vida e que trago comigo a muitos anos: os fatores externos podem influenciar a vida de uma pessoa, mas com certeza eles não a determinam. Defendo isso porque meus pais faleceram quando eu tinha apenas cinco anos e fui criada por minha avó materna. Hoje, diariamente no ambiente escolar, ouço o discurso de colegas de trabalho que criança criada por vó não tem futuro, ou pelos mimos em excesso ou pela falta de controle e limites que não são estipulados por essa figura. Ao contrário do que estou acostumada a ouvir, eu sou a prova de que criança criada com a avó não vira bandido ou está predestinada ao fracasso e à marginalização. E não acredito que eu seja exceção! Posso dizer que a ausência dos meus pais foram um tanto quando difícil em muitos momentos de minha vida, mas em compensação tinha ao meu lado uma mulher que embora humilde, mostrou-se extremamente forte e que sabia o que era imprescindível garantir para que uma criança órfã tivesse a possibilidade de um futuro próspero, com autonomia e independência, visto que esta não teria a oportunidade de encontrar acolhimento dos pais em tempos de necessidade e que ela, responsável por mim naquele momento, não estaria ao meu lado pelo resto da vida. Assim, minha avó viu-se na obrigação de me proporcionar as melhores condições que pudesse para que eu sobrevivesse de forma digna, sem me desviar por caminhos tortuosos e acima de tudo, que me tornasse uma mulher independente e forte para encarar os percalços da vida. Dessa forma, fui criada com muito rigor, onde educação era a palavra de ordem e os estudos prioridade, para aquela que sabiamente e com maestria soube exercer o papel de pai e mãe. Tenho certeza que onde ela estiver, estará orgulhosa. Posso dizer que, as forças maiores

que sobrevieram em minha vida, as quais não tive o poder de impedir ou controlar, interferiram sim em minha trajetória, com força brutal inclusive, mas nunca em minhas decisões em relação a pessoa que eu queria me tornar. Com tal característica, sempre tive gosto pelos estudos e me esforçava para vencer na vida como dizia minha avó, visto que tinha plena consciência de que sua estadia comigo, já por ser de idade avançada, não seria muito longa. Hoje, já casada, fui presenteada por ter ao meu lado um esposo compreensivo, incentivador e insistente em me amar. Isso me fortalece e me impulsiona a buscar voos mais altos.

Retomando minha formação acadêmica, em 1998, após concluir o ensino médio, prestei vestibular na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Jacarezinho/PR, onde permaneci por quatro anos me preparando para minha trajetória docente. Costumo dizer que não fui eu quem escolhi ser professora, mas esta profissão me escolheu, pois na época meu desejo era cursar Psicologia, mas como não havia possibilidades financeiras, resolvi arriscar em Pedagogia. Passei logo na primeira tentativa e a partir daí muitas portas se abriram. Tive ótimos professores que me incentivaram e contribuíram para minha formação acadêmica. Destaco duas em especial que foram exemplos de profissionais em que me espelhei, Profa. Marivete Basseto Quadros, minha orientadora de TCC que sempre demonstrou muita competência no que fazia e a Profa. Maura Cristiane Balbinot com quem tive a grata satisfação de trabalhar após a conclusão do curso, pois veio a ser Secretária de Educação em meu município. Neste período de trabalho tive um intenso aprendizado e tenho certeza que muito da profissional que sou hoje resulta da experiência adquirida junto a ela.

Após a conclusão do curso de Pedagogia, cursei mais um ano de especialização em Gestão Escolar e Planejamento de Ensino. Iniciei assim, minha trajetória profissional como professora adjunta de meu município e todos os anos passava por processos seletivos ou entrevistas instauradas pela prefeitura para poder lecionar. Os três primeiros anos atuei como professora em projetos de reforço para as disciplinas de matemática e língua portuguesa nos anos iniciais, no contraturno da aula regular dos alunos. Lembro-me como se fosse hoje que no ano de 2006, fui provocada (no bom sentido) indiretamente por minha diretora, a fazer alguma produção com os alunos do projeto Oficina de Texto, o qual eu tinha como atribuição ensinar às crianças a produzirem textos com criatividade, coesão, coerência e com estruturação adequada para alunos de 4º e 5º anos. Considerei a

fala de minha diretora como uma missão e no decorrer do ano letivo percebi que os alunos apresentavam bons rendimentos e tinham capacidades que eu poderia explorar. Ainda, sem estudo aprofundado sobre a temática, mais pela intuição e conhecimento empírico, me atrevi a produzir um livro doméstico denominado “Abrindo o coração e vivenciando valores”, apresentando algumas virtudes morais, em que os alunos eram os protagonistas e descreviam seus sentimentos por meio de poemas e poesias. Para minha surpresa, os alunos arrasaram e superaram minhas expectativas. Particularmente falando, o trabalho ficou lindo e fizemos inclusive o lançamento do livro na festa de encerramento da escola com autógrafos dos alunos autores. Cada um ganhou um livro de presente para recordação de sua produção e dos momentos vividos.

Nos anos seguintes, atuei em sala regular de ensino em algumas escolas de meu município e construí prestígio e reconhecimento pelo trabalho desenvolvido.

Nesse interim, sabendo da necessidade dos estudos, em 2009 decidi fazer especialização lato sensu em Psicopedagogia, já que no momento era o que mais se aproximava de meu desejo inicial, a psicologia. A partir daí minha atuação em sala de aula mudou e passei a ver os alunos com outro olhar. Essa formação me ensinou a compreender o desenvolvimento integral de meu aluno, considerando suas particularidades, história de vida e oportunizando a promoção de capacidades em sua formação pessoal.

Em consonância a pós-graduação, ainda inquieta e por gostar dos estudos, ainda em 2009, iniciei o curso de Letras, visto que me identifico com a área de humanas e, principalmente, por apreciar a riqueza de nossa língua. Logo que conclui esses dois estudos, julguei importante fazer uma especialização lato sensu em Educação Especial Inclusiva, concluindo em 2013, uma vez que a inclusão passou a fazer parte do ensino regular de ensino e era necessário aprender a como trabalhar com essa nova modalidade. Em 2016 fiz outra especialização lato sensu, agora em Alfabetização nas Séries Iniciais, o que colaborou em minha prática alfabetizadora em sala de aula aprimorando metodologias e procedimentos de ensino.

Paralelo a isso, além de trabalhar durante toda a semana na Rede Municipal, fui selecionada para atuar como Educadora Profissional do Programa Escola da Família, um projeto do governo estadual em que as escolas ficavam abertas aos finais de semana para a comunidade local. Passo então a fazer parte do quadro funcional estadual, iniciando no dia 17 de agosto do ano de 2003, primeiro dia de

abertura dos portões para a comunidade em todo o estado. Tive a oportunidade, no início do projeto, de pegar as “vacas gordas”, período em que existia investimento para a realização da programação existente em cada unidade escolar. Permaneci como coordenadora no programa até o final do ano de 2014. Foram onze anos trabalhando aos sábados e domingos. Com o passar dos anos, devido a falta de recursos, o projeto foi se definhando. Em algumas cidades paulistas, o projeto ainda vigora, mas com uma roupagem diferente, já que não há dinheiro para manutenção das atividades.

Na esfera municipal, no ano de 2009, em meio as atribuições que me consumiam no Programa Escola da Família, fui convidada pela Profa. Maura a deixar a sala de aula regular e me juntar a equipe da Secretaria Municipal de Educação de Ourinhos como Gerente de Formação Continuada. Imbuída de um espírito desbravador e extremamente ousado, aceitei o convite e me tornei responsável pelas formações em serviço dos professores da Rede Municipal, juntamente com o setor de Relações Públicas da Secretaria. Assim, dividia meus horários devotamente para dar conta dos dois cargos. Já em 2010, fui convidada a deixar o cargo de Gerente de Formação Continuada e assumir a função de Supervisor Técnico Administrativo. Mais uma vez aceitei o desafio e passei a atuar como supervisora escolar de uma rede de ensino com aproximadamente 12 mil alunos, dos segmentos da Educação Infantil, do Ensino Fundamental, da Educação de Jovens e Adultos e supervisora responsável pelo Sistema de Gestão Educacional e Recurso Tecnológico da Secretaria Municipal de Educação. Com este cargo descobri em mim uma nova habilidade que me seduziu, o trabalho com a gestão pedagógica e administrativa. A responsabilidade e o compromisso eram grandes e foram fundamentais para meu aprendizado, contribuindo para a formação de minha postura profissional.

No ano de 2015, decidi então deixar o Programa Escola da Família e voltar para a sala de aula no ensino médio, reduzindo assim minha jornada de trabalho. Fiquei apenas com a supervisão na Secretaria Municipal de Educação e à noite com o ensino médio, no estado.

Sempre muito envolvida com questões educacionais, já com duas graduações e três especializações, despontou-me o desejo de uma pós-graduação *strictus sensu* em que pudesse me dar novos horizontes, contribuir em minha prática docente e formação profissional. No entanto, os planos para minha vida pessoal era de ser

mãe e já estava me organizando para isso. Fui então, despretensiosamente, acompanhar minha amiga Regiane Ezequiel Fantinati na realização do processo seletivo no Programa de Docência para a Educação Básica, na Unesp de Bauru. Aliás, estava tão fora de meus planos passar no processo seletivo naquele momento, que foi ela quem fez minha inscrição e foi ao banco pagar a taxa cobrada. Como já estava inscrita, fui realizar a prova com o pensamento de que quando eu decidisse fazer mestrado, já teria um pouco de experiência e saberia como era organizada a prova. Para minha grande surpresa e alegria, fui aprovada na primeira fase e assim sucessivamente nas posteriores. Cada etapa era uma conquista e a aproximação de uma mudança radical em meus planos. Quando saiu a lista final de aprovação e vi meu nome, tive a certeza que era o momento de retomar os estudos e que a gravidez poderia ser adiada.

Como já havia tido a experiência do trabalho com as virtudes morais na elaboração do livro com as crianças e ainda apegada ao desejo de cursar psicologia, optei pelo estudo e pesquisa referente a educação moral, por acreditar que no desenvolvimento integral da criança e não de forma fragmentada como estamos habituados na escola.

Após a aprovação no Programa de Docência para a Educação Básica, decidi então, deixar o setor técnico administrativo, de supervisão escolar, onde atuei por seis anos, até o final de 2016 e retornar à docência em sala de aula para aplicação da pesquisa.

Assim, como no início de minha carreira profissional, retornei à sala de aula com grande desejo em contribuir para a melhoria de uma sociedade mais justa e honesta.

Hoje, após 16 anos de atuação no magistério público e de luta para uma educação melhor, ainda sinto o mesmo sangue quente correndo em minhas veias e uma aspiração incansável de mudança e progresso em nosso país, talvez de uma forma um pouco menos sonhadora que no início da jornada, mas com constância nos passos e convicções nas ações. Possivelmente, muitos ideais tornaram-se princípios, e estes me impulsionam a acordar cedo todos os dias e oferecer o meu melhor para os estudantes. Existem dias de profunda frustração devido as dificuldades encontradas em sala de aula, no ambiente escolar, mas nada comparada a desvalorização do professor vinda dos órgãos governamentais, isso em todas as instâncias. No entanto, as inspirações de grandes autores, escritores e

poetas, como Paulo Freire, Mário Quintana, Carlos Drummond de Andrade, entre tantos outros, continuam latente em mim e penso ser este o combustível para não desistir.

A concretização deste trabalho é mais um dos bons resultados que mencionei no início desta apresentação e que exprimem valor imensurável em minha vida. Muitos momentos de estudo e exaustão, inúmeras aprendizagens, novas amizades e conquistas. Hoje, concluo parcialmente mais uma realização, com a grata satisfação de dever cumprido, mas com a certeza do grande caminho ainda a trilhar. Este é apenas o começo!

As crianças participantes desta pesquisa revelaram as grandes possibilidades que nós educadores temos de colaborar no desenvolvimento da moralidade infantil. A relação de confiança do grupo e convivência estabelecida foram tão intensas e significativas que serão para sempre especiais. Não só eles aprenderam como também me ensinaram a ser uma pessoa e uma profissional melhor, e acima de tudo, comprovar que é vital investir em sua formação cidadã desde cedo.

INTRODUÇÃO

Mergulhados em uma sociedade desigual, em que o ter ocupa lugar de destaque em detrimento do ser e frente as diversas situações de corrupção que assolam nosso país, o objeto de pesquisa selecionado para investigação deste trabalho foi justamente o desenvolvimento da moralidade infantil, uma vez que julgamos que o valor da honestidade deva ser ensinado e construído junto à criança desde os primeiros anos escolares, tanto na família quanto na escola, a fim de que este princípio contribua na formação do caráter e na convivência democrática.

Assim, considerando que a escola colabora na formação de uma sociedade melhor desenvolvida e que é o lugar com grandes possibilidades de evolução da pessoa humana, esta pesquisa traz a proposta de um trabalho voltado para a educação moral como impulso para o desenvolvimento do juízo moral na criança buscando construir e ascender o valor humano da honestidade, visto o cenário social e político atual de nosso país, em que a população manifesta descrédito e desalento pela corrupção despudorada que devasta principalmente as esferas públicas.

No entanto, é sabido que a prática da corrupção e desonestidade começa muito antes, em pequenos gestos que o indivíduo conscientemente pratica para tirar vantagens. O valor da honestidade, tema muito discutido e pouco aplicado, deve ser aproximado dos estudantes ainda na fase escolar inicial, uma vez que é componente primordial para o comportamento ético e para a participação em sociedade, conduzindo o indivíduo a praticar suas ações com coerência, reflexão e a buscar o que é bom para si e para a coletividade.

Nota-se que falar em honestidade com crianças não é tão comum como falar de outros valores como respeito e amizade, por exemplo, e que no contexto escolar os valores morais tidos como mais complexos e temas como ética e moral não são muito abordados, ficando para serem tratados no seio familiar ou posteriormente no ensino médio, quando a disciplina de filosofia é introduzida. Assim, torna-se evidente que imerso a inúmeros deveres pedagógicos que compete a escola e a um currículo carregado de conteúdos paradidáticos, o trabalho com o desenvolvimento moral e autonomia da criança fica em segundo plano.

Dessa forma, inquietos e preocupados com o cenário caótico de desonestidade estampada todos os dias na mídia e com a intenção de desenvolver

a moralidade em crianças, optamos por estudar como tratar o valor da honestidade nos primeiros anos do Ensino Fundamental, construída por meio de práticas vivenciadas em sala de aula e fundadas na construção da autonomia e nas relações interpessoais. Consideramos que este tema é de máxima urgência e precisa ser discutido, estudado e inserido no contexto da sala de aula com a intenção de colaborar na formação humana e na participação de indivíduos mais honestos em nossa sociedade.

A escola, ainda que imersa em precariedades, apresenta-se como um espaço privilegiado de convivência e construção de valores que devem ser ensinados e por princípios que visem a dignidade da pessoa humana, com base em concepções de democracia, ética, justiça e honestidade. Assim, o presente trabalho tem a intenção de considerar a moral como um objeto de estudo que se aprende considerando as capacidades afetivas e cognitivas, uma vez que o comportamento humano regido por regras e valores morais é construído pelo processo de entendimento e de interação promovendo em seu resultado final a humanização do indivíduo.

Para melhor entendimento, vale ressaltar que a segunda etapa da educação básica, o Ensino Fundamental, em especial, os anos iniciais, que atendem crianças entre 5 a 10 anos de idade, é a fase de maior importância em que ocorre o início da transição do período da heteronomia rumo à autonomia. Porém, se as ações da escola não forem enriquecidas com vivências e situações de aprendizagem que contribua e estimule a aquisição da autonomia, a criança pode ser obrigada a ficar subordinada as regras impostas pelo adulto por meio da coação, sem exercer reação ou questionamentos, resultando em adultos também heterônomos, caracterizado por controles externos e pelo medo de ser punido.

Diante ao exposto, o corpus desta pesquisa está pautado na teoria de Jean Piaget (1994) e defendida por autores como Arantes (2007), Puig (1988; 1998), Cortella e Barros Filho (2014), La Taille (1990; 2002; 2006; 2009), Comte Sponville (1995), Lepre (2009), Menin (1985; 1996; 2000), Tognetta e Vinha (2009) e outros teóricos que descrevem as razões e os impactos que a educação em valores podem resultar na formação integral da criança, construída por meio da consciência moral autônoma e das interações que prevaleçam o respeito mútuo, a cooperação e a honestidade.

Como nosso intuito foi de investigar e desenvolver o juízo moral no grupo pesquisado, baseamo-nos em trabalhos de Piaget (1994) sobre justiça entre

crianças, e de Ariely (2012) que narra as dificuldades encontradas na busca da honestidade e possíveis caminhos para aprimorar este valor no comportamento diário.

O ponto de partida foi analisar por meio do instrumento de coleta de dados, pré e pós-teste, um dilema moral representado em uma história que envolvia a decisão de um pai em ser honesto para dar exemplo a seus filhos. Escolhemos estudar a honestidade por ser esse um valor que se encontra enfraquecido frente a inúmeras situações cotidianas praticadas pelo homem, desde os pequenos gestos de tirar vantagem em benefício próprio, aos mais graves crimes de corrupção.

A partir da explanação descrita acima, o problema de pesquisa deste trabalho se apresenta como: *Como a Educação Moral pode ser trabalhada em sala de aula, com educandos do 3º ano do Ensino Fundamental, com ênfase no valor humano honestidade, de maneira afetiva contribuindo para o desenvolvimento da moralidade?*

O objetivo principal deste estudo foi investigar, em uma perspectiva psicogenética, como desenvolver o valor da honestidade frente a dilemas morais do cotidiano e verificar se um programa intencional e planejado com atividades lúdicas e pedagógicas podem contribuir para o desenvolvimento do juízo moral de crianças do 3º ano do Ensino Fundamental, proporcionando uma reflexão crítica das escolhas do ser ou não honesto, levando em consideração as consequências provindas de sua decisão, bem como, contribuir para o fortalecimento deste valor à formação da moralidade autônoma, tão importante para o exercício da cidadania.

No primeiro capítulo, abordaremos o entendimento da expressão “Educação Moral” no contexto escolar, defendida por vários teóricos como fator essencial para o desenvolvimento da moralidade infantil numa perspectiva de construção autônoma, assim como a importância de se trabalhar este tema em sala de aula. Para melhor compreender o processo de aprendizagem de valores pelas crianças analisaremos as contribuições do psicólogo e filósofo suíço Jean Piaget, pioneiro na área de pesquisa a coletar dados empíricos da construção do juízo moral e da inteligência infantil. Ainda, neste capítulo, relataremos a experiência vivenciada na Escola da Ponte no ano de 2018, uma das instituições educacionais de maior referência da Europa, a fim de exemplificarmos a ruptura de uma tradição de educação hierárquica e burocrática para a implantação de práticas pedagógicas com vistas à educação integral para todos e de formação autônoma.

Considerando os motivos que nos levaram a escolher a honestidade como valor moral a ser estudado nesta pesquisa, no segundo capítulo apresentaremos qual definição adotaremos neste trabalho para compreensão desta terminologia e as possibilidades de se ensinar este valor às crianças do 3º ano do Ensino Fundamental frente a fundamentação teórica abordada.

Já no terceiro capítulo, discorreremos a metodologia utilizada nesta pesquisa, bem como, os procedimentos adotados para coleta e análise de dados. Como produto final desta pesquisa, produzimos um *software* educativo na intenção de contribuir no ensino da honestidade por meio do lúdico e de reflexões referentes a essa temática.

O programa de intervenção como recurso pedagógico de ensino aprendizagem no que se refere ao desenvolvimento da autonomia, será exposto no quarto capítulo discorrendo o percurso de aplicação como fator somatório para a promoção do juízo moral e para a construção do valor da honestidade.

No quinto capítulo, apresentaremos a análise dos dados coletados do pré e pós-teste e os resultados obtidos, considerando a importância do lúdico, de recursos pedagógicos e literários como instrumentos metodológicos no ensino de valores.

De antemão, esclarecemos que este trabalho não tem a pretensão de apresentar respostas para acabar com a problemática da desonestidade ou, ainda, oferecer receitas definitivas de como ser honesto, visto que este problema atravessa a história da humanidade e está presente em todas as épocas e campos, sendo esta demanda complexa ao ser humano em sua essência e reconhecendo as margens tênues que esta apresenta em nossas aspirações interiores. No entanto, procuramos visualizar essa discussão em uma perspectiva dialética e de construção conjunta, em que a própria tentativa de resposta se transforma em um movimento interior de reflexão e se redefine com a decisão de buscar a honestidade em nossos comportamentos diários, internalizando essa prática nas relações interpessoais e na convivência em sociedade.

1 EDUCAÇÃO DE VALORES E A FORMAÇÃO DO SUJEITO MORAL COMO FINALIDADE NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA

Nos dias atuais, muito se tem falado sobre as mazelas encontradas no mundo e as precariedades vividas em todos os cantos do planeta. A ausência de valores humanos tem sido um agravante na sociedade contemporânea comprometendo relações sociais por falta de tolerância, reciprocidade e empatia. Vários são os problemas que assolam nossa sociedade sufocando a vida de milhares de pessoas. O resultado disso são os crescentes índices de transtornos, depressões e as tentativas de suicídio que aumentam consideravelmente todos os dias.

Para que a sociedade humana sobreviva como organismo social, é necessário que os indivíduos que a compõem sejam cidadãos sensatos e apresentem equilíbrio aceitável, primando pela convivência harmônica e responsável no agir individual e coletivo.

Hoje o que mais preocupa o homem é a satisfação do seu eu interior, suas conquistas financeiras e seus prazeres momentâneos, sem se importar muito com a contribuição e efeito que suas ações possam ter àqueles que convivem ao seu redor e à sociedade como um todo.

Segundo La Taille; Menin e colaboradores (2009), um ponto importante a se atentar neste período de pós-modernismo é que estamos vivendo um profundo processo de transformação social e mudanças históricas que trazem modificações de hábitos e comportamentos, individuais e coletivos. Assim, a concepção de valores passa por transformações estruturais e por crises que geram a sensação de vazio existencial.

Para Puig (2007, em ARANTES, p. 162), uma crise de valores, ainda pode ser positiva.

São momentos de dificuldade e incerteza, mas também são tempos abertos a novas possibilidades que nos convidam à criatividade e à mudança. Uma crise é uma oportunidade [...] todos juntos podemos derrotar a desesperança e aproveitar as oportunidades para construir formas de vida mais justas e que nos tornem mais felizes.

O objetivo deste capítulo será pontuar os argumentos de filósofos e autores que refletiram questões éticas e morais e contribuíram de alguma maneira para a nossa compreensão a respeito desta temática, assim como, defender a Educação

Moral como forte aliada no ensino dos conteúdos curriculares, bem como, no desenvolvimento da moralidade e das relações interpessoais.

Diante de um cenário social comprometido por desigualdades e poder, a Educação, ainda que imersa em contradições e equívocos nas elaborações curriculares e propostas de políticas públicas, continua sendo a mola propulsora para a transformação, resgate e construção do cidadão crítico, reflexivo e autônomo.

Segundo Belizário; Capellini; Lepre (2011), a Educação se apresenta como um fator de esperança e transformação para a sociedade, não apenas permitindo o acesso ao conhecimento e à participação social, mas propiciando condições para que o indivíduo construa a cidadania.

Sabe-se que, uma das funções sociais da escola é contribuir para a formação moral de seus estudantes propiciando a construção de valores humanos que fortaleça princípios e normas de convivência, capazes de colaborar e consolidar uma educação onde o respeito e a dignidade serão decisivos para a transformação da nossa sociedade atual, menos violenta e mais democrática.

Como exemplo de eficácia no que se refere ao trabalho com a educação moral e o desenvolvimento da autonomia, destacamos a Escola da Ponte, uma instituição pública de ensino, localizada em Portugal, no distrito de Porto, sob a coordenação do Professor e Pedagogo José Francisco de Almeida Pacheco, há mais de 38 anos. É conhecida mundialmente e seu idealizador já esteve presente em diversos congressos aqui no Brasil para apresentar as metodologias e os motivos que levaram esta escola a se tornar modelo de uma educação de qualidade. Antes de relatar os detalhes, vale destacar que a Escola da Ponte surgiu na década de 1970, com a implantação de um modelo democrático de ensino, baseando-se na troca e não em um modelo hierárquico, em que o estudante tenha que obedecer às regras impostas. Tudo na escola é construído e discutido coletivamente por meio de assembleias com participação de professores e estudantes.

Na Escola da Ponte as salas de aula diferem muito das tradicionais da maioria das escolas do Brasil. Na verdade, não são salas de aula, mas espaços multisseriados e heterogêneos de trabalho, pois a escola está organizada por três núcleos: iniciação, consolidação e aprofundamento. Não há divisão por idade, os estudantes escolhem o grupo de estudo que querem ingressar e têm liberdade em escolher o que desejam estudar de acordo com a grade oferecida pela escola.

O mobiliário é preparado com carteiras coletivas, desde a Educação Infantil, até a última etapa do Ensino Fundamental, ou seja, não existe carteiras individuais, os estudantes sentam em pequenos grupos para que aconteça a socialização e a troca de conhecimento entre eles. A exposição das aulas também não está centrada no professor, este desempenha a função de mediador e facilitador no processo de ensino. As aulas ocorrem numa perspectiva colaborativa e com vistas ao desenvolvimento da autonomia dos estudantes respeitando as diferenças individuais de cada um.

O esquema de trabalho acontece por meio de resolução de desafios e dúvidas, primeiro individual, depois coletivo, e, por último, com o professor, o qual é chamado de orientador educativo, sendo este organizado por dimensões: Artística, Identitária, Linguística, Lógico-matemática e Naturalista.

O currículo escolar é baseado em três valores: liberdade, responsabilidade e solidariedade, privilegiando a participação cidadã do indivíduo, visando que sociedade é desejada por eles e considerada ideal. Cada estudante do Ensino Fundamental escolhe um professor tutor que o acompanha durante todo o ano letivo. Este profissional o auxilia em todas as suas dificuldades educacionais ou de relacionamento que possa ter.

A cada início de ano letivo, os estudantes, em assembleias, decidem democraticamente quais serão as regras, bem como, os direitos e deveres que consideram fundamentais para garantir a organização da escola e a boa convivência. Todos os estudantes reconhecem a necessidade dessas normas existirem, e por serem eles mesmos que as elaboram, quase não há descumprimento do que foi estabelecido. E, se, por ventura, alguma regra não estiver atendendo a necessidade da maioria ou se não estiver dando certo, esta pode ser novamente discutida em assembleia, podendo inclusive, ser eliminada, caso não seja mais necessária. Aos estudantes e orientadores educativos também cabem a escolha das tarefas que devem cumprir durante o ano colaborando para o bom andamento da escola.

No início do ano letivo são formados pequenos grupos de reconciliação com a presença de estudantes e professores para atuar em casos de indisciplina ou conflitos, sendo as divergências resolvidas por meio de assembleias com os integrantes da comissão e os envolvidos. Todas as partes são ouvidas e o diálogo prevalece como forma de resolução do problema, sendo estipuladas sanções de

acordo com a gravidade do ato, mas sempre com o consentimento dos envolvidos, pois é importante que eles concordem e considerem justa sua punição. Caso contrário, eles mesmos podem sugerir qual sanção julgam mais coerente e discutir com o grupo de reconciliação. No entanto, vale frisar que as punições ocorrem somente para casos muito extremos, pois o mais importante não é punir, mais fazer com que os envolvidos no conflito entendam que tudo é possível resolver de forma civilizada e por meio do diálogo, respeitando a todos.

Já no Brasil, ao se falar em Educação Moral, as referências são sempre em relação à disciplina de Educação Moral e Cívica, criada e tornada obrigatória durante o período da ditadura militar. Com a mudança no sistema político, a educação moral foi abolida das escolas, pois esta visava um ensino com sentido dogmático, com imposição de princípios e valores no intuito de favorecer um governo que praticava a obediência pela força, sem liberdade de pensamento e expressão.

Com isso, a família passou a ser pensada como a instituição responsável pela formação moral de seus filhos, o que não resultou como suficiente, pois esta caracteriza-se por ser uma organização privada e tende a superproteger a criança reforçando muitas vezes atitudes que não são adequadas a situações sociais na qual o sujeito precisa ser inserido. De acordo com La Taille (2009, p. 231), “[...] a família é uma instituição privada, mas a moral também deve valer para o espaço público”.

Vivemos um período de crise moral e ética sem conseguir definir ao certo as atribuições de cada um neste processo. A família atribui à escola a responsabilidade pela formação moral de seus filhos e a escola, por sua vez, exige isso da família. É importante e preciso que se entenda que estas duas instituições - família e escola - têm responsabilidades nesta formação. A família por ser uma instituição privada tem sim suas contribuições no que se refere a constituição de crenças, convicções e regras, mas a escola marca também um papel muito importante, por se tratar de uma instituição pública que vai contribuir para a formação moral do indivíduo na vida em sociedade.

Vale frisar que, no decorrer dessa pesquisa, as famílias envolvidas exerceram papel importante de participação direta e indireta em diversas fases do programa de intervenção, em que era solicitado aos responsáveis o auxílio aos participantes na realização de pesquisas, entrevistas, bem como, outras tarefas nas quais eram instigados.

Não podemos nos esquecer que em toda conduta humana existe uma transmissão de valores subjacente, e vários são os agentes que incutem padrões no indivíduo. Não só a família ou a escola, mas também a igreja, a mídia, a *internet*, o grupo social, entre outros. Mesmo com tantas influências, a família e a escola por sua própria natureza e função social, são espaços de grande importância no desenvolvimento das capacidades do homem e na construção de um sistema de valores. Na escola, as atitudes e valores estão presentes em todos os processos de ensino e aprendizado, seja no modelo de relação entre os atores da instituição, na realização de projetos, oficinas, momentos de recreação, no trabalho em grupo, e até mesmo no diálogo. São destes momentos que as relações de respeito, cooperação, solidariedade são desenvolvidas e compreendidas para a vida em sociedade.

As pesquisas sobre o desenvolvimento da moralidade evoluíram bastante nas últimas décadas e produziram um corpo de dados muito significativo para a compreensão desta competência do ser humano. No entanto, mesmo com tantas discussões e do grande caminho já percorrido, esta temática está longe de ser esgotada.

Na literatura da área são oferecidas diferentes definições para o termo “Educação Moral”. No entanto, neste trabalho, apoiados nos estudos de Jean Piaget (1994¹) e nos referenciais teóricos selecionados, compreendemos educação moral como uma definição ampla de educação em valores, que tem por finalidade a transmissão, construção e prática de princípios, valores, normas e regras que orientam as pessoas a viverem o mais harmonicamente possível consigo mesmas e com os demais dentro do que normalmente se considera na cultura como justo, bom e correto na perspectiva do desenvolvimento do juízo moral.

Vale lembrar que a moralidade é tema discutido desde o mundo antigo, sendo objeto de estudo de vários filósofos, como Aristóteles (384-322 a.C.) e Immanuel Kant (1724-1804), que por meio de suas reflexões modificaram os conceitos morais vigentes. Pode-se considerar que a moral definida por Aristóteles (1973) é a busca do bem e da felicidade. Assim, o bem deve ser projetado em todas as nossas atitudes, sendo a felicidade o bem supremo, ou seja, é em busca da felicidade que

¹ O livro *O juízo moral na criança*, de Jean Piaget teve sua publicação original publicada no ano de 1932. A versão utilizada nesta pesquisa foi a tradução de 1994, da editora Summus.

se justifica a boa ação humana, sendo todos os outros bens um meio para atingir esse bem maior. Isso significa que a moral aristotélica não é baseada no cumprimento do dever, mas na busca da felicidade alcançada por meio de princípios como a generosidade, a solidariedade, entre outras virtudes. Para Aristóteles é necessário desenvolver a sabedoria prática, aquela capacidade verdadeira e raciocinada de agir com respeito às coisas que são boas ou más para o homem, levando a escolher o melhor fim a atingir, também a escolher os justos meios. No entanto, a sabedoria prática não pode existir independente da virtude. A obra de um homem só é perfeita quando está de acordo com a sabedoria prática e com a virtude moral; esta faz com que seja reto seu propósito e os devidos meios.

Já para o filósofo alemão da era moderna, Immanuel Kant, a educação moral é o fim mais alto da educação e a disciplina ocupa lugar de destaque neste processo, pois permite que o homem aprenda a dominar suas paixões animais, possibilitando assim, atingir a humanidade. “A disciplina transforma a animalidade em humanidade” (KANT, 1996, p. 70).

Para Kant, o que impera é a ideia de que todos os seres humanos são capazes de distinguir o bem do mal e cumprir o seu dever. Para ele a moral é baseada no dever de agir segundo preceitos universais, ou seja, o ato moral acontece por intermédio e por causa do dever. De acordo com esse filósofo, a moralidade é concebida independentemente da utilidade ou das consequências que possam advir das ações. Tudo depende da intenção com que as ações foram realizadas. A fórmula Kantiana afirma que devemos agir regidos pelo imperativo categórico, que emana da razão pura e prática, independente do útil ou de consequências externas e internas. É uma escolha voluntária racional, por finalidade e não causalidade. Superam-se os interesses e impõe-se o ser moral, o dever, independentemente dos fins que se possam alcançar com esta ação. O dever é o princípio supremo de toda a moralidade (moral deontológica). Para o filósofo, agir por dever exige um conhecimento das regras a que se tem de obedecer e que o indivíduo deve buscar o que está na base de sua opção, seja pela mentira ou pela honestidade, por exemplo. Kant afirma ainda que o imperativo categórico pressupõe que existem fins absolutos que é representado pela pessoa humana, ou seja, a pessoa possui dignidade. Isso significa que o indivíduo deve agir de maneira a usar a humanidade, ou melhor dizendo, a motivação ao realizar uma ação deve estar centrada numa máxima universal, tanto para a própria pessoa como na pessoa do

outro. Para Kant, quando agimos moralmente somos guiados pela razão e não pela inclinação. Assim, Menin (1985) explica como a moral é definida por Kant e sua necessidade para a convivência humana

Dentro da Filosofia de Kant em sua obra *Fundamentação da Metafísica dos Costumes* (1786), a moral se faz necessária porque é a única que pode estabelecer um fio condutor através do qual se podem julgar as ações e costumes dos mais diferentes povos. Do contrário, diz Kant, todos os costumes ficariam sujeitos a qualquer tipo de perversão pois, não teríamos um único referencial através do qual julgá-los. É pressuposto que uma lei moral tem que ser universal, e assim, não pode surgir da experiência (MENIN, 1985, p. 01).

Oliveira (2001, p. 22), menciona Kant como um dos filósofos da modernidade que considera que o fundamento da vida moral é a liberdade, isto é, ser capaz de orientar suas ações pela razão fazendo escolhas segundo critérios construídos, estabelecidos e justificados pela razão. Ainda em Kant, o homem passa a ser livre quando torna-se independente dos condicionamentos da natureza e exerce sua vontade com autodeterminação, com autonomia, sendo “[...] sua vontade lei para si mesmo e ponto final de todo o querer, logo, independência de qualquer conteúdo, pura forma”.

Ao se falar em moralidade, precisamos considerar também, a ética como elemento indispensável de reflexão a respeito das noções e princípios que fundamentam a vida moral.

Segundo o filósofo grego, Aristóteles, a ética referia-se ao bem que levava o indivíduo a ser capaz de viver com os outros e continha duas teses fundamentais. A primeira consistia em que todas as coisas inclinam ao bem, ou seja, o bem é a finalidade de todas as coisas. A segunda definia dois caminhos para se chegar ao bem: (1) pelas atividades práticas, isto é, aquelas que contêm seus próprios fins (ética e política); (2) pelas atividades produtivas (artes ou técnicas). Assim, a ética aristotélica, no campo individual, prepara terreno para a política, no campo coletivo. Para Aristóteles, a finalidade da política é a busca do bem a todos os homens, sendo a felicidade seu ápice, a “obra de uma vida inteira”. Para Aristóteles, a ética é um estudo da virtude – em grego, *areté*, que também pode ser traduzido por “excelência”. Isso significa que o objetivo do ser humano é atingir o grau mais elevado do bem humano – a felicidade – e faculdade principal que o distingue de outros animais é a racionalidade, exercitando assim sua capacidade de pensar.

O bem ético pertence ao gênero da vida excelente e a felicidade é a vida plenamente realizada em sua excelência máxima. Por isso não é alcançável imediata nem definitivamente, mas é um exercício cotidiano que a alma

realiza durante toda a vida (...) de acordo com a sua excelência mais completa, a racionalidade (CHAUI, 2002, p. 442).

Para alcançar a virtude, Aristóteles afirma que o homem precisa escolher “o caminho do meio”, a justa medida das coisas, e, agir de forma equilibrada. A melhor forma de agir seria preservar a cautela, evitando os excessos, seja de medo ou de destemor. Na visão desse filósofo, o homem só teria uma vida melhor em sociedade se estivesse envolvido na vida da *pólis*. Como o homem não vive sozinho, seu agir virtuoso também terá impacto na relação que estabelece com os outros, ou seja, na vida social e política. Dessa forma, ética e política não poderiam ser pensadas separadamente, pois enquanto a ética busca o bem-estar individual, a política busca o bem comum.

É certo afirmar que, desde a antiguidade existiu a preocupação sobre o comportamento humano e a ética sempre esteve presente ao longo da história da filosofia na tentativa de pautar regras de conduta para permitir o convívio entre indivíduos agrupados no conjunto da sociedade.

Na Grécia Antiga, por exemplo, o filósofo ateniense Sócrates (470 a.C. - 399 a.C.) julgava que a obediência à lei era o divisor entre a civilização e a barbárie. Para o filósofo, as ideias de ordem e coesão garantiam a promoção da ordem política. Assim, defendia que a ética devia respeitar às leis, portanto, à coletividade. Sócrates afirmava que a alma humana era, em sua essência, razão, e, nela deveriam ser encontrados os fundamentos da moral.

Por sua vez, o filósofo e matemático do período clássico da Grécia Antiga Platão (427 a.C. - 347 a.C.), desenvolveu esse pensamento com uma distinção entre corpo e alma: o corpo, por ser dotado de paixões, poderia desviar o homem do bem. Para alcançar a ideia de bem, o homem precisaria da *pólis*, de modo que aquele que age de forma ética é bom e, também, um bom cidadão. Esse pensamento nos faz refletir que muitas vezes nossa fala se detém a discursos duplos em que elevamos o grau de exigência para cobrar a ética nos outros enquanto a minha é comprometida por uma frouxidão que não contém ação concreta.

Podemos inclusive fazer referência a figura do filósofo grego Aristóteles, que acreditava na educação para a construção da moralidade, já que nenhuma criança nasce com princípios morais por natureza, sendo adquirido ao longo de sua vida. É importante mencionar que em toda comunicação é preciso estabelecer qual é o limite do bem individual e do bem em comum, sendo a ética uma capacidade de

estabelecer diálogo na sociedade desenvolvendo o discurso moral. Para exemplificar esse pensamento de que linguagem e prática devem caminhar juntas, citamos as frases do líder que inspirou a conquista de direitos do povo indiano na década de 1940 e foi reverenciado como pai do Estado Indiano, Mahatma Gandhi: “Olho por olho, e o mundo acabará cego” e “Eu devo ser a transformação que quero ver no mundo”.

De acordo com essa argumentação fica claro que não adianta transmitirmos uma bela mensagem oral se nossas ações caminharem em direção oposta. A relação existente entre ética, moral e caráter nos remete a um questionamento bastante propício para o tema: Como defender valores morais nesta sociedade, em que a desonestidade, por exemplo, leva longe sua carreira profissional e possibilita patamares nunca antes sonhados?

A resposta é simples: Como não podemos ser escravos do nosso próprio instinto ou regidos por nossa natureza humana, somos conduzidos por princípios denominados por moral e ética que auxiliam nossos comportamentos e ações, bem como nossa convivência em sociedade. Tanto a ética quanto a moral, em sua origem linguística, reflete à questão do comportamento e do caráter. Ética vem do grego, *ethos*, enquanto a moral, do latim *morales*.

Neste trabalho, inspirados por alguns filósofos e autores, conceituaremos moral como um conjunto de princípios adquiridos através da cultura e da educação da tradição, caracterizados como valores universais que regem a conduta humana. É aquilo que fazemos mesmo quando ninguém vê, porque julgamos estar em nosso íntimo e nossa consciência seria incapaz de conceber tal ato.

Cortella e Barros Filho (2014) explanam o conceito de ética e de moral, a fim de esclarecer seus significados e refletir sobre a importância desses princípios como responsáveis por construir as bases que vão guiar a conduta do homem, determinando o seu caráter e por ensinar a melhor forma de agir e de se comportar em sociedade. Barros Filho (2014), afirma que a moral é uma lei inegável, absoluta, um conjunto de princípios que seguimos livremente na nossa vida.

A moral faz com que lamentemos em algumas situações a forma como agimos, sendo causa da nossa própria tristeza. Para Cortella (2014), a moral é a capacidade de uma prática que não torne nossa convivência apodrecida. Podemos considerar que moral é a prática da virtude, é a decisão sobre nossa conduta que depende única e exclusivamente de nós.

A ética vem do grego *ethos* que significa bons costumes e que segundo Barros Filho (2014, p. 35), parte da premissa de que nossa convivência pode ser melhor: “A ética é a inteligência compartilhada a serviço do aperfeiçoamento da convivência com todas as condições materiais que são as nossas. Se formos esperar uma sociedade ideal para que a ética possa existir, é possível que ela não venha a existir nunca”. A ética é um exercício de escolha permanente a um zelo coletivo pela convivência e responde a três questões fundamentais em qualquer área de nossa vida: quero? posso? devo? Assim, a ética é uma questão contemporânea, de cada tempo, pautada em princípios que norteiam o convívio coletivo de uma comunidade, grupo ou sociedade por meio de decisões e escolhas.

Para Menin; Bataglia; Zechi (2013), a ética nunca é neutra. Sempre é preciso uma perspectiva ética para orientar as ações e pensamentos. A educação escolar tem como finalidade a produção de espaços de discussão para a construção de uma ética vinculada a valores como os de justiça, equidade, respeito nas relações interpessoais, honestidade que se constrói na relação com o outro e consigo mesmo. “Tais valores estão não somente agregados à pauta de relacionamento com o outro, mas também consigo mesmo, dado que a perspectiva moral pode ser referendada no outro e no eu” (MENIN; BATAGLIA; ZECHI, 2013, p. 36).

Para Habermas (2004) a ideia da ética está vinculada nos pressupostos pragmáticos da linguagem, ou seja, para discutir a ética é necessário substituir o modelo subjetivista e monológico da razão por um modelo verdadeiramente dialógico que somente a ética do discurso ou, talvez melhor, a ética da discussão tem condições de sustentar. “É só na qualidade de participantes de um diálogo abrangente e voltado para o consenso, que somos chamados a exercer a virtude cognitiva da empatia em relação às nossas diferenças recíprocas na percepção de uma mesma situação” (p. 10). Isso porque a própria autonomia não pode ser alcançada individualmente.

Ainda em Cortella e Barros Filho (2014), para exercer a moral e a ética é preciso atribuir valor às nossas possibilidades de escolhas, ou seja, escolher é identificar a alternativa de maior valor. Mas só conseguimos atribuir valor quando temos uma referência de comparação e somos capazes de estabelecer uma hierarquia de princípios e assumir as responsabilidades de nossa decisão com clareza de critérios para classificar nossas escolhas. Os autores ainda argumentam que somos socialmente construídos e nossos afetos são inseparáveis das regras e

padrões sociais que decidimos respeitar e é por esse motivo que a ética também é questão de afeto e emoção. Para justificar esse pensamento, os autores explicam que embora as emoções não sejam determinantes, elas estão relacionadas ao que acontece na hora de tomar uma decisão e citam a tese defendida pelo filósofo holandês Espinosa, que quando não há a ética da alegria, aquela que encanta quando tomamos alguma decisão acertada, esta é substituída pela vergonha que é uma tristeza determinada por um atributo flagrado em si mesmo e que tem como causa o próprio eu, sendo causada por arrependimento ou constrangimento do agir exclusivamente em função de uma ética consequencialista (p. 18). É um afeto moral por excelência, ou seja, uma reflexão do eu com o eu de como devo proceder e agir; por isso é que temos vergonha na cara.

Considerar a prerrogativa de que escolher é identificar a alternativa de maior valor, não é, portanto, exagerado dizer que isso não é tão simples quanto possa parecer. Ao iniciarmos um processo de escolha nos deparamos com inúmeras situações que contrariam nossa vontade ou nossa bússola moral, dificultando manter solidificado aqueles valores que consideramos essenciais à nossa consciência e à convivência em sociedade. Mesmo assim, temos a opção, ainda que árdua, de escolher entre o sim e o não, o certo e o errado, o justo e o injusto, o honesto e o desonesto, afinal somos providos de inteligência para analisarmos as consequências de cada uma das decisões tomadas. Dessa forma, se somos nós os responsáveis por nossas escolhas e elas interferem diretamente em nossa convivência, temos que usar de nosso intelecto e de nossa moralidade para definir as melhores alternativas aplicadas no esforço do respeito ao outro, empregando discursos e ações democráticas onde não haja segregação de grupos ou comunidades.

A legislação usa o termo incapaz para quem não pode escolher, decidir e julgar por si mesmo. Qualquer animal é incapaz de escolher, decidir e julgar. Uma criança, até certa idade, também não tem capacidade de escolha autônoma. O mesmo ocorre com um adulto que sofra desvio, como a síndrome de Alzheimer ou um tipo de esquizofrenia. Essas são situações em que há um atenuante, porque a escolha não é realmente conduzida pelo indivíduo. [...] Se somos nós que vamos decidir o certo e o errado, então é fundamental que haja as melhores condições possíveis – eu as classifico de democráticas – para que as pessoas possam dizer o que pensam; de certo modo, o certo ou o errado passa a ser o resultado da vitória do melhor argumento numa ética de diálogo, de discussão, de embate e assim por diante (CORTELLA; BARROS FILHO, 2014, p. 45 e 57).

Quando falamos em formação do indivíduo, Cortella e Barros Filhos (2014) defendem que essa escolha precisa “ter mecanismos de constrangimento no

cotidiano da vida pública e privada. Ou seja, a formação da família e da escola, oferecendo tudo aquilo que cerceia não a livre escolha, mas a má escolha dentro da livre escolha – escolha que é má porque é má no coletivo; é má porque ofende a convivência de uma vida saudável coletivamente” (p. 67). Os autores concluem dizendo que o risco maior é perder a capacidade de se entristecer consigo mesmo, perder a vergonha na cara, com uma blindagem que não se incomode mais com isso.

Portanto, ao fazer escolhas que definem nossa prática podemos observar que a ideia de caráter está fortemente atrelada à postura do comportamento desempenhado pelo indivíduo e tem a percepção etimológica que é aquilo que te marca, que provém de característica, um traço da personalidade, ou seja, aquilo que dá tua identidade. Por isso, o caráter é construído ao longo da vida, de forma plástica, que se molda conforme o ambiente e as situações decorrentes em nossa vida, sofrendo influências da educação e da cultura. Assim, podemos dizer que caráter é o diferencial no momento crucial de uma escolha.

Para Aristóteles (1987), o traço de caráter moral é aquele que possibilita as virtudes, tendo como argumento básico que a conduta moral precisa ser aprendida, praticada e internalizada como um caráter ou como uma virtude. Dessa forma, entendemos que o caráter está estritamente ligado à razão, à percepção e a experiência dos sentidos (ARISTÓTELES, 1987 apud LA TAILLE e MENIN *et al.*, 2009, p. 75).

Para Sennett (1999), professor de Sociologia da Universidade de *Nova York* e da *London School of Economics*, a definição de caráter está pautada nos traços pessoais de cada indivíduo que são desenvolvidos ao longo da vida, ou seja, vai se estruturando gradativamente no curso da vida, sob influência de fatores ambientais (família, educação, relações sociais e culturais), os quais atuam de maneira variada, podendo modificar tendências iniciais.

O termo caráter concentra-se sobretudo no aspecto a longo prazo de nossa experiência emocional. É expresso pela lealdade e compromisso mútuo, pela busca de metas a longo prazo, ou pela prática de adiar a satisfação em troca de um fim futuro. Da confusão de sentimentos em que todos estamos em algum momento em particular, procuramos salvar e manter alguns; esses sentimentos sustentáveis servirão a nossos caracteres. Caráter são os traços pessoais a que damos valor em nós mesmos, e pelos quais buscamos que os outros nos valorizem (SENNETT, 1999, p. 10 e 11).

Ainda, nos estudos sobre a moralidade, encontramos diferentes abordagens de autores que pesquisam esta temática no que se refere a utilização das terminologias das palavras valores e virtudes morais.

Etimologicamente valor provém do latim *valere*, ou seja, que tem valor, custo. O conceito de valor frequentemente está vinculado à noção de preferência ou de seleção. Segundo André Lalande (1999) no seu *Vocabulário técnico e crítico da Filosofia*, existem vários sentidos para o termo valor e desde a Antiguidade, o termo foi usado para designar a utilidade ou o preço de bens materiais ou o mérito de pessoas. O uso filosófico só começa quando o seu significado é generalizado para qualquer objeto de preferência ou de escolha.

Goergen (2005) contextualiza o desenvolvimento histórico da concepção de valor e relata que

No mundo moderno, a noção subjetiva de valor é retomada por Thomas Hobbes (1588-1679) que dizia que o valor não é absoluto, mas depende da necessidade de um juízo. Valor, portanto, é aquilo que é estimado como tal através de um juízo. [...] Para Kant o valor é o dever ser de uma norma que pode não ter realização prática, mas que atribui verdade, bondade e beleza às coisas julgáveis. [...] Seguida por vários filósofos, esta posição reconhece que o valor está presente ao homem e suas atividades na forma de um dever ser e supõe que seja independente e indiferente ao mundo humano. Pode-se considerar neste sentido que o valor é uno, universal e eterno, em contraposição à multiplicidade, particularidade e mutabilidade das manifestações concretas das quais deveriam ser a regra. [...] Para Wilhelm Dilthey (1833-1911) é a própria história que institui e determina os valores, os ideais, a finalidade conforme se estabelecem os significados dos homens e dos acontecimentos. Os valores e as normas, portanto, nascem e morrem na história e não existem além nem acima do seu curso. A objetividade deriva apenas da correlação entre sujeito e objeto. Não existem valores absolutos; só existem aqueles que os homens reconhecem em determinadas circunstâncias. [...] A história é aqui entendida como relativa, como uma criação humana. Esta também é a posição de Max Weber (1864-1920) que via na história uma incessante criação de valores, cada qual relativo ao fugaz momento em permanente luta com valores diferentes que se oferecem ao arbítrio do homem (GEORGEN, 2005, p. 5 - 7).

Diante desse breve olhar histórico, entendemos que o conceito de valor é cheio de ambiguidades e varia de autor para autor e de época para época.

Já a virtude, deriva do latim *virtus*, mas é do termo grego *areté* que emerge o significado de excelência – cumprimento do propósito ou da função a que o indivíduo se destina – e faz referência a uma qualidade positiva que permite produzir certos efeitos. Virtude é a disposição de um indivíduo de praticar o bem; uma qualidade moral e não é apenas uma característica, trata-se de uma verdadeira inclinação, sendo todos os hábitos constantes que levam o homem para o caminho do bem.

Segundo Rachels (2006), virtude é um traço característico, manifestado numa ação habitual, que é bom para a pessoa possuir. Na verdade, os conceitos de virtude e princípio não são afastados entre si, estando ambos vinculados a valores que formulamos nos contextos social e cultural. São essas valorações que nos permitem definir nossa vida moral, por meio de ações e condutas, em conformidade com as regras aceitas na comunidade ou a partir da disposição para agir e constituir-se virtuosamente.

A teoria Aristotélica divide virtudes em intelectuais e morais, e explica que sua aquisição, mediante esforço, se dá por instrução e pela sua prática, respectivamente. Aristóteles enfatiza esse esforço em adquirir virtudes ou praticar atos virtuosos, uma vez que a disposição de fazê-lo é manifestação da alma, assim como emoções e faculdades. Virtudes são, então, características do agente moral que o levam a agir para o bem, perseguindo determinados fins.

Já na perspectiva religiosa, observa-se que a virtude é tida como escolha e que existem sempre dois lados para se escolher.

Já a concepção cristã coloca a virtude como escolha, mas é escolha entre duas opções, entre uma coisa e outra: céu e inferno; Deus ou demônio. Ela é dualista. A contemporaneidade, a partir da Renascença, dirá que a escolha é inventada. Temos, então, uma multiplicidade de escolhas e, portanto, há um padrão de referências (CORTELLA; BARROS FILHO, 2014, p. 61).

Considerando essa breve explanação e a distinta predileção na abordagem de autores para utilização das terminologias das palavras virtudes e valores quando se fala em desenvolvimento da moralidade, daqui em diante empregaremos estes conceitos como sinônimos, visto que nosso objetivo não se trata da diferenciação destas nomenclaturas, mas como termos de princípios, habilidades e constituição de caráter particular que é almejada voluntariamente por um indivíduo para sua vida pessoal e que servem de orientação para as decisões e comportamentos éticos das pessoas que buscam uma vida digna, respeitosa e solidária numa sociedade justa e democrática.

Assim, sob uma ótica pedagógica, exemplificaremos abaixo a compreensão de Piaget e La Taille sobre valores e virtudes, respectivamente, e que se caracterizará neste trabalho como expressão de sentido semelhante, ou seja, a valoração que o indivíduo concede à qualidade da personalidade.

Segundo Piaget (2001), os valores referem-se a uma troca afetiva do sujeito com os objetos, entendendo objeto como as coisas e pessoas do mundo exterior, ou seja, os valores são construídos com base nas interações que o sujeito faz com a realidade. Um valor pode ser definido como um investimento afetivo que nos move ou que nos faz agir e, portanto, toda pessoa, em suas relações consigo e com os outros, investe sua energia em determinadas ações ou em pessoas, ou ainda, em ideias. Para ele, os valores morais são construídos a partir da interação do sujeito com os diversos ambientes sociais e será durante a convivência diária, principalmente com o adulto, que ela irá construir seus valores, princípios e normas morais. Assim sendo, podemos concluir que esse processo requer tempo.

Para La Taille (2000), o conceito de virtude pode ser definido de, pelo menos, duas formas. A primeira restringe-se à função de determinado objeto e a segunda refere-se a qualidades que uma pessoa pode possuir e que lhe conferem valor, despertando a admiração alheia. O autor descreve que a diferença básica reside no fato de a primeira dizer respeito à qualidade de uma ação e a segunda referir-se a uma qualidade da personalidade, qualidades do caráter da pessoa. Assim, a referência ao conceito de caráter está associada a compreensão ética da personalidade.

Desta forma, o emprego das palavras virtudes e valores neste trabalho remeterá exclusivamente às qualidades referentes ao caráter. Vale lembrar que o caráter não é uma escolha deliberada, mas um conjunto de traços morais e psíquicos que se formam pela disposição e por meio de experiências vividas na infância e que se desenvolve por toda a vida.

Somente é possível atribuir um valor, devidamente apropriado, àquilo que conhecemos. De fato, só nos valorizamos quando nos autoconhecemos: quando é possível refletir sobre as nossas ações, quando somos convidados a pensar sobre nossos problemas, a buscar soluções para os diferentes problemas da vida e mesmo das matérias curriculares (que por sua vez, deveriam ser adequadas à própria vida!) (VINHA; TOGNETTA, apud LA TAILLE; MENIN, 2009, p. 37).

À vista disso, virtudes ou valores, como preferir, são fundamentais para a integração dos indivíduos na sociedade no que se refere à vida ética e ao respeito. Essa disposição em praticar o bem não remete apenas para a conduta do ser humano entre os princípios morais e a vontade altruísta, mas também no uso consciente da razão que surge da igualdade percebida nas relações.

1.1 O papel da escola na formação moral da criança

Inúmeras são as contribuições teóricas sobre a educação moral que defendem a escola como local propício para o desenvolvimento da moralidade, principalmente na infância. Estudos desde o renomado Piaget (1896-1980), à autores mais contemporâneos trazem reflexões expressivas sobre a importância da escola na formação moral do indivíduo considerando a criança enquanto ser social e sociável, em processo gradativo de desenvolvimento.

Para que o processo de desenvolvimento moral ocorra é fundamental que a escola e os professores estejam preocupados com

[...] a formação de indivíduos capazes de refletir, discutir e solucionar os conflitos sociais e morais, por meio do diálogo, da busca de alternativas viáveis, da exposição de idéias, da coordenação de pontos de vista divergentes e da elaboração e reelaboração dos princípios e normas que regem a vida social (OLIVEIRA, 1994, p. V).

A educação moral deve estar alicerçada no ensino e na prática de valores permeando todas as atividades e atitudes em sala de aula, tanto dos estudantes quanto dos professores. Vale ressaltar que o que define uma educação de excelência, não são apenas conteúdos curriculares, mas a qualidade de vivências que resulte no desenvolvimento integral do indivíduo com bases morais bem definidas, de forma que saiba como proceder ao se deparar com pequenos ou grandes problemas.

Segundo La Taille; Menin e colaboradores (2009), nossa sociedade passa por transformações rápidas, onde os conflitos estão cada vez mais presentes e frequentes, com a desvalorização cada vez maior do que é público. Neste sentido, vemos a necessidade da escola buscar um posicionamento e ações mais efetivas em sua prática pedagógica, para preparação das crianças na vida coletiva. Segundo os autores, “[...] mesmo com tantas dificuldades que a escola enfrenta para contribuir com a formação de personalidades éticas, é ela ainda o espaço por excelência das relações e, portanto, da possibilidade de relações éticas” (p. 42).

Quando se fala no desenvolvimento do juízo moral no ambiente escolar, muitos professores acreditam que é competência da família trabalhar esse conceito e que a criança deve chegar pronta para o saber formal e pragmático da escola. Por outro lado, esses mesmos professores reconhecem que na prática isso não ocorre, e que se a escola não se mobilizar, articular e se organizar para a construção dessa

prática, ficará cada vez mais difícil exercer a docência. No entanto, vale lembrar que a teoria de Piaget, como descreve La Taille (1994), nos permite uma reflexão não só em relação a educação moral desenvolvida na escola, mas acima de tudo refletir sobre a moralidade de uma cultura que reflete em sua sociedade.

Puig (1988, p. 8), destaca que “[...] a temática da moralidade e de uma construção de valores pessoais socialmente justificados, não tem sido muito valorizada em nossa sociedade e até mesmo na estrutura das escolas”. Assim, o autor ressalta a importância de se entender a educação moral e as conveniências das escolas hoje trabalharem com este tema, até porque a instituição escolar desempenha uma função educativa com vistas à educação integral, ou seja, cuidar de todas as capacidades humanas.

Pensamos que a educação moral deve converter-se em um âmbito de reflexão individual e coletiva que permita elaborar racional e autonomamente princípios gerais de valor, princípios que ajudem a defrontar-se criticamente com realidades como a violência, a tortura ou a guerra. A educação moral deve ajudar a analisar criticamente a realidade cotidiana e as normas sociomorais vigentes, de modo que contribua para idealizar formas mais justas e adequadas de convivência. Também pretende aproximar os educandos de condutas e hábitos mais coerentes com os princípios e normas que vão construindo. E, finalmente, a educação moral quer formar hábitos de convivência que reforcem valores como a justiça, a solidariedade, a cooperação ou o cuidado com os demais (PUIG, 1988, p. 15).

Assim, o objetivo da ação educativa deve ser o desenvolvimento integral da criança em seus aspectos físico, afetivo, cognitivo e social. A escola, enquanto instituição formadora, deve se preocupar também na formação moral do estudante, no desenvolvimento da autonomia e no modo como ele se comporta frente as questões cotidianas. Nesta perspectiva, o conceito de caráter tem fundamental importância no desenvolvimento do indivíduo e deve ser olhado com atenção pelos profissionais da educação.

A educação moral deve ser parte inerente do processo de ensino-aprendizagem no contexto escolar visto que a escola não só colabora, mas, principalmente, influencia no desenvolvimento humano através da prática do convívio e das relações interpessoais. A incorporação desse trabalho pela instituição escolar é essencial para uma educação integral, pois traz como meta um aperfeiçoamento linear.

A partir de uma perspectiva macroscópica, acreditamos que um dos motivos que torna muito conveniente o ocupar-se da educação moral reside no fato de que hoje os problemas mais importantes que tem apresentado a humanidade em seu conjunto não são problemas que tenham uma solução

exclusivamente técnico-científica, mas sim situações que precisam de uma reorientação ética dos princípios que as regulam. As relações do homem consigo mesmo e com os demais povos, raças ou crenças; do homem com seu trabalho e com as formas econômicas que criou; do homem com seu ambiente natural e urbano; ou do homem com seu próprio substrato biológico; são todos eles problemas de orientação e de valor, que exigem que a escola lhes conceda uma atenção prematura na educação de seus alunos e alunas. Acreditamos, enfim, que boa parte dos motivos que impulsionam a proposta de uma educação moral pode sintetizar-se na necessidade de apreciar, manter e aprofundar a democracia, assim como incorporar nos próprios hábitos pessoais de inter-relação. Desde suas versões político-institucionais até suas manifestações interpessoais, a democracia é um procedimento de forte conteúdo moral, já que nos permite estabelecer de forma justa os conflitos de valor gerados pela vida coletiva (PUIG, 1988, p. 16-17).

Os *Parâmetros Curriculares Nacionais* (PCNs), documento elaborado pelo Ministério da Educação (MEC) e aprovado pelo Conselho Nacional de Educação (CNE) em 1998 indicam alguns dos objetivos que educando do Ensino Fundamental sejam capazes de desenvolver:

- [...] posicionar-se de maneira crítica, responsável e construtiva nas diferentes situações sociais, utilizando o diálogo como forma de mediar conflitos e de tomar decisões coletivas; [...]
- questionar a realidade formulando-se problemas e tratando de resolvê-los, utilizando para isso o pensamento lógico, a criatividade, a intuição, a capacidade de análise crítica, selecionando procedimentos e verificando sua adequação [...] (BRASIL, 1998, p. 7).

Ulisses Ferreira de Araújo em sua apresentação à edição brasileira do livro *Ética e valores: métodos para o ensino transversal*, de Puig (1988, p. 9), comentou que esta proposta de objetivos e conteúdos apresentados nos PCNs, que trouxe como um dos temas transversais o conteúdo ética, seria um dos maiores desafios que educadores enfrentariam para atender aos anseios de uma sociedade plural e democrática e questionou como promover uma educação em valores humanos que não se baseie numa mera transmissão dos valores das classes dominantes.

Vale frisar que 19 anos se passaram desde o lançamento dos PCNs e que os desafios e dificuldades para se trabalhar com valores humanos só aumentaram dentro das instituições escolares, visto que a cada dia a escola tem que lidar com mais diversidades e problemas sociais que hoje adentram o contexto escolar. Diante deste panorama, surge a importância de novos estudos na área da educação moral que correspondam a nossa atual realidade social, na ânsia de buscar alternativas diferenciadas de trabalho dentro das salas de aulas e que dê subsídio ao educador em desenvolver um trabalho pedagógico que atenda às necessidades dos

estudantes e seja capaz de formar cidadãos críticos, reflexivos e prepará-los para o exercício efetivo da cidadania nesta sociedade democrática.

La Taille, em seu prefácio à edição brasileira no livro de Piaget, *O juízo moral na criança* (1994), descreve as relações existentes entre a teoria e a prática no desenvolvimento da educação moral: “Embora seja inegável que discursos morais influenciam os homens, é preciso pensar de onde vêm tais discursos, e quais são as garantias de sua eficácia como determinantes na prática” (p. 11).

Segundo Levy-Bruhl (1902) em seu livro *La Morale et la Science des Moeurs* (Paris, PUF, 1971), citado por La Taille (1994, p. 11), “[...] ao invés de a prática ser deduzida da teoria, é a teoria que, até o momento, é uma espécie de projeção abstrata da moral praticada numa sociedade dada, a uma época dada”. O autor ainda argumenta que o pensador pensa a prática moral já estabelecida e lhe confere coerência através de princípios. La Taille (1994, p. 11) destaca: “Em resumo: primeiro está a ação, depois a tomada de consciência desta (abstração) que, aliás, pode muito bem ser crítica, mas que tem necessariamente por base a prática vigente”.

La Taille (1994) relembra o pensamento de Piaget ao descrever que via no estudo da criança um acesso privilegiado ao conhecimento do homem:

Piaget tem justamente o cuidado de pensar a moralidade associando-a ao desenvolvimento geral da criança. As fases deste desenvolvimento são solidárias, da evolução da afetividade, da socialização e, naturalmente, da inteligência. Escreve Piaget que “a lógica é uma moral do pensamento, como a moral é uma lógica da ação” (LA TAILLE, 1994, p. 17).

Assim como Piaget, Puig (1998), ressalta que o desenvolvimento da educação moral no indivíduo apresenta fator essencial de interação com o meio, com o outro, com a família e com elementos culturais, pois é através da partilha que este construirá sua personalidade moral.

Em primeiro lugar, a educação moral é essencialmente um processo de construção de si mesmo. Não é uma imposição de modelos externos nem o descobrimento de valores íntimos, tampouco o desenvolvimento de certas capacidades morais. A educação moral é uma tarefa destinada a dar forma moral à própria identidade, mediante um trabalho de reflexão e ação a partir das circunstâncias que cada sujeito vai encontrando dia a dia. Trata-se, porém, de um processo de construção que ninguém realiza de modo isolado; conta sempre com a ajuda dos demais e de múltiplos elementos culturais valiosos, que contribuem ativamente para conformar a personalidade moral de cada sujeito. A construção da personalidade moral é uma obra compartilhada, feita junto com os outros, e impulsionada por normas de valor que a orientam, ainda que nunca a determinem completamente (PUIG, 1998, p. 19-20).

Assim, não é possível pensar a escola como uma instituição segregada do contexto de uma sociedade. O trabalho da escola deve trazer contribuições para que a sociedade se modifique e que os cidadãos alcancem autonomia em suas ações e que não sejam vítimas do medo, da coação e de regras impostas pelo poder de uma classe dominante ou por reprodução de modelos preconcebidos.

Refletir sobre que valores se procura transmitir e se eles estão contemplados nas atitudes cotidianas é o primeiro passo para desenvolver um projeto em que os princípios universais se concretizem num caminho de apropriação e construção.

A escola, consciente ou inconscientemente, realiza diariamente em sua prática educativa, diversas ações de educação moral através de sistemas de regras estipuladas pela instituição, normas de convivência construída pelos professores e equipe gestora no início de cada ano letivo, direção de condutas para resolução de conflitos entre os estudantes, orientações éticas e morais para o que social e culturalmente se considera errado, certo, bom ou mau. Independentemente de serem implícitas, casuística ou explícitas e planejadas a escola abarca esses conceitos em todos os seus setores e envolve todos os profissionais.

Vale frisar que o termo moralidade a que este trabalho se refere não tem nada a ver com moralista ou moralismo, que preza a normatização incessante, dogmática, de abrangência excessiva e negativa, de legitimidade suspeita que vigia contumaz a vida alheia, mas simplesmente no entendimento de preocupação e reflexão por questões morais, como descreve La Taille (2006, p. 27).

Outro ponto de fundamental importância a se considerar para o trabalho com a educação moral é a formação adequada de profissionais para abordar essa temática, visto ser raramente estudada no currículo de cursos de formação de professores, ficando submetidas em bases do senso comum ou de uns poucos que buscam formação externa para se capacitar. Vale a ênfase neste aspecto, uma vez que, só é possível formar indivíduos autônomos se o profissional que esteja mediando este processo também tenha pensamentos e ações autônomas. Encontramos em Puig (2004, p. 194) essa crítica ao modelo tradicional pontuando o conceito de práticas morais como disparadores da construção de valores, ou “espaços de experiência formativa”. Aqui coloca o papel do educador como aquele que planeja as práticas e constrói os meios para a sua problematização, tendo como objetivo a

Reconstrução do mundo da vida das escolas, a criação de um espaço que, em si mesmo, seja educativo [...] é preciso que os educadores imaginem formas de convivência escolar e formas de aprendizagem que predisponham a viver e aprender de acordo com certos princípios e valores (PUIG, 2004, p. 195).

As crianças e adolescentes devem ter garantido um espaço no ambiente escolar para falar de si e de seus sentimentos. Assim, terão oportunidades de construir personalidades éticas, seguros de suas decisões e cidadãos autônomos.

Em síntese, inserida neste processo de formação de valores e comprometida com o desenvolvimento de capacidade dos estudantes, a escola conseguirá intervir na sociedade sendo o início de um caminho melhor. É preciso repensar comportamentos e conceitos, necessitando o ambiente escolar tornar-se uma unidade formadora de caráter e de cidadania, num constante processo de reeducação, onde a teoria divide espaço com a prática e com o exercício da urbanidade, com exigência da ética e da moral.

Com essa premissa, pensando no desenvolvimento integral do indivíduo e em seu papel social, este trabalho optou em buscar estudos que embasassem a importância do trabalho com valores nas escolas e as contribuições que a Educação Moral promove, principalmente no que se refere ao ensino do valor humano da honestidade às crianças, uma vez que este princípio anda tão escasso e desgastado em nossa sociedade contemporânea.

1.2 A teoria do desenvolvimento moral na perspectiva de Piaget

Antes de adentrar o próximo capítulo, onde trataremos especificamente sobre o valor da honestidade, gostaríamos de fazer algumas análises e considerações sobre os conceitos básicos da teoria piagetiana em que o termo mais próximo da honestidade se refere ao senso de justiça, no qual é preciso que haja o desenvolvimento da autonomia intelectual e moral para a construção do conhecimento e ascensão da moralidade do indivíduo.

Vale lembrar que Jean Piaget (1896-1980) renomado psicólogo e filósofo suíço, foi considerado um menino prodígio em sua infância com uma mente brilhante para os estudos. Destacou-se em sua trajetória acadêmica e profissional, pois revolucionou as concepções de inteligência e de desenvolvimento cognitivo partindo

de pesquisas baseadas na observação e em entrevistas que realizou com crianças. Considerou-se um epistemólogo genético porque investigou a natureza e a gênese do conhecimento nos seus processos e estágios de desenvolvimento.

Ferreiro (2001), descreveu Piaget como

[...] um homem de vida mansa, regular, sem sobressaltos; autor difícil, de pensamento rigoroso, sem concessões para o leitor, é um homem que pouco se importa com os formalismos, um expositor de palavra fácil, cuja fina ironia e infatigável humor quebram a rigidez das reuniões acadêmicas. [...] Demasiadamente grande para ser ignorado [...] é seguidamente mais honrado do que compreendido (p. 103-104).

Piaget ficou conhecido por ser o pioneiro nos estudos no campo da inteligência e da moralidade infantil, pois grande parte de sua carreira profissional se concretizou na interação com crianças e estudando seu processo de raciocínio.

Suas pesquisas sobre a psicologia do desenvolvimento e a epistemologia genética contribuíram significativamente não só no campo da psicologia, mas tiveram grande impacto no campo educacional, na área da pedagogia, visto que seus estudos defendiam a tese de que o pensamento lógico se desenvolve gradativamente e que as crianças são as próprias construtoras ativas do conhecimento, constantemente criando e testando suas teorias sobre o mundo. Assim, sua teorização pedagógica se baseou na abordagem psicológica, lógica e biológica, onde se parte de pilares condicionados pela genética e se constrói através de estímulos socioculturais.

As contribuições de Piaget para a educação são consideradas de extrema importância. Ferreiro (2001), classifica Piaget como o teórico decididamente revolucionário, considerado o homem que descobriu os estágios do desenvolvimento da inteligência na criança.

De um modo similar, estimo que a visão da criança que nos legou Piaget constitui um ponto de referência obrigatório para qualquer psicólogo que se interesse pelo desenvolvimento do conhecimento. Isso pode parecer insensato em uma época na qual a metáfora do computador desempenha um papel preponderante. No entanto, afirmo que o desenvolvimento do conhecimento não pode deixar de lado um fato fundamental que se encontra no centro das investigações piagetianas: o ser humano atribui significados ao mundo que o rodeia através de seus esforços para assimilá-lo (FERREIRO, 2001, p. 23).

A ideia principal de Piaget consiste em compreender a formação dos mecanismos mentais da criança para captar sua natureza e seu funcionamento. A influência de Piaget na psicologia da aprendizagem parte da consideração de que

essa se realiza por meio do desenvolvimento mental, através da linguagem, das brincadeiras e da compreensão.

A teoria de Piaget leva à conclusão de que o conhecimento não é uma cópia da realidade, e sim, o produto de uma inter-relação da pessoa com seu entorno. Portanto, seria sempre individual, particular e peculiar.

Influenciado pelo raciocínio de Kant, Piaget (1994) estudou vários aspectos importantes do desenvolvimento moral e concebeu sua própria teoria acreditando que a moral consiste em um sistema de regras, que tem seu fundamento difundido no respeito que o indivíduo adquire por elas. Nesta perspectiva, a imposição de regras, seja na escola ou fora dela, não deve ser cumprida simplesmente em obediência ao que está determinado, mas deve suscitar um processo de reflexão e análise da importância dessa regra e qual seu valor para o indivíduo ou para a sociedade.

Quando se fala em desenvolvimento moral da criança, Piaget (1994) propõe a existência de duas tendências, relativos à consciência de regra, denominadas: Heteronomia (a regra vem do exterior, do outro) e Autonomia (capacidade de governar a si mesmo). No entanto, Piaget argumenta que antes destas duas tendências, a criança vivencia até por volta dos dois anos uma fase acentuada de egocentrismo, sendo puramente natural nesta faixa etária. Piaget intitulou este período como Anomia (A=negação, ausência / Nomia = regra, lei). Neste, a criança adquire hábitos que compõem todo um código de regras individual, inventando rituais para o seu próprio prazer. Nesta fase ainda não há desenvolvimento da moral, pois a criança não se encontra conhecedora das regras existentes; são as necessidades básicas que determinam as normas de sua conduta, cumprindo-as de maneira inconsciente sem nenhuma obrigatoriedade.

No tocante a tendência da heteronomia, que se inicia por volta dos 2 anos e acompanha a criança até os 9 anos, aproximadamente, as regras morais são impostas e aparece como um comportamento intermediário entre aqueles puramente individuais e os socializados. Piaget (1932/1994) assinala que, nesse período, a criança imita o comportamento do adulto porque acredita que as regras vêm de fora, de outro que é superior a ela. As regras são vistas como leis externas, sagradas, imutáveis impostas pelos adultos e modificá-las seria considerada uma falta grave. Segundo Menin (1996), heteronomia significa ser governado por outros, fora de nós.

Assim, nesta fase, as regras são cumpridas como são colocadas, sem qualquer reflexão sobre a razão delas existirem.

Já na tendência da autonomia, há uma compreensão das regras de um modo individual, ou seja, uma consciência das regras, e que segundo Piaget (1994) isso acontece por volta dos dez anos de idade. Nesta fase, ocorre a legitimação das regras que passam a ser vistas como resultado de uma decisão livre, digna de respeito e aceitas pelo grupo, tomando consciência da importância da lei e procurando entendê-la, não apenas segui-la como fazia até então.

[...] Por outro lado, quando decidimos seguir certas regras, normas e leis por vontade própria, independente das consequências externas imediatas, estaremos sendo autônomos (MENIN, 1996, p. 40).

No momento em que se instaura a passagem da criança heterônoma para a autônoma, acontece o posicionamento em afastar-se das regras morais impostas pelo adulto, a fim de refletir e avaliar seu valor.

Na autonomia a obediência a uma regra se dá pela compreensão e concordância com sua realidade universal. Obedecemos porque concordamos que os motivos para a ação poderiam tornar-se "leis universais": seriam um bem para todos... Na heteronomia, a obediência a uma regra se dá pelo medo à punição ou pelo interesse nas vantagens a serem obtidas pessoalmente (MENIN, 1996, p. 41).

As crianças que se encontram na fase da autonomia entendem que as regras não são sagradas e podem ser alteradas, ou ainda, modificadas conforme a necessidade, sendo capaz de estabelecer um bom convívio social entre seus pares.

Para Piaget (1932/1994, p. 64), "[...] é a partir do momento em que a regra de cooperação sucede à regra de coação que ela se torna uma lei moral efetiva". Sendo assim, a construção da consciência moral na criança se configura em etapas, passando do estágio de pré-moralidade-anomia-, sem noção de regras ou consciência moral para o estágio de heteronomia, no qual as regras são impostas, até atingir a autonomia moral, sendo ela capaz de governar a si mesmo pautando-se em relações de cooperação.

Tendo em vista que o foco do presente trabalho é a honestidade, discutiremos somente os aspectos relacionados à sua análise, ou seja, a prática e consciência das regras, o roubo, a mentira, as noções de justiça imanente, retributiva e distributiva e as sanções expiatórias e por reciprocidade.

Partindo desse princípio, Piaget (1994) constatou que a formação das regras se configura a partir do desenvolvimento gradativo de dois fenômenos: a consciência que se tem das regras e a sua colocação em prática. Piaget (1994) caracteriza

consciência (conhecimento) das regras como sendo a maneira que as crianças pensam à obrigatoriedade ou não do seguimento destas regras e a prática das regras o modo pelo qual as crianças de várias faixas etárias aplicam as normas. Assim, a intenção de Piaget era encontrar o grau de correspondência existente entre esses dois fenômenos, sendo apontado fases diferentes de desenvolvimento para cada um deles. Como o foco deste trabalho está centrado na ascensão do juízo moral, abordaremos de maneira específica apenas o desenvolvimento da consciência das regras. Sobre a prática das regras, destacaremos apenas que esta possui quatro estágios de desenvolvimento, sendo eles: (1) motor e individual, (2) egocêntrico, (3) cooperação nascente e (4) codificação das regras (Piaget, 1932/1994).

Piaget (1994) afirma que não há inteligência inata, tanto a consciência moral, como a afetividade e a razão têm seu progresso em estágios sucessivos nos quais as crianças organizam o pensamento e o julgamento.

Neste ponto, é importante compreendermos qual é o conceito de regra empregado na teoria de Piaget para o desenvolvimento do juízo moral. Segundo o autor,

Uma regra é um fato social, que supõe uma relação entre pelo menos dois indivíduos. E esse fato social repousa sobre um sentimento que une esses indivíduos uns aos outros, que é o sentimento do respeito: há regra quando a vontade de um indivíduo é respeitada pelos outros ou quando a vontade comum é respeitada por todos (PIAGET, 1998, p. 61 e 62).

Para Piaget o desenvolvimento da moralidade se dá principalmente através da atividade de cooperação, do contato com iguais, da relação e troca com companheiros e do desenvolvimento da inteligência.

Piaget (1994) afirmou em seus estudos que o desenvolvimento da moralidade na criança parte do respeito. Assim, ele caracteriza que existem dois tipos de relações sociais: as de coação e as de cooperação, relacionadas a dois tipos de respeito: o unilateral e o mútuo. Nas relações de coação o que prevalece é a autoridade adulta que impõe as regras às crianças intensificando assim a submissão infantil por meio da coação, reforçando a heteronomia. É marcado pelo sentimento desigual entre a criança e o adulto, em que a criança não participa da construção das regras e muitas vezes nem sabe sua função, cumprindo estas sem questioná-las, pois, sente medo de ser punida. Já as relações de cooperação são regidas pelo respeito mútuo no qual a criança respeita o adulto, e este também respeita a criança,

posicionando-se ainda com autoridade, mas sem coagir, existindo trocas efetivas e equilibradas primando pelo respeito mútuo entre iguais, sendo essas relações imprescindíveis para a construção da autonomia.

Do ponto de vista da moral, a cooperação leva não mais à simples obediência às regras impostas, sejam elas quais forem, mas a uma ética da solidariedade e da reciprocidade. Essa moral caracteriza-se quanto à forma, pelo desabrochar do sentimento de um bem interior independente dos deveres externos. Do ponto de vista intelectual, essa mesma cooperação entre os indivíduos leva a uma crítica mútua e a uma objetividade progressiva. Cada sujeito pensante constitui, com efeito, um sistema próprio de referência e de interpretação, e a verdade resulta de uma coordenação entre esses pontos de vista (PIAGET, 1994, p. 118-119).

Dessa forma, a criança, portanto, precisa ser educada para a convivência e cooperação, sendo exigida para este processo a mediação do meio, da cultura e dos agentes.

Considerando que a essência deste trabalho é o desenvolvimento da moralidade com ênfase no valor honestidade, outros aspectos relevantes a serem destacados é a abordagem de Piaget sobre o roubo e a mentira. Entender como as crianças caracterizam e avaliam estes conceitos é fundamental para se estabelecer estratégias pedagógicas de ensino sobre este valor.

Em se tratando do roubo, Piaget (1994) descreve que as crianças menores, até os 7 anos, tendem a considerar mais grave o roubo de objetos grandes, não considerando as intenções presentes no ato de roubar, ou seja, o resultado material e a consequência do roubo são julgados e devem acarretar em uma punição. Já as crianças a partir dos 8 anos de idade, consideram as intenções do roubo mais importante que seu resultado final.

No que diz respeito a mentira, Piaget (1994) descreve que a mentira é uma falta moral cometida por meio da linguagem, característica da criança pequena que resulta do pensamento egocêntrico e da coação moral do adulto, chamada de responsabilidade objetiva, ou seja, análise dos danos materiais causados daquele ato. É característica marcante da moral heterônoma e frequentemente, a criança de até 6-7 anos relaciona mentira a palavras feias e percebe que ambas são recriminadas pelo adulto, portanto não devem ser ditas. Piaget (1994) destaca que a criança pequena não mente por mentir; na verdade, ela altera a realidade em função dos seus desejos e fantasias, não sentindo a necessidade de dizer a verdade. Entre os 8-10 anos, devido ao desejo de participação, a criança experimenta a necessidade da verdade nas relações de respeito mútuo. Assim, Piaget (1994)

afirma que aos 10 anos ela é capaz de definir mentira como toda afirmação que é intencionalmente falsa, julgando com base na intenção. A compreensão da regra de não mentir, somente será possível quando a criança estabelecer a relação de cooperação e a superação do egocentrismo, ou seja, quando o respeito mútuo tiver primazia sobre o respeito unilateral e seus julgamentos não estiverem mais pautados nas consequências materiais do ato.

1.2.1 O Desenvolvimento da noção de Justiça na criança e as sanções na teoria piagetiana

Com base em pesquisas sobre a forma como as crianças lidam com as regras em situações de jogos e dilemas morais, Piaget (1994) constatou que a construção do senso de justo e injusto encontram-se ligadas a condição de equilíbrio regulador que caracteriza a relação entre as pessoas e com o desenvolvimento cognitivo passando por diferentes tipos de compreensão em relação às regras.

Segundo Piaget (1994), as regras de justiça, promovem o equilíbrio das relações sociais. Biaggio (1972, p. 17), afirma que “[...] a essência da moralidade está no respeito que o indivíduo adquire pelas regras”. Dessa forma, é fundamental reconhecer como a criança adquire respeito pelas regras existentes na sociedade e como este processo pode ser estimulado.

O contato com as regras do que pode ou não fazer dispõe situações para o desenvolvimento da justiça na criança, que Piaget (1994, p. 236) categorizou em: justiça retributiva e justiça distributiva.

Piaget destaca, ainda, que dentro da justiça retributiva encontramos uma noção primitiva de justiça, a qual ele denominou como justiça imanente, que se estende até os 7-8 anos, e prevalece a crença de que a punição resulta espontaneamente da natureza e do universo, sendo toda má ação merecedora de um castigo. Piaget (1994) afirma ser uma forma mais primitiva de justiça porque se fundamenta na crença natural das punições, ou seja, a criança até os sete anos acredita em sanção automática que emana das próprias coisas ou objetos. Essa noção de justiça é vivenciada no período da heteronomia, com respeito unilateral, não havendo distinção entre dever e obediência, considerando toda sanção legítima e necessária.

A justiça retributiva, compreendida entre 8-11 anos aproximadamente, está subordinada à autoridade adulta, o que indica que não existe a diferenciação do justo e do injusto com as noções de dever e de desobediência. Pode-se dizer que uma sanção é injusta quando pune um inocente, recompensa um culpado ou não é dosada na proporção do mérito ou da falta. Neste período, a criança só percebe a injustiça quando o adulto não cumpre uma ordem que ele mesmo colocou.

E, finalmente, a justiça distributiva, que se inicia por volta dos 11-12 anos, em que a criança consegue analisar as condições particulares de cada situação para aplicar a reciprocidade, ou seja, é injusto uma repartição que favorece uns à custa de outros, sendo esta temperada pelas preocupações de equidade.

Chegaremos à conclusão de que o sentimento de justiça-embora podendo, naturalmente ser reforçado pelos preceitos e exemplo prático do adulto-, é, em boa parte, independente destas influências e não requer, para se desenvolver, senão o respeito mútuo e a solidariedade entre crianças (PIAGET, 1994, p. 156).

Na teoria piagetiana a sanção tem como propósito a recolocação da ordem, o reestabelecimento do elo social e da autoridade da regra, e podem ser classificadas de dois tipos: expiatória ou por reciprocidade.

A sanção expiatória caracteriza-se pela coação e pelas regras de autoridade impostas de fora à consciência do indivíduo a qual transgride, ou seja, pelo adulto. É baseada na crença de que a única maneira de se reestabelecer a ordem é por meio de advertência, em outras palavras, punir é justo, necessário e apresenta caráter arbitrário, estando mais ligada a justiça retributiva, pois não há relação entre o conteúdo da sanção e a natureza do ato sancionado, mas é necessário a proporcionalidade entre o sofrimento imposto e a gravidade da falta.

A sanção por reciprocidade é paralela à cooperação e as regras de igualdade que surgem do interior da criança. Está mais relacionada a justiça distributiva, pois são consideradas realmente como legítimas por decorrer da igualdade que prevalece sobre qualquer outra preocupação. Neste processo existe a ruptura do elo social provocado pelo culpado, o qual sente seus efeitos. Há relação de conteúdo e de natureza entre a falta e a punição e tem o diálogo como a forma mais eficaz de reparação, não necessitando de castigo ou punição.

A sanção é, de fato, uma “consequência natural” do ato, uma vez que a consequência da mentira é acreditarmos inteiramente no mentiroso ou então não acreditarmos mais nele (PIAGET, 1994, p. 163).

Quanto as sanções por reciprocidade, o que impera neste raciocínio são os princípios da cooperação e das regras de igualdade, sendo importante que a sanção de um ato tenha relação com a falta cometida e que seja proporcional a gravidade da ação. Piaget assegura que “[...] basta pôr a funcionar a reciprocidade [...] Basta tirar as consequências da violação desta regra, para que o indivíduo se sinta isolado e deseje, ele próprio, o restabelecimento das relações normais” (Piaget, 1994, p. 162). A sanção por reciprocidade se classifica em seis diferentes formas. O primeiro, de acordo com Piaget (1994), se refere à exclusão momentânea ou definitiva da criança do próprio grupo social, ou seja, “É a que utilizamos na vida, quando recusamos à criança um jogo ou um passeio, no curso dos quais a experiência mostrou que ela não sabe se comportar: o elo social está momentaneamente rompido” (p. 162 e 163). O segundo tipo de sanção se caracteriza ao apelo às consequências direta e material dos atos para fazer o infrator compreender e suportar as consequências dos próprios atos. Neste tipo de sanção “[...] os pais destas crianças se recusam a recolocar eles próprios as coisas em ordem e respondem à negligência dos culpados com vontade de não ajudá-los” (PIAGET 1994, p. 163). O terceiro tipo de sanção consiste em privar o culpado do objeto ao qual ele abusou, ou seja, “[...] é uma espécie de ruptura de contrato decorrente do fato de que as condições do contrato não foram observadas” (PIAGET 1994, p. 163). O quarto tipo de sanção consiste em fazer à criança exatamente o que ela fez ao outro e que ela sinta as consequências dos próprios atos. “É evidente que este tipo de sanção, perfeitamente legítimo quando se trata de fazer compreender à criança o alcance do seu ato, torna-se vexatório e absurdo, quando é apenas uma questão de devolver o mal com o mal [...]” (PIAGET 1994, p. 164). O quinto tipo de sanção é referente à sanção restitutiva, ou seja, a reposição material (substituição ou pagamento) é a melhor forma de justiça, uma vez que a repreensão não tem mais razão de ser. A sexta e última categoria de sanção se refere à simples repreensão, sem nenhuma punição, é “[...] a repreensão que não se impõe autoritariamente, mas que se limita a fazer compreender ao culpado em que rompeu o elo de solidariedade” (PIAGET 1994, p. 164).

Segundo Piaget (1994) quando a adesão aos grupos e a cooperação se transformam em fatores de igualitarismo, a criança coloca a justiça acima da autoridade e a solidariedade acima da obediência; é a moral do bem ou da autonomia.

Em Piaget (1994), o ser autônomo somente legitima princípios e regras morais inspiradas pela reciprocidade, pela igualdade, pela equidade e pelo respeito mútuo. La Taille (2006, p. 21) descreve que o psicólogo Kohlberg (1927-1987), por sua vez, conhecido por sua teoria dos níveis de desenvolvimento moral, afirma que este segue em direção ao ideal de justiça, e que na fase superior de evolução moral é necessariamente pensada em termos universais, pois o sujeito vê antes a si próprio como membro da humanidade, e não apenas de determinada sociedade. Portanto, para Piaget e Kohlberg, os Direitos Humanos não são apenas um sistema moral entre outros, mas o sistema para o qual tende a evolução moral dos indivíduos e das sociedades.

Neste sentido, os resultados das pesquisas de Piaget (1994) acerca da sanção demonstram que para as crianças pequenas, a compreensão de sanção é necessária e justa, tanto mais justa quanto mais severa e a criança devidamente castigada saberá melhor cumprir seu dever. Já para as crianças maiores, a sanção não constitui uma necessidade moral e a repreensão e a explicação são mais proveitosas que o castigo. Vale destacar que a necessidade de sanção pode ser encontrada em qualquer idade, dependendo do tipo de relação familiar ou social. Em nossa pesquisa, por exemplo, a maioria das famílias exercia a prerrogativa do estabelecimento de limites a seus filhos e a sanção em caso de desobediência às regras impostas, salvo algumas exceções (três participantes, mais especificamente), que não dispunham do acompanhamento familiar no que diz respeito a aprendizagem e as ações da instituição escolar.

Ainda neste sentido, quando a criança entra na sociedade, depara-se com um sistema de regras elaboradas e dominadas pelo adulto. Piaget argumenta que essas regras são consideradas pelas crianças, até por volta dos 7-8 anos de idade. Devido ao respeito unilateral, as crianças consideram estas regras como sagradas e, quando são violadas, os castigos podem ser aplicados, sendo tidos como justos.

Com a idade entre os 8 aos 11 anos de idade, o respeito unilateral é atenuado e a expiação perde progressivamente seu valor dando vez às sanções por reciprocidade, ou seja, aquelas baseadas no respeito mútuo.

Para esta passagem da obediência à cooperação, um dos fatores motivacionais são as experiências morais da criança, vivenciadas ou observadas. Ao descobrir a imperfeição da justiça adulta, a criança percebe que melhor que o castigo ou punição, está a compreensão da falta pelo culpado demonstrando a

ruptura do elo de solidariedade. Com isso, o progresso das regras de cooperação se evidencia e ideias de igualdade e solidariedade se sobressaem.

Piaget (1994) concluiu em suas pesquisas que por volta dos 11-12 anos de idade, a criança passa a considerar situações particulares de cada indivíduo, refletindo em sua maneira de julgar os acontecimentos, ou seja, o igualitarismo simples cede lugar a uma noção de justiça mais refinada, “a equidade”, que se define pela igualdade.

A autoridade adulta, se bem que constituindo, talvez, um momento necessário na evolução moral da criança, não basta para constituir o senso de justiça. Este só se desenvolve na proporção dos progressos da cooperação e do respeito mútuo, de início, cooperação entre crianças, depois cooperação entre crianças e adultos, na medida em que a criança caminha para a adolescência e se considera, pelo menos em seu íntimo, como igual ao adulto (PIAGET, 1994, p. 239).

1.2.2 A teoria Piagetiana e o contexto escolar no processo de desenvolvimento da autonomia

Um dos grandes desafios da instituição escolar é proporcionar ao estudante condições de superação da heteronomia, do sentimento de obrigatoriedade e de obediência à autoridade e à tradição, exercendo a reflexão e a busca de princípios que legitimem a moral. Isso porque existe uma particular proximidade entre moral e educação em que o indivíduo precisa ser educado para a moralidade. Piaget (1994) já argumentava que o comportamento natural inicial do ser humano é o egocentrismo, sendo as necessidades individuais prevaletentes e que orientam o agir.

Mediante a dificuldade da escola hoje em lidar com a diversidade social e, principalmente com a indisciplina dos estudantes ou mesmo a um pensamento de controle do comportamento, ou ainda, a reprodução de uma sociedade submersa na idolatria pelo dinheiro e pelo poder, o desejo da escola tem sido pelo “bom comportamento” da coletividade. Isso significa estudantes tranquilos, e implica na submissão e obediência de regras impostas, coagidos por ameaças de retenção, suspensão e outras formas de imposição de comando e autoridade. Observa-se que o ambiente sociomoral da maioria das escolas estão comprometidos com práticas diferentes do discurso de uma educação emancipatória.

[...] Ressalta-se porém, que uma educação pautada na submissão à autoridade e na obediência acrítica às regras sem a compreensão das

necessidades ou dos princípios que as embasam principalmente por conformismo e pelo temor de situações constrangedoras ou de punição, poderá modificar ações (externamente), mas dificilmente contribuirá para situar os valores em um lugar central no sistema das representações de si da criança e do jovem, o que acarretaria atitudes coerentes com esses valores independentemente das pressões do meio externo (VINHA; TOGNETTA, apud LA TAILLE; MENIN, 2009, p. 40).

Vale destacar que Piaget (1954) evidencia que os valores se referem a uma troca afetiva do sujeito com os objetos, entendendo objeto como as coisas e pessoas do mundo exterior, ou seja, os valores são construídos com base nas interações que o sujeito faz com a realidade.

Assim, para exercer a autonomia defendida por Piaget (1954), a escola necessita considerar a criança como um ser ativo e pensante, um ser em si e em co-participação com o outro, ou seja, a convivência. Essa é a grande oportunidade para aprender, vivenciar e exercitar as virtudes morais, pois a convivência exige a construção de relações por parte dos integrantes como o respeito, a cooperação, a justiça, a amizade, a verdade e outras virtudes necessárias para o desenvolvimento da moralidade. La Taille (2006, p. 59) enfatiza que o sujeito moralmente heterônomo elege conteúdos-valores dominantes em sua comunidade. Isso equivale a aceitar e conformar-se com a imposição de regras e princípios. Ele passa a ser o que o seu entorno quer que ele seja. Já o sujeito moralmente autônomo também é inspirado pelo sentimento de obrigatoriedade, mas elege a equidade e a reciprocidade como princípios de seus juízos e ações morais. Nesse sentido, ele concebe a moral não como regras e princípios que regem apenas e essencialmente as relações entre membros de uma determinada sociedade, mas sim as relações entre todos os seres humanos, sejam eles pertencentes ou não à sua comunidade. Ademais, podemos dizer que provavelmente vê a si próprio como um representante da humanidade (e não de determinado grupo social), cujas representações de si estão associadas a valores que transcendem aqueles de sua comunidade.

Na escola, as atitudes e valores estão presentes em todos os processos de ensino e aprendizado: no modelo de relação entre os atores da instituição, na realização de projetos, oficinas, momentos de recreação, no trabalho em grupo. São destes momentos que as relações de respeito, cooperação, solidariedade são desenvolvidas e compreendidas para a vida em sociedade. A criança observa como as pessoas se comportam, suas atitudes em relação aos outros e a si próprio.

No nível moral, as concepções de Bem ou Mal serão abstrações das relações sociais efetivamente vividas. Por esta razão, uma educação moral

que objetiva desenvolver a autonomia da criança não deve acreditar nos plenos poderes de belos discursos, mas sim levar a criança a viver situações onde sua autonomia será fatalmente exigida. Porém, é preciso tomar cuidado com as pretensões da ação educativa escolar: os conceitos de coação e cooperação são, para Piaget, conceitos que permitem a leitura de uma sociedade dada. Se uma cultura for essencialmente coercitiva, valorizando as posturas autoritárias e o respeito unilateral, dificilmente uma ação pedagógica, por si só, levará à autonomia dos alunos. Ajudará, sem dúvida, mas terá alcance limitado. Acreditar o contrário é pensar que uma criança é puro produto dos métodos e objetivos de uma instituição educacional. Não há dúvidas de que a teoria de Piaget permite-nos pensar a educação. Mas ela nos permite sobretudo pensar a cultura, e dentro dela, a educação (PIAGET, 1994 apud LA TAILLE, 1994, p. 19-20).

No entanto, Piaget (1994), conforme citado por La Taille (2006), relata que a moralidade deve ser compreendida através de três fatores, sendo eles, o desenvolvimento de maturação biológica, o de experiências de vida e dos ensinamentos formais. Embora esses fatores se diferenciem entre si, os mesmos são harmonizados através de um processo psicológico chamado por Piaget de equilíbrio.

O processo de equilíbrio é devido a uma capacidade inerente a todos os indivíduos: a capacidade de auto-regulação, ou seja, de auto-organização. É nesse sentido que a teoria piagetiana é construtiva: as estruturas da inteligência e o conhecimento são fruto de um trabalho individual, de uma labuta psíquica de auto-organização, e não de mera cópia de modelos externos. O processo de construção dá-se na interação com o meio, e essa interação é mediada pelas ações do sujeito sobre esse meio. Se houver pouca interação, haverá pouca construção, e se a interação deixar pouco espaço às atividades estruturantes do sujeito, haverá pouca construção, ou construção parcial (LA TAILLE, 2006, p. 15).

Evidencia-se que o agir moralmente pode restringir ao ato de ser livre por consentimento do cumprimento de um dever. Mas se trata de uma opção interna e de escolha do indivíduo em fazê-la ou não de acordo com a força – o peso que esta ou aquela ação tem sentido para ele.

Somente age moralmente quem se sente intimamente obrigado a tal, e não quem é coagido por algum poder exterior. Logo, o sujeito moral é, por definição, livre, porque é ele mesmo quem decide agir por dever. Dito de outra forma, somente é moral quem assim o quer. Aliás, se assim não o fosse, a noção de responsabilidade não teria sentido (LA TAILLE, 2006, p. 54).

Várias pesquisas denunciam o quanto a escola ainda educa de forma heterônoma e o quanto precisa progredir em matéria de se indignar pela falta de valores.

[...] dadas as reflexões que fizemos sobre o papel da escola, é a confirmação de que, mesmo com tamanhas dificuldades que a escola enfrenta para contribuir com a formação de personalidades éticas, é ela ainda o espaço por excelência das relações e, portanto, da possibilidade de relações éticas (VINHA; TOGNETTA, apud LA TAILLE; MENIN, 2009, p. 42).

Imbuídos da tarefa de contribuir com a ascensão da moralidade dentro do ambiente escolar e de construir o senso de honestidade em crianças ainda nos anos iniciais do ensino fundamental, apresentaremos no próximo capítulo a necessidade social de se abordar o valor da honestidade no contexto escolar como prerrogativa de aprendizagem e formação do indivíduo para atuação cidadã mais honesta e dignificante.

2 A HONESTIDADE COMO VALOR MORAL A SER CONSTRUÍDO

Nesta pesquisa enfrentamos a exiguidade de apoio bibliográfico sobre o tema honestidade. Embora a temática seja atual e urgente para o momento social que vivemos, poucos são os estudos que trazem pesquisas e reflexões referente a este valor moral. O pouco que encontramos não trata diretamente do valor da honestidade, mas da desonestidade e trapaça, pois parece ser mais fácil falar da imoralidade do que da virtude.

Como vimos no capítulo anterior, a educação em valores é uma necessidade da atual sociedade que ao longo dos anos vem perdendo seus referenciais de valor, seus costumes e conceitos morais. O homem da sociedade contemporânea, por sua vez, tem encontrado grandes desafios em colocar em prática esses princípios, visto a profunda crise social, ética e moral disseminada no mundo.

Para La Taille; Menin e colaboradores (2009), a sociedade moderna é uma “cultura do tédio e da vaidade”, visto que os valores antes tidos como sagrados, passaram por transformações e hoje estão em descrédito, sendo substituídos por bens materiais, valorização do ter, relacionamentos rasos e superficiais, provocando um esvaziamento na vida das pessoas. No entanto, os autores elucidam que mesmo com as mudanças sociais que geram uma crise nos referenciais, antes tidos como sagrados, também há de se reconhecer como conquista de valores o avanço democrático e a luta pelos direitos humanos.

Antes de tecer nossas considerações a respeito da honestidade, gostaríamos de trazer à discussão a expressão “corrupção”, pois é importante analisar o que ela significa e investigar seus desdobramentos para entendermos que ela pode estar ligada a várias outras áreas de nossa vida que sequer imaginamos, inclusive pessoal. Sempre que ouvimos a palavra corrupção rapidamente a associamos ao campo político e governamental. Isso porque a mídia, uma das maiores influências sociais do momento, se não a maior, nunca falou tanto em corrupção como nos últimos anos. Compreender esse fenômeno nos seus diversos aspectos e propor respostas e soluções para seu combate não é tarefa fácil, principalmente porque esse mau acomete a todos, indistintamente. Segundo a maioria dos dicionários da língua portuguesa a palavra “Corrupção” deriva do latim *corruptus*, que significa “ato de quebrar em pedaços, decompor, deteriorar algo, tornar-se podre”. Especialmente em nosso país, temos encontrado algumas dificuldades em superar este ato imoral,

visto que para combater a corrupção temos que buscar o crescimento da moral. Não estamos generalizando, nem dizendo que a maioria dos indivíduos são corruptos ou desonestos, pelo contrário, sabemos que grande parte dos cidadãos são pessoas que diariamente acordam cedo e trabalham o dia todo para sustentarem suas famílias com o suor de seus rostos. Entretanto, não podemos fechar os olhos à crise econômica, ao desemprego e à inflação no país, bem como tantos outros fatores que enfraquecem o ânimo de quem labuta e faz com que indivíduos de bem muitas vezes sejam corrompidos pela ânsia em se ter um pouco mais. Paralelo a isso, vemos as aberrações de corrupção, especialmente graves na esfera da gestão pública, que vem assombrando e prejudicando cada dia mais toda a sociedade brasileira.

Para exemplificar o descontentamento público dos comportamentos desonestos dos governantes de nosso país, apresentamos a informação de que corrupção foi a palavra do ano de 2017, eleita pelos brasileiros no concurso Palavra do ano 2017, realizado pela consultoria de estratégia, engajamento e mobilização-CAUSE, em parceria com a empresa de pesquisa Ideia Big Data. Segundo Leandro Machado, bacharel em Ciências Políticas pela UnB e fundador da Rede de Ação Política e Sustentabilidade (RAPS), o concurso é realizado todos os anos e elege o vocábulo mais importante dos últimos 365 dias no Brasil revelando qual foi o cenário que o país passou nesse ano. A palavra corrupção estava concorrendo com outras finalistas como vergonha, tensão, crise e mudança. Já no ano de 2016, o concurso revelou que a palavra da vez foi indignação, demonstrando a visão pessimista do povo brasileiro em relação aos acontecimentos no país. A primeira etapa da pesquisa deste concurso foi iniciada através de um aplicativo em que as pessoas podiam citar, de forma espontânea, palavras que representassem o panorama do país no ano de 2017. Em seguida, os jurados selecionaram cinco finalistas que melhor representavam o conjunto das quarenta mais mencionadas pela população. O resultado do concurso foi decidido por voto popular e comprovou com clareza o estado da corrupção disseminada em todos os cantos do país. De acordo com Machado, a pesquisa se inspirou em modelos como do dicionário Oxford — que elege o termo do ano e o adiciona em sua publicação —, na Inglaterra, e da Sociedade da Língua Alemã (GfdS). Em ambos, os júris fazem a seleção. No entanto, o modelo brasileiro resolveu também adotar a participação popular.

Esse concurso é apenas mais uma confirmação do que assistimos diariamente na mídia. Com a técnica de investigação da delação premiada², ou também chamada de colaboração premiada, previstas em diversas leis brasileiras, em especial, na Lei nº 12.850, de 2 de agosto de 2013, temos vivido tempos de incontáveis escândalos de corrupção e desonestidade que chocam a nação brasileira, pois estas ações se opõem à moral, à ética, ao respeito e ao pudor.

Devido a este cenário caótico de desonestidade e corrupção instaladas em nosso país, a população brasileira tem clamado por mudanças, principalmente na esfera política pública, pois este valor moral tem sido negligenciado pelos governantes que deveriam ter essa virtude como um dever em seus mandatos, aquele mesmo dever racional defendido pelo filósofo da era moderna Immanuel Kant, como sentimento de obrigatoriedade, denominado imperativo categórico, que age por princípios e regras morais em benefício de todos, sem agredir ou afetar outras pessoas, “[...] age só segundo máxima tal que possas ao mesmo tempo querer que ela se torne lei universal” (KANT, 2004, p. 31). O imperativo categórico em Kant é uma forma *a priori*, pura, independente do útil ou prejudicial. É uma escolha voluntária racional, definida por finalidade e não causalidade que se superam os interesses e impõe-se o ser moral, o dever. O dever é o princípio supremo de toda a moralidade (moral deontológica). Dessa forma, uma ação é certa quando realizada por um sentimento de dever. A filosofia moral de Kant afirma que a base para toda razão moral é a capacidade de o homem agir racionalmente, baseada na crença de que o indivíduo deve comportar-se de forma igual ao que ele esperaria que o outro se comportasse na mesma situação, tornando-se uma lei universal. Num país como o Brasil, em que a realidade da corrupção atinge patamares alarmantes, seria de fato, um progresso enorme, conseguir que todos os políticos que estão no poder tivessem atitudes honestas, respeitando as leis e rejeitando a corrupção.

Santos e Amanajás (2012), em seu artigo “Democracia e corrupção no Brasil: a face tirana do poder político”, relatam que “O estado de descrença na política nacional chega a tal ponto que o povo cada vez mais perde a esperança em uma mudança” (p. 19). Nesta perspectiva, vemos que o princípio da honestidade exige

² A técnica de investigação da delação premiada, ou também chamada de colaboração premiada consiste na oferta de benefícios pelo Estado para o réu que confessar e prestar informações úteis de esclarecimento do fato delituoso.

uma postura particular do indivíduo de reflexão de suas ações para e com a coletividade no desejo de melhorias e igualdades sem querer tirar vantagens ilícitas ou em benefício próprio. Neste processo de construção da honestidade temos um outro valor indissociável chamado urbanidade e humanidade, em que a pessoa deva ser capaz de exercer a empatia e colocar-se no lugar do outro e à disposição das necessidades do outro, sejam elas individuais ou coletivas, visando a integridade humana.

Coincidentemente neste ano de 2018, talvez pelos escândalos de corrupção em nosso país que tem repercutido mundialmente, a Controladoria Geral da União (CGU), órgão do governo federal responsável por controlar o uso do dinheiro que o governo arrecada com impostos, promoveu o 10º Concurso de desenho e redação com o tema: SER HONESTO É LEGAL! e traz como abertura do *site* a frase: “Ser honesto está entre as características mais valorosas de qualquer pessoa. Quanto maior o grau de honestidade de um grupo social, maior é a sua capacidade de respeitar e de se respeitar, de não se desviar do bom caminho, de não delinquir nem assumir posturas corruptíveis em algum momento da vida”.

Segundo o edital, o concurso é direcionado a estudantes regularmente matriculados em escolas públicas e privadas de todo o Brasil e o objetivo é despertar nos estudantes o interesse por assuntos relacionados ao controle social, à ética e à cidadania, por meio do incentivo à reflexão e ao debate destes assuntos nos ambientes educacionais.

Vale ressaltar que poucas são as iniciativas de órgãos educacionais de âmbito nacional, ou até mesmo estadual e municipal que promovem ações trazendo em discussões a temática da honestidade para ser trabalhada nas escolas, ficando sempre a critério do professor inserir este conteúdo junto aos alunos. Não vemos também nenhuma mobilização ou projeto para se ensinar ou mesmo para construir este valor, essencial à convivência em sociedade. Nos deparamos apenas com algumas práticas isoladas de poucos professores que se atrevem a falar de honestidade em sala de aula.

No livro *Ética e vergonha na cara*, os filósofos e professores universitários Mário Sérgio Cortella e Clóvis de Barros Filho (2014, p. 10), iniciam descrevendo o fato verídico que ocorreu no final de 2012, do corredor espanhol Iván Fernández Anaya, que ganhou repercussão mundial. Em uma corrida de *cross-country*, em Navarra, Espanha, o queniano Abel Mutai, medalha de ouro nos três mil metros com

obstáculos em Londres, estava a pouca distância da linha de chegada e, confuso com a sinalização, parou para posar para fotos pensando que já havia cumprido a prova. Logo atrás vinha o corredor, Iván Fernández Anaya que começou a gritar para que o queniano ficasse atento, pois ainda não havia cruzado a linha de chegada. O espanhol, então, o empurrou em direção à vitória. Ao ser indagado por jornalistas sobre os motivos que o levaram a deixar o queniano ganhar, o espanhol respondeu: “Eu não o deixei ganhar. Ele ia ganhar”. E continuou: “Mas qual seria o mérito da minha vitória, qual seria a honra do meu título se eu deixasse que ele perdesse. Se eu ganhasse desse jeito, o que ia falar para minha mãe?”.

Cortella e Barros Filho (2014) começam descrevendo esta história para explicar que ética tem a ver com vergonha na cara e com decência. Ao expor este pensamento, os autores relacionam o sentimento de vergonha que o corredor teria se ganhasse a corrida agindo de forma contrária ao que fez e complementam: “Então, se houvesse mais afetos e mais preocupação, digamos, em não desonrar pessoas que nos querem bem, provavelmente teríamos relações melhores e uma sociedade melhor” (CORTELLA; BARROS FILHO, 2014, p. 11).

Os autores mencionam também a temática da corrupção, em que o indivíduo se vê diante da possibilidade de enriquecer sem muito esforço, e, a admissão de uma ética oscilante faz com que a corrupção encontre terreno propício e estenda seus tentáculos, encontrando, mais frequentemente do que gostaríamos, muito pouco obstáculos. “A corrupção é uma das formas mais agressivas de comportamento porque está no campo público e no campo privado, sendo, portanto, algo da esfera da vida” (p. 63). Aí se estabelece um duelo entre a esperança de se dar bem e o medo de se dar mal.

Podemos observar que ser honesto em algumas situações é bastante complicado, principalmente quando se trata de comércio, venda, lucro, dinheiro e resultados. Cortella (2014, p. 19) escreve que exemplo disso são principalmente as empresas que trazem lemas como: “Foco no resultado” e “Fazemos qualquer negócio”, onde inevitavelmente espera-se resultados, independente dos meios, porque se houver um conflito entre a honestidade e o resultado, honestidade ou lucro, provavelmente se opte sempre pela segunda opção. Assim, fica evidenciado que “[...] nem todo sucesso é decente, nem toda vitória é honrosa ou, no campo da empresa, nem todo lucro é higiênico”.

O professor Mark E. Warren, do departamento de Ciência Política da Universidade de British Columbia, estudioso renomado em suas pesquisas sobre participação e representação democrática e da corrupção nas relações democráticas (2001), argumenta que corrupção é a exclusão sistemática de certos grupos da real vida pública de uma sociedade, ou seja, não está necessariamente vinculada a um ato de ilegalidade.

Cortella e Barros Filho (2014) também afirmam que tudo pode ocorrer sem infringir nenhuma lei vigente.

É perfeitamente possível que tudo aconteça dentro da mais perfeita legalidade. Mas todas as vezes que, dentro de uma sociedade, houver discriminação permanente de um grupo em detrimento de outro ou de outros grupos que são sistematicamente beneficiados, há aí uma situação de corrupção. [...] Um segundo ponto é a ideia de que uma cultura de submissão e excessivamente respeitadora de hierarquias é uma cultura que favorece comportamentos de corrupção. Em outras palavras, quanto mais houver numa sociedade a possibilidade de o indivíduo dizer o que pensa – mesmo que seu ponto de vista não seja vitorioso, mas que ele não tenha medo de exclusão por defender os princípios que gostaria que fossem respeitados por todos –, maior a dificuldade de emergência de comportamentos corruptos. (COTELLA; BARROS FILHO, 2014, p. 69 e 72).

Partindo das considerações elencadas acima e da atual situação do país, a intenção em se pesquisar e discutir sobre o valor da honestidade pautou-se no pensamento de Tognetta e Vinha (2009), que descreve a importância de se trabalhar a moralidade na instituição escolar como sendo um objeto de estudo e que deve ser ensinado, pois não é inato ao ser humano.

Dessa forma, é essencial que haja reflexão sobre os valores, considerando que a moral é um objeto do conhecimento que se aprende racionalmente. Contudo, raramente a educação apresenta ao aluno a moral como objeto de estudo e reflexão. Portanto, considerando que a transmissão direta de conhecimentos é pouco eficaz para fazer com que os valores morais tornem-se centrais na personalidade, para a vivência democrática e cooperativa e para resolver problemas que requerem principalmente habilidades cognitivas, interpessoais e afetivas, faz-se necessário oferecer nas instituições educativas oportunidades frequentes para a realização de propostas de atividades sistematizadas que trabalhem os procedimentos da educação moral. Procedimentos estes que favoreçam a apropriação racional das normas e dos valores, o autoconhecimento e o conhecimento do outro, a identificação e a expressão dos sentimentos, a aprendizagem de formas mais justas e mais eficazes de resolver conflitos e, consequentemente, o desenvolvimento da autonomia. Contudo, apesar de insistirmos na necessidade de se oferecer sistematicamente oportunidades para a aquisição moral como um objeto do conhecimento, por meio da reflexão e dos procedimentos da educação moral, não podemos esquecer-nos da importância de se construir uma atmosfera sociomoral cooperativa no contexto educativo. Reiteramos que para que possam ansiar por valores morais, nossos alunos precisam viver situações de respeito, tolerância, de honestidade, de diálogo... (VINHA; TOGNETTA, apud LA TAILLE; MENIN, 2009, p. 39).

Parece seguro concluir que a escola precisa ser um espaço para a prática da educação moral das crianças, inclusive no que diz respeito à honestidade, porque é lá que a criança encontrará oportunidades de conviver e estabelecer novas relações de parceria e de respeito às regras, para assim conviver em sociedade. No espaço público estão as condições para que o exercício da moralidade contemple todas as suas características. A Educação Moral no ambiente escolar deve ser mola propulsora para tratar assuntos que necessitem de reflexão e ressignificação de conceitos para este cenário que hoje é vivenciado, e a honestidade faz parte deste contexto.

Ao iniciar esta pesquisa, observamos que o valor da honestidade é menos estudado que a maioria das outras virtudes e que poucos são os pesquisadores que se encorajaram a conceituá-la ou defini-la. É importante salientar que a honestidade concebida como tema moral está presente tanto na vida individual, quanto nos diferentes campos de uma sociedade, e este conceito pode variar e ser mais ou menos priorizado dentro de uma ciência ou outra. No campo religioso e político, por exemplo, essa noção aparece com maior peso e é muito mais discutível. Já no campo científico acadêmico, o tema honestidade ainda não expandiu em pesquisas. No entanto, sua importância no universo moral do indivíduo, sobretudo da criança, é emergencial e merece atenção especial. Vale frisar que em diversos campos e culturas esta terminologia é muito versátil e depende das normas aplicadas. Isso significa que enquanto um episódio possa ser considerado normal e aceito por uma comunidade, em outra, pode ser totalmente repudiado e caracterizado como imoral.

Para iniciar esta discussão, abordaremos o conceito da expressão honestidade trazendo algumas definições que encontramos ao longo da pesquisa. De acordo com o *Dicionário da Língua Portuguesa*, da Porto Editora, honestidade, do termo latim *honestitas*, é a qualidade do que é honesto. Portanto, a palavra faz referência àquele ou àquela que é decente, íntegro(a), recatado(a), reservado(a), razoável, justo(a), probo(a) ou honrado(a). Já o dicionário Aurélio, a define como qualidade daquele que é honesto. Decoro; modéstia; pudor; castidade; honradez; probidade.

Através da história da filosofia, o termo honestidade não foi muito utilizado, mas podemos identificá-lo em alguns pensamentos de filósofos que sugestionaram ou insinuaram este valor, ainda que com outro vocábulo de equivalência similar, apontado em seus ensinamentos.

A expressão mais próxima de honestidade utilizada historicamente por filósofos que contribuíram para o avanço do pensamento filosófico como Sócrates, Platão, Aristóteles e posteriormente Kant foi o valor de Justiça.

Sócrates, por exemplo, pensava justiça a partir do ser humano, não como elemento isolado, mas inserido na sociedade e dedicou-se a investigar sobre seu significado e a indagar sobre o que é verdadeiramente esta qualidade.

Para Platão, seguidor de Sócrates, a justiça consolidava a lei, ou seja, ser justo era estar de acordo com as leis. Ele considerava a justiça como um elo permanente com a felicidade, afirmando a máxima de que ser justo é ser feliz.

No pensamento Aristotélico a justiça é classificada como a maior das virtudes, uma virtude moral que diz respeito à observância da lei e ao respeito àquilo que é legítimo e válido para o bem de toda comunidade, sendo adquirida através da prática reiterada de boas ações, tornando-se assim, um hábito. Para o filósofo, a justiça é a disposição da alma que leva as pessoas dela dotada a fazer o que é justo, agir justamente e desejar o que é justo.

Mais tarde, na era moderna, o filósofo Kant tratou de compor uma série de princípios éticos gerais que incluíram entre eles condutas honestas colocando o sentido de justiça como princípio orientador da conduta humana e estabelece uma nova formulação do conceito de justiça. Agora este entendimento está mais voltado para a organização da sociedade e, por conseguinte, do Estado, afastando-se parcialmente da concepção de justiça como virtude. Seu critério de justiça propõe que uma conduta justa é aquela que está de acordo com as leis externas criadas racionalmente e a injusta é aquela que as contraria. Acrescenta-se então uma nova perspectiva e um olhar dirigido para questões que até então não tinham sido tratadas, tais como a liberdade das ações e a igualdade como elemento regulador.

Frente às literaturas clássicas sobre o desenvolvimento da moralidade, observamos que nenhuma trata especificamente do valor da honestidade. Comte Sponville (1999) ao selecionar as virtudes para colocar em seu livro “Pequeno tratado das grandes virtudes” também concebeu a justiça como sendo expressão de sentido parecido com a honestidade. O autor estabeleceu quais delas seriam necessárias num indivíduo para aumentar a estima moral por outra pessoa, ou cuja ausência, ao contrário, para diminuir e considerou como redundante as virtudes da honestidade e justiça e optou somente pela justiça:

Isso proporcionou uma lista de cerca de trinta virtudes. Eliminei as que poderiam ser redundantes em relação a alguma outra (por exemplo, bondade e generosidade, ou honestidade e justiça) e, em geral, todas as que não me pareceu indispensável tratar (COMTE SPONVILLE, 1999, p. 3).

É interessante observar que o autor classificou justiça como sinônimo de honestidade e a especificou como virtude, definindo virtude como:

A virtude, repete-se desde Aristóteles, é uma disposição adquirida de fazer o bem. É preciso dizer mais, porém: ela é o próprio bem, em espírito e em verdade. Não o Bem absoluto, não o Bem em si, que bastaria conhecer ou aplicar. O bem não é para se contemplar, é para se fazer. Assim é a virtude: é o esforço para se portar bem, que define o bem nesse próprio esforço (COMTE SPONVILLE, 1999, p. 3).

Quando Comte Sponville (1999) descreve sobre a virtude da justiça, o autor faz alusão às quatro virtudes cardeais (prudência, justiça, temperança e coragem) derivadas da doutrina da Igreja Católica, consideradas perfeições habituais e estáveis da inteligência e da vontade humana, capaz de regular os atos moralmente bons e guiar a conduta segunda a razão e a fé. O autor qualifica a justiça como sendo a única que supera todas as outras e que é absolutamente boa.

Das quatro virtudes cardeais, a justiça é sem dúvida a única que é absolutamente boa. A prudência, a temperança ou a coragem só são virtudes a serviço do bem, ou relativamente a valores – por exemplo, a justiça – que as superam ou as motivam. A serviço do mal ou da injustiça, prudência, temperança e coragem não seriam virtudes, mas simples talentos ou qualidades do espírito ou do temperamento, como diz Kant. [...] A justiça não é uma virtude como as outras. Ela é o horizonte de todas e a lei de sua coexistência. “Virtude completa”, dizia Aristóteles. Todo valor a supõe; toda humanidade a requer. Não é, porém, que ela faça as vezes da felicidade (por que milagre?); mas nenhuma felicidade a dispensa (COMTE SPONVILLE, 1999, p. 32-33).

Se tomarmos a consideração de Comte Sponville (1999) de que a justiça e a honestidade são redundantes, poderíamos julgar que a honestidade tem a mesma relevância na formação do indivíduo quanto tem a justiça. Nossa intenção não é dizer que a honestidade se trata da mais importante de todas, nem esgotar a discussão de seu conteúdo. Todavia, queremos chamar a atenção que para o momento de nossa sociedade contemporânea a honestidade é um valor indispensável e urgente, que nos parece inadiável, necessária e ao mesmo tempo difícil em se praticar.

O justo, inversamente, será aquele que não viola nem a lei nem os interesses legítimos de outrem, nem o direito (em geral) nem os direitos (dos particulares), em suma, aquele que só fica com a sua parte dos bens, explica Aristóteles, e com toda a sua parte dos males (COMTE SPONVILLE, 1999, p. 34).

É curioso observar que assim como a honestidade, a justiça defendida por Comte Sponville (1999) perpassa também pelo tumultuado campo político, talvez por ser um dos segmentos sociais de maior ambição ao poder e controle da massa. Entretanto, o autor defende que a justiça não pertence a ninguém e todos devem defendê-la.

O desejável é, evidentemente, que leis e justiça caminhem no mesmo sentido, e é nisso que cada um, enquanto cidadão, tem a obrigação moral de se empenhar. A justiça não pertence a ninguém, a nenhum campo, a nenhum partido; todos são moralmente obrigados a defendê-la. Estou me exprimindo mal. Os partidos não têm moral. A justiça deve ser preservada não pelos partidos, mas pelos indivíduos que os compõem ou resistem a eles. A justiça só existe e só é um valor, inclusive, quando há justos para defendê-la (COMTE SPONVILLE, 1999, p. 34-35).

Assim como acreditamos ser a honestidade, Comte Sponville (1999) argumenta que a justiça é uma condição de igualdade, à qual nossas trocas devem submeter-se.

Isso também fornece o critério ou, como diz Alain, a regra de ouro da justiça: “Em todo contrato e em toda troca ponha-se no lugar do outro, mas com tudo o que você sabe e, supondo-se tão livre das necessidades quanto um homem pode sê-lo, veja se, no lugar dele, você aprovaria essa troca ou esse contrato. [...] Isso tem a ver com a política, dizia eu. Postular sujeitos livres e iguais (livres, logo iguais) é o princípio de toda democracia verdadeira e o cadinho dos direitos humanos. [...] A justiça, lemos em Spinoza, “é uma disposição constante da alma a atribuir a cada um o que lhe cabe de acordo com o direito civil.” Em outras palavras, é chamado justo “quem tem uma vontade constante de atribuir a cada um o que lhe cabe”. É a definição tradicional, tal como já a encontrávamos em Simônides ou em Santo Agostinho (COMTE SPONVILLE, 1999, p. 37-39).

Apesar da complexidade da temática e dos dilemas que a permeiam, para melhor entender as explicações aqui apresentadas e pautado nas definições existentes sobre o tema, limitaremos neste trabalho a conceituar honestidade como um valor ou qualidade do ser humano que tem estreita relação com os princípios da verdade, da justiça, da igualdade de direitos, da reciprocidade e com a integridade moral entre os indivíduos. Consiste no respeito ao que é particular, público e coletivo; em um modo de vida coerente entre o que se pensa e o que se faz, em comportar-se e expressar-se com empatia colocando-se no lugar do outro para saber se devo ou não ter determinado comportamento. Honestidade é respeitar a parte de cada um primando pela harmonia do conjunto, da totalidade, é o princípio de toda democracia com a garantia de que todos podem e devem fazer a mesma coisa. Ser honesto resume-se em praticar o que é racionalmente correto ainda que ninguém esteja observando. É preservar-se dos conflitos de interesses para não se

deixar contaminar pelas tentações individuais. É proceder com autonomia, consciente de que o ato a ser praticado é um dever, sem esperar recompensas em troca. É agir por racionalidade moral pensando no bem-estar da coletividade, considerando-a vital e fundamental no convívio em sociedade, orientando práticas e estratégias de conduta nas intenções e ações.

Hoje em dia, é natural nos noticiários jornalísticos a publicação de informes que revelam o alto grau de desonestidade, falta de solidariedade, corrupção e o egoísmo que predominam entre as pessoas. Dessa forma, fatos baseados em ações honestas se tornam tão raros que quando praticados recebem consideráveis destaques nas mídias. Esta ação, que não é de valor material e que está estreitamente relacionado à conduta do indivíduo e à sua educação, revela o quão difícil é praticá-la em situações simples do cotidiano, pois significa abrir mão de algo que pode ser vantajoso para si em prol de um benefício maior que atenda a uma coletividade. Sendo assim, atitudes honestas que deveriam ser consideradas naturais, como devolver pertences alheios ou objetos achados na rua acabam sendo motivos de grande repercussão quando praticados, tamanha a escassez da realização destas ações. A honestidade não deveria representar uma surpresa, mas algo inevitável e indispensável.

Gabriel Leite Mota, investigador e docente universitário, licenciado e doutorado em Economia pela Universidade do Porto, é o primeiro economista português especializado em Economia da Felicidade e escreveu em seu artigo “A importância de ser honesto” publicado no *site* P³ que

Uma percentagem substancial da culpa pela crise que vivemos deve-se à desonestidade que tem grassado no mundo. De políticos que vão para o governo e não fazem aquilo a que se comprometeram nos seus programas eleitorais, de decisores que desrespeitam os interesses populares e agem de acordo com vontades particulares, de governantes que hipotecam o futuro com manobras de curto prazo ou de fala-baratas de engravatados que prometem o impossível (MOTA, 2013).

A honestidade não se pode basear em desejos individuais das pessoas, priorizando seus próprios interesses ou intenções. Atuar de forma honesta requer respeito pela e com a coletividade em práticas individuais e sociais comprometidas com o princípio da verdade que ultrapassa predileções pessoais. A aplicação da honestidade é vital para a convivência saudável entre as pessoas e envolve respeito não só ao indivíduo que é honesto, mas a todas as pessoas de seu convívio. Viver honestamente exige um desprendimento dos desejos pessoais, já que muitas vezes

a verdade pode não ser totalmente benéfica para as nossas intenções particulares. Em resumo, sem honestidade não é possível falar em uma sociedade justa e igualitária.

Segundo La Taille; Menin e colaboradores (2009), um dos fatores complicadores em relação à moralidade é a possível distância entre o juízo e a ação, onde exemplifica que, para uma pessoa ser honesta dependerá do quanto ela está afetivamente investida do valor da honestidade, ou seja, não é porque uma pessoa valoriza e aceita a honestidade como valor social que numa situação de desonestidade que lhe traga alguma vantagem desejada sua ação não contrarie seu juízo moral.

Por essa razão, o trabalho com o valor moral da honestidade deve fazer parte da rotina escolar e das atividades pedagógicas em sala de aula para que este preceito seja construído e consolidado no indivíduo desde cedo, transcendendo futuramente em condutas praticadas na vida adulta em nossa sociedade.

Neste ponto, para exemplificar essa premissa, gostaríamos de retomar o relato da Escola da Ponte e descrever um exemplo presenciado que nos impactou com a resposta recebida dos estudantes. Ao visitar o ambiente da Educação Infantil, ainda no corredor, antes de adentrar na sala, percebemos que haviam armários com o nome das crianças para que guardassem seus pertences. Enquanto conversávamos, uma das crianças saiu da sala e dirigiu-se até o armário para guardar um casaco. Como o armário era pequeno e já haviam outros objetos nele, a criança teve um pouco de dificuldade em colocar seu casaco devido ao volume da roupa. Ela colocava o casaco e caía um outro objeto de dentro. Com isso, ela perdeu alguns minutos tentando encaixar tudo que pretendia. Quando conseguiu, fechou a porta do armário e voltou para a sala. Percebemos neste momento que as portas dos armários não tinham chaves, nem fechaduras. Ficamos um pouco intrigados com isso e perguntamos aos estudantes que nos acompanhavam se ninguém mexia no armário uns dos outros, pois esses não eram fechados. Os estudantes estranharam nossa pergunta e nos responderam com outra pergunta: “Por que mexeriam se cada um tem seu próprio armário?”. Ainda não satisfeitos, insistimos que talvez alguma criança poderia mexer no pertence da outra e com isso causar algum problema no sumiço de objetos. Aí sim tivemos uma resposta que nos calou: “Aqui educamos nossas crianças para serem adultos honestos. Se colocarmos

chave nos armários como demonstraremos que confiamos uns nos outros e ensinaremos a honestidade?”.

Para consolidar ainda mais este raciocínio, Vilma Medina, jornalista, graduada pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas, e mestre em Necessidades e Direitos da Criança e do Adolescente pela Universidade Autônoma de Madri-UAM e UNICEF, escreve no *site Guiainfantil.com* que para o despertar da honestidade nas crianças é necessário oferecer uma educação que deve ser ensinada, sobretudo, por meio do exemplo.

A honestidade atrai honestidade. Assim, a primeira coisa que os pais e educadores devem fazer é ensinar esse valor com o exemplo. É fazer o que se pode e não o que não se pode. É fazer o que se diz e não dizer e prometer algo que não poderá cumprir (MEDINA, 2018).

Assim, defendemos a reflexão de Tognetta e Vinha (2009) e avaliamos que a instituição escolar, em razão de ser o lugar de encontro de vários indivíduos, apresenta fatores determinantes e favoráveis de aprendizado, que por meio de vivências educacionais de atitudes e comportamentos honestos possam desenvolver e ascender a moralidade, contribuindo para uma sociedade mais justa e democrática. Inúmeras pesquisas indicam que as escolas influenciam de modo significativo na formação moral das crianças e jovens e têm confirmado que o desenvolvimento da moralidade está relacionado à qualidade das interações que se apresentam nos ambientes sociais nos quais o indivíduo interage, sejam cooperativos ou autoritários. É preciso que a criança possa ter experiências de vida social para aprender a viver em grupo e a escola é o local muito apropriado para essa vivência.

A missão da educação é transmitir conhecimentos integrados em uma cultura por meio de uma perspectiva ética, fato que leva a educar em valores, não quaisquer valores, mas sim, valores éticos, isto é, aqueles que formam o caráter e permitem promover um mundo mais justo. Isso não é tarefa fácil, já que esses valores vinculam-se a representações sociais e manifestações afetivas que os constituem, bem como a conteúdo de natureza moral (TARDELI, 2009, p. 70).

Todavia, respaldando-nos em La Taille (1990, p. 7), “[...] aprender é entrar em contato com o novo”. Neste sentido, a construção do conhecimento ocorre por meio de situações em que os alunos possam agir, pensar e refletir, interagir com o outro e superar desafios. Pode-se dizer, portanto, que a aprendizagem é organizada através das interações entre o sujeito e o objeto, sendo esse último incorporado e assimilado aos esquemas de ação.

Sabemos que ao falarmos em práticas e condutas de honestidade estreitamos nesta pesquisa à relação existente entre este valor e o exercício da cidadania. Assim, evidenciamos este valor no estabelecimento das relações de confiança em seu círculo de convivência e no respeito ao que é público e coletivo. Berger (1996) assinala que a democracia não se caracteriza apenas por demanda política, mas “[...] a democracia é também uma demanda moral por decidir quais critérios se diz que uma ação é boa ou má” (p. 16). Vale destacar que esta definição busca o equilíbrio das relações interpessoais e a transparência na aplicação do que é coletivo e que deveria favorecer a população de modo igual sem vantagens individuais ou ainda, ilícitas. Isso significa ver esses três polos: o valor da honestidade, o exercício da cidadania e da democracia em sua interrelação dinâmica; em que um não pode ser totalmente exercitado sem o outro.

Se somos nós que vamos decidir o certo e o errado, então é fundamental que haja as melhores condições possíveis – eu as classifico de democráticas – para que as pessoas possam dizer o que pensam; de certo modo, o certo ou o errado passa ser o resultado da vitória do melhor argumento numa ética de diálogo, de discussão, de embate e assim por diante (CORTELLA; BARROS FILHO, 2014, p. 57).

Após as análises descritas, observamos que não podemos falar em honestidade sem citar seu antônimo, a desonestidade. Afinal, como fundamentava Comte Sponville (1995), “Pensar as virtudes é medir a distância que nos separa delas. Pensar sua excelência é pensar nossas insuficiências ou nossa miséria” (p. 4). Assim, ao refletirmos sobre o valor da honestidade, é inevitável ponderar os motivos que nos afastam desse valor, ou mesmo as forças que nos impedem de exercê-la, ou ainda, porque é mais fácil falar da desonestidade do que da virtude.

2.1 Contribuições dos estudos de Dan Ariely sobre a prática da honestidade

Na linha de raciocínio das considerações anteriores, a seguir, nos debruçaremos nas pesquisas e estudos de Dan Ariely (2012), professor de Psicologia e Economia Comportamental da cadeira James B. Duke, na Duke University e PhD em Psicologia Cognitiva e Administração. É autor do livro *A mais pura verdade sobre a (des)onestidade* que trouxe para este trabalho algumas reflexões e contribuições sobre o entendimento da honestidade e da desonestidade, bem como, análises de como é difícil praticar comportamentos honestos.

Segundo Ariely (2012), tanto a honestidade quanto a desonestidade são aspectos que estão diretamente ligados à nossa condição humana, ou seja, difícil responder qual é a capacidade humana tanto para a honestidade quanto para a desonestidade. Para o autor,

Se o problema não estiver confinado a poucos casos atípicos, significa que qualquer pessoa pode comportar-se desonestamente no trabalho ou em casa (você e eu incluídos). E, se todos nós temos a possibilidade de sermos um pouco criminosos, seria fundamentalmente importante que entendêssemos, em primeiro lugar, como a desonestidade funciona e, em seguida, imaginar alternativas para conter e controlar esse aspecto de nossa natureza (ARIELY, 2012, p. 5).

Ariely (2012), cita em seu livro o economista Gary Becker, da University of Chicago, ganhador do Prêmio Nobel, que originou a teoria do Modelo Simples do Crime Racional (MOSCR³), defendendo que as pessoas que cometem atos ilícitos se baseiam simplesmente na análise racional de cada situação, ou seja, não há lugar para considerações sobre o certo e o errado, mas acredita que todo ato humano é baseado em um cálculo de custos *versus* benefícios⁴, comparando possíveis resultados positivos e negativos, decisões estas que comprometem nossa honestidade. Esta teoria foi muito criticada por não considerar variáveis neste processo, isto é, não tomaríamos decisões com base na emoção ou confiança, somente pelo cálculo racional de analisar se os benefícios daquela ação são maiores que os danos. “A essência da teoria de Becker é que as decisões sobre honestidade, como na maioria das outras, baseiam-se em uma análise de custo-benefício” (ARIELY, 2012, p. 6).

Segundo pesquisas e experimentos realizados por Ariely (2012) na abordagem da economia comportamental, é muito comum ver pessoas silenciosamente se absolvendo por pegar um pouco de dinheiro ou de mercadoria sucessivas vezes. Isso porque, segundo ele, várias forças psicológicas, sociais e ambientais aumentam ou diminuem a honestidade em nossa vida diária, incluindo conflitos de interesses, falsificações, promessas, troca de favores, criatividade, influência dos outros em nossa compreensão sobre o que é certo e errado e até mesmo cansaço. O agir honestamente exige do indivíduo um comportamento

³ O MOSCR propõe que todo ato humano é baseado em um cálculo de custo-benefício, incluídas as decisões que comprometem nossa honestidade, isto é, as pessoas que cometem atos ilícitos se baseiam simplesmente na análise racional de cada situação. No original em inglês, Simple Modelo of Rational Crime (SMORC).

⁴ Cálculo de custos *versus* benefícios é a vantagem de lucrar com o crime; a probabilidade de ser pego; a punição esperada caso seja pego.

exemplar e honrado a ponto de olhar-se no espelho e sentir-se bem em relação a si mesmo. No entanto, inúmeras são as possibilidades de desonestidade que o indivíduo é submetido, principalmente quanto ao ato de beneficiar-se sem muito esforço ou aproveitando oportunidades que agindo honestamente seria difícil de conseguir. O autor é enfático em descrever que a complexidade da desonestidade humana é inerente a todos nós e afirma que isso fica evidente em nossa sociedade onde somos expostos a dispositivos de controle, vigilância e supervisão, para inibir o instinto de trapacear ou mentir. A compreensão desses mecanismos envolvidos na desonestidade não é tarefa fácil e isso significa reconhecer que a possibilidade de certos tipos de trapagens torna nossos padrões morais mais flexíveis.

As pessoas não precisam ser corruptas para agir de forma problemática e, por vezes, prejudicial. Pessoas perfeitamente bem-intencionadas podem tropeçar nas peculiaridades da mente humana, cometer erros flagrantes e, ainda assim, continuar considerando-se boas e morais. [...] A realidade é que os conflitos de interesses influenciam nosso comportamento em todos os tipos de lugares e, com bastante frequência, tanto profissional quanto pessoalmente (ARIELY, 2012, p. 59-60).

Somente quando constatamos nossa vulnerabilidade frente as facilidades de trapacear e tirar proveito das situações é que teremos condições de nos tornarmos mais conscientes das consequências de nossas ações, podendo assim, aumentar nosso nível de honestidade. Os experimentos realizados por Ariely na tentativa de diminuir a desonestidade, revelaram que uma das estratégias que pode ser muito eficaz é lembrar dos padrões morais no momento da tentação. Cartazes com frases, lembretes de como agir honestamente ou assinatura de confirmação de que as informações prestadas são verídicas podem influenciar na tomada de decisão do indivíduo. O autor afirma que práticas simples quanto lembrar padrões de moral no momento da tentação pode ser muito mais eficaz para diminuição do comportamento desonesto e até evitá-lo completamente, ainda que esses códigos morais específicos não façam parte de seu sistema pessoal de crenças.

Sabemos que muitos indivíduos não agem de forma honesta por consciência ou convicção de vida, mas por uma motivação externa de vigilância ou supervisão, ou mesmo medo de ser flagrado e pego agindo desonestamente. Nesta perspectiva, quando o comportamento é decidido por fatores de controle, podemos concluir que o valor da honestidade não é princípio moral determinante para aquele indivíduo, pois não está agindo com autonomia, mas sim por um ensinamento heterônomo, como

explica Piaget (1994), obedecendo uma regra socialmente justificada por medo da descoberta ou punição.

Popularmente a expressão “A ocasião faz o ladrão”, é muito conhecida e utilizada para explicar o mau comportamento das pessoas no que se refere a testar a honestidade dos que se aproveitam da situação para levar vantagem. Esse provérbio popular suscita a reflexão de que muitas vezes somos movidos por interesses particulares e o desejo de tirar vantagem de situações nos leva a prática de pequenos delitos, principalmente porque, muitas vezes, essas pequenas ações não trazem grandes consequências e nem punições severas. O filósofo Cortella (2014), dialoga neste sentido contrapondo que a ocasião revela o ladrão, isto é, revela a escolha que ele fez antes que a ocasião viesse à tona. O ladrão fez a escolha de sê-lo antes que a ocasião aparecesse, pois, a escolha antecede a ocasião. Embora não nos demos conta, esse comportamento pode avaliar nosso juízo moral e nosso caráter; temos atos com proporção de gravidade diferentes, mas tudo continua sendo deslizes, sem contar que a impunidade dessas ações pode nos levar a praticar outras infrações de maior envergadura. Afinal, não é o tamanho da infração que forma o ladrão e sim o ato praticado, seja qual for sua extensão. Ninguém está imune a fratura ética, temos dilemas aos quais precisamos fazer escolhas em nosso cotidiano e muitas vezes é preciso abdicar de alguns apetites e pretensões individuais.

Ariely (2012) explica que o ser humano vive em constante conflito entre a vontade de agir honestamente, podendo olhar-se no espelho sem culpa, e a latente vontade de se dar bem, tirando proveito das situações por meio de trapagens. Isso porque o ser humano tem uma habilidade muito flexível e quando essas motivações se confundem, é capaz de trapacear e se ver como pessoa digna e íntegra, chamada de “teoria da margem de manobra”, isto é, justificar para si mesmo as decisões tomadas.

Em suma, creio que todos nós continuamente tentamos identificar a linha tênue, segundo a qual podemos nos beneficiar com a desonestidade sem prejudicar nossa autoimagem. Conforme escreveu Oscar Wilde em certa ocasião: “A moralidade, como a arte, significa desenhar uma linha em algum lugar”. A questão é onde está essa linha? (ARIELY, 2012, p. 25).

Ainda para o autor, somos tendenciosos a criar possibilidades em certos tipos de atividades que tornem nossos padrões morais mais flexíveis, pensando que podemos aumentar o distanciamento entre um ato desonesto e suas consequências.

Tentamos manobrar essas situações conforme nossas intenções e interesses flexibilizando comportamentos e pensamentos na tentativa de preservar nossa autoimagem. Podemos ainda, acreditar que para reduzir a criminalidade na sociedade basta aumentar o policiamento nas ruas e aplicar punições mais severas aos infratores com políticas duras sem margem para tolerância. No entanto, encontramos poucas evidências de que essas soluções funcionem. E quando o assunto é corrupção, as vezes desacreditamos da possibilidade de um governo mais honesto, visto os vergonhosos desvios de verbas públicas e/ou gastos com aquilo que não é prioridade. Não podemos esquecer que também somos bastante levianos quando se trata de julgarmos nossa honestidade frente a situações que ocorrem em nosso cotidiano, pois sempre transferimos a culpa ou temos alguma justificativa para explicar nosso ato de desonestidade, isso quando somos capazes de reconhecer nossos deslizes em se tratando desse valor moral.

Conforme os apontamentos de Ariely (2012) sobre a complexidade de nossa natureza humana, parece-nos então que agir honestamente por opção e princípio não é uma tarefa fácil, posto que temos a tendência de aproveitar as possibilidades para trapacear e tirar vantagens. Isso nos faz refletir que o exercício da honestidade requer muito mais que regras ou leis; estamos falando do valor moral que consiste em fazer o que é correto mesmo quando ninguém está vendo ou quando não se é supervisionado por outra pessoa. A prática desse comportamento como dever da conduta humana exige uma internalização e valorização dessa virtude enquanto exercício racional, isto é, ser honesto é desenvolver a força do caráter para agir com consciência, justiça e igualdade.

É obvio que ao tratar do tema da honestidade no ambiente escolar não podemos desconsiderar que a criança está em processo de formação de sua personalidade e construção de sua moralidade. Segundo a teoria piagetiana, a criança pensa qualitativamente diferente do adulto e ao longo de sua vivência constrói novas estruturas mentais que vão mudando seu pensamento. Por essa razão, a criança, muitas vezes não consegue avaliar porque agiu daquela forma ou analisar antecipadamente as consequências de seus atos, ou seja, a qualidade do pensamento da criança difere do adulto. Ainda neste raciocínio, Ariely (2012), descreve que até mesmo os adultos podem se perder em ciladas pregadas por nossa mente e “[...] nem sempre podemos saber exatamente por que fazemos o que fazemos, escolhemos o que escolhemos ou sentimos o que sentimos. Porém, a

obscuridade de nossas motivações reais não nos impede de criar razões que pareçam perfeitamente lógicas para nossas ações, decisões e sentimentos” (p.144). Isso demonstra como nossa capacidade de justificar é extensa e expansiva e como a racionalização pode ser predominante em praticamente todas as nossas atividades diárias. Somos capazes de nos distanciar e não perceber, ou não querer tomar conhecimento, de que estamos quebrando as regras. Isso revela a flexibilidade moral que temos mediante as situações que acontecem cotidianamente, dependendo de nossas intenções e das interpretações que damos sempre a nosso favor, muitas vezes atendendo a desejos e ambições internas.

Porém, ressaltamos que o que moveu esta pesquisa foi justamente a consciência crítica em considerar a escola um espaço privilegiado de convivência e formação do indivíduo, e que se a criança de hoje não for educada com valores éticos e morais, não haverá as desejadas mudanças sociais e políticas em nossa nação, afinal, antes de exercer qualquer profissão ou cargo público, todos passam pela escola.

Ariely (2012), atestou em suas pesquisas que a maioria das pessoas trapaceia o suficiente para se sentir bem a respeito de si própria. Porém, ao mesmo tempo, é importante perceber a extensão na qual todos nós podemos ficar cegos por nossas motivações financeiras.

Precisamos reconhecer que as situações que envolvem conflitos de interesse apresentam desvantagens substanciais e devemos tentar reduzi-las de forma inteligente quando os custos tendem a superar os benefícios (ARIELY, 2012, p. 80).

O autor explica ainda que quando nossa capacidade de raciocínio deliberativo está ocupada, o sistema impulsivo adquire mais controle sobre o comportamento. Porém, a interação entre a capacidade de raciocinar e os desejos fica ainda mais complicada quando estamos cansados mentalmente ou sob pressão, chamado esgotamento do ego. O esgotamento tira um pouco do poder de raciocínio e, com ele, a capacidade de agir moralmente.

A ideia básica por trás do esgotamento do ego é que, para resistir à tentação, é necessário aplicar esforço e energia consideráveis. [...] Cada decisão que tomamos para evitar a tentação exige algum grau de esforço (como levantar o peso uma vez), e exaurimos nossa força de vontade utilizando-a seguidas vezes (como levantar o peso em sequência). Isso significa que, após um longo dia dizendo “não” a muitas e variadas tentações, nossa capacidade de resistência diminui – até que, em determinado momento, nos rendemos [...] De modo geral, ao esgotar sua força de vontade, você terá consideravelmente mais problemas para

controlar desejos, e essa dificuldade pode esgotar também sua honestidade (ARIELY, 2012, p. 86-91).

No entanto, Ariely (2012) enfatiza que se formos conscientes em relação à propensão de agir desonestamente quando estamos esgotados, podemos na vida real optar por escapar de situações tentadoras nos momentos de exaustão e estresse evitando que nos levem ao comportamento imoral. Devemos lembrar que somos seres humanos suscetíveis à tentação e que tomamos decisões complexas ao longo do dia e que repetidas vezes nos vemos em circunstâncias tênues entre o impulso e a razão. Assim para amenizar esses efeitos do esgotamento do ego, o autor afirma que devemos desenvolver capacidades de autocontrole e buscar estratégias para evitar o desgaste em excesso.

Está bem, não podemos evitar a exposição a todas as situações que ameaçam nosso autocontrole. Então, nos resta alguma esperança? Eis uma sugestão: ao notarmos ser muito difícil virar as costas quando deparamos com a tentação, podemos perceber que uma estratégia melhor seria nos afastar da atração do desejo antes de ficarmos perto demais a ponto de sucumbirmos. Aceitar esse conselho pode não ser fácil, mas a realidade é que é muito mais fácil evitar completamente a tentação do que superá-la quando ela está presente o tempo todo no balcão da cozinha. E se não conseguirmos, podemos sempre tentar trabalhar nossa capacidade de lutar contra a tentação: talvez contando até 100, contando ou preparando um plano de ação e seguindo-o à risca. Qualquer uma dessas coisas pode nos ajudar a construir o arsenal de truques a fim de superar a tentação de forma a ficarmos mais bem equipados para combater esses impulsos no futuro (ARIELY, 2012, p. 98-99).

É verdade que pequenos gestos de desonestidade podem nos seduzir a ponto de perdemos o controle em várias esferas de nossa vida, seja pessoal ou profissionalmente. Por isso, eles devem ser evitados para não comprometer nossa moralidade frente a situações conflituosas.

Seja na moda ou em outros domínios da vida, deve ficar claro que um ato imoral pode levar a outros, e que atos imorais em um domínio podem influenciar nossa moralidade em outros domínios. Sendo este o caso, devemos nos concentrar nos sinais precoces de comportamentos desonestos e fazer o melhor para eliminá-los em seus primeiros estágios, antes que alcancem plena floração (ARIELY, 2012, p. 121).

Uma das grandes capacidades do ser humano é mentir e inventar histórias que justifiquem suas ações. É fato que fazemos isso diariamente, tanto para convencer ou enganar os outros, como para nós mesmos. Ariely (2012) argumenta que quando utilizamos dessa capacidade para justificar nossas atitudes e convencer a nós mesmos sobre algo que praticamos podemos dizer que estamos empregando em nossa vida o autoengano e utilizando-se de uma útil estratégia para acreditar nas

histórias que contamos. Isso pode provocar alguns deslizos na imagem que temos de nós mesmos, pois “[...] reduzimos a probabilidade de recuar e, acidentalmente, sinalizar que somos algo diferente do que fingimos ser” (p. 124).

As pesquisas e experimentos do autor comprovaram que embora isso não aconteça imediatamente, com o tempo perdemos o controle da quantidade de mentiras e histórias contadas para nós mesmos enganando nossa mente e encobrimo nossas faltas para manter uma autoimagem positiva, culpando assim as circunstâncias externas pelos nossos fracassos e insucessos. Essa tendência faz com que após inúmeras histórias contadas a nós mesmos criemos “[...] uma explicação que gostemos e que pareça razoavelmente crível, e quando a história nos retrata sob uma luz mais brilhante e positiva, tanto melhor” (p. 145). Assim, justificamos nossa desonestidade e ainda a colocamos sob uma ótica de não somente serem aceitáveis, como também, admiráveis. E não é só isso, segundo ele, quanto mais criativo o indivíduo é maiores são as probabilidades de desonestidade, visto que sua mente é mais habilidosa para criar justificativas e histórias convincentes, sendo sempre o herói e nunca o vilão.

Se a chave para nossa desonestidade é a habilidade de nos considerar pessoas honestas e morais, enquanto nos beneficiamos com as trapagens, a criatividade pode nos ajudar a contar histórias melhores; histórias que nos permitem ser até mais desonestos, mas ainda nos considerando pessoas maravilhosamente honestas (ARIELY, 2012, p. 165).

Outro estudo relevante de Ariely (2012) foi para compreender se a imoralidade é contagiosa, ou seja, se ela poderia ser espalhada como infecção ou um vírus transmitido através da simples observação ou contato direto. Para nossa aflição, Ariely constatou em seus experimentos que “[...] o equilíbrio natural da desonestidade pode ser perturbado se formos colocados em estreita proximidade com alguém que esteja trapaceando. Talvez observar a desonestidade em pessoas perto de nós possa ser mais “infeccioso” do que observar o mesmo nível de desonestidade em pessoas não tão próximas ou influentes em nossa vida” (p. 169). Ele explica que a medida que nossa moralidade se desgasta testemunhando comportamentos antiéticos de colegas, amigos ou familiares, ficamos gradativamente comprometidos à exposição de “germes” imorais havendo um processo lento e sutil de contaminação nos deixando ligeiramente mais corruptos.

Esses resultados mostram não apenas que a trapaça é comum, mas também contagiosa e pode ser acentuada pela observação de um comportamento inadequado de outros ao nosso redor. Especificamente, parece que as forças sociais que nos circundam operam de duas maneiras

diferentes: quando o trapaceiro faz parte de nosso grupo social, nos identificamos com essa pessoa e, em consequência, sentimos que trapacear é mais socialmente aceitável. No entanto, quando a pessoa trapaceando é alguém de fora do grupo, fica difícil justificar nosso mau comportamento e nos tornamos mais ético no desejo de nos distanciar dessa pessoa imoral e do grupo de fora (muito menos moral). De modo geral, esses resultados mostram como as outras pessoas são fundamentais na definição dos limites aceitáveis para nosso próprio comportamento, incluindo a trapaça. Quando vemos outros membros de nossos próprios grupos sociais se comportando de um modo fora do limite aceitável, é aceitável que também venhamos a calibrar nossa bússola moral interna e adotar seu comportamento como modelo para o nosso. E, se acontece de o membro de nosso grupo ser uma figura de autoridade (pai, chefes, professores ou outra pessoa que respeitamos), as probabilidades de nos deixarmos influenciar são ainda maiores (ARIELY, 2012, p. 180).

Ariely (2012) faz uma exceção para aquelas mentiras que não causam prejuízos e que não são geradas por motivos egoístas, mas sutilezas sociais ou apenas uma ajuda para que as pessoas possam passar por momentos difíceis sem muito sofrimento, como exemplifica ao relatar ter sido vítima de queimadura aos 18 anos e que o corpo médico tentava acalmá-lo dizendo que ficaria tudo bem e que ele não sentiria dor, mesmo sendo exatamente o contrário ou diferente de como ele acreditou naquelas palavras. Isso o fez acreditar que em determinadas circunstâncias as mentiras brancas são justificáveis e operam maravilhas.

Outro objeto de investigação do autor ocorre sobre a trapaça em colaboração, isto é, como a trapaça acontece num contexto de equipe em que um ajuda o outro no ato desonesto e quais os efeitos colaterais desta prática sobre minha honestidade individual. Ariely (2012) analisou se quando fazemos parte de uma equipe ficamos mais propensos a trapacear e se o ambiente em grupo favorece ou destrói nossa honestidade. Resumidamente, um dos fatores que inibe o indivíduo de cometer infrações é o medo de ser visto pelo outro, mas se o outro estiver junto, esse problema está resolvido. O autor destaca que uma coisa é observar o comportamento desonesto dos outros e baseado nisso alterar nossas percepções morais, outra é fazer parte de um grupo, por exemplo uma empresa, em que você é subordinado ou responsável pelo aumento do lucro e tem que exagerar nos números para causar boa impressão aos clientes, ou ainda, ser o responsável pelo bem-estar financeiro de outras pessoas.

Embora vivamos em uma sociedade que defenda o trabalho em equipe, principalmente no que diz respeito ao alcance de metas, mercado de trabalho e lucro, os resultados da pesquisa não foram muito estimuladores, visto que os dados

obtidos apontaram para uma maior inclinação na trapaça enquanto membro de uma equipe e, ainda, quanto maior o grau de nossa preocupação e admiração pelo componente da equipe, maiores são as chances de praticar atos imorais. Isso demonstrou que é possível que as pessoas sejam contaminadas pela trapaça de outras.

Subjacente a esse impulso está o que os cientistas sociais chamam de utilidade social. Essa expressão é utilizada para descrever a nossa parte irracional, mas bastante humana e maravilhosamente empática que nos leva a nos preocuparmos com os outros e tomarmos uma atitude para ajudá-los sempre que possível, mesmo que tenhamos um custo. Certamente, todos nós somos motivados a agir em algum grau em nosso próprio interesse, mas também temos um desejo de agir de forma a beneficiar os que estão ao nosso redor, principalmente aqueles com quem nos preocupamos. Esses sentimentos altruístas nos motivam a ajudar um estranho que está no acostamento com o pneu furado, a devolver uma carteira que encontramos na rua, a ser voluntário em um abrigo de sem-teto, a ajudar um amigo em necessidade e assim por diante.

Essa tendência de se preocupar com os outros pode aumentar as chances de sermos mais desonestos em situações nas quais o comportamento antiético venha a beneficiar os outros. Partindo dessa perspectiva, podemos considerar a trapaça altruísta quando outras pessoas estão envolvidas, de forma que, como Robin Hood, trapaceamos porque somos pessoas boas que se preocupam com o bem-estar dos que nos rodeiam (ARIELY, 2012, p. 194).

A última consideração do autor se concentra em analisar a influência da cultura nos atos de trapaça e a capacidade humana básica de ser moralmente flexível reformulando situações de maneira a refletir positivamente sobre nós mesmos. Neste quesito, Ariely (2012, p. 212) relata que existe muita intervenção cultural, “[...] tanto em termos de influência social que ajudam a frear a desonestidade quanto em termos das forças sociais que tornam mais prováveis a desonestidade e a corrupção”.

Para concluir nossa análise em relação aos estudos apresentados por Ariely (2012), assim como o autor estamos convencidos das dificuldades em sermos totalmente honestos em nossos comportamentos e nos blindarmos das influências externas do meio social a que estamos expostos, bem como das forças internas atreladas a nosso egoísmo e jogo de interesses pessoais. Entretanto, acreditamos e nos apoiamos na tese de Ariely de que “[...] atos de honestidade são extremamente importantes para nosso senso de moralidade social” (p. 188). Desse modo, praticar esses atos publicamente são tão importantes quanto buscar aprimorar individualmente nossas ações, em pequena escala, mas sempre em ascensão e

constância, melhorando nosso comportamento e disseminando um contágio social deste valor.

Isto posto, cientes dos desafios que a prática da honestidade nos remete e convictos da influência que a escola exerce na formação do indivíduo, consideramos o espaço escolar ideal para a efetivação de propostas pedagógicas de intervenção com o intuito de (re)construção de valores, essencialmente comportamentos honestos que oriente nossa atuação cidadã.

Para finalizar este capítulo, vale frisar que verificamos no decorrer da pesquisa a pouca produção de trabalhos que enfocam o valor da honestidade, fato este que justifica a realização de novas investigações, principalmente se aspiramos por mudanças sociais.

3 ABORDAGEM METODOLÓGICA

Considerando os estudos apreciados neste trabalho, verifica-se que mais importante que a descrição do resultado final da pesquisa, está a análise dos processos de desenvolvimento, interação e construção dos participantes no percurso da ascensão da moralidade.

Assim, o presente capítulo apresentará os procedimentos metodológicos adotados, bem como a análise dos instrumentos de coletas de dados a partir da teoria piagetiana e da fundamentação teórica abordada.

Dessa forma, optamos pela pesquisa-intervenção, com abordagem qualitativa num caráter social, propondo inferências e ações para a problemática apresentada, onde a pesquisadora e os participantes estiveram envolvidos num processo participativo e cooperativo. A escolha desta metodologia esteve vinculada à intenção de contribuir, pelo menos em parte, para que as crianças compreendessem o conceito do valor da honestidade, construíssem concepções sobre a vertente desta temática e experienciassem práticas que favorecessem o desenvolvimento da moralidade com criticidade e autonomia.

Segundo Lüdke e André (2012), as observações na abordagem qualitativa são determinadas basicamente pelos propósitos específicos de estudo. Com a definição de um quadro teórico estabelecido pelo pesquisador, inicia-se a coleta de dados buscando manter uma perspectiva de totalidade.

Para Bicudo e Espósito (1997), a abordagem qualitativa caracteriza-se pelo registro das observações, entrevista e análise da coleta de dados. Sua essência está contida às experiências vividas pelos sujeitos em seu “mundo-vida” e a uma intencionalidade na existência destes sujeitos. Assim, o pesquisador busca atribuir significados e compreendê-los, analisando dois momentos: o da Análise Ideográfica (individual) e o da Análise Nomotética (geral). A lógica qualitativa propõe a descoberta de um novo sentido sobre a experiência que foi vivida, ou ainda, o desvelamento de novos horizontes que originam novos sentidos, estando a análise presente em vários estágios da investigação.

Para Bodgan e Biklen (1982), apud Ludke e André (2012, p. 12) “[...] a preocupação com o processo é muito maior do que com o produto. O interesse do pesquisador ao estudar um determinado problema é verificar como ele se manifesta nas atividades, nos procedimentos e nas interações cotidianas”. Assim, a intenção

da abordagem qualitativa é analisar todo o processo de interação entre pesquisador, participantes e o objeto de investigação ao qual a pesquisa está inserida e não apenas o resultado.

A definição de pesquisa-intervenção expressa sentido de realizar interferências e inovações com objetivo de promover melhorias na prática educacional cooperando para o avanço do conhecimento sobre os processos de ensino/aprendizagem neles envolvidos. A pesquisa-intervenção busca investigar a vida de coletividades na sua diversidade qualitativa, assumindo uma intervenção de caráter socioanalítico (AGUIAR, 2003; ROCHA, 1996, 2001).

Segundo Santos (1987) e Stengers (1990) o processo de formulação da pesquisa-intervenção amplia as bases teórico metodológicas das pesquisas participativas, enquanto proposta de atuação transformadora da realidade sócio-política já que propõe uma intervenção de ordem micropolítica na experiência social.

Diante do exposto, esclarecemos que embora o objetivo da pesquisa não seja quantificar, apresentaremos gráficos comparativos com percentagens para melhor representação do desenvolvimento das crianças.

Essa metodologia possibilitou um prolongamento da construção cooperativa do senso de honestidade e propiciou trocas de experiências entre as crianças, respeitando a fase cognitiva em função da singularidade e particularidade construída entre participantes e pesquisadora.

O processo de coleta e análise de dados, bem como as intervenções e propostas de ações ocorreram simultaneamente de forma coletiva e interativa.

Teve como instrumento de coleta de dados a aplicação de um pré-teste que envolveu um dilema moral levando os educandos à reflexão e ao levantamento de conhecimentos prévios sobre questões relacionadas a valores humanos e a honestidade. Posteriormente, ao final do processo da pesquisa, foi aplicado o pós-teste para verificar se houve mudança quanto ao conceito inicial apresentado pelas crianças e se estes foram satisfatórios.

Para o processo de intervenção e acompanhamento do desenvolvimento do juízo moral do grupo pesquisado, foi utilizado um programa pedagógico específico, com atividades didáticas e lúdicas, registradas as observações em diário de bordo, o desenvolvimento e os resultados obtidos no decorrer da pesquisa.

3.1 Contexto da pesquisa – Local e participantes

A Unidade Escolar onde foi desenvolvida a pesquisa está localizada em um bairro de classe média, conforme indicador do *Critério Brasil*⁵, num município do interior paulista, mas a maioria de seu alunado advém de bairros adjacentes, onde os educandos utilizam transporte escolar cedido pela prefeitura do município. A escola conta com 490 educandos matriculados e atende somente aos anos iniciais do ensino fundamental (1º ao 5º ano), sendo a pesquisadora professora titular desta Unidade de Ensino.

A equipe escolar é formada por um diretor, um vice-diretor, uma coordenadora pedagógica, uma psicopedagoga, além dos professores PEB I e professores especialistas compreendendo as áreas de inglês, educação física, arte e professores da educação especial.

A participação dos pais/responsáveis no acompanhamento educacional dos filhos é bastante significativa. No entanto, a escola atende vários educandos que não passam muito tempo com seus responsáveis, pois estes alegam não terem muito tempo devido a rotina e compromissos do trabalho e outros que vivem em abrigos e esperam por adoção. Para muitos, a escola é o único apoio na formação, estímulo e promoção das capacidades humanas e a única referência cultural e de desenvolvimento humano.

Visando o andamento do projeto, a pesquisa foi aplicada no 3º ano do Ensino Fundamental, com a participação de 24 crianças de uma mesma classe, onde a pesquisadora era a titular da sala, sendo 10 meninas e 14 meninos entre 8 e 10 anos de idade.

Quadro 1 - Caracterização dos participantes da pesquisa

Participantes	Idade	Gênero
P1	8 anos	Menino
P2	9 anos	Menina
P3	8 anos	Menina
P4	9 anos	Menina
P5	8 anos	Menina
P6	8 anos	Menino

⁵ *Critério Brasil* é um indicador desenvolvido pela Associação Brasileira de Empresas de Pesquisa (ABEP) para definir a classe social de uma família e serviu como instrumento para estabelecer o perfil da comunidade escolar no Projeto Político Pedagógico (PPP).

P7	10 anos	Menino
P8	8 anos	Menino
P9	8 anos	Menino
P10	9 anos	Menina
P11	8 anos	Menina
P12	9 anos	Menino
P13	9 anos	Menino
P14	8 anos	Menino
P15	10 anos	Menino
P16	8 anos	Menina
P17	9 anos	Menina
P18	8 anos	Menino
P19	9 anos	Menino
P20	8 anos	Menino
P21	9 anos	Menino
P22	9 anos	Menina
P23	8 anos	Menina
P24	8 anos	Menino

Fonte: Elaborado pela autora.

A observação do comportamento do grupo com as intervenções realizadas pela pesquisadora foi fator relevante em todo o processo de desenvolvimento da pesquisa, em especial nas aplicações das atividades de dilemas morais.

A educação moral foi trabalhada como forma de colaboração na construção da personalidade e do caráter. O terceiro ano do Ensino Fundamental, por sua vez, ganhou solidez neste trabalho dada a fase de desenvolvimento das crianças, pois as mesmas já traziam conceitos superficiais do certo e do errado, e conseguiam identificar ações tidas como justas ou contrárias ao estabelecido em sociedade, vistas desde cedo no seio familiar e outras instituições sociais, onde eram submetidas a situações de elogios, críticas, reflexões e até mesmo punições por suas atitudes. Assim, acredita-se que nesta idade a criança apresenta maior receptividade e grande capacidade de assimilação e aprendizagem, compreensão e interiorização destes princípios, contribuindo em seu processo de desenvolvimento do juízo moral, englobando suas capacidades cognitivas, sociais, afetivas e psíquicas.

3.2 Estrutura da pesquisa – Os instrumentos para a coleta de dados

O período de aplicação da pesquisa foi de oito meses que compreenderam as seguintes fases: (1) sensibilização, (2) perfil da turma, (3) aplicação do pré-teste, (4) observação, intervenção e acompanhamento e (5) aplicação do pós-teste.

Para início da primeira etapa da pesquisa, a fase de sensibilização, foi organizada uma roda de conversa para que a pesquisadora pudesse explicar o trabalho que seria desenvolvido, intencionalmente sem aprofundar detalhes, pois era necessário neste momento despertar apenas o interesse, mas não aguçar a curiosidade demasiadamente, visto que a pesquisa teria duração prolongada e era preciso respeitar o percurso estabelecido sem precipitá-lo.

A turma participante apresentava um perfil cognitivo e comportamental correspondente à faixa etária atendendo os estágios da pesquisa, porém, um dos participantes necessitava de atendimento especializado, pois tinha síndrome de Down, não era alfabetizado e apresentava idade cronológica inferior a idade funcional, tendo dificuldades de compreensão das orientações ministradas a ele. Outra informação importante é que uma participante morava em abrigo e aguardava ansiosa a possibilidade de uma adoção, não tendo referenciais familiares em sua criação, apresentando dificuldades na relação interpessoal com os colegas de classe.

A terceira fase da pesquisa foi a aplicação do pré-teste, diagnóstico inicial para avaliar o juízo moral das crianças participantes. Atentos a faixa etária das crianças, propôs-se a adaptação do texto da coleção pequenas lições, denominado “A força do exemplo” (Legrand, 2007), uma história que mostrava um exemplo de honestidade. Cada aluno recebeu o texto e alguns questionamentos com a intenção de que a criança se posicionasse frente aos dilemas apresentados e decidisse o que fazer. Para não haver variáveis quanto a compreensão da história, o pré-teste foi realizado individualmente com cada participante para que a pesquisadora pudesse tirar possíveis dúvidas ou mesmo auxiliá-los na leitura, afinal, era imprescindível que as crianças entendessem a história e os conflitos morais apresentados para poder decidir o que fazer em cada caso. Esse instrumento serviu de coleta de dados para nossa análise inicial e final.

Destacamos neste ponto que, a história apresentada às crianças na abordagem do instrumento de coleta de dados, já possuía um final em que o pai

demonstrava um exemplo de honestidade aos filhos. Outra possibilidade na aplicação deste instrumento seria deixar que as crianças levantassem hipóteses e exercitassem reflexões quanto ao desfecho da história. Utilizando esta última estratégia seria possível analisar qual o raciocínio da criança e o juízo que ela emitiria sobre o fato apresentado, possibilitando inclusive um final diferente para a história, quiçá ocasionando um resultado distinto dos obtidos. Nesse sentido, os resultados que apresentaremos derivam de uma forma específica de uso desse instrumento, ou seja, uma história com final explícito.

Quadro 2 - Modelo do instrumento utilizado para aplicação do pré e pós-teste

A FORÇA DO EXEMPLO	
<p>José queria proporcionar um dia especial para seus dois filhos. Resolveu fazer uma surpresa. Numa tarde ensolarada, decidiu levar seus filhos ao circo. Ao chegar à bilheteria, pergunta:</p> <p>— Olá, boa tarde, quanto custa a entrada?</p> <p>O vendedor responde:</p> <p>— R\$ 30,00 para adultos e R\$ 20,00 para crianças de 7 a 14 anos. Crianças menores de 7 anos não pagam. Quantos anos eles têm?</p> <p>E o pai responde:</p> <p>— O menor tem 3 anos e o maior 7 anos.</p> <p>Com um sorriso, o rapaz da bilheteria diz:</p> <p>— Se o Sr. tivesse falado que o mais velho tinha 6 anos, eu não perceberia e você economizaria R\$ 20,00.</p> <p>E o pai responde:</p> <p>— É verdade, pode ser que você não percebesse, mas meus filhos saberiam que eu menti para obter uma vantagem e jamais se lembrariam desta tarde como uma tarde especial.</p> <p>E finaliza:</p> <p>— A verdade não tem preço. Hoje deixo de economizar R\$ 20,00 que não me pertenceriam por direito, mas, ganho a certeza de que meus filhos saberão a importância de sempre dizer a verdade!</p> <p>O atendente permaneceu mudo... Também ele teria uma tarde especial para se lembrar.</p> <p>(Adaptação da obra "A força do exemplo". Coleção Pequenas lições. Legrand, 2007)</p>	
Questões	
1-	Você compreendeu bem a história? () Sim () Não
2-	Quem participa da história? () A mãe, o rapaz da bilheteria e os dois filhos () O pai, o rapaz da bilheteria e os dois filhos () O pai, um filho e o rapaz da bilheteria
3-	Você acha que o pai agiu corretamente? () Sim () Não Por quê? _____
4-	Na sua opinião é correto omitir (esconder) a idade para não pagar o ingresso circo? () Sim () Não Por quê? _____
5-	Se você estivesse no lugar do pai, qual seria sua atitude? () Diria que o filho tinha menos de 7 anos () Diria que o filho tinha 7 anos Por quê? _____

6- Se o pai não tivesse dinheiro para pagar o ingresso e tivesse que ir embora sem assistir o espetáculo do circo, mesmo assim valeria a pena dizer a idade correta do filho?
☐ Sim ☐ Não
 Por quê? _____

7- Se o seu pai não tivesse dinheiro para comprar o ingresso, e por esse motivo você não pudesse assistir o espetáculo do circo, pediria para o pai dizer que você tem menos de 7 anos?
☐ Sim ☐ Não
 Por quê? _____

8- Se você fosse o rapaz da bilheteria, deixaria a criança de 7 anos entrar sem pagar o ingresso mesmo sabendo que esta não é a regra do circo?
☐ Sim ☐ Não
 Por quê? _____

9- Na sua opinião, o rapaz da bilheteria deveria ser punido se deixasse uma criança de 7 anos entrar no circo sem pagar?
☐ Sim - qual o tipo de punição: _____
☐ Não - por quê? _____

10- Se você fosse o dono do circo, o que faria se descobrisse que o rapaz da bilheteria autorizou a entrada de uma criança com 7 anos sem que ela pagasse o ingresso?
☐ Puniria o rapaz da bilheteria
☐ Puniria o pai da criança
☐ Puniria a criança
☐ Não faria nada
☐ Outra resposta: _____

11- Se você fosse uma das crianças e presenciasse o pai dizendo que o filho mais velho tinha 6 anos o que você sentiria?
☐ Acharia normal porque muitas pessoas fazem isso
☐ Ficaria com medo ou vergonha
☐ Gostaria porque o pai pagaria menos e sobraria dinheiro para comprar pipoca e doces
☐ Não gostaria da atitude do pai

12- Na sua opinião, o que é honestidade?
☐ Fazer o que for preciso para conseguir benefícios
☐ Esconder a verdade e mentir para ajudar alguém ou a mim mesmo
☐ Fazer o que é correto ainda que minha vontade seja contrariada
☐ Pensar em mim em primeiro lugar, ainda que prejudique outras pessoas
☐ Não sei
☐ Outra resposta: _____

13- Ser honesto para você é _____

14- Você acredita que um amigo pode influenciar na sua tomada de decisão?
☐ Sim ☐ Não
 Se sim, como? _____
 Se não, por quê? _____

15- Você sempre diz a verdade quando é questionado?
☐ Sim ☐ Não ☐ Às vezes
 Por quê? _____

16- Para você, dizer a verdade está sempre acima de tudo?
☐ Sim ☐ Não
 Por quê? _____

Fonte: Elaborado pela autora.

Para a realização da fase quatro, vale salientar que devido a convivência diária da pesquisadora junto a turma, por ser a professora titular, foi possível aprofundar a pesquisa e utilizar de todos os momentos para observar e acompanhar a investigação, bem como realizar constantes intervenções no processo de desenvolvimento. Várias foram os procedimentos e os recursos adotados, como jogos, dinâmicas de grupo, atividades individuais e coletivas, brincadeiras, rodas de conversa, contação de histórias, filmes, reportagens, vídeos, gravuras, imagens e reflexões coletivas entre a pesquisadora e as crianças que tomaram formato de atividades didáticas pedagógicas. No entanto, ressaltamos que a literatura infantil foi nossa mola mestre na criação das estratégias, visto ser uma ferramenta de ensino com mecanismo facilitador para a apropriação da realidade sem romper com o estágio da fantasia e da magia por meio de contos, fábulas, lendas e narrativas. Essa estratégia perpassou diversos valores morais como: a verdade, a justiça, a cidadania, a responsabilidade e por fim, a honestidade, núcleo desta pesquisa.

Outra estratégia utilizada com frequência no programa de intervenção desta pesquisa foram os dilemas morais por estes apresentarem situações da vida real, com abordagem de distintas questões sociais e culturais, onde se dá a oportunidade de escolha, seguida de perguntas e entrevista que buscam levantar as razões das escolhas feitas. Segundo Kohlberg (1992), os dilemas morais não se prestam apenas à pesquisa, mas também ao próprio trabalho de desenvolvimento moral que pode ser realizado em quaisquer grupos. A intenção da pesquisadora ao aplicar os dilemas morais não tinha a intenção de julgar se as respostas das crianças estavam certas ou erradas, mas conhecer a forma de estruturação do pensamento para aquela resposta, sabendo assim, como está organizado seu juízo moral.

O critério estabelecido como fator determinante para a consolidação da pesquisa foi a periodicidade regular na aplicação do programa de intervenção. As ações para o processo de aplicação das atividades foi dirigido e planejado com a estruturação de momentos específicos três vezes por semana, abarcando a temática do valor da honestidade e apresentando dilemas morais do cotidiano para que as crianças vivenciassem a reflexão deste valor moral e construíssem conceitos substanciais e práticas diárias de como manter a honestidade em acontecimentos reais, sem ter o desejo de tirar proveito próprio das situações ou prejudicar alguém. A avaliação foi realizada em todas as fases da pesquisa, para reflexão e possível adequação quando necessária. No total utilizamos vinte atividades didáticas

pedagógicas específicas para o desenvolvimento da moralidade no que se refere a (re)construção do valor da honestidade.

Quadro 03 – Programa de intervenção – Atividades didáticas pedagógicas

Número/Ordem	Programa de intervenção – Atividades pedagógicas
01	As aventuras de Pinóquio
02	A hora da verdade
03	A semente do bem
04	O valor de ser honesto
05	O valor da honestidade
06	Ser responsável para ser honesto
07	É preciso coragem para ser honesto
08	Justiça é dar a cada um o que lhe é devido
09	Ser honesto é possível?
10	Sempre ganhar ou ser honesto?
11	A flor da honestidade
12	Ser ou não ser... eis a honestidade
13	Um encontro com a dona honestidade
14	Honestidade é coisa séria
15	Por um mundo mais honesto
16	A fábula da corrupção
17	Correio da amizade
18	Cidadania e honestidade
19	Mocinho ou bandido?
20	Descascando o abacaxi

Fonte: Elaborado pela autora.

Todas as atividades de intervenção citadas no quadro 02 estão descritas no capítulo 4 para análise do processo de intervenção realizado durante a pesquisa, bem como os resultados que este programa proporcionou.

São detalhados os procedimentos e estratégias para que o professor tenha domínio na aplicação das atividades pedagógicas e possa contribuir no desenvolvimento da moralidade.

A última fase da pesquisa constituiu-se do pós-teste em que foi possível analisar a evolução das crianças em relação ao desenvolvimento da moralidade.

3.3 Procedimentos para coleta e análise dos dados

Para a coleta de dados foram utilizados os instrumentos do pré e pós-teste em que observamos os protocolos piagetianos utilizados no livro *O juízo Moral na*

Criança (PIAGET, 1994), com a intenção de acompanhar o pensamento da criança e avaliar a segurança e clareza das respostas diante das contra argumentações que a pesquisadora elaborava oralmente. Com este instrumento, o interesse era compreender como as crianças chegavam à determinada escolha comparando as respostas e as estratégias do pensamento racional. Para análise dos dados, além dos procedimentos piagetianos, esta pesquisa pautou-se em todos os estudiosos elencados na fundamentação teórica adotada visando uma análise mais específica referente às respostas das crianças sobre o valor da honestidade.

3.4 Elaboração gráfica do produto

Acreditando que a instituição escolar ocupa lugar de destaque na busca por transformações e visto que a criança ao iniciar sua vida acadêmica encontra-se em fase de construção de sua personalidade e caráter, a intenção do produto deste trabalho foi disponibilizar um *software* educativo com atividades pedagógicas de ensino que trabalhassem o conceito do valor da honestidade, favorecendo subsídios ao educando para realizar uma reflexão sobre suas ações, comportamentos, julgamentos e decisões, bem como o fortalecimento deste valor humano tão importante nas relações interpessoais e no convívio em sociedade.

O produto final desta pesquisa foi a criação de um objeto de aprendizagem (*software* educativo) intitulado “Pinóquio em: quero ser um menino de verdade!”, desenvolvido para crianças do 3º ano do Ensino Fundamental atendendo a um grupo específico da pesquisa. Ressaltamos que embora o material proponha interação entre a tecnologia e a criança, este não dispensa a presença do professor, visto ser ele o responsável pela mediação no processo de formação moral. Este produto expressa um recorte do programa de intervenção proposto, trazendo como personagem animado a figura de Pinóquio, o boneco de madeira que tinha o sonho de tornar-se um menino de verdade.

Com este produto, espera-se explorar de forma lúdica o ensino da honestidade, estimulando a reflexão nas escolhas dos desafios, capaz de desenvolver o senso de justiça e internalizar conceitos referentes a este valor. A ferramenta traz orientações metodológicas ao educador para que se tenha melhores resultados em sua utilização.

Embora o *software* produzido seja específico a faixa etária de crianças entre 8 e 10 anos, frisamos que o programa de intervenção proposto nesta pesquisa pode ser perfeitamente utilizado por educandos de outras faixas etárias, considerando possíveis adequações, caso necessário. As atividades elaboradas devem ser inicialmente selecionadas e preparadas conforme a possibilidade temporal de aplicação para cada uma delas, sempre contemplando as discussões, reflexões e procedimentos didáticos necessários para seu êxito.

3.5 Aspectos éticos

A pesquisa obedeceu aos trâmites necessários quanto ao encaminhamento dos instrumentos de coleta de dados, sendo: o termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), o Termo de Assentimento Livre e Esclarecido (TALE), bem como o Termo de autorização de uso de imagem e voz ao Comitê de Ética em Pesquisa na Plataforma Brasil, aprovado pelo parecer de número: 2.422.539, conforme anexos 1, 2, 3 e 4 respectivamente.

Observamos todos os procedimentos para sigilo da identidade das crianças, assim como para o seu bem-estar durante o desenvolvimento da pesquisa. Para garantir o sigilo dos participantes, utilizamos siglas para apresentar os dados coletados.

Para início da pesquisa solicitamos a autorização prévia aos pais ou responsáveis para uso de voz, imagem e produções pedagógicas das crianças.

Outra preocupação apresentada foi o cuidado com a objetividade da pesquisadora para assegurar a validade das informações.

4 PERCURSO PARA APLICAÇÃO E VALIDAÇÃO DA PESQUISA

Para a aplicação e validação da pesquisa contamos com três outras etapas, sendo: (1) Relato do Programa de Intervenção, (2) Resultados do Programa de Intervenção e (3) Elaboração gráfica do produto.

4.1 Relato do Programa de Intervenção

Considerando que o ambiente escolar colabora de forma significativa para a consolidação de estruturas de formação, a aplicabilidade do programa de intervenção esteve pautada na ação interventiva da professora em todas as etapas de desenvolvimento da pesquisa visando a mediação junto aos educandos, de forma que estes pudessem refletir sobre as histórias e os dilemas morais propostos.

A elaboração de nosso programa de intervenção foi organizada respeitando os aspectos da teoria piagetiana e valendo-se de dilemas morais como exercício de pensamento que é usado para estudar os cenários de ética e moralidade, como afirma a teoria de Kolberg. Piaget (1994), abordava a técnica de observação e entrevista para compreender e avaliar como as crianças pensavam. Utilizava histórias como elementos de apoio em que as crianças eram estimuladas a opinar e julgar as condutas apresentadas verificando se as mesmas levavam em consideração a intenção ou o resultado material do ato. Kohlberg (1992 apud KAWASHIMA; MARTINS; BATAGLIA, 2015, p. 220), também se apropriou das estratégias de entrevistas clínicas de Piaget e adotou os dilemas morais como procedimentos de intervenção para o desenvolvimento moral do indivíduo. Os dilemas consistem em narrações que se referem a situações que apresentam uma contraposição de valores e oportunizam a reflexão, pois não oferecem uma única solução, conduzindo o indivíduo a justificar racionalmente sua escolha e a posicionar-se frente a ela.

Segundo Kawashima; Martins e Bataglia (2015) a utilização destes instrumentos – histórias-estímulo e dilemas morais – possibilitam que as crianças possam se tornar indivíduos capazes de refletir sobre os acontecimentos em sua volta e tomar decisões conscientes.

Estes instrumentos não somente contribuíram solidamente para que pesquisadores da área avaliassem o juízo moral dos sujeitos, mas

também podem ser de grande valia para professores que desejam utilizar esse procedimento, inclusive na Educação Infantil, pois o quanto antes as crianças tomarem consciência dos problemas morais e refletirem sobre eles estarão aptas a entender e a emitir juízos sobre eles (p. 226).

Assim, a utilização de histórias-estímulo e dilemas morais demonstram bastante eficácia em sua aplicação e podem ser exploradas por meio de textos da literatura infantil, em que as condutas dos personagens geram conflitos cognitivos-morais estabelecendo a oportunidade de discussão para resolução desses conflitos. A utilização de textos da literatura infantil também “[...] propicia às crianças o julgamento das ações dos personagens de forma afastada da realidade concreta, imediata, sem receio da punição e sem a intenção de ser recompensado” (KAWASHIMA; MARTINS; BATAGLIA, 2015, p. 227).

O Programa de Intervenção que apresentaremos a seguir foi especificamente preparado para desenvolver o valor da honestidade com o grupo pesquisado, compreendendo crianças entre 8 a 10 anos de idade.

Para melhores resultados as atividades devem ser trabalhadas pelo professor semanalmente, na rotina do horário regular de aula, prevista, no mínimo, três vezes na semana com momentos específicos para se trabalhar a temática da honestidade, incorporando a metodologia sugerida à rotina da aula de forma agradável, lúdica e de forma transversal, ou seja, deve ser trabalhada nas áreas e/ou disciplinas já existentes no currículo articulando o tema honestidade com as questões sociais vivenciadas na atualidade e também no convívio escolar.

O resgate de valores necessários para a boa convivência em sala de aula e que os educandos compreendessem e internalizassem o conceito do valor humano honestidade, foram os propósitos deste programa de intervenção propondo reflexão para a realização de escolhas justas, solidárias e de benefício da coletividade, criando o senso da empatia e da justiça.

Diante a mortificação dos valores em nossa sociedade e os grandes problemas de corrupção enfrentados em nosso país, este programa surge como instrumento didático para se começar um trabalho com as crianças dos primeiros anos da fase escolar, na tentativa de buscar a formação do juízo moral.

Apresentaremos o programa de intervenção conforme ordenação de aplicação com a turma pesquisada, mas ressaltamos que não se trata de uma sequência didática.

Atividade 01 - AS AVENTURAS DE PINÓQUIO

Esta foi a primeira atividade de intervenção realizada com a turma pesquisada, visto que a intenção inicial era propor algo em que as crianças se reconhecessem e que lhes fosse familiar, explorando, principalmente, a ludicidade e a fantasia.

Por se tratar de um clássico da literatura infantil e possuir um dos personagens mais conhecidos pelas crianças, o livro *As aventuras de Pinóquio* (COLLODI, 2004) foi a primeira obra literária trabalhada com elas. Optamos pela obra original, que traz reflexões sobre as atitudes do menino travesso, pois queríamos a história com riqueza de detalhes do boneco de madeira, Pinóquio, principalmente nas confusões e traquinagens do personagem de ficção. O livro apresenta trinta e seis capítulos e, por se tratar de uma obra bastante extensa, utilizamos 20 aulas, trabalhadas consecutivamente ao longo de quatro semanas, no início do período, como leitura deleite, agrupando capítulos menores para que não gerasse cansaço ou desinteresse ao longo do processo de contação da história. O trabalho exigiu periodicidade regular para que não se perdesse a sequência do capítulo anterior. Paralelo a isso, outras atividades sobre honestidades foram sendo gradativamente introduzidas em momentos distintos durante as aulas.

Foi acordado junto aos educandos como seria organizada a rotina para a contação da história no decorrer dos dias e que seria importante que nenhum faltasse. Na primeira aula, para introdução da proposta de trabalho, proporcionamos um ambiente agradável que favorecesse o gosto por essa obra para que as crianças estabelecessem vínculo com Pinóquio e identificassem alguns valores que a obra contemplava. Assim, utilizamos o equipamento multimídia para projetar imagens com as várias versões do boneco e dos outros personagens da história.

Nesse momento, as crianças se maravilharam. A figura do boneco lhes era familiar, pois todos o conheciam e sabiam a história, uns com mais propriedade, outros nem tanto. A seguir, por a obra apresentar pouca ilustração e a proposta estar pautada na produção de um livro artesanal ilustrando a síntese que o próprio livro trazia para cada capítulo, os alunos passaram a realizar essa tarefa. Vale destacar que a intenção da atividade não estava no produto final (a produção do livro), mas nas discussões que ocorriam durante as aulas após a leitura dos capítulos, momento em que as crianças se identificavam com as atitudes do boneco, ora defendendo-as, ora julgando-as. O objetivo central foi discutir princípios morais e introduzir, como

vocabulário na sala de aula, os termos caráter, confiança, justiça e honestidade, demonstrando a importância de sempre dizer a verdade e as consequências da mentira.

Ao final de cada capítulo, abríamos espaço para que as crianças comentassem e exprimissem seus sentimentos sobre a história, realizando questionamentos orais para ver se todos haviam entendido e, se preciso, resgatar algum ponto para esclarecimento, sempre fazendo reflexões se a atitude de Pinóquio foi acertada ou não na situação apresentada no capítulo.

Como a realização dessa atividade estendeu-se por um grande período, as crianças que faltavam eram atendidas no dia seguinte com a retomada do capítulo anterior, em momento propício, pela professora ou por algum colega que se dispusesse a contar oralmente o capítulo para o amigo.

A interação das crianças com a história foi tão significativa que o personagem Pinóquio passou a ser um novo integrante da turma. Construímos o boneco da mesma altura deles e o deixamos na sala de aula até o fim do ano letivo, quando o sorteamos para uma criança levar para sua casa. Confeccionamos também, durante a aula de arte, um Pinóquio para cada criança. Fizemos uma exposição e, depois, cada uma ficou com o seu.



Figura 1– Crianças construindo o boneco na aula de arte



Figura 2 – Pinóquio, pronto para ser levado para casa



Figura 3 – Algumas crianças participantes da pesquisa e Pinóquio, o novo integrante da turma



Figura 4– Livro do Pinóquio produzido pelo P5

Após o término de todos os capítulos, foi exibido o filme *Pinóquio*, disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=ehYgdgRf02w>, em uma sessão "pipoca" para que as crianças pudessem interagir e discutir o que aprenderam com o boneco. Após essa ação, os livros confeccionados foram expostos na biblioteca da escola para que outros alunos pudessem apreciar suas produções.

Elencamos alguns comentários sobre as lições que as crianças aprenderam com o menino travesso, Pinóquio:

P12 – “A mentira tem perna curta. Quando mentimos, o nariz não cresce de verdade, mas sempre alguém descobre e ficamos com um grande abacaxi”.

P14 – “Pinóquio não era um menino mau, mas precisava aprender algumas coisas importantes como: fazer amigos de verdade, não mentir, não ser egoísta e sempre pensar nas pessoas a sua volta”.

P18 – “A mentira não traz coisas boas para nossa vida, só afasta as pessoas que amamos”.

P20 – “Pinóquio aprendeu que falar a verdade é sempre a melhor opção, ainda que tenhamos que receber algum castigo por isso”.

P23 – “Às vezes eu sou travesso como Pinóquio e minha mãe fica muito brava comigo. Eu acho que estou melhorando e me transformando em um bom menino, igual a Pinóquio no final da história”.

Atividade 02 - A HORA DA VERDADE

Para essa atividade, necessitamos de duas aulas e contamos com a participação de todas as crianças. O objetivo foi discutir por que as pessoas mentem, como nós nos sentimos quando mentimos, como nos sentimos em relação aos outros quando eles mentem e como os outros se sentem em relação a nós quando mentimos.

No primeiro momento, apresentamos a capa do livro para as crianças e discutimos as primeiras impressões que elas apontaram. Após a leitura da fábula *O menino e o lobo* (SAMANIEGO, 1992), exibimos o vídeo *O menino que mentia*, disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=uUHLn3TqD-s>, e abrimos discussão com as crianças sobre a importância de se falar a verdade para ganhar a confiança das pessoas. Abordamos as consequências da mentira e enfatizamos que há uma profunda relação entre as virtudes da verdade e da honestidade. Optamos

por utilizar o questionário de forma escrita para que as crianças pudessem expressar sua compreensão em relação ao tema e seus sentimentos.

Quadro 4 – Questionário utilizado para reflexão da atividade 02 - A hora da verdade

1	Por que as pessoas mentem?
2	As pessoas sentem medo de serem punidas por terem feito algo de errado?
3	Podemos perder a confiança de pessoas que amamos por causa da mentira?
4	É preciso coragem para contar a verdade?
5	Como me sinto quando falo a verdade?
6	O que acontece quando as pessoas descobrem que mentimos?
7	Peça para os alunos pensarem sobre um amigo que sempre diz a verdade e mantém suas promessas. Como você se sente em relação a esta pessoa?
8	Como este comportamento afeta o seu relacionamento?
9	Pensamentos, palavras e ações honestas criam harmonia?
10	O que faz um bom amigo?
11	Se você pudesse escrever diretrizes para ser um bom amigo, o que escreveria?

Fonte: Baseado no livro: Atividades com valores para estudantes de 7 a 14 anos. Diane Tillman, 2001.

Após a aplicação do questionário, pedimos que as crianças elaborassem uma frase sobre a virtude da verdade. A intenção era construir conceitos a esse respeito, pois necessitaríamos, posteriormente, de que as crianças tivessem a compreensão de sua importância.

Disponibilizamos uma folha com a impressão de uma ovelha, pedimos que as crianças colassem o algodão no animal e escrevessem uma frase sobre a virtude da verdade na folha. Em seguida elas puderam ilustrar e criar suas representações sobre a fábula.

Quando terminaram, produzimos um poema coletivo sobre o tema trabalhado que ficou exposto ao lado das ilustrações realizadas pelos alunos na biblioteca da escola para apreciação dos demais colegas.



Figura 5 – Criança ilustrando a fábula



Figura 6 – Criança representando suas impressões sobre a história



Figura 7 – Ilustração do P4



Figura 8 – Ilustração do P12

Atividade 03 - A SEMENTE DO BEM

O objetivo foi mostrar às crianças a importância da honestidade em todas as ações que praticamos e a grandeza desse valor nas relações humanas. Todas participaram e a duração da atividade foi de cinco aulas distribuídas durante a semana conforme organização prévia.

Iniciamos a conversa dizendo sobre a importância do valor de ser honesto em nossas atitudes para ganharmos a confiança das pessoas e nos tornarmos seres humanos melhores. Assim, propiciamos um ambiente agradável e fizemos a contação da história *O pote vazio* (DEMI, 2009) por meio do livro físico e também por meio de vídeo disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=EK6tnR0l_Ak.

Após esse momento, levantamos alguns questionamentos para que as crianças refletissem.

Quadro 5 – Questionamentos da atividade 03 realizados junto às crianças – A semente do bem

1	Por que o imperador precisava arrumar um sucessor?
2	O que ele fez para escolher o seu sucessor?
3	Quem é Ping?
4	Como ele cuidou da semente que o imperador fez?
5	Que resultado ele obteve?
6	O que ele sentiu quando viu que não havia brotado a semente?
7	O que ele sentiu diante do Imperador quando apresentou o vaso vazio?
8	O que fizeram as outras crianças para ter uma planta no vaso?
9	O que lhe disse o imperador?
10	O que você faria se fosse Ping?
11	A honestidade nos leva a ser pessoas confiáveis?
12	O que significa a palavra honestidade?
13	O que você sente quando age de forma honesta?
14	Se você é honesto nas suas atitudes as pessoas vão confiar mais em você?
15	Quais os benefícios e vantagens para uma pessoa honesta?

Fonte: Elaborado pela autora

Em seguida, exibimos o vídeo disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=F6OS5BjLoo4> que dramatiza a história apresentada para que os pequenos alunos tivessem referências para criarem sua própria representação.

Após a exibição do vídeo, organizamos a turma para que a história fosse dramatizada pelas crianças e apresentada para as outras classes da escola. Deixamos que elas se organizassem em grupos e escolhessem qual personagem representariam (Ping, Imperador, narrador, crianças do reino). Todos conseguiram organizar-se sem intervenção da professora. Foram providenciados adereços para a apresentação do teatro (roupa chinesa, vasos, sementes, cenário, música e outros que enriqueceram a apresentação). O exercício da dramatização nessa atividade, tanto para quem assistiu quanto para quem atuou, foi muito significativa na mudança de suas perspectivas de valores. Após a apresentação, a professora, para finalizar, reuniu-se com os participantes da pesquisa para parabenizá-las e distribuir sementes de flores simbolizando a semente da verdade. A professora orientou que a cultivassem da melhor forma possível e que fizessem o melhor que pudessem, tendo todos os cuidados necessários para que ela germinasse e ainda ressaltou que sermos honestos é sempre a melhor opção. Algumas crianças preferiram plantar as sementes no jardim da escola por não terem espaço propício em suas casas.



Figura 09 – Sementes que foram entregues às crianças



Figura 10 – Momento do plantio das sementes

Atividade 04 - Ser honesto é...

A duração da atividade foi de três aulas e teve como objetivo proporcionar a aprendizagem e a reflexão sobre o valor da honestidade comprometendo-se no exercício de ser honesto com as pessoas e consigo mesmo.

Para o início da tarefa, fizemos uma roda de conversa para interação e discussão com as crianças lendo a obra *Descobrimos valores – Honestidade*

(BELLI). A obra também foi escaneada e projetada em equipamento multimídia para melhor visualização.

Falamos do significado da palavra “honesto” e o que isso significa em nossas atitudes. Em seguida, disponibilizamos uma folha pautada para que continuassem a frase proposta: SER HONESTO É... Após o desafio, as crianças socializaram com a turma suas criações e as expuseram em mural da escola.

P3 - “Ser honesto é falar a verdade para conquistar a confiança das pessoas”.

P8 - “Ser honesto é ser verdadeiro e não mentir”.

P15 - “Ser honesto é não enganar as pessoas”.

P18 - “Ser honesto é devolver aquilo que não é seu”.

P 20 - “Ser honesto é uma virtude preciosa que deve ser cultivada todos os dias. Nem todas as pessoas são honestas”.

P21 - “Ser honesto é quando você não tem lápis de cor azul, você empresta do seu amigo e depois devolve”.

P22 - “Ser honesto é sempre dizer a verdade, mesmo que a situação seja muito difícil”.

P23 - “Ser honesto é assumir aquilo que você fez de errado”.

P24 - “Ser honesto é uma virtude muito boa que faz as pessoas acreditar em você e ser seu amigo, pois fortalece a confiança”.

Em seguida, propusemos a construção coletiva de um acróstico e um poema com a palavra Honestidade elencando o que essa palavra representa e a quais valores ela está vinculada.

Quadro 6 - Acróstico e poema criados pelas crianças na atividade 04 – Ser honesto é...

<p>Honesto, honra, humildade Otimo Notório, notável Educação, educado Sincero, sábio Tesouro Inteligente, imbatível Dócil Amigo, amizade Dedicado Elegante</p>	<p>Honestidade</p> <p>A honestidade é uma virtude muito importante em nossa vida. Ela nos ensina a sermos pessoas melhores e a conquistarmos muitos amigos. A honestidade não combina com mentira. Para praticá-la é preciso decisão e coragem. Todos os dias devemos buscá-la e ajudar outras pessoas a serem honestas também.</p>
---	---

Fonte: Produção coletiva das crianças pesquisadas

Após a conclusão da produção coletiva, o trabalho também foi exposto. Para o encerramento dessa atividade, propiciamos uma roda de conversa para que cada aluno se comprometesse com um gesto de honestidade durante aquele ano. Foram utilizados exemplos apresentados no livro e outros que julgaram importantes. Ressaltamos que esse compromisso assumido por eles deveria ser exercitado na escola e fora dela.

Atividade 05 - O VALOR DA HONESTIDADE

A presente atividade teve como meta trabalhar o conceito de honestidade por meio de atividades lúdicas, a fim de que as crianças tivessem melhor entendimento sobre o seu valor e o seu significado. Foram necessárias duas aulas para a realização das etapas estabelecidas e todas estavam presentes. Utilizamos, como leitura inspiradora, o livro *O que cabe no meu mundo – Honestidade* (TRINDADE, 2010). Além da apresentação física do livro, para melhor visualização e interação das crianças com a obra, ele foi projetado em equipamento multimídia facilitando a dinâmica da aula. Após fazer a leitura e a interpretação oral junto à turma para construção do conceito da palavra honestidade, elencamos possíveis exemplos que ilustram esse valor.

Propusemos a dinâmica “A escada da honestidade” em que as crianças expressaram o conceito da honestidade por meio de palavras com que elas estabeleciam relação. Após a reflexão e discussão do conceito da palavra honestidade, pedimos às crianças que pegassem uma folha de papel sulfite e um pincel atômico. A seguir, orientamos que, em cada papel, fosse escrita uma palavra que correspondesse ao valor da honestidade. Várias palavras foram citadas como: verdade, integridade, lealdade, consciência, honra, dignidade, sinceridade, respeito, justiça, caráter, igualdade e lei.

Após este momento, levamos as crianças à arquibancada da quadra poliesportiva e cada uma colocou a sua palavra em um degrau. Quando todas terminaram, pedimos que cada participante fizesse um comentário sobre a palavra escolhida.

Ao término da atividade, os participantes foram levados à reflexão:

Quadro 7 - Perguntas realizadas no momento de reflexão da atividade 05 – O valor da honestidade

1	Foi difícil detectar o que a palavra honestidade significa?
2	Quais palavras apareceram mais?
3	É difícil praticar o valor da honestidade em nossa vida? Por quê?

Fonte: Elaborado pela autora

Ao final da atividade, proporcionamos a realização de um jogo cooperativo na quadra em que a regra era não trapacear, mas ajudar os colegas, visto que o objetivo era todos terminarem a tarefa ao mesmo tempo.

Atividade 06 - SER RESPONSÁVEL PARA SER HONESTO

O objetivo aqui era reconhecer a importância da virtude da responsabilidade e encorajar as crianças a serem responsáveis em suas ações e pensarem em soluções para os problemas encontrados, bem como buscar estabelecer relação entre os princípios da responsabilidade e da honestidade compreendendo-os como um conjunto de práticas que orientam o exercício da cooperação, da cidadania e das relações interpessoais.

Apresentamos a obra *O que cabe no meu mundo – Responsabilidade* (TRINDADE, 2010) e realizamos a leitura com as crianças criando um espaço de discussão e análise das situações apresentadas no livro. Após as discussões, a lousa foi dividida em quatro colunas e foi solicitado que elas dissessem quais as responsabilidades que temos em cada um dos eixos: na ESCOLA (como aluno), na FAMÍLIA (como filho), na AMIZADE (como amigo), na SOCIEDADE (como cidadão). Por se tratar de uma atividade coletiva, o importante era garantir que todas as crianças tivessem a possibilidade de se manifestar.

Quando a lista foi finalizada, questionamos se aquelas responsabilidades citadas por elas eram cumpridas e quais as dificuldades encontradas para ser uma pessoa responsável.

As crianças disseram rapidamente que não cumpriam todas as suas responsabilidades, ou apenas de vez em quando, e que sempre eram castigadas por seus pais e/ou responsáveis por isso. Após a discussão, registraram a lista construída coletivamente em seus cadernos e elegeram duas de cada eixo (escola, família, amizade, sociedade) comprometendo-se a praticar em sua vida diária.

Em seguida, associaram o valor da responsabilidade ao da honestidade, isto é, tenho que ser responsável em assumir meus deveres e honesto para executá-los, lembrando que minhas escolhas e ações trazem resultados bons ou ruins. A intenção era que elas fossem capazes de incluir-se no problema para encontrar uma

solução e não se omitir ou esconder-se diante dos acontecimentos, vitimizandose ou atribuindo as consequências a fatores externos. Tivemos algumas reflexões expressivas como:

P11 - “Quando eu assumo a minha responsabilidade nas situações que acontecem, isso me faz honesto”.

P17 – “Eu me esforço para ser responsável com o que é meu e com o que é do outro, pois quero ser uma pessoa honesta”.

P24 - “É importante assumir responsabilidades para decidir quem quero ser, mesmo quando ninguém está vendo”.

Essa atividade foi retomada em rodas de conversa no decorrer do ano letivo para acompanhar os resultados e verificar as possíveis dificuldades encontradas pelas crianças no cumprimento de suas responsabilidades. Vale frisar que, nessa atividade, não foram impostos comportamentos de forma moralizadora, uma vez que o processo de construção da consciência e autonomia deve ser natural, espontâneo, respeitando os limites e levando-as à reflexão para formação e estabilidade de conduta.

Atividade 07 - É PRECISO CORAGEM PARA SER HONESTO

A atividade propôs, como objetivos, a apresentação do conceito de honestidade e mostrou o que é preciso fazer para mantê-la, bem como discutir e praticar habilidades de comunicação quando fazemos algo de que nos arrependemos. A atividade proporcionou o entendimento de que o valor da honestidade é a capacidade de reconhecer os próprios erros sem a necessidade de querer culpar ou transferir a culpa aos outros, mas sim, assumir o que se faz, desenvolvendo a habilidade de resolução de conflitos e o fortalecimento da coragem e segurança em posicionar-se. É pensar sempre no coletivo sem querer tirar vantagens próprias ou ilícitas. É uma virtude que deve ser cultivada e exercida em todos os contextos sociais de nossa vida (família, escola, amigos, sociedade etc).

Após as discussões, foi construída coletivamente a ideia de que todos erram e que o grande mérito está em reconhecer os seus erros, tentar repará-los e não os praticar mais.

Utilizamos, como recurso didático, o livro *Não fui eu!* (MOSES, 1999), fazendo a contação da história e discutindo, junto às crianças, as situações apresentadas no livro. Após a leitura, distribuímos uma folha de papel sulfite para cada uma e

comentamos que, todos os dias, enfrentamos situações que testam a nossa honestidade. Relatamos alguns exemplos e, cada vez que líamos uma frase, elas deveriam arrancar um pedaço da folha na proporção do prejuízo que essa situação trazia à sua honestidade.

Quadro 8 - Frases que podem afetar a honestidade - Atividade 07 – É preciso coragem para ser honesto

1	Pegar o que não lhe pertence
2	Não devolver algo que você achou e sabe quem é o dono
3	Mentir para um amigo
4	Esconder a verdade para obter alguma vantagem
5	Enganar seus pais e familiares
6	Trapacear no jogo para ganhar
7	Cortar fila dos amigos
8	Não assumir seus erros quando está errado
9	Não devolver o troco que te deram a mais
10	Não ser justo com as atitudes e com as pessoas
11	Não dar razão a quem merece
12	Ser influenciado por um amigo ou convencido a fazer o que é errado
13	Não se posicionar e se omitir perante o que é correto
14	Deixar alguém levar a culpa de um erro que você cometeu

Fonte: Elaborado pela autora.

Depois de ler todas as frases, o desafio foi recuperar a honestidade. As crianças teriam que juntar os pedaços de papel rasgados a cada frase que fosse lida.

Quadro 9 - Frases que podem recuperar a honestidade - Atividade 07 – É preciso coragem para ser honesto

1	Devolver ao dono algo que você encontra perdido e não é seu
2	Dizer sempre a verdade ainda que ela possa não agradar
3	Reconhecer quando erra e pedir desculpas
4	Nunca trapacear para obter vantagens
5	Devolver quando recebe dinheiro a mais num troco
6	Ser sincero e falar a verdade quando alguém lhe perguntar alguma coisa
7	Assumir quando fizer algo de errado
8	Ser justo com quem tem razão
9	Ter suas próprias opiniões e não se deixar levar quando alguém quiser lhe convencer a fazer algo errado
10	Falar e denunciar sempre que ver uma injustiça sendo praticada
11	Respeitar as pessoas
12	Pensar sempre no que é bom para o coletivo ainda que eu não seja beneficiado
13	Fazer o que é certo para ficar com a consciência tranquila
14	Buscar elogiar as pessoas quando elas fazem o que é correto

Fonte: Elaborado pela autora.

Após o término da dinâmica, elencamos alguns questionamentos para estimular a reflexão.

Quadro 10 – Questionamentos realizados para reflexão da atividade 07 – É preciso coragem para ser honesto

1	Todas as crianças conseguiram recuperar a sua honestidade?
2	O que podemos fazer para defender nossa honestidade quando nos sentimos ameaçados?
3	Devemos buscar fazer o que é correto em cada situação pensando no bem da coletividade, sem ter interesse em tirar vantagens?
4	Qual é a dificuldade que encontramos para sermos honestos?

Fonte: Elaborado pela autora

Após as discussões, propusemos a confecção de monstros que simbolizassem atitudes cotidianas de desonestidade como ganância, arrogância, mentira, covardia etc. Em seguida, as crianças se reuniram em grupos para apresentarem seus monstros e discutir possíveis soluções para combatê-los. Posteriormente, cada grupo confeccionou um bonequinho que simbolizasse atitudes honestas, como a ética, o respeito, a verdade, a amizade, a confiança, etc, e que conseguisse combater os monstros da desonestidade.

Para finalizar a atividade, os alunos realizaram a exposição de seus trabalhos em um varal previamente preparado.

Essa atividade teve a duração de duas aulas e contou com a participação de todos os alunos.

Atividade 08 - JUSTIÇA É DAR A CADA UM O QUE LHE É DEVIDO

Nessa atividade, tivemos dois objetivos específicos. O primeiro foi sensibilizar as crianças para o respeito aos objetos alheios, orientando que a ninguém é lícito reter ou destruir o que não lhe pertence. O segundo foi encorajar o pensamento consequente antecipado e mostrar que aquilo que fazemos e dizemos afeta as outras pessoas.

Todas as crianças participaram e a atividade teve a duração de duas aulas buscando trabalhar o conceito de justiça bem como as atitudes provenientes dessa virtude. A relação dialógica e a reflexão foram os meios para a mediação desse trabalho, tanto quanto a socialização com os colegas sobre as situações abordadas. A intenção era que todos participassem, expressassem suas opiniões e colaborassem com possíveis soluções para os problemas apresentados.

Para iniciar a tarefa, as crianças sentaram-se no chão, em círculo, e colocamos a bola, aleatoriamente, na mão de uma delas orientando que aquela que estivesse com a bola deveria responder a pergunta sorteada do saco. Após responder, outras crianças poderiam dizer se faria algo diferente da resposta do colega. Em seguida, ela passava a bola para qualquer outro colega do círculo. A regra da brincadeira era que não se repetisse o companheiro, assim todos teriam a oportunidade de participar. A brincadeira terminaria quando todos tivessem participado. Como o grupo pesquisado era composto por vinte e quatro crianças, fizemos o número exato de perguntas.

Quadro 11 – Perguntas realizadas na dinâmica de grupo da atividade 08 – Justiça é dar a cada um o que lhe é devido

1	Quando achamos algo que não nos pertence, o que podemos fazer?
2	Todos os dias na escola Henrique corta fila dos colegas, pois gosta de sempre ser o primeiro. Está correta a atitude de Henrique? O que a professora pode fazer?
3	Seu amigo de classe conta muitas mentiras para a turma. O que você pode fazer para ajudar esse amigo?
4	Você pede para ir ao banheiro da escola e sem querer derruba e quebra um vaso que estava enfeitando o corredor. Todos os seus amigos estavam na sala e ninguém vê o que aconteceu. O que você faz?
5	Na aula de educação física seu time perde o jogo por causa de um amigo que não conseguiu ser rápido o suficiente para ganhar a partida. O que você faz ou fala para esse amigo?
6	A professora fala para a turma guardar o material, pois já está quase na hora de ir embora. Na pressa, como você estava sentado com seu amigo, por engano você pega o estojo dele e coloca-o em sua mochila. Quando você vai fazer a lição de casa, encontra o estojo de seu amigo cheio de canetinhas coloridas, adesivos e balas. O que você faz?
7	Você passa pelo corredor de sua escola e vê um papel de bala jogado no chão. O que fazer?
8	Você viu Davi mexer na bolsa de outro colega na hora da entrada. O que fazer?
9	A professora diz que seu comportamento não anda muito bom na sala de aula essa semana. Quando chega em casa, sua mãe pergunta como você está na escola. O que você responde?
10	Se você ver um amigo mentindo para a professora sobre quem mexeu no armário dela, o que você faz?
11	Se o seu amigo te responde com palavras malcriadas, o que você faz?
12	Se o seu amigo de classe pegar um pertence de um aluno de outra classe e só você sabe o que ele fez, qual a sua atitude?
13	Qual é a função do prefeito de sua cidade? E se ele não cumprir com seus deveres, o que você pode fazer?
14	O dinheiro arrecadado em nosso país através dos impostos dos produtos, deve ser utilizado de que forma para ajudar a população?
15	O que deve acontecer com os governantes que utilizam o dinheiro público para vantagens próprias?
16	O que você acha importante fazer quando alguém está sendo injustiçado?
17	Se você estivesse sendo injustiçado por algo que não cometeu, o que gostaria

	que alguém fizesse por você?
18	Como podemos mostrar que somos justos?
19	É fácil ou difícil ser justo? Por quê?
20	O que devemos fazer para aumentar nosso senso de justiça e não cometermos erros em julgar indevidamente outras pessoas?
21	O que você faria se fosse injustiçado?
22	Por que a justiça é uma virtude importante em nossa vida?
23	Complete a frase: Somos justos quando...
24	Complete a frase: Não somos justos quando...

Fonte: Elaborado pela autora.

Vale ressaltar que, como as perguntas foram sorteadas, não houve uma sequência específica para respondê-las.

Após a sensibilização e a introdução da atividade com as perguntas, fizemos a leitura do livro *O que cabe no meu mundo – Justiça* (TRINDADE, 2010) abordando o tema do que vem a ser justiça e como podemos ser justos. Damos espaço para que as crianças falassem e exprimissem suas impressões e conceitos sobre a palavra em análise.

Em seguida, a professora retomou a dinâmica realizada no início da aula e verificou se, após a leitura do livro e discussão sobre a virtude justiça, houve mudança de pensamento em algum dos casos apresentados.

Finalizamos dividindo a turma em grupos de seis crianças e propondo a construção de frases coletivas que representassem a justiça para verificar se o conhecimento havia sido adquirido por elas. As frases construídas foram:

Grupo 1 - (P1- P5- P9- P13- P17- P21) – Construíram duas frases:

“A justiça é um valor muito importante para o homem, pois é através dela que se constrói um mundo melhor”.

“Devemos sempre ser justos nas situações que estamos envolvidos para garantir que nossa sociedade seja mais justa e humana”.

Grupo 2- (P4- P6- P10- P14- P18- P22) – Construíram uma frase:

“Somos justos quando praticamos a justiça e não deixamos que as pessoas sejam castigadas por algo que não cometeram”.

Grupo 3- (P3- P7- P11- P15- P19- P23) – Construíram uma frase:

“Justiça é uma palavra muito usada e pouco praticada. Somos justos quando temos coragem de enfrentar as injustiças ao nosso redor e lutar pelos que necessitam”.

Grupo 4- (P2- P8- P12- P16- P20- P24) – Construíram duas frases:

“Todos querem justiça, mas poucos são justos. Quando não fazemos nada para combater a injustiça, agimos covardemente”.

“O valor da justiça se revela em nossas ações. Não adianta falar que somos justos, temos que praticá-la”.

As frases foram expostas no mural da escola.

Atividade 09 - É POSSÍVEL SER HONESTO?

Iniciamos essa tarefa fazendo a leitura do conto *O mineiro e o príncipe* de Lamia El-Dajani e uma interpretação oral com as crianças para verificar se haviam compreendido a história.

O mineiro e o príncipe (Lamia El-Dajani)

“Alli era um mineiro que vivia com sua família em uma pequena casa perto da floresta. Certo dia, Alli teve um acidente na mina. Seus ferimentos o impediram de trabalhar. A vida então tornou-se dura para ele e sua família. Depois que os ferimentos começaram a sarar, ele começou a ir para a floresta para encontrar um modo de alimentar a si e sua família.

Certo dia, Alli estava na floresta sentado embaixo de uma árvore quando subitamente ouviu o som de cavalos correndo muito rápido. Ele viu o Príncipe a cavalo e atrás dele um grupo de soldados a galope. Eles estavam perseguindo um veado. Quando eles desapareceram e a floresta tornou-se quieta de novo, ele viu algo sobre o caminho onde os cavalos haviam galopado. Ele pegou o objeto e viu que era uma carteira de couro muito fina. O nome do Príncipe estava gravado em ouro na frente. Ele lentamente abriu a carteira e viu uma grande quantidade de dinheiro. Alli permaneceu onde estava na floresta, esperando que o Príncipe e seus soldados retornassem, para que pudesse devolver a carteira. Lentamente tornou-se escuro. Quando era tarde da noite e não havia sinal do Príncipe, Alli resolveu voltar para casa.

A esposa de Alli apressou-se para encontrá-lo, perguntando sobre seu dia. Ele entusiasmadamente contou a ela o que acontecera e mostrou-lhe a carteira. Ela também ficou muito entusiasmada e disse com felicidade: “Este é um presente de Deus para nós”.

Alli estava surpreso. Ele protestou dizendo: “Este dinheiro não é para nós. Ele pertence ao Príncipe. Eu a encontrei, então eu devo devolvê-la”.

Sua esposa ficou furiosa e respondeu: “O Príncipe tem muito dinheiro! Nós estamos passando necessidade. Nós deveríamos ficar com o dinheiro”. Ela

acrescentou mais suavemente: “Especialmente porque nós não roubamos o dinheiro. Nós o achamos na floresta”.

Alli decidiu não discutir com a esposa. Ele colocou a carteira no armário, sentou com sua família e escutou enquanto eles continuavam a se alvoraçar sobre o evento.

No dia seguinte, Alli acordou cedo pela manhã e deslizou para fora da casa antes que o resto da família acordasse. Ele tomou cuidado muito especial para não despertar a esposa. Ele pegou o ônibus para a cidade e buscou pelo palácio. Quando lá chegou, os guardas o pararam no portão e o impediram de entrar para encontrar o Príncipe. Ele não tinha hora marcada. Eles perguntaram-lhe porque desejava encontrar o Príncipe, mas ele se recusou a contar-lhes a razão. Ele apenas precisava encontrar o Príncipe imediatamente sobre uma questão importante.

“Eu devo me encontrar com o Príncipe. Eu não partirei sem vê-lo”, ele disse. Eles o empurraram para longe, mas ele insistiu em ver o Príncipe. Quando os guardas começaram a gritar, subitamente o carro do Príncipe se aproximou do portão. Alli jogou-se sobre o carro e chamou o Príncipe. O Príncipe abriu a janela do carro e perguntou o que ele desejava. Alli entregou-lhe sua carteira.

O Príncipe, parecendo bastante surpreso, perguntou a Alli onde ele a achara. Alli contou a ele a história do dia anterior na floresta. O Príncipe então abriu sua carteira. Podia-se ver que ele estava espantado de encontrar o dinheiro intocado. O Príncipe perguntou a Alli: “Por que você não pegou o dinheiro?” Alli respondeu: “Eu não posso pegar algo que não me pertence”. Um lampejo de respeito apareceu no olho do Príncipe. O Príncipe pegou uma grande quantidade de dinheiro da carteira e com um aceno de gratidão deu-o para Alli”.

Após essa etapa, fizemos uma roda de conversa com questionamentos sobre qual seria a atitude das crianças se elas fossem o mineiro e tivessem achado a carteira do príncipe. A intenção era produzir a empatia com os personagens da história de forma a desenvolver a habilidade de colocar-se no lugar do outro. Usamos algumas perguntas para exercitar a reflexão.

Quadro 12 – Questionamentos para exercitar a reflexão na atividade 09 – É possível ser honesto?

1	Você devolveria o dinheiro? Por quê?
2	O que você sentiria se perdesse seu brinquedo favorito ou algo muito importante para você?
3	Como você se sentiria se alguém achasse seu objeto perdido e o devolvesse?

4	Às vezes, há pressão para sermos desonestos?
5	Você consegue relatar algum exemplo de desonestidade?
6	É difícil resistir a esta pressão?
7	O que você poderia dizer para si mesmo ou para um amigo quando há uma tentação para ser desonesto?
8	Ajudaria você a resistir a tentação se você examinasse as consequências? O que poderia acontecer como resultado? (Neste momento poderia ser adicionado questionamentos sobre como essas consequências podem prejudicar no relacionamento com os amigos, a perda de confiança, mágoa ou dano a outros)
9	As pessoas podem ser cruéis por serem “honestas demais” não tendo cuidado ao falar com as pessoas, não representando honestidade, mas uma falta de amor e respeito?
10	Você consegue pensar em alguns exemplos?
11	Qual é o equilíbrio entre amor e honestidade?
12	Um coração honesto é um coração cheio de amor?
13	Como você pode partilhar algo que precisa ser dito com muito amor e honestidade do coração?

Fonte: Baseado no livro: Atividades com valores para estudantes de 7 a 14 anos. Diane Tillman, 2001.

Após os questionamentos, dividimos a turma em grupos de quatro crianças e oferecemos dois dilemas morais sobre honestidade para cada grupo. As crianças discutiram a problemática apresentada e elegeram um representante para expor qual era o dilema e as possíveis soluções encontradas pelo grupo para resolver aquele conflito. Oferecemos uma cartolina para que cada grupo pudesse anotar as possíveis soluções na resolução dos problemas.

Quadro 13 - Dilemas morais utilizados na atividade 09 – É possível ser honesto?

1	Um colega esqueceu uma caneta sobre a carteira, e não há mais com alcançá-lo naquele dia. Que fazer?
2	Ao pagar uma compra, o vendedor deu troco a mais. Que fazer?
3	Seus colegas estão rabiscando as carteiras e as paredes do colégio. Que fazer?
4	João viu que Caio deixou cair R\$ 2,00. O que João pode fazer?
5	Ricardo pegou o caderno de Rafael emprestado sem pedir. O que você diria a Ricardo se tivesse visto?
6	Você achou algo que não te pertence. Qual sua atitude?
7	Quando uma pipa é cortada no céu, de quem é a pipa que cai?
8	Miguel sem querer derrubou tinta no computador de seu pai, que ficou furioso quando soube, mas pensando que fora o filho mais novo que havia feito a travessura, colocou-o de castigo. Miguel deve fazer alguma coisa?
9	Você viu seu amigo fazer algo de errado escondido na sala de aula. O que você faz?
10	Sua irmã comprou fiado no mercado, mas não retornou para efetuar o pagamento. Que fazer?

Fonte: Elaborado pela autora.

Combinamos com as crianças o tempo de 20 minutos para as discussões em grupo e, posteriormente, seriam as apresentações das soluções encontradas.

Conforme a apresentação de cada grupo, questionávamos ao restante da turma se alguém teria alguma solução diferente para o problema apresentado. O

momento foi fundamental para estabelecer o diálogo como forma de exercício do respeito à opinião alheia, de contraponto, de argumentação e de contribuição dos demais colegas.

A proposta da atividade foi propiciar às crianças um processo de construção do conhecimento e de desenvolvimento integral baseado em princípios e valores morais, apresentando exemplos de honestidade e construindo referências com parâmetros e diretrizes sobre este valor.

Ao final da apresentação de todos os grupos, exibimos vídeos e notícias com exemplos de pessoas que tiveram atitudes honestas frente a dilemas reais da vida.

Como finalização dessa atividade, cedemos espaço para que as crianças comentassem suas opiniões e relatassem o que sentiram ao ver as notícias apresentadas. A atividade contou com a participação de todas e durou três aulas.

Atividade 10 - SEMPRE VENCER OU SER HONESTO?

A presente atividade foi realizada diversas vezes ao ano, em momentos oportunos de recreação e lazer, bem como em ocasiões específicas para trabalhar a autonomia e o senso de honestidade por meio de jogos e brincadeiras recreativas. Para intensificar a utilização de regras, foi efetivada parceria com a disciplina de Educação Física, facilitando a aplicação da tarefa. Os objetivos foram muitos, dentre eles: promover o desenvolvimento e o conhecimento do valor da honestidade por meio de jogos pedagógicos, recreativos e brincadeiras; vivenciar regras e construir princípios éticos, primando por práticas cidadãs em que sobressaíam gestos de respeito, confiança, empatia, coragem e honestidade; proporcionar momentos de reflexões que colaborem para a formação de indivíduos conscientes e autônomos e propiciar o desenvolvimento da cooperação por meio de jogos e brincadeiras.

O essencial nessa atividade foi aproveitar a ludicidade para trabalhar a importância das regras nos jogos/brincadeiras e em nossa vida em sociedade, criando um ambiente harmonioso e frisando que mais importante que ganhar é sermos honestos nas jogadas e na vida.

Lembramos às crianças que, para existir aprendizagem harmoniosa e significativa, é necessário seguir as regras com honestidade. Em todos os jogos e brincadeiras, o diálogo foi elemento primordial antes e depois, tanto como fator de compreensão das regras estipuladas, como para reflexão dos comportamentos adotados.

Quadro 14 – Questionamentos realizados antes e depois dos jogos e das brincadeiras na atividade 10 – Sempre vencer ou ser honesto?

1	O que é ser honesto?
2	Você obedeceu às regras do jogo? Por quê?
3	Foi honesto ao obedecer às regras do jogo?
4	Vivenciou os princípios da honestidade? Demonstrou isto aos seus parceiros e adversários?
5	Você presenciou alguma atitude onde acredita que houve desonestidade?
6	O que se deve fazer diante de uma situação de desonestidade?

Fonte: Elaborado pela autora.

A seguir, serão apresentados os jogos e brincadeiras recreativas que foram trabalhados durante o ano letivo, bem como as orientações apresentadas às crianças para sua execução.

Dama

O jogo de damas é praticado em um tabuleiro de 64 casas, claras e escuras. A grande diagonal (escura), deve ficar sempre à esquerda de cada jogador. O objetivo do jogo é imobilizar ou capturar todas as peças do adversário.

O jogo de damas é praticado entre dois parceiros, com 12 pedras brancas de um lado e 12 pretas do outro. O lance inicial cabe sempre a quem estiver com as peças brancas. A pedra anda só para frente, uma casa de cada vez. Quando atinge a oitava linha do tabuleiro ela é promovida a dama. A dama é uma peça de movimentos mais amplos. Ela anda para frente e para trás, quantas casas quiser. A dama não pode saltar uma peça da mesma cor.

Duas ou mais peças juntas, na mesma diagonal, não podem ser capturadas. A pedra captura a dama e a dama captura a pedra. Pedra e dama têm o mesmo valor para capturarem ou serem capturadas.

A pedra e a dama podem capturar tanto para frente como para trás, uma ou mais peças. Se, no mesmo lance, apresentar-se mais de um modo de capturar, é obrigatório executar o lance que capture o maior número de peças. A captura é obrigatória e não existe sopro. A pedra que, durante o lance de captura de várias peças, apenas passe por qualquer casa de coroação, sem aí parar, não será promovida a dama.

Na execução do lance de captura, não é permitido pegar a mesma peça mais de uma vez, e as peças capturadas não podem ser retiradas do tabuleiro antes de completar o lance de captura.

Empate: Após 20 lances sucessivos de damas ou deslocamento de pedra sem capturar, a partida é declarada empatada.

Amarelinha

A brincadeira da amarelinha é muito antiga e é ótima para desenvolver a noção de respeito às regras e a esperar pela vez. A amarelinha tradicional é desenhada no chão com um semicírculo em uma das pontas, onde está a palavra céu em que é permitido equilibrar-se sobre os dois pés.

Cada jogador precisa de uma pedrinha ou tampinha.

Quem começar joga a pedrinha na casa marcada com o número 1 e vai pulando de casa em casa, partindo da casa 2 até o céu.

Só é permitido colocar um pé em cada casa. Quando há uma casa do lado da outra, pode apoiar os dois pés no chão.

Quando chegar ao céu, o jogador vira e volta pulando na mesma maneira, pegando a pedrinha.

A mesma pessoa começa de novo, jogando a pedrinha na casa 2 e assim por diante.

Perde a vez quem:

- Pisar nas linhas do jogo.
- Pisar na casa onde está a pedrinha.
- Não acertar a pedrinha na casa onde ela deve cair.
- Não conseguir (ou esquecer) de pegar a pedrinha de volta.

Ganha a brincadeira quem terminar de pular todas as casas primeiro.

Alerta

O jogador pega a bola, joga-a para cima e grita o nome de uma outra pessoa. A pessoa que teve seu nome citado deve pegar a bola e gritar “Alerta!”. Imediatamente, todos devem ficar estátuas. O jogador dá três passos e, parado, deverá tentar acertar com a bola a pessoa que estiver mais próxima. Se acertar, a pessoa atingida sai da brincadeira. Se errar, ele é quem sai.

Boliche cego

Joga um participante de cada equipe. É um boliche comum, mas os participantes jogam de olhos vendados. O objetivo do jogo é derrubar o último pino,

não importando quantos lançamentos foram necessários, uma vez que quando um erra, é a vez do outro. Quem conseguir, vence!

Bolinha de gude

O jogo da bolinha de gude pode ser jogado em chão de terra ou outro lugar improvisado pelos jogadores, devendo ser desenhado um círculo onde o jogo acontecerá. As bolinhas de gude são coloridas e feitas de vidro. O objetivo é bater nas bolinhas do adversário e tirá-las de dentro do círculo para ganhar pontos ou a própria bolinha do colega.

Dominó

As peças do jogo devem ser embaralhadas na mesa, e cada jogador pega sete para jogar. Pode-se jogar com dois, três ou quatro jogadores ou em duplas. O jogo começa pelo jogador que tenha a pedra dobrada mais alta. Se jogam quatro pessoas, sempre começará quem tem o seis dôbre ou carrilhão. No caso de que nenhum jogador tenha dobradas, começará o jogador que tenha a pedra mais alta. Ele inicia a partida colocando esta peça no centro da mesa. A partir desse momento, os jogadores realizam suas jogadas, por turnos e no sentido anti-horário. Cada jogador deve tentar encaixar alguma peça sua nas peças que estão na extremidade do jogo, uma por vez, respeitando quando chegar seu momento de jogar. Quando um deles consegue encaixar uma peça, a vez é passada para o próximo. Caso o jogador não tenha nenhuma peça que encaixe em qualquer lado, ele deve passar a vez, sem jogar peça alguma ou comprar quantas pedras forem necessárias, caso haja disponíveis. A partida pode terminar em duas circunstâncias: quando um jogador consegue bater o jogo, isto é, quando acabar suas peças, ou quando o jogo fica trancado.

Queimada

Queimada é um jogo esportivo muito usado como brincadeira infantil. As qualidades desenvolvidas no jogo são movimento, destreza, domínio e cooperação. O objetivo do jogo é fazer o maior número possível de prisioneiros em cada campo.

Na brincadeira do jogo de queimada, não existe número estabelecido de participantes e o local deve ser um terreno plano, de forma retangular, sendo traçadas três linhas paralelas, distante mais ou menos 10 metros uma da outra,

podendo variar conforme o número de jogadores. A linha do meio representa a fronteira entre os grupos. Dois grupos de igual número de crianças colocam-se de frente para a linha central, ligeiramente à frente das linhas do fundo. Por um critério estabelecido pelos participantes, é definido o grupo que inicia o jogo. Esse grupo seleciona um de seus componentes, o qual deve, de posse da bola, correr até a linha central e arremessá-la contra o inimigo. Se algum elemento do grupo inimigo pegar a bola no ar ou após ter tocado no chão, deve correr até a linha central e arremessá-la com o mesmo objetivo. Quando algum elemento é queimado, deve passar imediatamente para trás da terceira linha no campo inimigo, entregando a bola ao grupo contrário, e só retorna ao seu campo de origem se conseguir queimar um de seus adversários.

Regra do jogo: Os jogadores não devem pisar nas linhas enquanto a bola estiver em jogo. Se isso acontecer, perdem o direito à posse de bola, caso tenham.

O grupo vencedor será aquele que fizer o maior número de prisioneiros dentro de um tempo pré-estabelecido ou, então, aquele que aprisionar todos os jogadores adversários.

Atividade 11 - A FLOR DA HONESTIDADE

Exploramos o significado da palavra honestidade e o que é ser uma pessoa honesta nos dias de hoje. A proposta desta atividade além do trabalho em sala de aula foi envolver os pais/responsáveis na construção dessa virtude, motivo pelo qual a feitura de frases recomendada na atividade foi realizada em casa em conjunto com os familiares.

Essa fase contou com a presença de todas as crianças e teve a duração de duas aulas com o objetivo de apreciar a história *A flor da honestidade*, disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=DbwO4b0ku9M>, e, juntos, refletirmos no que resultou a honestidade do personagem na história demonstrando que essa atitude nos torna pessoas confiáveis e traz tranquilidade emocional.

Foi preparado um ambiente prazeroso para a realização da atividade e a professora iniciou com alguns questionamentos sobre a importância de sermos honestos.

Quadro 15 - Questionamentos feitos com as crianças na atividade 11 – A flor da honestidade

1	O que sentimos quando somos honestos?
2	A honestidade é valorizada?
3	Como é a sensação de ser desonesto, se descoberto? Se não descoberto?
4	Você conhece uma pessoa honesta?
5	Quais são as consequências da desonestidade?
6	O que fazer para sempre sermos honestos?

Fonte: Elaborado pela autora.

Realizamos a contação da história *A honestidade sempre vence!* (LEGRAND, 2007) e abrimos espaço para o diálogo com as crianças sobre as impressões que elas tiveram da história.

Em seguida, exibimos o vídeo com a história do Norte da China *A flor da Honestidade*, disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=DbwO4b0ku9M>, e discutimos com as crianças o seu enredo retomando partes importantes para compreensão do conceito em pauta.

Confeccionamos uma flor em papel *color set* para cada uma das crianças para que a levasse para casa, enfeitasse-a e escrevesse em seu miolo uma frase sobre o valor da honestidade. Orientamos que os familiares deveriam participar e que, no dia seguinte, todas deveriam trazer sua flor para continuação da atividade. A professora fez um tronco com vários galhos secos para que cada criança, depois, pendurasse sua flor da honestidade na árvore.

No dia seguinte, proporcionamos um momento de reflexão, leitura e interação entre as crianças. Ao ler sua frase para o grupo, cada uma pode colocá-la na árvore. Nesse momento, foi estimulada a contar porque escolheu aquela frase, o que ela significa e qual foi a participação da família.

Para finalização da atividade, levamos mudinhas de plantas para simbolizar a flor da honestidade e distribuímos às crianças. Fomos ao jardim da escola e propiciamos um momento de interação e reflexão sobre a prática trabalhada em sala de aula.



Figura 11 – Mudinhas de plantas



Figura 12 – Plantio de mudas no jardim da escola

Atividade 12 – SER OU NÃO SER... EIS A HONESTIDADE

A intenção dessa atividade foi potencializar gestos de honestidade que incentivassem as crianças a praticá-los sentindo satisfação em serem honestas. Para a realização das etapas, foram necessárias três aulas, divididas em dois dias da semana.

No primeiro momento, apresentamos às crianças o questionário a seguir e dissemos que elas seriam repórteres por um dia. A tarefa era que cada uma deveria entrevistar três pessoas diferentes, podendo ser um membro da família, um funcionário da escola ou alguém conhecido. Elas receberam, então, três folhas igualmente preparadas, com as questões que deveriam abordar com seus entrevistados e anotar as respostas, trazendo-as no dia seguinte.

Quadro 16 – Roteiro de entrevista para a atividade 12 – Ser ou não ser... eis a honestidade

1	O que significa a palavra honestidade para você?
2	Você acredita que existem mais pessoas honestas ou desonestas? Por quê?
3	Como podemos ser mais honestos em nosso dia-a-dia?
4	O que você sente quando age de forma honesta?
5	Se você é honesto nas suas atitudes as pessoas vão confiar mais em você?
6	Qual é o efeito da desonestidade ou da ganância sobre a vida das pessoas?

Fonte: Elaborado pela autora.

No dia seguinte, fizemos uma roda de conversa e cada criança expôs as respostas que obteve. Indagamos se concordavam com as respostas de seus entrevistados. Depois das apresentações, elas puderam eleger, dentre todas, quais respostas dos entrevistados, melhor atendiam a cada uma das perguntas formuladas e discutir sobre isso. Em seguida, puderam expor, no mural da escola, o questionário com as respostas eleitas como as melhores.

Para finalizar essa atividade, exibimos o vídeo disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=UaGgBEgR0jl>, e propiciamos um momento em que os alunos puderam expressar seus sentimentos e exprimir suas opiniões em relação ao que viram. Todas as crianças pesquisadas participaram dessa atividade.

Atividade 13 - UM ENCONTRO COM A DONA HONESTIDADE

A intenção aqui foi proporcionar outros espaços, além da escola, onde as crianças pudessem aprender sobre o valor da honestidade e lhes fossem apresentadas outras obras da literatura infantil sobre o tema. Assim, a proposta foi levá-las à biblioteca municipal da cidade e oferecer outras metodologias para o

ensino desse valor. O planejamento antecipado com a responsável da biblioteca municipal foi o diferencial para atingir os objetivos propostos.

Ao chegar à biblioteca, elas puderam conhecer o espaço físico e participar de algumas contações de histórias do *Livro das virtudes para crianças* (BENNETT, 1997) utilizando alguns contos da sessão específica sobre honestidade, sendo eles: “A Cinderela Indígena”, “O Menino que Mentia”, “O Lenhador Honesto”. Em seguida, a responsável pela biblioteca abriu espaço para que as crianças interagissem e fizessem perguntas. Como o objetivo foi trabalhar de forma diferenciada, após a contação de histórias foi proposta a aplicação de dinâmicas de grupos e brincadeiras a fim de que elas internalizassem os conceitos e exemplos apresentados e desenvolvessem a capacidade de raciocínio para fazer relações e inferências sobre o assunto. Foram, ainda, disponibilizadas folhas sulfite para que ilustrassem e esprimissem suas emoções e sentimentos sobre o passeio e o tema trabalhado. Realizamos uma exposição na biblioteca com o produto final produzido e preparamos uma encenação teatral contando uma das histórias trabalhadas. A atividade teve a duração de quatro aulas e contou com a presença de vinte crianças.



Figura 13 – Contação de história na biblioteca municipal



Figura 14 – Crianças em momento de leitura



Figura 15 – Dinâmica de grupo



Figura 16 – Jogos cooperativos

Atividade 14 - HONESTIDADE É COISA SÉRIA

Essa atividade exigiu que as crianças pesquisassem quais as interferências da corrupção em nosso país para, posteriormente, realizar uma discussão do papel dos governantes que comandam a nação e como deve ser a participação dos cidadãos no processo de construção da cidadania, a fim de formar uma sociedade mais justa e com melhores condições de vida aos menos favorecidos. Solicitamos, no dia anterior à realização da atividade, que pesquisassem e trouxessem para a aula palavras e frases com exemplos de honestidade e de corrupção. Todo esse trabalho teve duração de duas aulas e o objetivo foi compreender o significado das expressões honestidade e corrupção, diferenciá-las e fazer mapas mentais dos seus efeitos em pequenos grupos, compartilhando, posteriormente, com os demais.

No dia marcado, todas as crianças trouxeram suas pesquisas e apresentaram aos colegas fazendo comentários sobre o assunto. Estimulamos a interação entre elas instigando-as a participar e a construir coletivamente a noção de honestidade e de corrupção. A cada apresentação, o participante afixava sua pesquisa no mural preparado previamente com o mapa do Brasil, em tamanho grande. No caso de corrupção, a imagem deveria ser afixada fora do mapa, simbolizando que ela deve estar fora de nosso país. Quando se tratava de notícia sobre a honestidade, deveria ser afixada dentro, representando que se trata de algo bom para todos. A intenção dessa prática foi exemplificar como os problemas e consequências da corrupção trazem prejuízos ao país e que somente a honestidade será capaz de propor melhores condições sociais ao Brasil. Quando todos finalizaram a apresentação de suas pesquisas, exibimos o vídeo do Ministério Público Federal (MPF), disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=mf48yN9vQjw>, e sensibilizamos de maneira ilustrativa que a honestidade é coisa séria.

Após a discussão do vídeo, propusemos uma dinâmica de grupo para que as crianças socializassem os conceitos trabalhados. Recortamos, então, dez cartões com frases incompletas e distribuímos aleatoriamente um para cada uma. Depois, pedimos para que procurassem o restante da frase que estava com outro colega. Quando encontrassem, deveriam ler as frases para todos e comentá-las. Seguem as frases que utilizamos de modo que correspondessem ao número de crianças participantes.

Quadro 17 – Dinâmica de grupo – Honestidade é...

HONESTIDADE É	FAZER O QUE É CERTO E NÃO O QUE É FÁCIL
HONESTIDADE É	CONTAR A VERDADE
QUANDO EU SOU HONESTO	EU ME SINTO COM A CONSCIÊNCIA TRANQUILA E ORGULHOSO DE MIM MESMO
UMA PESSOA DIGNA DE CONFIANÇA	É HONESTA E VERDADEIRA EM SUAS AÇÕES
PENSAMENTOS, PALAVRAS E AÇÕES HONESTAS	CRIAM HARMONIA E CULTIVAM AMIZADES
HONESTIDADE É	USAR DE MANEIRA ÉTICA E JUSTA O QUE FOI CONFIADO A VOCÊ
HÁ UM PROFUNDO RELACIONAMENTO ENTRE	HONESTIDADE E AMIZADE
QUANDO EU SOU HONESTO,	EU POSSO APRENDER E AJUDAR OUTROS A SEREM
GANÂNCIA É, ÀS VEZES,	A RAIZ DA DESONESTIDADE
HONESTIDADE É	FAZER CERTO MESMO QUANDO NINGUÉM ESTÁ OLHANDO
QUEM SEMEIA HONESTIDADE	COLHE FRUTOS DE AMIZADE E JUSTIÇA
A HONESTIDADE	SEMPRE VENCE!

Fonte: Elaborado pela autora.

Ao final da atividade, as frases foram expostas no mural da sala de aula.

Atividade 15 - POR UM MUNDO MAIS HONESTO

A proposta foi discutir como um cidadão honesto deve desenvolver seu papel na sociedade, abordar os problemas que a corrupção traz para a vida do indivíduo e para o país produzindo um jornal mural com a perspectiva de desenvolver, na criança, um olhar reflexivo e crítico, com habilidade de posicionar-se frente aos dilemas que acontecem no dia a dia. O objetivo foi propiciar reflexão e discussão sobre os valores éticos, com ênfase no valor de ser honesto, contrapondo os problemas que a corrupção traz para o povo e para o país.

Solicitamos, no dia anterior à realização da atividade, que as crianças pesquisassem e trouxessem imagens e frases sobre honestidade e corrupção. Na aula, pedimos que compartilhassem com os colegas as pesquisas que fizeram e o material trazido. Após a apresentação de todos, discutimos os efeitos que as duas atitudes provocam em tudo e todos, examinando os efeitos de curto e longo prazo.

Propusemos as seguintes perguntas:

Quadro 18 – Perguntas propostas para o momento de reflexão da atividade
 15 – Por um mundo mais honesto

1	Qual é o efeito sobre as pessoas que foram enganadas?
2	Qual é o efeito da desonestidade ou ganância na vida das pessoas?
3	Quais problemas a corrupção traz para um país?

Fonte: Elaborado pela autora.

Para esse momento, exibimos o vídeo *O que você tem a ver com a corrupção?*, disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=eGAEwk41CQU>, e abrimos para os comentários. Em seguida, preparamos um painel com o mapa do Brasil afixado. Cada criança deveria colar em volta do mapa as imagens e frases sobre honestidade que trouxeram. A intenção era representar o país que queremos e discutir como isso é possível. Para a finalização da atividade, sugerimos a criação de um jornal mural, onde cada uma colocou uma reportagem ou notícia de uma atitude de honestidade pesquisadas e trazidas para a aula.

A classe foi dividida em grupos de quatro crianças. Todas compareceram no dia marcado, e cada grupo elaborou um jornal mural com algumas notícias e reportagens que tinham temas como: solidariedade, diálogo, justiça, respeito mútuo, honestidade, ética, entre outros. Cada equipe escolheu um nome para o jornal e selecionou cinco reportagens para expor no pátio da escola e incentivar outros alunos a participarem como leitores. Como essa atividade, que teve duração de quatro aulas divididas ao longo da semana, aconteceu perto da reunião de pais, as crianças apresentaram oralmente seu trabalho.

Atividade 16 - A FÁBULA DA CORRUPÇÃO

Nessa operação, tínhamos, como objetivo, promover o desenvolvimento do pensamento lógico e a vivência das práticas cidadãs, para que as crianças construíssem princípios éticos e críticos propiciando reflexões que colaborassem para a formação de indivíduos conscientes e autônomos.

No dia anterior a essa tarefa, solicitamos que as crianças pesquisassem e trouxessem, para a aula do dia seguinte, imagens ou reportagens que expressassem a honestidade e a desonestidade. Por precaução, caso elas não levassem, selecionamos algumas também. No dia seguinte, fizemos uma roda de conversa para verificar o que os alunos haviam trazido. Ao iniciar, dividimos a lousa em duas partes (honestidade e desonestidade) para que eles analisassem os materiais e colassem na coluna correspondente. Percebemos que todos haviam

trazido muitas imagens e reportagens e diziam que havia sido fácil encontrar sobre corrupção nas revistas e jornais, diferentemente do tema honestidade. A discussão possibilitou verificar qual era o problema nos casos de desonestidade e qual ação diferente poderia ser realizada para resolver a situação expressa na imagem ou reportagem, propondo, assim, uma solução.

Em seguida, apresentamos as imagens que selecionamos e, num processo dialógico e analítico, as crianças distinguiram em qual coluna seria coerente colar cada uma. Vale destacar que o lado da atitude negativa teve mais colagens que o da positiva.

Ao tecer os comentários obtivemos algumas observações como:

P2 – “Minha mãe sempre diz que os políticos não são muito honestos, pois ao invés de ajudarem o povo, eles roubam o que é do povo”.

P5 – “Eu acho que os governantes do nosso país deveriam ter mais cuidado com a população e ajudar os pobres”.

P8 – “Não devemos pegar o que não é nosso, isso é roubo. Meu pai sempre diz para eu não mexer nas coisas dos outros porque isso traz consequências”.

P14 – “Quando temos que fazer algo escondido é sinal de que não devemos fazer. Se fosse algo bom não precisaríamos esconder”.

P16 – “Acho que os governantes devem ser honestos para que a gente possa confiar neles”.

P17 – “Vejo sempre na televisão que em São Paulo existe muitas pessoas que moram na rua, usam drogas e precisam de ajuda. Os políticos deveriam ajudar eles”.

P21 – “Prô, foi mais fácil achar imagens e reportagens de desonestidade. Será que tem mais gente desonesta do que honesta no mundo?”

P22 – “Perguntei para o meu pai se ele era honesto e ele disse que sim. E falou que quando eu crescer eu devo ser um homem de bem para formar e sustentar minha família. Assim eu serei feliz e um bom cidadão”.

P23 – “Não é só os governantes que devem ser honestos, todas as pessoas devem ser honestas para vivermos bem uns com os outros. Todo mundo deve se respeitar e respeitar as coisas do outro”.

Após esse momento, exibimos o vídeo *A fábula da corrupção*, disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=a8423f6Aw1A>, discutimos o que significa o conceito corrupção e quais suas implicações e prejuízos para a sociedade. Após as discussões dividimos a classe em grupos de quatro crianças, sendo que elas

deveriam escolher uma das imagens ou reportagens coladas no mural sobre a honestidade e preparar uma notícia para apresentar em forma de telejornal. Auxiliamos as crianças na construção escrita das notícias e orientamos que deveriam preparar-se e ensaiar em casa para apresentar no dia seguinte. Quando começaram suas apresentações, para nossa surpresa, alguns textos estavam enriquecidos com acréscimos de detalhes. Quando indagamos, três delas responderam que haviam pesquisado mais coisas sobre o tema e outras duas disseram que sua família havia ajudado na preparação para a apresentação. A atividade contou com a participação de todas as crianças e durou aproximadamente duas aulas no primeiro dia e uma para a apresentação. Além de ter sido muito prazerosa a atividade, principalmente por termos dado mais enfoque à honestidade do que à corrupção ou desonestidade, as crianças aprenderam como ser honestas nas pequenas ações do cotidiano.

Atividade 17 - CORREIO DA AMIZADE

A intenção da atividade foi que as crianças sentissem orgulho em serem honestas, em terem atitudes condizentes com a honestidade e soubessem valorizar aqueles que também demonstram esse valor.

Iniciamos a atividade exibindo três vídeos aos participantes com exemplos de honestidade, disponíveis em: <https://www.youtube.com/watch?v=mma4B-djlsq>; <https://www.youtube.com/watch?v=Ngz2criAMYQ>; <https://www.youtube.com/watch?v=bWSCF3ByyWI>. Em seguida, abrimos espaço para que as crianças relatassem a importância de ser honesto nas atitudes do cotidiano e valorizassem isso nas pessoas. Após a discussão, propusemos uma atividade chamada “Correio da Amizade” em que as crianças deveriam sortear um amigo secreto e escrever para ele.

Propiciamos um momento agradável e conversamos com as crianças sobre a importância do sigilo em não revelar que amigo elas teriam sorteado para não estragar a brincadeira.

Antes de cada uma sortear seu papel oculto, explicamos que a intenção da atividade era escrever uma carta para elogiar o amigo por gestos de honestidade que ele tivesse demonstrado após os trabalhos desenvolvidos com o tema.

Após as explicações, realizou-se então o sorteio do amigo secreto e proporcionamos um tempo para que elas escrevessem a cartinha. Acompanhamos,

auxiliamos e lemos todas as mensagens para ver como estava o desenvolvimento moral das crianças.

Conforme terminavam a escrita, disponibilizávamos envelopes e os endereços de cada um da turma para que pudessem preencher o remetente e o destinatário.

As cartas foram lacradas, recolhidas e postadas nos correios para que cada uma recebesse a sua com os elogios do amigo.

Após quatro dias da realização da atividade, marcamos a data para que cada criança revelasse seu amigo oculto e lesse a carta que recebeu. Todas participaram e conseguiram guardar sigilo, o que favoreceu muito a dinâmica. Esse trabalho proporcionou maior interação entre o grupo e estabeleceu vínculos importantes na construção e socialização de valores morais visando ao bem coletivo.

Atividade 18 - CIDADANIA E HONESTIDADE

Elencamos como objetivos específicos dessa fase: discutir, pesquisar e conhecer as atribuições de um governante e experienciar, por meio de visita a um órgão público (Prefeitura), o papel de um cidadão ativo, crítico, responsável e comprometido com sua cidade e seu país. Como recurso didático, utilizamos o Livro *O que os olhos não veem* (ROCHA, 2003) que possibilitou a introdução do tema cidadania e nos propiciou verificar que concepção as crianças tinham sobre o papel de um cidadão e dos governantes em uma sociedade. Abrimos discussões elencando alguns questionamentos.

Quadro 19 – Questionamentos para discussão da atividade 18 – Cidadania e honestidade

1	Quem escolhe os governantes do nosso país? E da nossa cidade?
2	O que faz um governante? Qual é seu trabalho?
3	Quais promessas um governante deveria fazer para a população?
4	Quais atitudes ele deveria desempenhar para que o povo acreditasse e apoiasse seu governo?
5	Você acha possível governar de forma honesta?
6	Você acha que os governantes do nosso país respeitam os direitos do povo? Por quê?
7	Os governantes do nosso país cometem erros? Quais você já ouviu falar?
8	Como ser um bom governante para a população?

Fonte: Elaborado pela autora.

Fizemos a contação da história possibilitando a interação entre as crianças e o despertar do senso de cidadania, participação em sociedade de maneira crítica e democrática, com olhar nas ações praticadas pelos governantes. Foi feito um

contraponto sobre a grave doença da cegueira (apresentada no livro) a qual assola a maioria dos governantes que ignoram as dificuldades da população mais necessitada.

Após discutir sobre a história apresentada, solicitamos que as crianças conversassem com seus familiares sobre o papel de um governante e produzisse um texto sobre esse bate papo. No dia seguinte, propiciamos um espaço para que as crianças compartilhassem como foi a conversa em casa com seus familiares e lessem o texto produzido. Para concretização dessa atividade, viabilizamos uma visita à Prefeitura da cidade para que as crianças pudessem conhecer *in loco* como é o ambiente de um governante e o trabalho desenvolvido por ele. Preparamos coletivamente algumas perguntas para a entrevista com o prefeito na visita.

Quadro 20 - Roteiro para a entrevista com o prefeito

1	O que é honestidade para o senhor?
2	O que um bom prefeito necessita ter e fazer para ganhar a confiança do povo?
3	O senhor se considera responsável em suas ações?
4	Estamos aprendendo sobre o valor da honestidade na escola. Sabemos o quanto é difícil ser totalmente honesto em nossos comportamentos e que tudo traz consequências. O que é honestidade para o senhor(a) e como ser honesto nas diversas decisões que um político tem que tomar durante o dia, sendo que muitas vezes contrariam os valores morais que aprendemos?
5	O senhor tem sido honesto em seu papel de prefeito podendo a população confiar em seu trabalho?
6	A educação no Brasil tem apresentado índices de defasagem e de má qualidade. Aqui em nosso município quais são as políticas públicas implantadas em seu governo para a melhoria do ensino público?
7	O que o senhor faz quando vê alguém sendo injustiçado?
8	O que se faz com os impostos arrecadados em nosso município?
9	Pessoas despreparadas têm ocupado cargos importantes no governo resultando em incompetência e ineficiência aos serviços públicos e à população. O que é possível fazer em seu governo para acabar com o apoio político em troca de favores e cargos públicos?
10	Todos dizem nas campanhas eleitorais que são honestos, e depois quando eleitos vemos muitos atos de desonestidades cometidos por políticos. O que é possível fazer para ser um político honesto, sem querer tirar vantagens ilícitas de situações que acontecem à sua volta?
11	Como se deve agir quando um vereador ou prefeito descobre que alguém de sua equipe é corrupto ou desonesto?
12	O que o senhor pensa a respeito da corrupção? Quais as ações implantadas no seu governo para combatê-la?
13	Os políticos costumam mentir para conseguir votos e depois esquecem da população. Muitas vezes acabam cometendo erros em seu governo em prol de si mesmo. Como fazer um governo com transparência, ética, responsabilidade e honestidade?
14	Tudo o que foi prometido em sua campanha foi ou está sendo cumprido?
15	Quais as boas obras e benefícios que seu governo deixará ao final do mandato à população?

Fonte: Produção coletiva da turma pesquisa.

Escrevemos também uma carta coletiva com reivindicações e sugestões para melhoria da cidade e do bairro da escola.

No momento da visita, para não ficar muito formal, deixamos as crianças à vontade para tirar dúvidas e sanar curiosidades. Surgiram então, dentre várias perguntas, algumas que queremos destacar.

- 1- O senhor se considera um político honesto?
- 2- O senhor é justo com seus funcionários e com aqueles que necessitam?
- 3- O senhor gasta a verba da prefeitura com honestidade?
- 4- Por que o senhor decidiu ser prefeito?
- 5- Minha mãe disse que o senhor prometeu no período da campanha política que faria um posto de saúde em meu bairro e ainda não fez. O senhor cumprirá essa promessa?

As crianças contaram para o prefeito sobre os valores que estavam aprendendo na escola, em especial sobre a honestidade, e quais expectativas tinham para o futuro de seu país. Aproveitamos o momento e entregamos a carta escrita pela turma.

A atividade proporcionou muitos conhecimentos sobre o exercício da cidadania e posicionamentos surpreendentes quanto à criticidade e argumentação em defesa da administração de verbas públicas, melhorias e gestos de honestidade que as crianças julgaram que todo governante necessita ter.

A realização dessa tarefa contou com a participação de todas as crianças, sendo uma aula para contação e explanação da história, uma para leitura e discussão dos textos produzidos pelas crianças e três para visita e entrevista com o prefeito.

Atividade 19 – MOCINHO OU BANDIDO?

A intenção nessa etapa foi refletir e fazer inferências sobre o que é ser honesto utilizando a literatura e *softwares* educativos para a construção de histórias em quadrinhos (HQ) explorando o lúdico e a tecnologia. Dispusemos de quatro aulas, distribuídas em dias diferentes para a sua realização e com a parceria da professora de informática da escola, que auxiliou as crianças na utilização do software educativo para construção da HQ.

Inicialmente, para sensibilizar os alunos, fizemos a leitura do livro *Robin Hood: a lenda da liberdade* (BANDEIRA, 2003) e exibimos o filme: *As aventuras de*

Robin Hood, disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=lqkHgGyS0DE>. Abrimos a discussão se Robin Hood era mesmo um herói e se o comportamento de roubar dos ricos para dar aos pobres, como fazia o personagem, era correto. Trabalhamos a definição da palavra herói, bem como a construção das noções de certo/errado; herói/ladrão; honestidade/roubo. Nesse momento, as crianças inferiram várias outras possibilidades que Robin Hood poderia fazer em benefício do povo, sem roubar.

Em seguida, nós as levamos ao laboratório de informática com a intenção de utilizar o recurso tecnológico na produção de uma história em quadrinhos sobre o valor da honestidade. Utilizamos *softwares* educativos gratuitos, disponíveis na *Internet* para que cada uma criasse a sua HQ.

A orientação foi que os participantes produzissem uma história que tivesse um dilema moral a ser resolvido, um personagem honesto (herói da história) e a resolução do conflito proposto. Auxiliamos as crianças na elaboração da história e a professora de informática orientou na utilização da ferramenta tecnológica disponível.

Após o término da produção, os trabalhos foram apresentados em equipamento multimídia a outras turmas da escola e impressos para exposição na biblioteca da escola e visitação.

Atividade 20 - DESCASCANDO O ABACAXI

Descascar o abacaxi não é tarefa fácil. Essa atividade buscou desenvolver o senso de justiça por meio do diálogo e do trabalho cooperativo buscando a honestidade nas tomadas de decisões e a coerência na aplicação das sanções, elevando o crescimento do raciocínio autônomo capaz de buscar estratégias sensatas e justas. Para início da tarefa, proporcionamos um ambiente prazeroso explicando para as crianças o que significava a expressão “descascar o abacaxi”. Deixamos que as crianças se manifestassem e satisfizessem a curiosidade.

Propusemos as histórias apresentadas por Piaget (1994), no livro *O juízo moral na criança*.

Quadro 21 – História 1 - Atividade 20 – Descascando o abacaxi

História I - Um menino brinca em seu quarto. Sua mãe pede-lhe para ir comprar pão para o jantar, porque não há mais em casa. Mas, ao invés de ir logo em seguida, o menino responde que isto o aborrece, que irá daí a pouco etc. Uma hora depois, ainda não foi. Finalmente, chega o jantar e não há pão na mesa. O pai não está contente e pensa como punir o menino da forma mais justa. Pensa em três punições. No dia seguinte, haverá uma festa, e o menino devia, justamente, ir brincar no carrossel:

A primeira punição seria, pois, proibir-lhe esse divertimento. Uma vez que não quis ir comprar o pão, não irá ao parque.

A segunda punição, na qual pensa o pai, é privar de pão o menino. Resta no armário um pouco de pão do almoço que os pais comerão, mas uma vez que o menino não foi comprar mais pão, não há o suficiente para todos. Neste caso, o menino não tem quase nada para jantar.

A terceira punição, na qual pensa o pai, é fazer ao menino a mesma coisa que ele. O pai lhe diria isto: "Você não quis prestar um favor à sua mãe. Muito bem! Não o punirei, mas quando você pedir um favor, não o farei, e você verá quanto é desagradável não se prestar favor uns aos outros". O menino diz que está bem, mas, alguns dias depois, precisa de um boneco que está muito alto no armário. Tenta alcançá-lo, mas é muito pequeno. Sobe numa cadeira, mas ainda assim não o alcança. Vai procurar o pai e pede-lhe para ajudá-lo. Este responde então: "Meu filho, lembra-se que eu lhe disse 'Você não quis fazer um favor à sua mãe?' Agora, eu não quero prestar-lhe um favor. Quando você prestar um favor, eu o farei também de boa vontade, mas antes não".

Qual é a mais justa destas três punições?

Fonte: PIAGET (1994, p.159-160).

Quadro 22 - História 2 - Atividade 20 – Descascando o abacaxi

História II - Um menino não fez o problema que deveria fazer para a escola. No dia seguinte, disse à professora que não pôde fazer o problema porque estava doente. Mas, como tinha belas faces rosadas, a professora percebeu que era uma lorota e contou aos pais do menino. O pai quer, então, punir o menino, mas hesita entre três punições:

Primeira punição: copiar cinquenta vezes uma poesia.

Segunda punição: o pai diria ao menino: "Você disse que estava doente. Muito bem. Vamos tratá-lo. Você ficará de cama um dia inteiro e vamos dar-lhe um pequeno purgante para curá-lo".

Terceira punição: "Você disse uma mentira. Então não posso mais acreditar em você, e mesmo que você diga a verdade, não poderei mais ter confiança". No dia seguinte, o menino obtém uma boa nota na escola. Quando consegue uma boa nota, o pai lhe dá sempre duas moedas para pôr em seu cofre. Entretanto, neste dia, quando o menino conta que tirou uma boa nota, o pai lhe responde: "Meu filho, pode ser verdade, mas como ontem você disse uma mentira, não posso mais crer em você. Não lhe darei moedas hoje, porque não sei se é verdade o que me conta. Quando você deixar de dizer mentiras por alguns dias, então acreditarei novamente em você e tudo irá bem".

Qual é a mais justa destas três punições?

Fonte: PIAGET (1994, p.159-160).

Quadro 23 – História 3 - Atividade 20 – Descascando o abacaxi

História III - Um menino brincava uma tarde em seu quarto. Seu pai somente lhe pedira para não jogar bola para não quebrar as janelas. Apenas saiu, o menino tirou a bola do armário e pôs-se a jogar. Mas eis que, de repente, a bola atingiu o vidro e o arrebentou completamente. Quando o pai voltou, e viu o que passara, pensou em três punições:

Primeira punição: Deixar o vidro quebrado alguns dias (e então, como era inverno, o menino não poderia brincar em seu quarto).

Segunda punição: Fazê-lo pagar.

Terceira punição: Privá-lo de todos os seus brinquedos por uma semana.

Fonte: PIAGET (1994, p.159-160).

Quadro 24 - História 4 - Atividade 20 – Descascando o abacaxi

História IV - Um menino quebrou um brinquedo pertencente ao irmãozinho. Que seria preciso fazer:

Primeira punição: Dar ao pequeno um dos seus próprios brinquedos?

Segunda punição: Consertá-lo à sua custa?

Terceira punição: Privá-lo de todos os seus brinquedos por uma semana?

Fonte: PIAGET (1994, p.159-160).

Quadro 25 – História 5 - Atividade 20 – Descascando o abacaxi

História V - Jogando bola no corredor (o que era proibido), um menino derrubou e quebrou um vaso de flores. Como puni-lo:

Primeira punição: Que ele fosse ao bosque procurar uma nova planta e a transplantasse ele mesmo?

Segunda punição: Dar-lhes umas palmadas?

Terceira punição: Quebrar-lhe de propósito um dos seus brinquedos?

Fonte: PIAGET (1994, p.159-160).

Quadro 26 – História 6 - Atividade 20 – Descascando o abacaxi

História VI - Um menino olha um livro de gravuras que pertence ao pai. Um dia, em vez de prestar atenção, mancha diversas páginas. Que fará seu pai?

Primeira punição: O menino não iria ao cinema à noite.

Segunda punição: O pai não emprestará mais o livro.

Terceira punição: O menino empresta frequentemente seu álbum de selos ao pai. O pai não tomará mais cuidado com ele, como sempre o fizera até então.

Fonte: PIAGET (1994, p.159-160).

Em seguida, distribuímos uma bexiga para cada um dos participantes com uma história dentro, previamente preparada. Algumas bexigas continham histórias, outras, apenas um papel em branco.

Colocamos uma música infantil animada e solicitamos que as crianças enchessem as bexigas, amarrassem a ponta e soltassem para cima, misturando-as. Esse momento foi muito explorado, aproveitando a música e a dança para interação entre as crianças.

Quando a música parou, cada uma segurou uma bexiga. Após as orientações, cada uma estourou a sua e pegou o papelzinho de dentro.

Os alunos que sortearam as histórias escolheram os demais componentes de seu grupo (aqueles disponíveis com os papéis em branco). Assim, formamos seis grupos com quatro crianças em cada e solicitamos que aquela que sorteou a história socializasse com o grupo qual era o problema apresentado pensando em possíveis formas de resolução, podendo ser uma das opções a que a história propunha como solução ou ainda sugerir outro desfecho.

Proporcionamos tempo suficiente para que as crianças pudessem discutir e interagir entre si. Foram ainda disponibilizadas folhas sulfite e cartolinas para que fizessem anotações.

Em seguida, cada grupo expôs a sua história e a proposta de solução para resolver o conflito. A atividade possibilitou a construção do raciocínio moral e o desenvolvimento do pensamento crítico, buscando diferentes estratégias na resolução dos conflitos e posicionamentos justos frente às questões apresentadas.

4.2 Resultados do Programa de Intervenção

Ao final da pesquisa, os resultados quanto à análise qualitativa dos dados em relação ao programa de intervenção proposto revelaram que é possível ensinar o valor da honestidade ainda nos primeiros anos do Ensino Fundamental.

A utilização de histórias infantis e atividades lúdicas para educar moralmente foi o diferencial facilitador no desenvolvimento da pesquisa e confirmou a hipótese de que é possível aprender valores, sobretudo a honestidade, por meio da ludicidade e de atividades pedagógicas que abordem metodologias adequadas para a faixa etária e com possibilidades de progresso do juízo moral, sempre optando pela reflexão, diálogo, vivência e construção moral coletiva.

Outro ponto positivo a se destacar é que, conforme a intensificação de discussões vivenciadas periodicamente e de dilemas morais reais apresentados no relacionamento da sala de aula, as crianças expressaram crescente aumento da autonomia na tomada de decisão e julgamentos coerentes na resolução de conflitos, pensando, na maior parte das vezes, no bem-estar da coletividade e não em desejos individuais.

Como destaque do programa de intervenção com as crianças, elencamos seis atividades de maior repercussão entre elas. No entanto, ressaltamos que todas tiveram importância dentro do programa proposto, visto ser um processo de construção e aprendizagem sobre o valor moral da honestidade. Ainda, cabe ressaltar que, cada uma proporcionou reflexão em um ponto específico preparando as crianças para outro conceito que foi trabalhado sequencialmente.

Destacamos, primeiramente, a Atividade 01 - “As aventuras de Pinóquio”, que contagiou toda a turma e possibilitou muitas reflexões sobre a honestidade, visto que, as crianças se reconheciam no boneco de madeira. Percebemos que, esta

atividade teve este efeito por alguns motivos específicos, dos quais, evidenciamos: o tempo de duração para a contação da história (quatro semanas), o personagem também ser criança, a familiaridade com a história, visto que, todos já conheciam ou já tinham ouvido falar sobre Pinóquio. Ainda destacamos, o encantamento e magia desse clássico literário, que teve o poder de envolver as crianças, em um mundo de fantasia, em que o desejo final de todas elas era que Pinóquio se transformasse em um menino de verdade.

Em seguida, destacamos a Atividade 03 – “A semente do bem”, que também apresentou uma criança como personagem, Ping. A história salientou que a honestidade traz como recompensa a confiança das pessoas, e que este comportamento é admirado por todos. A estratégia da dramatização, além da proximidade com o enredo, trouxe entusiasmo e muitas aprendizagens, tanto na oralidade, no comportamento, quanto nos gestos de solidariedade e cooperação que demonstraram uns com os outros. Por fim, o ato simbólico proporcionado pela professora pesquisadora em distribuir sementes às crianças para que, como Ping, pudessem plantar e cuidar, representando que ser honesto é sempre a melhor opção.

A Atividade 07 – “É preciso coragem para ser honesto”, também causou muita inquietação nas crianças, principalmente porque o livro utilizado “Não fui eu!” (MOSES, 1999) apresentava situações parecidas com as vividas por elas, no cotidiano. O ato de mentir, discutido pelo livro, trouxe reflexão acerca das consequências da mentira e das responsabilidades em se falar a verdade. Assim, reconhecer seus erros, tentar repará-los e, buscar não os praticar mais, foi demonstrado como um ato de coragem, que deve ser priorizado em nossa vida. As frases trabalhadas que revelavam situações que testam a nossa honestidade, trouxeram muitas reflexões e entendimento do porquê as pessoas mentem. Em seguida, a disponibilização das frases, que poderiam recuperar a honestidade, propiciou análises de como poderíamos lidar com essas mesmas situações apresentadas anteriormente, sem precisar da mentira para nos esconder ou prejudicar alguém. A construção de monstros que simbolizassem atitudes de desonestidade e bonequinhos que representassem atitudes honestas foi muito prazerosa, e, de forma lúdica, tratou de questões complexas que acontecem no cotidiano e, que muitas vezes, as crianças não sabem como resolver.

A Atividade 10 – “Sempre vencer ou ser honesto?”, oportunizou muita interação com a turma e reflexão sobre o que era mais importante: vencer ou ser honesto. As atividades de competição possibilitavam analisar como estava o desenvolvimento das crianças, visto que, esta atividade foi realizada diversas vezes durante o ano. As crianças gostaram muito dos jogos. No começo, lidar com a perda foi um pouco complicado para as crianças, pois sempre queriam ganhar. Com as discussões e reflexões realizadas ao término de cada atividade, no decorrer do ano letivo, essa situação foi sendo minimizada e compreendida pelas crianças de uma maneira mais tranquila, entendendo inclusive que, mais importante não era sempre ganhar, mas ser honesto em minhas ações, pois eu estava demonstrando ao outro quem eu era por meio de meu comportamento e atitudes e, que ganhar deveria ser por mérito e não por trapaça.

Já a Atividade 13 – “Um encontro com a dona Honestidade”, realizada na biblioteca municipal, proporcionou muito aprendizado e demonstrou que o tema da honestidade está presente em várias literaturas infantis. As crianças ficaram surpresas com a quantidade de livros que trata desse assunto. Ainda, fez com que elas compreendessem que a honestidade faz parte de todos os atos e comportamentos de nossa vida e o quanto é importante praticá-la. Por se tratar da décima terceira atividade desenvolvida em nosso programa de intervenção, no momento das dinâmicas de grupo, a turma já se encontrava bastante fortalecida nos laços afetivos e bem consciente do que era ser honesto. Tudo transcorreu com muita cooperação e empatia.

Para finalizar, destacamos a Atividade 20 – “Descascando o abacaxi”, com a utilização das histórias apresentadas por Piaget (1994). O procedimento adotado para esta atividade foi com momentos lúdicos e de trabalhos em grupos. A tarefa de discutir, interagir e argumentar foi bastante intensa, resultando em diferentes estratégias para a resolução dos conflitos apresentados. Diante disso, observamos o desenvolvimento do raciocínio moral e o pensamento crítico. Vale ressaltar que, nesta fase da pesquisa, a turma já possuía um nível elevado de respeito pelo colega, inclusive, no que se refere à divergência de opiniões.

O período de duração da pesquisa e a quantidade de atividades desenvolvidas ganharam consistência ao longo do percurso favorecendo o aprendizado estruturado e ascendente. Garantir regularmente esses momentos proporcionou uma convivência mais respeitosa e maior cooperação no

relacionamento interpessoal do grupo, prevalecendo, no final do trabalho, na maioria das vezes, ideias e comportamentos de caráter coletivo.

5 ANÁLISE DE DADOS DO PRÉ E PÓS-TESTE

Apresentaremos a seguir as respostas individuais dos participantes da pesquisa em cada um dos questionamentos elaborados no instrumento de coleta de dados (pré e pós-teste) onde será possível analisar os motivos e justificativas das crianças para a escolha das respostas aos dilemas apresentados. Mesmo não se tratando de uma pesquisa quantitativa, apresentaremos gráficos na intenção de estabelecer um comparativo dos resultados antes e após o programa de intervenção.

Para a questão de nº 1 todas as crianças responderam ter compreendido a história e conseguiram recontá-la sem complicações. A de nº 2, todas responderam ser os personagens: o pai, o rapaz da bilheteria e os dois filhos, não tendo dificuldades de compreensão.

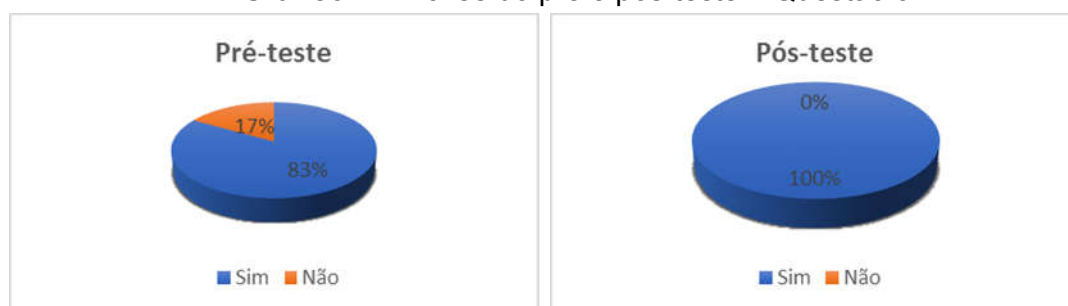
Quadro 27 – Análise do pré e pós-teste – Questão 3

3- VOCÊ ACHA QUE O PAI AGIU CORRETAMENTE?							
Participantes		Pré-teste			Pós-teste		
		S	N	Por quê?	S	N	Por quê?
	P1	X		Ele não mentiu	X		Ele falou a verdade
	P2	X		Ele disse a verdade	X		Ele foi honesto
	P3	X		Não pode mentir e se ele mentisse os filhos iam escutar e mentir também	X		Ele preferiu a verdade para dar exemplo para os filhos
	P4		X	Ele deixou de economizar	X		Ele agiu com verdade
	P5	X		Se o pai mentisse os dois filhos iam aprender com o pai	X		Ele disse a verdade e foi honesto
	P6	X		Ele queria fazer uma tarde especial e conseguiu	X		Se ele não falasse a verdade o pai não teria uma tarde tranquila com seus filhos
	P7	X		Sem justificativa da resposta	X		Ele falou a verdade
	P8	X		Se ele tivesse falado que o filho tinha 6 anos ele ia mentir	X		Ele falou a verdade e não mentiu
	P9	X		Os filhos são importantes	X		Os filhos iam perceber que o pai mentiu e iam mentir também
	P10	X		Ele não mentiu e só pode mentir quando é preciso	X		Ele foi honesto
	P11	X		É feio mentir	X		Ele foi honesto com o rapaz da bilheteria
	P12	X		Mentir não é certo	X		O pai não mentiu e deu exemplo para os filhos
	P13	X		Ele queria gastar R\$ 20,00	X		Ele foi honesto
	P14		X	Ele não entendeu o cara da bilheteria	X		Ele respeitou a regra do circo
	P15	X		Mentir é errado, se ele mentisse seria um mentiroso	X		Se ele mentisse a idade do filho ele iria causar a demissão do rapaz da bilheteria
	P16		X	O pai não deveria pagar para o filho mais novo	X		O pai estava falando a idade correta dos filhos

P17	X		Sem justificativa para a resposta	X	O pai não mentiu
P18	X		O pai estava certo	X	O pai falou a verdade e deu exemplo para os filhos
P19	X		Para seus filhos sempre falarem a verdade	X	Ele foi honesto e os filhos vão seguir o exemplo dele e serem honestos pelo resto da vida
P20	X		Ele não quis mentir para ter uma tarde especial	X	Os filhos iam ficar sabendo que ele mentiu
P21	X		Ele queria um dia especial com os filhos	X	Os filhos saberiam que era mentira
P22		X	Ele economizaria R\$ 20,00	X	Ele foi honesto
P23	X		O filho tinha 7 anos e não 6 anos	X	Ele agiu corretamente falando a verdade
P24	X		Para ensinar seus filhos que nunca devem mentir	X	Ele disse a verdade e ensinou os filhos a não mentir

Fonte: Elaborado pela autora.

Gráfico 1- Análise do pré e pós-teste – Questão 3



Fonte: Elaborado pela autora.

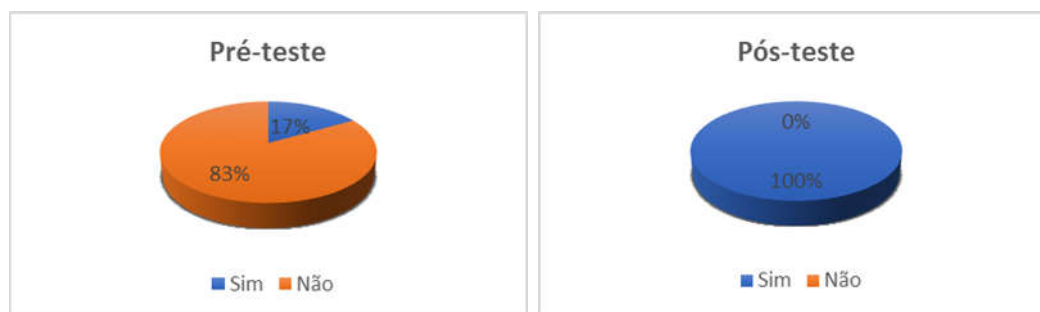
Quadro 28 – Análise do pré e pós-teste – Questão 4

4- NA SUA OPINIÃO É CORRETO OMITIR (ESCONDER) A IDADE PARA NÃO PAGAR O INGRESSO DO CIRCO?						
Participantes	Pré-teste			Pós-teste		
	S	N	Por quê?	S	N	Por quê?
	P1	X	É errado mentir e não pagar		X	É injusto
	P2		X A verdade sempre é melhor que a mentira		X	Temos que ser honestos e isso seria roubo e os filhos iam aprender a roubar também
	P3		X Não pode mentir sobre o ingresso		X	Não é legal mentir, isso é desonesto
	P4		X Se o pai mentir os filhos vão aprender com ele		X	É errado mentir para as pessoas
	P5		X É errado mentir		X	Mentir é errado e muito feio
	P6		X Sem justificativa para a resposta		X	É feio mentir
	P7		X Ele ia mentir		X	Você vai mentir e é errado
	P8		X Daí seria roubo		X	É feio mentir
	P9	X	É só uma criança, o que ela poderia fazer de ruim?		X	Não podemos mentir
	P10		X É feio mentir		X	É errado mentir, as pessoas não confiam em você quando você mente
	P11		X Vai ser uma má influência para os filhos		X	Não porque ele estaria trapaceando

P12		X	É errado		X	Ele estaria sendo desonesto
P13	X		Ele iria economizar dinheiro		X	O pai vai estar mentindo
P14		X	O homem seria um mentiroso		X	Isso seria mentir e se os outros descobrissem ele passaria vergonha
P15		X	Mentir é errado		X	Mentir é muito ruim para as pessoas
P16	X		Sem justificativa para a resposta		X	Não pode mentir
P17		X	É feio mentir		X	A mentira sempre traz consequências ruins
P18		X	A surpresa seria estragada porque ele queria que os seus filhos sempre falassem a verdade		X	Os filhos iam fazer o mesmo que o pai
P19	X		Só se for para entrar no circo		X	Você estaria mentindo e seus filhos iam saber
P20		X	la ser errado e os filhos iam saber que era mentira		X	Os filhos saberiam que era mentira
P21		X	Não é correto omitir porque não se ganha nada mentindo		X	É mentira
P22		X	O pai não poderia mentir		X	Não é correto mentir
P23		X	É errado e não seria uma boa ideia ensinar seus filhos a mentir		X	Seria um ato desonesto e teria consequências
P24		X	Ele nunca mentiria aos filhos		X	Ele seria um desonesto e os filhos dele aprenderiam com ele

Fonte: Elaborado pela autora.

Gráfico 2- Análise do pré e pós-teste – Questão 4



Fonte: Elaborado pela autora.

Quadro 29 – Análise do pré e pós-teste – Questão 5

5- SE VOCÊ ESTIVESSE NO LUGAR DO PAI, QUAL SERIA SUA ATITUDE?							
Participantes		Pré-teste			Pós-teste		
		Diria que o filho tinha menos de 6 anos	Diria que o filho tinha 7 anos	Por quê?	Diria que o filho tinha menos de 6 anos	Diria que o filho tinha 7 anos	Por quê?
	P1		X	É justo		X	Para dizer a verdade e ser honesto
	P2		X	Não podemos mentir mesmo que seja difícil não mentir		X	Devemos sempre falar a verdade e sermos

						honestos
P3	X		Para não gastar dinheiro		X	Eu não vou mentir porque mentir é feio
P4		X	Não pode mentir		X	Eu saberia que mentir é errado e não faria isso
P5	X		Para ver o circo		X	Eu queria mostrar aos meus filhos o que é certo
P6		X	Sem justificativa para a resposta		X	Tem que dizer a verdade
P7		X	Não pode mentir		X	Eu não ia mentir
P8		X	Seria mentira		X	Os filhos iam aprender com o pai se ele mentisse
P9	X		Eu faria tudo para ter um dia especial com meus filhos		X	Eu estaria mentindo
P10		X	Não pode esconder a idade dos filhos		X	É bom falar a verdade
P11		X	Não ia mentir		X	Mentir é uma má influência para os filhos
P12		X	É a idade correta		X	Ele não deveria mentir
P13	X		Diria para não pagar		X	Ele tinha 7 anos e não 6
P14	X		Diria que tinha 6 para poder entrar		X	Eu ficaria feliz em dizer a verdade
P15	X		Para não gastar o dinheiro		X	Diria a idade certa para o rapaz
P16	X		Sem justificativa para a resposta		X	Falar a verdade
P17		X	Eu iria falar a idade correta dos filhos		X	Essa é a verdade
P18		X	Os filhos aprenderiam falar mentira		X	Eu ia dar um bom exemplo para os filhos
P19		X	Eu não gosto de mentir		X	Meus filhos iam ficar sabendo que eu menti
P20	X		Para ver se eu ia conseguir entrar sem pagar		X	la ser o correto
P21		X	Temos que falar a verdade		X	Eu pagaria ao invés de mentir
P22		X	Eu não mentiria		X	Eu não mentiria para os outros
P23	X		É só uma mentirinha		X	Estaria sendo honesta e verdadeira

	P24		X	Ele arrependeria se em mentir		X	Eu estaria mentindo e seria um péssimo pai
--	-----	--	---	-------------------------------	--	---	--

Fonte: Elaborado pela autora.

Gráfico 3- Análise do pré e pós-teste – Questão 5



Fonte: Elaborado pela autora

Quadro 30 – Análise do pré e pós-teste – Questão 6

6- SE O PAI NÃO TIVESSE DINHEIRO PARA PAGAR O INGRESSO E TIVESSE QUE IR EMBORA SEM ASSISTIR O ESPETÁCULO DO CIRCO, MESMO ASSIM VALERIA A PENA DIZER A IDADE CORRETA DO FILHO?							
		Pré-teste			Pós-teste		
		S	N	Por quê?	S	N	Por quê?
Participantes	P1	X		Dava para passear em outro lugar	X		Eu ficaria de consciência limpa
	P2	X		Seria roubo e ele podia ir em outro lugar	X		Meus filhos aprenderiam comigo a falar a verdade
	P3		X	Para entrar no circo e fazer a surpresa	X		O pai teria falado a verdade e dado exemplo
	P4	X		Ele não mentiu e devia procurar outro circo	X		Mesmo assim o pai disse a verdade e poderia ir para outro lugar
	P5		X	Ele não conseguiria entrar e teria que ir embora	X		Para os filhos não falarem mentira
	P6	X		Não pode mentir	X		Não pode mentir
	P7	X		Ele não ia mentir	X		Ele devia falar a verdade
	P8		X	É mentira só para entrar no circo	X		Poderia ir em outro lugar e não mentir
	P9		X	O filho não ia ter esse dia especial e não assistiria o circo	X		Não devemos mentir
	P10	X		Ele não é de brincadeira	X		Ele estaria mentindo para o rapaz
	P11	X		Ele podia assistir o espetáculo outro dia	X		Para não mentir e os filhos não ficarem tristes com ele
	P12		X	Ele não conseguiria entrar		X	Não ia prejudicar ninguém
	P13	X		A criança tem 7 anos	X		Ele estaria falando a verdade
	P14		X	Não valeria a pena	X		Eu ficaria feliz com a verdade de meu pai
	P15		X	Ele deveria dizer que a criança tinha 6 anos para entrar no circo	X		Ele teria falado a verdade

P16		X	Sem justificativa para a resposta	X	Não pode mentir
P17	X		Devia dizer a verdade	X	O pai estaria sendo honesto
P18	X		Para os filhos aprenderem a dizer sempre a verdade	X	O pai seria honesto
P19		X	Ele queria levar os filhos ao circo	X	Para ele não ficar com peso na consciência e se arrepender depois
P20		X	Os filhos mereciam entrar no circo	X	Ele deveria falar a verdade e levar os filhos a outro lugar
P21	X		Para não cometer o erro de dizer mentiras	X	É correto falar a verdade e buscar ser honesto
P22	X		Poderia ir em outro lugar	X	Ele agiu correto falando a verdade
P23	X		Mentir é feio. E se mentissem pra você?	X	Estaria dizendo a verdade e sendo honesto
P24	X		Estaria mentindo	X	O pai queria dar exemplo de honestidade para os filhos

Fonte: Elaborado pela autora.

Gráfico 4- Análise do pré e pós-teste – Questão 6



Fonte: Elaborado pela autora

Quadro 31 – Análise do pré e pós-teste – Questão 7

7- SE O SEU PAI NÃO TIVESSE DINHEIRO PARA COMPRAR O INGRESSO, E POR ESSE MOTIVO VOCÊ NÃO PUDESSE ASSISTIR O ESPETÁCULO DO CIRCO, PEDIRIA PARA O PAI DIZER QUE VOCÊ TEM MENOS DE 6 ANOS?						
Participantes	Pré-teste			Pós-teste		
	S	N	Por quê?	S	N	Por quê?
	P1	X	Não é justo		X	É mentira e desonesto
	P2	X	Podemos ir em outro circo		X	Tem que ser corajoso e falar a verdade por mais difícil que seja
	P3	X	Para entrar no circo	X		Eu queria assistir o circo
	P4	X	O filho aprenderia a mentir		X	Eu falaria para ele dizer a verdade e não mentir
	P5	X	É errado mentir		X	Para meu papai não ficar chateado e decepcionado
	P6	X	Para entrar no circo		X	É feio mentir
	P7	X	Ele ia mentir e ficar arrependido		X	Meu pai iria mentir e eu ficaria triste
	P8	X	Seria mentira com as suas crianças		X	É feio mentir para as pessoas
	P9	X	Para eu assistir o grande espetáculo	X		Eu só sou uma criança e não iria fazer nada de mal
	P10	X	Eu não gosto desse tipo de coisa		X	Eu estaria falando mentira

P11		X	Assistir ao espetáculo vai ser legal, mas nunca deve mentir		X	Mentir é feio
P12	X		Eu queria assistir ao show		X	Eu não ia fazer isso com meu pai
P13		X	O pai estaria mentindo		X	Para não mentir
P14		X	Seria mentira do filho		X	Eu ficaria triste se meu pai mentisse
P15	X		Eu falaria para meu pai que é só dessa vez		X	O pai estaria mentindo e eu não ficaria orgulhoso dele
P16	X		Sem justificativa para a resposta		X	Não pode mentir
P17		X	Seria errado mentir		X	Ele estaria engando alguém
P18	X		Para poder entrar no circo		X	Meu pai estaria sendo desonesto
P19	X		Para eu entrar no circo	X		Eu queria assistir ao espetáculo
P20	X		O filho queria ir ao circo		X	Seria mentira
P21		X	Não valeria a pena mentir		X	Estaria mentindo
P22		X	Eu não diria isso		X	Ele não mentiria e não gostaria que meu pai fizesse isso
P23		X	Eu acho errado mentir		X	Jamais quero ser desonesta
P24	X		O menor passaria vontade		X	Não faria o meu pai mentir

Fonte: Elaborado pela autora.

Gráfico 5- Análise do pré e pós-teste – Questão 7



Fonte: Elaborado pela autora.

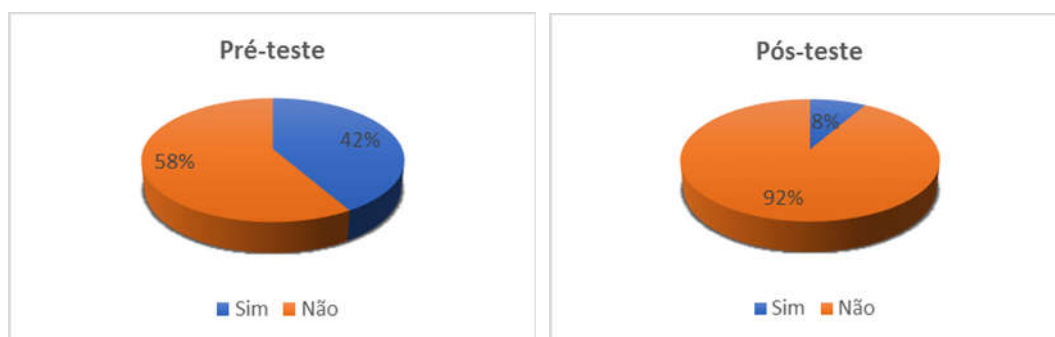
Quadro 32 – Análise do pré e pós-teste – Questão 8

8- SE VOCÊ FOSSE O RAPAZ DA BILHETERIA, DEIXARIA A CRIANÇA DE 7 ANOS ENTRAR SEM PAGAR O INGRESSO MESMO SABENDO QUE ESTA NÃO É A REGRA DO CIRCO?							
Participantes		Pré-teste			Pós-teste		
		S	N	Por quê?	S	N	Por quê?
	P1		X	Ele poderia ser demitido		X	Eu seria punido
	P2	X		Seria um gesto bonito		X	Isso é errado
	P3		X	Não pode mentir		X	Criança de 7 anos tem que pagar
	P4	X		Para a criança poder assistir o circo		X	Para eu não ser expulso do circo
	P5		X	Eu obedeceria a regra do circo		X	Eu seria punido
	P6		X	Não pode		X	Ele estaria mentindo
	P7		X	la ser contra a lei		X	la ser contra a lei
	P8	X		O pai é pobre e os filhos iam chorar		X	É a regra
P9	X		É um dia especial para o filho	X		É só uma criança, o que ela ia fazer de errado	
P10	X		Vai que a criança é pobre		X	Eu ia ser uma pessoa honesta	

P11	X		Se não a criança ficaria com vontade de assistir ao circo	X		Eu ficaria com dó
P12	X		Ele ia ficar triste		X	Iria ser demitido
P13		X	A criança tem 7 anos e tem que pagar R\$ 20,00		X	É contra a regra do circo
P14		X	Não está na regra do circo		X	Seria contra a regra do circo
P15		X	A criança tem 7 anos		X	A criança vai ter que pagar
P16	X		Sem justificativa para a resposta		X	Não sei
P17		X	É a regra do circo não deixar criança dessa idade entrar sem pagar		X	O rapaz da bilheteria estaria enganando o dono do circo
P18		X	Deveria ser demitido		X	Sinto que eu seria demitido
P19		X	Daí eu perderia o serviço		X	Eu poderia ser dispensado
P20		X	Iria ser errado		X	A regra do circo tem que ser respeitada
P21		X	Eu ia ser demitido		X	Não seria honesto
P22		X	A regra do circo não é essa		X	Não é justo que essa criança entrasse sem pagar e as outras da mesma idade pagasse
P23	X		Eu ficaria com dó da criança que não pudesse entrar		X	É regra do circo
P24	X		Eu sentiria dó		X	Eu estaria violando a lei do circo

Fonte: Elaborado pela autora.

Gráfico 6- Análise do pré e pós-teste – Questão 8



Fonte: Elaborado pela autora.

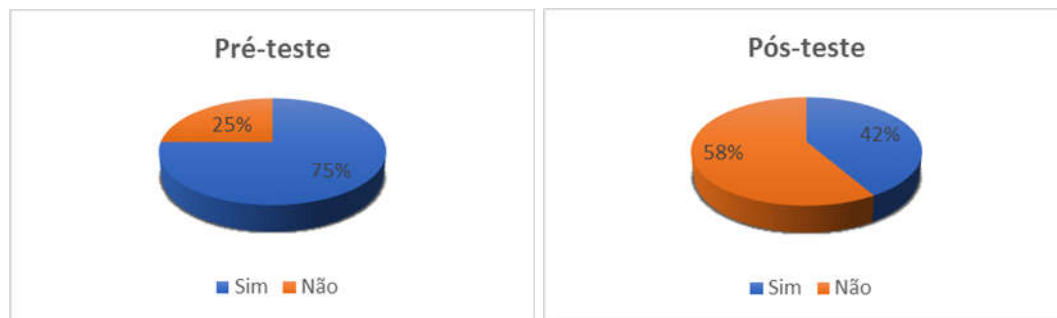
Quadro 33 – Análise do pré e pós-teste – Questão 9

9- NA SUA OPINIÃO, O RAPAZ DA BILHETERIA DEVERIA SER PUNIDO SE DEIXASSE UMA CRIANÇA DE 7 ANOS ENTRAR NO CIRCO SEM PAGAR? SE SIM, QUAL O TIPO DE PUNIÇÃO? SE NÃO, POR QUÊ?						
Participantes	Pré-teste			Pós-teste		
	S	N	Qual o tipo de punição? / Por quê?	S	N	Qual o tipo de punição? / Por quê?
	P1	X			X	O dono do circo deveria apenas conversar com o rapaz e dizer que não era para fazer isso
	P2		X	X		Dar aulas sobre honestidade para o rapaz da bilheteria
	P3	X		X		Um mês sem trabalhar
	P4	X		X		Sair da cidade

P5	X		Ficar um mês sem trabalhar		X	Não precisa punir, é só conversar
P6	X		Sem justificativa para a resposta	X		Mandar ele embora
P7		X	Ele não foi maldoso		X	Era só conversar com ele e dizer pra ele ser honesto
P8	X		Ser expulso	X		Deixar o rapaz da bilheteria fora do trabalho por cinco dias
P9		X	É só uma criança inofensiva		X	Ele só deixou uma criança entrar
P10		X	É um tipo de heroísmo		X	O rapaz poderia aprender sobre honestidade para não trapacear mais e cumprir a regra do circo
P11		X	Ele não deve ser expulso por qualquer errinho		X	Foi só um erro bobo, era só avisar ele que não pode fazer isso
P12	X		Demissão	X		Ser expulso
P13	X		O rapaz deveria ser demitido		X	Era só conversar com ele como a professora faz com a gente
P14	X		Castigo normal, ele ficar num canto sozinho	X		Ser demitido para aprender a ser honesto
P15	X		Ele não ficar mais na bilheteria	X		Ele não deveria mais trabalhar no circo
P16	X		Sem justificativa para a resposta		X	Dizer pra ele que não pode
P17	X		Ficar duas semanas sem ir trabalhar no circo	X		Deveria pagar com o dinheiro dele a entrada da criança
P18	X		Ser demitido		X	Eu não gosto de castigo, quando faço algo errado gosto que conversem comigo
P19	X		Ficaria um ano sem trabalhar		X	Era só explicar para o rapaz que não pode fazer isso
P20	X		Ser expulso		X	O dono deveria apenas conversar com ele e explicar que não pode
P21	X		Limpar todo o circo	X		Ser demitido
P22		X	O rapaz não deveria ser expulso		X	Castigo não resolve, tem que conversar
P23	X		Ser expulso		X	Tinha que explicar para ele entender que não pode
P24	X		Descontar metade do salário dele		X	Uma criança é mais importante que dinheiro

Fonte: Elaborado pela autora.

Gráfico 7- Análise do pré e pós-teste – Questão 9

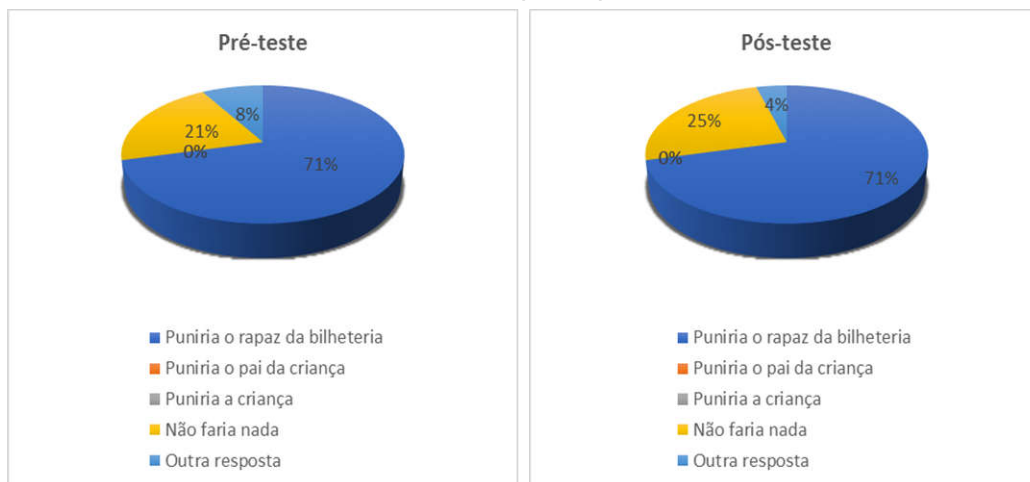


Fonte: Elaborado pela autora.

Quadro 34 – Análise do pré e pós-teste – Questão 10

10- SE VOCÊ FOSSE O DONO DO CIRCO, O QUE FARIA SE DESCOBRISSE QUE O RAPAZ DA BILHETERIA AUTORIZOU A ENTRADA DE UMA CRIANÇA COM 7 ANOS SEM QUE ELA PAGASSE O INGRESSO?			
<input type="checkbox"/> Puniria o rapaz da bilheteria <input type="checkbox"/> Puniria o pai da criança <input type="checkbox"/> Puniria a criança <input type="checkbox"/> Não faria nada <input type="checkbox"/> Outra resposta: _____			
Participantes		Pré-teste	Pós-teste
	P1	Puniria o rapaz da bilheteria	Puniria o rapaz da bilheteria
	P2	Não faria nada	Puniria o rapaz da bilheteria
	P3	Puniria o rapaz da bilheteria	Puniria o rapaz da bilheteria
	P4	Puniria o rapaz da bilheteria	Puniria o rapaz da bilheteria
	P5	Puniria o rapaz da bilheteria	Puniria o rapaz da bilheteria
	P6	Puniria o rapaz da bilheteria	Puniria o rapaz da bilheteria
	P7	Puniria o rapaz da bilheteria	Puniria o rapaz da bilheteria
	P8	Não faria nada	Não faria nada
	P9	Não faria nada	Não faria nada
	P10	Não faria nada	Não faria nada
	P11	Outra resposta: Ele não deve ser expulso por qualquer coisa	Não faria nada
	P12	Puniria o rapaz da bilheteria	Puniria o rapaz da bilheteria
	P13	Puniria o rapaz da bilheteria	Puniria o rapaz da bilheteria
	P14	Puniria o rapaz da bilheteria	Puniria o rapaz da bilheteria
	P15	Puniria o rapaz da bilheteria	Puniria o rapaz da bilheteria
	P16	Puniria o rapaz da bilheteria	Puniria o rapaz da bilheteria
	P17	Puniria o rapaz da bilheteria	Puniria o rapaz da bilheteria
	P18	Puniria o rapaz da bilheteria	Não faria nada
	P19	Puniria o rapaz da bilheteria	Não faria nada
	P20	Puniria o rapaz da bilheteria	Outra resposta: conversaria com ele para que não fizesse isso de novo
	P21	Puniria o rapaz da bilheteria	Puniria o rapaz da bilheteria
	P22	Puniria o rapaz da bilheteria	Puniria o rapaz da bilheteria
	P23	Outra resposta: Deixava a criança entrar do mesmo jeito	Puniria o rapaz da bilheteria
	P24	Não faria nada	Puniria o rapaz da bilheteria

Fonte: Elaborado pela autora.

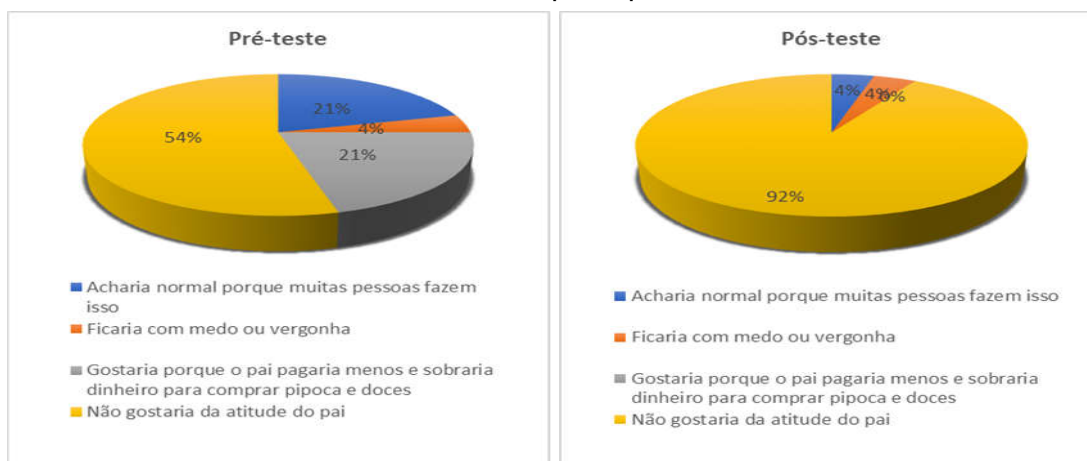
Gráfico 8- Análise do pré e pós-teste – Questão 10

Fonte: Elaborado pela autora

Quadro 35 – Análise do pré e pós-teste – Questão 11

11- SE VOCÊ FOSSE UMA DAS CRIANÇAS E PRESENCIASSE O PAI DIZENDO QUE O FILHO MAIS VELHO TINHA 6 ANOS O QUE VOCÊ SENTIRIA?			
<input type="checkbox"/> Acharia normal porque muitas pessoas fazem isso <input type="checkbox"/> Ficaria com medo ou vergonha <input type="checkbox"/> Gostaria porque o pai pagaria menos e sobraria dinheiro para comprar pipoca e doces <input type="checkbox"/> Não gostaria da atitude do pai			
Participantes		Pré-teste	Pós-teste
	P1	Acharia normal porque muitas pessoas fazem isso	Não gostaria da atitude do pai
	P2	Não gostaria da atitude do pai	Não gostaria da atitude do pai
	P3	Não gostaria da atitude do pai	Não gostaria da atitude do pai
	P4	Acharia normal porque muitas pessoas fazem isso	Não gostaria da atitude do pai
	P5	Ficaria com medo ou vergonha	Ficaria com medo ou vergonha
	P6	Gostaria porque o pai pagaria menos e sobraria dinheiro para comprar pipoca e doces	Não gostaria da atitude do pai
	P7	Não gostaria da atitude do pai	Não gostaria da atitude do pai
	P8	Não gostaria da atitude do pai	Não gostaria da atitude do pai
	P9	Acharia normal porque muitas pessoas fazem isso	Acharia normal porque muitas pessoas fazem isso
	P10	Acharia normal porque muitas pessoas fazem isso	Não gostaria da atitude do pai
	P11	Não gostaria da atitude do pai	Não gostaria da atitude do pai
	P12	Não gostaria da atitude do pai	Não gostaria da atitude do pai
	P13	Não gostaria da atitude do pai	Não gostaria da atitude do pai
	P14	Não gostaria da atitude do pai	Não gostaria da atitude do pai
	P15	Gostaria porque o pai pagaria menos e sobraria dinheiro para comprar pipoca e doces	Não gostaria da atitude do pai
	P16	Gostaria porque o pai pagaria menos e sobraria dinheiro para comprar pipoca e doces	Não gostaria da atitude do pai
	P17	Não gostaria da atitude do pai	Não gostaria da atitude do pai
	P18	Não gostaria da atitude do pai	Não gostaria da atitude do pai
	P19	Gostaria porque o pai pagaria menos e sobraria dinheiro para comprar pipoca e doces	Não gostaria da atitude do pai
	P20	Não gostaria da atitude do pai	Não gostaria da atitude do pai
	P21	Não gostaria da atitude do pai	Não gostaria da atitude do pai
	P22	Gostaria porque o pai pagaria menos e sobraria dinheiro para comprar pipoca e doces	Não gostaria da atitude do pai
	P23	Não gostaria da atitude do pai	Não gostaria da atitude do pai
	P24	Acharia normal porque muitas pessoas fazem isso	Não gostaria da atitude do pai

Fonte: Elaborado pela autora.

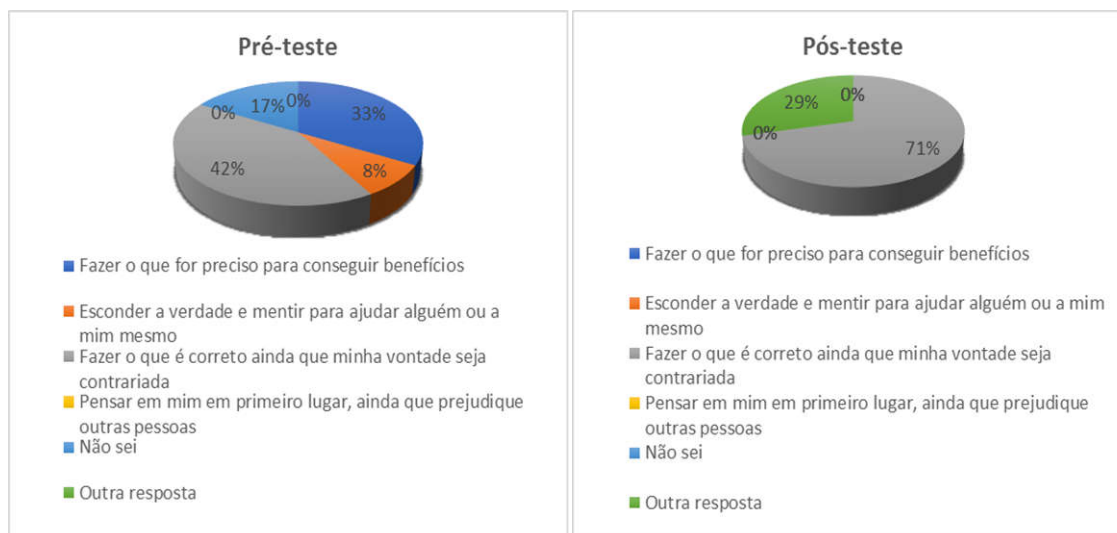
Gráfico 9- Análise do pré e pós-teste – Questão 11

Fonte: Elaborado pela autora

Quadro 36 – Análise do pré e pós-teste – Questão 12

12- NA SUA OPINIÃO, O QUE É HONESTIDADE?		
<input type="checkbox"/> Fazer o que for preciso para conseguir benefícios <input type="checkbox"/> Esconder a verdade e mentir para ajudar alguém ou a mim mesmo <input type="checkbox"/> Fazer o que é correto ainda que minha vontade seja contrariada <input type="checkbox"/> Pensar em mim em primeiro lugar, ainda que prejudique outras pessoas <input type="checkbox"/> Não sei <input type="checkbox"/> Outra resposta		
	Pré-teste	Pós-teste
Participantes	P1	Fazer o que é correto ainda que minha vontade seja contrariada
	P2	Fazer o que é correto ainda que minha vontade seja contrariada
	P3	Fazer o que é correto ainda que minha vontade seja contrariada
	P4	Fazer o que é correto ainda que minha vontade seja contrariada
	P5	Fazer o que é correto ainda que minha vontade seja contrariada
	P6	Não sei
	P7	Fazer o que é correto ainda que minha vontade seja contrariada
	P8	Fazer o que é correto ainda que minha vontade seja contrariada
	P9	Esconder a verdade e mentir para ajudar alguém ou a mim mesmo
	P10	Esconder a verdade e mentir para ajudar alguém ou a mim mesmo
	P11	Fazer o que for preciso para conseguir benefícios
	P12	Fazer o que for preciso para conseguir benefícios
	P13	Fazer o que for preciso para conseguir benefícios
	P14	Fazer o que é correto ainda que minha vontade seja contrariada
	P15	Fazer o que for preciso para conseguir benefícios
	P16	Não sei
	P17	Fazer o que é correto ainda que minha vontade seja contrariada
	P18	Fazer o que for preciso para conseguir benefícios
	P19	Não sei
	P20	Fazer o que for preciso para conseguir benefícios
	P21	Fazer o que é correto ainda que minha vontade seja contrariada
	P22	Não sei
	P23	Fazer o que for preciso para conseguir benefícios
	P24	Fazer o que é correto ainda que minha vontade seja contrariada

Fonte: Elaborado pela autora.

Gráfico 10- Análise do pré e pós-teste – Questão 12

Fonte: Elaborado pela autora

A questão de nº 13 exigia das crianças um posicionamento direto quanto a compreensão e definição do que é ser honesto. Assim, apresentaremos a tabela com as respostas do pré e pós-teste para comparação dos resultados.

Quadro 37 – Análise do pré e pós-teste – Questão 13

13- SER HONESTO PARA VOCÊ É			
Participantes		Pré-teste	Pós-teste
	P1	Ser uma pessoa boa	Ser bom, justo e falar a verdade
	P2	Fazer o que é certo	Sempre falar a verdade e ganhar a confiança das pessoas
	P3	Não sei	Falar a verdade e não mentir
	P4	Uma pessoa bondosa	Não ficar com o que não lhe pertence
	P5	Ser gentil	Falar a verdade e não ser desonesto
	P6	Não sei	Falar a verdade e ter integridade
	P7	Ser bom	Falar a verdade, ser justo e buscar o que é bom para a maioria das pessoas
	P8	Não mentir	Não mentir e não querer tirar proveito das situações. Ter bom caráter e ser honesto
	P9	Falar a verdade e ser bom	Não mentir e não enganar
	P10	Ser bom exemplo	Fazer o certo mesmo que ninguém veja, ter ética
	P11	Ajudar os outros	Não mentir e ajudar os outros mais do que a si mesmo
	P12	Contar a verdade	Falar a verdade e obedecer às regras
	P13	Ser bom	Falar a verdade e agir com justiça
	P14	Ajudar as pessoas	Ser exemplo para os outros e buscar a virtude da honestidade
	P15	Ajudar os amigos	Fazer o que é certo sem prejudicar ninguém e ter dignidade
	P16	Não sei	Falar a verdade e obedecer às regras
	P17	Ser bom com outras pessoas	Ser responsável pelos seus atos e ser justo
	P18	Não sei	Não roubar e não ficar com coisas alheias. Ser verdadeiro e honrado.
	P19	Não sei explicar	Fazer para os outros o que gostaria que fizessem para você

P20	Ser bom	Agir com respeito sem querer tirar vantagem para ter confiança das pessoas
P21	Deve ser algo bom	Fazer o que é melhor para a maioria e não pensar só em você
P22	Não sei	Falar a verdade e aguentar as consequências
P23	Falar a verdade	É agir com consciência e respeito com aquilo que não lhe pertence
P24	Ser bom	Falar a verdade, ter consciência de seus atos e se orgulhar de si mesmo

Fonte: Elaborado pela autora.

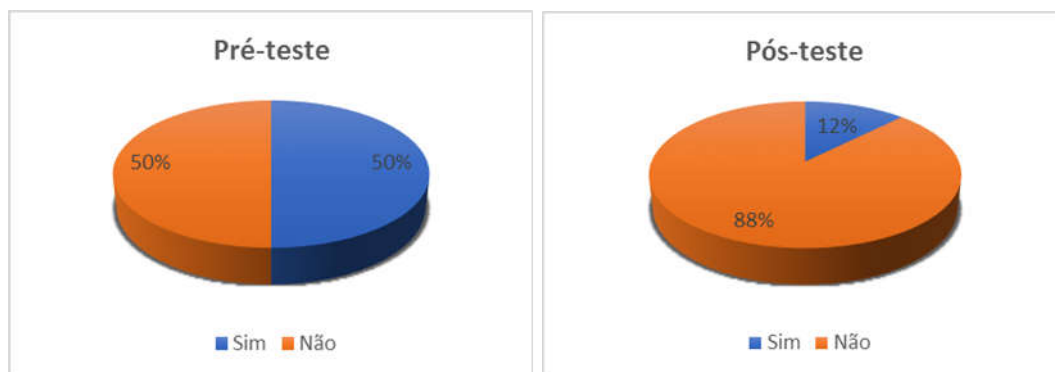
Quadro 38 – Análise do pré e pós-teste – Questão 14

14- VOCÊ ACREDITA QUE UM AMIGO PODE INFLUENCIAR NA SUA TOMADA DE DECISÃO?							
Participantes		Pré-teste			Pós-teste		
		S	N	Se sim, como? / Se não, por quê?	S	N	Se sim, como? / Se não, por quê?
	P1	X		Porque ele pode ser mais sabido que eu		X	Porque a vida é minha
	P2	X		Dizer que o que você está fazendo não é certo		X	Ele pode estar me levando para o mal caminho
	P3		X	Porque eu não obedeco aos outros		X	Porque eu decido o que quero
	P4	X		Porque ele pode me ajudar quando eu precisar	X		Se eu ver que a opinião dele está correta e a minha errada
	P5		X	Porque eu vou fingir que estou dormindo para ele não me perturbar		X	Se ele ficasse falando muito eu ficaria irritada e falaria que concordava só pra ele ir embora
	P6	X		Não sei	X		Mentindo pra mim
	P7	X		Porque todos os meus amigos me convencem		X	Ele não vai me convencer
	P8		X	Eu tenho minha opinião		X	Eu tenho minha própria opinião
	P9		X	Porque um amigo também respeita sua privacidade		X	Minha mente é valente e eu faço tudo para o bem
	P10	X		Não sei	X		Falando toda hora disso
	P11	X		Falando alguma coisa ao contrário do que eu falo		X	Sendo forte e corajoso em pensar diferente dele
	P12		X	Porque eu não quero		X	A decisão é minha
	P13		X	Não ouvindo o amigo		X	Se ele não respeitar sua opinião ele não é seu amigo
	P14	X		Se insistir eu aceito		X	Porque se ele insistir eu só ignoro
	P15		X	Ele não manda em mim		X	Ele estaria mandando na gente
	P16	X		insistindo		X	Porque não sou maria vai com as outras
	P17		X	O amigo não sabe a nossa opinião		X	Porque sou eu que respondo pelo que fiz
	P18	X		Me enchendo a paciência		X	Ficar enchendo o meu saco
	P19		X	Porque eu tomo minha própria decisão		X	Ninguém consegue me convencer a fazer o que é errado
	P20		X	la ser inútil		X	Tenho minha própria opinião
	P21		X	Porque eu ia pensar primeiro em mim		X	Porque tenho minha consciência limpa
	P22		X	Eu não mudaria de ideia		X	Eu faço o que acredito
P23	X		E se ele estivesse falando a verdade?		X	Porque ele não estaria me respeitando	

P24	X		A primeira vez ele não iria me convencer, mas se ele falasse 7 vezes ele iria me convencer	X	Porque eu não saberia a intenção dele
-----	---	--	--	---	---------------------------------------

Fonte: Elaborado pela autora.

Gráfico 11- Análise do pré e pós-teste – Questão 14



Fonte: Elaborado pela autora.

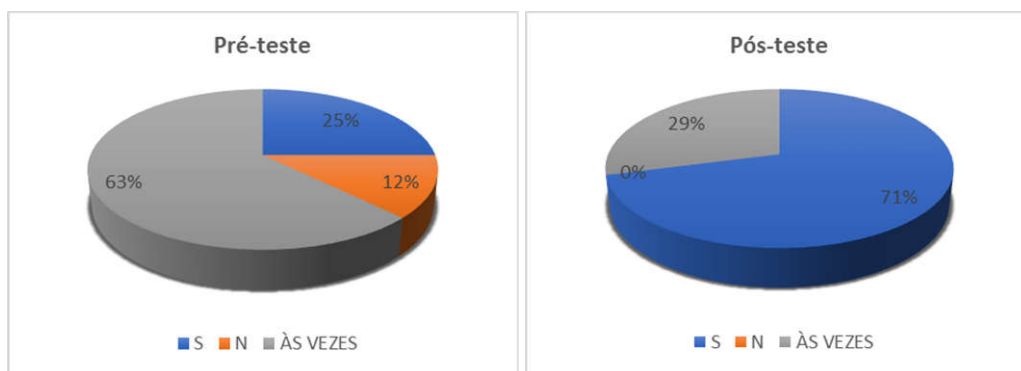
Quadro 39 – Análise do pré e pós-teste – Questão 15

15- VOCÊ SEMPRE DIZ A VERDADE QUANDO É QUESTIONADO?									
		Pré-teste				Pós-teste			
		S	N	Às vezes	Por quê?	S	N	Às vezes	Por quê?
Participantes	P1	X			Porque sim	X			É honesto
	P2			X	A nossa resposta pode ferir o outro	X			Falar a verdade é melhor pra todo mundo
	P3		X		A gente tem medo de ser castigado			X	Fico com medo de minha mãe brigar comigo
	P4			X	A gente pode fazer uma brincadeirinha	X			É bom para ficar com a consciência limpa
	P5			X	Se for segredo não conto			X	Se for algo particular não falaria
	P6		X		Sem justificativa para a resposta			X	Para não ficar de castigo
	P7			X	De vez em quando eu escondo	X			Não pode mentir
	P8	X			Seria mentira	X			Não me sinto bem falando mentiras
	P9			X	Para não deixarmos pessoas tristes e não ofendermos			X	Algumas verdades podem machucar as pessoas
	P10	X			Eu não me meto em confusão	X			Para não passar vergonha quando descobrirem que falei mentira
	P11			X	Pode chatear outras pessoas			X	Não dá pra sempre falar a verdade
	P12			X	Às vezes não quero falar a verdade			X	É difícil falar a verdade
	P13	X			Tenho medo de ser culpado	X			É bom falar a verdade
	P14			X	Gosto de falar meia			X	Só minto para não ficar de castigo

				verdade				
P15			X	Seria mentira	X			Para as pessoas acreditarem em mim
P16		X		Em justificativa para a resposta	X			Não pode mentir
P17	X			Gosto da verdade	X			Tem que falar a verdade para os fulanos
P18			X	Para não machucar os amigos	X			A verdade é uma virtude boa
P19			X	Porque ninguém é anjinho	X			Tento ser corajoso e dizer sempre a verdade
P20			X	Eu minto porque eu quero	X			Falar a verdade ou mentir é uma escolha e eu quero sempre dizer a verdade
P21			X	A gente tem medo	X			Se eu fizer algo errado sei que terá consequências, mas serei uma pessoa honesta falando a verdade
P22	X			Eu não minto	X			Devo sempre dizer a verdade para ganhar confiança dos outros
P23			X	Vai que eu não conheço a pessoa e não sei da intenção dela	X			Mesmo que seja uma pergunta pessoal devo falar a verdade
P24			X	Para escapar do castigo	X			Às vezes faço coisas erradas, mas assumo minha culpa e digo a verdade, mesmo levando bronca e ficando de castigo

Fonte: Elaborado pela autora.

Gráfico 12- Análise do pré e pós-teste – Questão 15



Fonte: Elaborado pela autora.

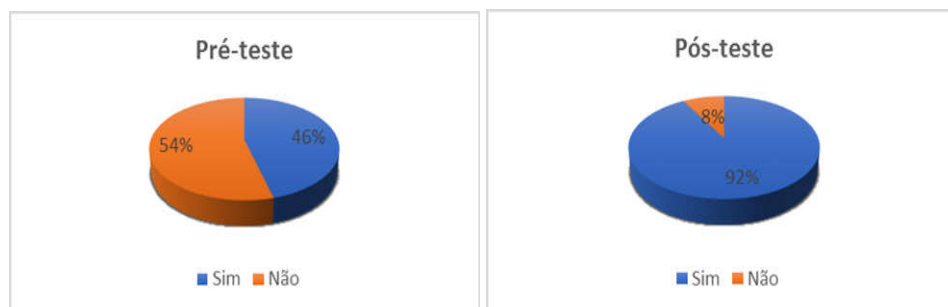
Quadro 40 – Análise do pré e pós-teste – Questão 16

16- PARA VOCÊ, DIZER A VERDADE ESTÁ SEMPRE ACIMA DE TUDO?						
participant	Pré-teste			Pós-teste		
	S	N	Por quê?	S	N	Por quê?
	P1	X	Para ser uma pessoa boa	X		É bom e você se torna honesto
	P2		A pessoa pode ficar magoada	X		Para ser honesto com você mesmo e com as pessoas

P3		X	Pra gente conseguir as coisas	X		Para eu fazer o que é certo
P4	X		Ajuda as pessoas	X		Se eu mentisse ninguém ia acreditar mais em mim
P5		X	Se for segredo não conto	X		Para ser uma pessoa de honra
P6	X		Sem justificativa para a resposta	X		Se mentir eu perco amigos
P7	X		Não pode mentir	X		Para ser honesto
P8	X		Seria feio enganar as pessoas	X		Para ninguém me chamar de mentiroso
P9		X	Não preciso dizer a verdade sempre		X	Às vezes a gente tem que falar mentira pelo bem de todos
P10		X	Eu sou muito indecisa	X		É justo e bonito falar a verdade
P11		X	Cada um tem sua opinião	X		Para ser honesto e as pessoas confiarem na minha palavra
P12		X	Eu não preciso falar todas as vezes	X		Para ganhar a confiança das pessoas e ser um cidadão de bem
P13	X		Não podemos mentir	X		Para sempre dormir com a consciência tranquila
P14	X		Falar a verdade é certo	X		Para todo mundo acreditar em você e te admirar
P15	X		Mentira é coisa feia	X		Para eu ser exemplo para outras pessoas
P16		X	Sem justificativa para a resposta	X		Porque sim
P17	X		Gosto de falar a verdade sempre	X		Para me tornar uma pessoa melhor e honesta
P18	X		É a melhor coisa do mundo	X		Somente se você tiver honestidade poderá ajudar os outros
P19		X	Vai que eu fico de castigo	X		Para não ficar com peso na consciência
P20		X	Às vezes eu quero mentir		X	Se for para chatear um amigo, não
P21	X		Pra conseguir coisas boas	X		Para me sentir bem comigo mesmo
P22		X	A pessoa pode ficar chateada	X		A verdade sempre aparece
P23		X	Eu deixaria alguém triste	X		Estaria sendo honesta
P24		X	Podemos mentir para conseguir coisas	X		A honestidade é uma virtude que você terá para o resto da vida

Fonte: Elaborado pela autora.

Gráfico 13- Análise do pré e pós-teste – Questão 16



Fonte: Elaborado pela autora.

5.1 RESULTADOS DO PRÉ E PÓS-TESTE

Esta seção se debruçará na análise da coleta de dados obtidos no pré e no pós-teste, sob a ótica do referencial da teoria piagetiana e as demais fundamentações teóricas abordadas nesta pesquisa.

Como nossa pesquisa foi de caráter qualitativo, não nos preocupamos tanto com o sim ou não mencionados nas respostas das crianças. Nosso intuito estava em compreender a organização racional que o grupo pesquisado utilizava como mecanismo para elaborar as explicações aos dilemas apresentados e se após o programa de intervenção houve mudanças de comportamentos ou raciocínio quanto ao tema trabalhado.

Embora nossa análise esteja pautada no pré e pós-teste, esclarecemos que os resultados aqui mencionados são consequências de oito meses de trabalho, duração da aplicação da pesquisa, e que por essa razão nossas considerações e reflexões não se limitam na análise fria das respostas das crianças, mas aprecia toda a trajetória do caminho percorrido, avaliando inclusive, as produções, os discursos e comportamentos das crianças em todo o processo.

Segundo André e Lüdke (1986),

Analisar os dados qualitativos significa “trabalhar” todo o material obtido durante a pesquisa, ou seja, os relatos das observações, as transcrições de entrevistas, as análises de documentos e as demais informações disponíveis (p. 45).

Para melhor compreensão do processo de ensino e aprendizagem desta pesquisa relataremos os resultados obtidos de forma globalizada, visto que estamos falando de desenvolvimento moral, considerando atributos e habilidades integrais do indivíduo e não de recortes em suas características.

Antes de apresentar os resultados, gostaríamos de fazer algumas considerações que julgamos importantes destacar. Uma delas é que anteriormente a introdução da temática da honestidade foi preciso trabalhar a virtude da verdade, pois a primeira era abstrata ao conhecimento das crianças. Outro aspecto importante a abordar é que durante a aplicação do programa de intervenção, nas atividades desenvolvidas, quando as regras não eram discutidas ou abertas à reflexão, cada criança as interpretava como queria, sempre beneficiando a si mesma. Percebemos uma tendência maior para se praticar a desonestidade nos casos em que não haviam diálogos para se falar o porquê daquela regra.

A intenção dos dilemas morais apresentados no instrumento de coleta de dados (pré e pós-teste) era despertar na criança a reflexão para saber os motivos que as levavam a tomar uma ou outra decisão. Assim como Piaget (1994), consideramos que os dilemas morais não oferecem uma única solução e são essas circunstâncias que obrigam o sujeito a refletir, argumentar e justificar racionalmente a alternativa que lhes parece mais justa. Os critérios de juízo, que levam o sujeito a inclinar-se por uma opção e dar argumentos a seu favor, dependem do nível de desenvolvimento moral em que se encontram.

Para iniciar nossas considerações preponderando os resultados, destacamos que para Piaget (1994) o conceito de justiça era o regulador do conteúdo de seus dilemas. Não há uma resposta certa ou errada. Tudo depende de como o sujeito argumenta, ou, qual a ética utilizada por ele para fazer aquela escolha e como chegou a ela. Da mesma forma, o foco deste diagnóstico não se concentra na resposta de sim ou não, de certo ou errado, mas no discurso elaborado pelos participantes da pesquisa para justificar a resposta apresentada.

Observamos no pré-teste que quando questionadas se era correto omitir a idade dos filhos para entrar no circo (quadro 28), algumas crianças justificaram que não viam maldade na pequena ação de mentir para entrar no circo, visto que não haveria danos físicos de machucar alguém, por exemplo. O simples fato de contar uma mentira para poder entrar no circo seria um motivo justo já que o pai queria proporcionar um dia especial para seus filhos. Constatamos no pós-teste que houve um discurso crescente na análise das crianças em considerar que a atitude do pai foi honesta e desenvolveram a compreensão de que falar a verdade é princípio necessário para se buscar a honestidade. No discurso das crianças, no pós-teste, é possível identificar a relação que estabeleceram do “agir corretamente” com o valor da verdade, caracterizando que o reconhecimento e a valorização desse comportamento são socialmente admirados, além de ocasionar orgulho individual no sujeito que o pratica pelo exemplo de honestidade.

Em se tratando do valor da verdade, quando as crianças foram questionadas sobre a importância de sempre dizer a verdade (quadro 40), desde o pré-teste, a maioria delas já concebiam este valor como preceito importante para a vida e para as relações de convivência. No pós-teste, esses argumentos se intensificaram atrelando este valor à consciência moral no que se refere a orgulhar-se de si mesmo e demonstrar que aquele que diz a verdade é digno de confiança.

Nesse processo de construção e apropriação de valores morais, a criança depara-se com situações em que o julgamento da ação se faz necessário para que ela decida entre o fazer ou não, optando pela melhor escolha. Assim, o autoconhecimento e o discernimento favorecem decisões mais conscientes e equilibradas. Como defende La Taille (2000, p. 47), a prática das virtudes morais e a educação moral tem por premissa “[...] levar a criança a compreender que a moral exige de cada um o melhor de si, porque conhecer e interpretar princípios não são coisas simples: pede esforço e pede perseverança”.

No pré-teste, mesmo sabendo ser errado mentir, ao assumir o lugar do pai, algumas crianças diriam que o filho tinha menos de 7 anos para entrar no circo (quadro 29). Pelas respostas averiguamos que muitas relacionaram a mentira ao valor monetário, dizendo que era para não gastar o dinheiro e economizar. Já no pós-teste, as crianças julgaram que mesmo que o pai tivesse que ir embora sem entrar no circo, valeria dizer a verdade, relatando que ficariam felizes com a atitude do pai em escolher esse princípio e dar o exemplo de honestidade. Ainda sugeriram que o pai poderia levar os filhos a outro passeio que não dependesse de dinheiro.

Ao se colocar no lugar do rapaz da bilheteria (quadro 32), algumas crianças no pré-teste apontam que infringiriam a regra, pois a criança ficaria com vontade de assistir ao espetáculo e elas se compadeceriam dela. Apesar da justificativa ser relevante, no pós-teste, as crianças analisaram também quais seriam as consequências do comportamento do rapaz da bilheteria se descumprisse a regra estipulada pelo circo. Os resultados apontam que houve um aumento de obediência à regra do circo pelas crianças e valorizaram-na como uma norma que deve ser respeitada, julgando a atitude do rapaz como desonesta, caso descumprisse o regulamento. As justificativas nas respostas do pós-teste mostraram que quando as crianças compreendem o porquê da existência das regras, existe maior disposição em cumpri-las e a percebê-las como necessárias para o bom convívio em sociedade. Observamos que as crianças apresentaram maior equilíbrio no relacionamento consigo mesmas e com o meio ambiente, dando importância às regras, respeitando a opinião alheia e pensando de maneira mais ativa na coletividade.

Esse processo acontece, pois segundo a teoria piagetiana, a criança caminha de um egocentrismo integral e inconsciente para um desenvolvimento moral crescente. Ao mesmo tempo em que a criança constrói e coordena seus

instrumentos intelectuais, descobre a si mesma, situando-se como um objeto ativo entre outros em um universo exterior a ela.

A confiança e a tranquilidade também foram fatores de destaque na aplicação do pós-teste, pois as crianças demonstraram superior facilidade em exercer a empatia colocando-se no lugar do outro para fazer julgamentos, e expressaram maior propriedade quanto às questões morais e confiança em dizer qual era a resposta mais acertada ao dilema proposto. Também se posicionaram de maneira mais reflexiva considerando todos os fatores que envolviam as situações apresentadas.

Ao se colocar no lugar dos filhos (quadro 35), a maioria dos participantes reprovava a atitude do pai caso ele mentisse a idade do filho mais velho para não pagar a entrada do circo. No pré-teste tivemos um percentual de 54% de crianças que responderam “Não gostaria da atitude do pai”, e, no pós-teste, esse índice subiu para 92%.

Outro elemento importante que analisamos é a noção de justiça do grupo pesquisado. Segundo Piaget (1994) existem duas categoriais distintas de justiça: a retributiva e a distributiva. Para o autor a justiça é uma noção moral, a mais racional de todas, que é construída paulatinamente, acompanhando o desenvolvimento da moralidade. A justiça retributiva é marcada pela ideia que a criança constrói, de que é preciso haver proporcionalidade entre o ato delituoso (transgressão) e o castigo (sanção). Logo, a justiça distributiva baseia-se no princípio da equidade com predominância nas relações cooperativas, cujo objetivo comum é o da promoção e manutenção de relações sociais agradáveis. O autor destaca também dois tipos de sanções ligadas à essa noção de justiça: as sanções expiatórias e as sanções por reciprocidade.

No pré-teste as crianças ainda não conseguiam fazer julgamentos racionais e reflexivos mediante aos dilemas apresentados, demonstrando dificuldades para tomadas de decisões justas e de intenção coletiva. Já no pós-teste, a maioria das crianças tinham condições de fazer julgamentos guiados por princípios de igualdade, ou seja, pela disposição de reconhecer igualmente o direito do outro e, a partir desse reconhecimento, aplicar a mais justa sanção em determinada situação. Percebemos aí a justiça distributiva e essa é, sem dúvida, a noção mais evoluída de justiça que está diretamente ligada à autonomia.

Ao questionarmos se o rapaz da bilheteria deveria ser punido se descumprisse a regra do circo (quadro 33), as respostas do pré-teste nos revelam as sanções expiatórias com que as crianças puniriam o rapaz da bilheteria. Esse tipo de sanção está ligado à coação e às regras de autoridade. Crianças mais heterônomas optaram mais por esse tipo de sanção, que tem como principal componente a severidade do castigo. Percebemos isso claramente no pré-teste, em que a maioria das crianças priorizaram correções severas e castigos implacáveis, no qual é preciso a punição para que se restabeleça a disciplina. De forma autoritária e no propósito de punir o indivíduo as crianças o demitiriam ou lhe castigariam com o afastamento provisório de suas funções. Percebemos que o comportamento das crianças foi de reparar o erro do rapaz com uma punição opressiva, a fim de restabelecer a ordem. Já no pós-teste, observamos que a maioria das crianças julgaram o comportamento do rapaz da bilheteria como algo que podia ser corrigido sem punições, ou seja, o rapaz deveria aprender a ser honesto e a respeitar as regras do circo por meio de orientações e do diálogo, sem ter que sofrer alguma punição ou castigo para aprender. Isso demonstra que a maioria das crianças compreenderam que a reciprocidade tem mais eficácia que o castigo doloroso. Inicia-se, então, a sanção por reciprocidade. A intenção na resposta das crianças no pós-teste foi demonstrar que era possível que o rapaz da bilheteria aprendesse a cumprir as regras do circo sem penalidades severas, era preciso apenas, ensiná-lo, assim, ele compreenderia sua falta e não faria mais. Na sanção por reciprocidade, o castigo é diretamente ligado à qualidade do delito. Esse tipo de sanção é conectado à cooperação e às regras de igualdade. No pós-teste observamos que houve evolução no juízo moral das crianças desenvolvendo a autonomia. Estas optaram mais por esse tipo de sanção, que tem como principal componente a reciprocidade.

Se a regra for violada, não há absolutamente necessidade, para recolocar as coisas em ordem, de uma repressão dolorosa que imponha, de fora, o respeito pela lei: basta que a ruptura do elo social, provocada pelo culpado, faça sentir seus efeitos; em outras palavras, basta pôr a funcionar a reciprocidade. Não sendo mais a regra, como anteriormente, uma realidade imposta de fora, da qual o indivíduo poderia se furtar mas constituindo uma relação necessária entre o indivíduo e os seus próximos, basta tirar as consequências da violação desta regra, para que o indivíduo se sinta isolado e deseje, ele próprio, o estabelecimento das relações normais. A repreensão não precisa mais de castigo doloroso para ser reforçada: reveste toda sua intensidade na proporção em que as medidas de reciprocidade fazem compreender ao culpado o significado de sua falta (PIAGET, 1994, p. 162).

Piaget (1994) defendia que quando a criança está na fase de transição da sanção por expiação para a sanção por cooperação, em que a obediência cede lugar à cooperação, existe uma predominância em ações de solidariedade e cooperação em que a justiça baseia-se na compreensão do culpado pela regra violada, assim o indivíduo não necessita de castigo ou punição, apenas uma advertência verbal ou uma explicação por meio do diálogo pode trazer resultados mais eficazes. A noção de justiça apresentada pelas crianças no pós-teste revela um aumento gradativo de busca ao que é correto e o que é melhor para a coletividade, posicionando-se inclusive ao se deparar com injustiças. Perceberam também que assumir seus erros e buscar repará-los é uma virtude que deve ser almejada em nossas vidas.

Não é possível se falar em aprendizado de virtudes e valores morais, sem vivenciar estes princípios, afinal, só se aprende na prática onde nossas capacidades cognitivas, afetivas e emocionais são colocadas à prova. Para Aristóteles (384 a.C.- 322 a.C.), a pessoa virtuosa não é somente aquela que age bem, mas sim aquela que quer o bem e, assim, é uma “boa pessoa”. Isto é, um indivíduo só pode dizer que é justo se experimentar as alegrias de ações justas e isto lhe for agradável em si. Percebemos que não somente as virtudes incidiram sobre qualidades de cada criança, como elas apontaram para qualidades apreciadas e admiradas até.

No pré-teste, quando questionamos às crianças “o que é honestidade” (quadro 36) e oferecemos algumas alternativas para escolha, analisamos que as respostas se dividiram em todas as opções apresentadas. Já no pós-teste o cenário mudou e percebemos que as opções ficaram entre “fazer o que é correto ainda que minha vontade seja contrariada” (71%) e “outra resposta” (29%). Na opção “outra resposta” analisamos a evolução das crianças no entendimento e juízo do que é ser honesto, visto que algumas crianças se arriscaram a conceituar a honestidade de maneira diferente à ofertada. Destacamos que a maioria delas relacionou o valor da honestidade com o valor da verdade e justiça demonstrando relação com a coletividade e empatia em suas reflexões. Como utilizamos várias vezes o dicionário durante o programa de intervenção, alguns termos mais abstratos também foram introduzidos e assimilados por elas; isso porque todos os vocábulos como ética, honra, caráter, dignidade e integridade, por exemplo, foram discutidos e construídos seus significados por meio de exemplos, o que resultou maior clareza e

entendimento quando deparados com esses termos em reportagens, histórias e notícias.

Como descreve Ariely (2012) atos de honestidade são imprescindíveis para o fortalecimento de ações morais em nossa vida e devem ser externados com mais frequência, possibilitando a disseminação deste valor àqueles que nos rodeiam.

Ao aproximarmos a virtude da honestidade com a virtude da justiça percebemos os fatores que norteiam os comportamentos de conduta do indivíduo e as dificuldades em praticá-las. Segundo Kant (1724 – 1804) o sentido de justiça como conceito universal na formação de uma consciência coletiva seria possível com o uso absoluto da razão, em que as pessoas em suas particularidades de ações, se direcionassem para a realização do bem comum gerando cooperação nas relações interpessoais, o que resultaria em benefícios para todos, ou seja, a justiça seria o princípio orientador da conduta humana. Segundo o entendimento kantiano, uma ação justa seria exatamente o livre exercício do arbítrio de um indivíduo em coexistência com a liberdade de exercício de outros indivíduos. Dessa forma, Kant enfatiza que o critério de justiça está atrelado a existência de liberdade de ações e que estas devem coexistir pacificamente segundo a lei universal, ou seja, é justa toda ação que por si ou por sua máxima não constitui obstáculo à conformidade da liberdade do arbítrio de todos com a liberdade de cada um segundo as leis universais.

Comte-Sponville (1995) se apoia em Aristóteles para afirmar que a justiça não pode ser definida como uma virtude igual às outras, uma vez que ela é o horizonte de todas - a lei de sua coexistência -, se configurando como uma virtude completa. Vale lembrar que para Comte Sponville honestidade e justiça apresentam expressão de sentido semelhantes e são indissociáveis. Ao citar Rawls, o autor relata que após Kant a justiça pode ser considerada mais e melhor do que o bem-estar e a eficácia, e não poderia ser sacrificada a eles, nem mesmo em nome da felicidade da maioria, uma vez que a humanidade, a felicidade e o amor não valeriam nada sem a justiça.

No tratamento dos dados qualitativos, averiguamos a crescente evolução para o estágio de autonomia e o desenvolvimento do juízo moral que tomavam formas nos discursos e comportamentos dos participantes, demonstrando maior empoderamento do valor da honestidade primando pelo bem-estar da coletividade, pela ética, pela justiça e pela verdade.

Percebemos que vários foram os fatores que colaboraram para os resultados satisfatórios da pesquisa. Um deles foi o trabalho coletivo desenvolvido durante o ano, em que as discussões e reflexões contribuíam para o desenvolvimento e o fortalecimento desse valor. Aqueles que apresentavam maior autonomia e maior nível de desenvolvimento moral cooperavam na elaboração racional de argumentação sobre a importância de ser honesto. O exercício do debate e do diálogo em sala de aula auxiliaram no sentido de aprender a ouvir o outro, a esperar a sua vez, a ter autocontrole das emoções, estimulando a reflexão e o sentido crítico, e ainda, minimizando a neutralidade e impulsionando a resolutividade.

Ariely (2012) destacou em suas pesquisas que existe grande influência sobre a honestidade individual no relacionamento de colaboração de uma equipe. Observamos que se o grupo está num processo ascendente de construção da honestidade, a participação conjunta dos envolvidos colabora nas reflexões e na tomada de decisões, como se realmente houvesse um contágio social deste valor. Isso porque o envolvimento e sentimento de inocência da criança em confiar no outro é maior que do adulto, pois ainda não sofreu tantas contaminações exteriores. Acreditamos, assim como Ariely descreveu em seus estudos, que se o grupo não estiver fortalecido quanto a estes princípios morais, o contrário também pode acontecer e um contaminar o outro com valores imorais. Por essa razão, apostamos que sendo crianças, o trabalho seja mais produtivo e alcance maiores resultados, visto que ainda estão em processo de formação e a figura do professor apresenta grande significado e importância às crianças menores. Assim, quanto mais cedo iniciar o trabalho na construção da honestidade, maiores serão as chances de sucesso e de interiorização deste valor, imprescindível nas relações sociais.

Comparado com o pré-teste na fase inicial, analisamos que após a conclusão do programa de intervenção, na aplicação do pós-teste, as crianças demonstraram ascensão autônoma em seus pensamentos e práticas. Piaget (1994) afirmava que na moralidade autônoma, o indivíduo adquire a consciência moral, sendo as ações cumpridas com consciência de sua necessidade e significação, possuindo princípios éticos e morais. Verificamos que este processo educativo conduziu as crianças a sair gradualmente da fase da heteronomia e encaminhar-se naturalmente para sua própria autonomia moral e intelectual.

De forma geral, os resultados obtidos com o pós-teste revelaram que as crianças são capazes de aprender o valor moral da honestidade e emitir respostas

mais ponderadas, assertivas e sensatas em situações que apresentam dilemas morais. A interação social para o desenvolvimento global dos indivíduos é fundamental nesse processo, pois são necessárias interações sociais cooperativas que promovam o desenvolvimento humano em suas múltiplas dimensões (cognitiva, afetiva e moral), favorecendo a construção de princípios, o respeito mútuo e a reciprocidade.

Assim, como afirma Ariely (2012) verificamos que o valor da honestidade pode ser construído progressivamente se estimulado seu desenvolvimento e se o indivíduo for exposto a situações de reflexão e de consciência do que é preciso buscar para ser honesto.

Um outro argumento vale a pena a ser acrescentado aqui:

Tudo isso significa que, embora seja obviamente importante prestar atenção nos comportamentos flagrantemente impróprios, é ainda mais importante desencorajar as pequenas formas de desonestidade mais universais - os maus comportamentos que afetam todos nós na maior parte do tempo, tanto como autores quanto como vítimas (ARIELY, 2012, p. 209).

Ao falar em avaliação do juízo moral, vale destacar que as posições e comportamentos são construídos ao longo do desenvolvimento integral da criança, que segundo Piaget (1994) são influenciadas pelas relações sociais de coação e cooperação, e, por essa razão, não podemos considerar categorias prontas e fechadas. Neste entendimento, a pesquisa revela que as crianças pesquisadas de 8 a 10 anos de idade estão em processo ativo de construção da moralidade, numa ascensão à fase autônoma, prevalecendo a cooperação e o respeito mútuo. O pensamento egocêntrico cede lugar à reflexão e à reciprocidade possibilitando trocas efetivas entre adultos e crianças, prevalecendo o diálogo na resolução de conflitos e dilemas morais.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na contemporaneidade, de caráter capitalista, os casos de desonestidade repercutem como um rastilho de pólvora, desde os mais simples aos mais graves casos de corrupção. Isso podemos atribuir aos referenciais de vida baseados nas virtudes, que se encontram cada vez mais escassos e instáveis.

Em um cenário social assim descrito neste trabalho, as mazelas do convívio humano são muito mais salientes que as virtudes que deveriam norteá-lo. Combater a corrupção e a desonestidade não são tarefas fáceis em nossa sociedade e nem em nossa vida. É preciso que nossa bússola moral esteja calibrada com princípios éticos e morais para não desviarmos das virtudes que buscamos construir ao longo da existência. Cortella e Barros Filho (2014, p. 66), afirmam que mesmo que as condições sociais favoreçam a corrupção nada disso elimina o ponto de partida: “[...] ainda existe no último instante a possibilidade de dizer não. Sempre existirá”.

Conscientes que a honestidade é um dos valores mais importantes na formação da personalidade e do caráter de um indivíduo e, portanto, a base das relações interpessoais, a grande inquietação da problemática desta pesquisa demonstrou que a educação moral colabora no processo de formação plena do indivíduo e, principalmente, sustenta a construção da autonomia do educando.

A presente pesquisa, reafirma a teoria de vários autores e especialistas da área educacional em considerar que o ambiente escolar e a figura do professor são imprescindíveis na (re)construção de valores morais, principalmente na fase escolar inicial, pois participa de maneira peculiar do desenvolvimento moral da criança. A escola é um espaço de composição e reflexão de experiências importantes para a vida social do indivíduo e contribuiu de modo expressivo para sua formação, em todos os aspectos do desenvolvimento humano visando à preparação do mesmo na construção de sua cidadania.

Partindo do pressuposto, conforme demonstrado neste trabalho, que a educação moral desenvolvida no ambiente escolar influencia positivamente no trabalho realizado pelo professor em sala de aula e na aprendizagem do educando, a escola deve desempenhar o papel articulador e mobilizador neste processo de despertar o senso crítico e a capacidade de reflexão sobre suas ações. Segundo Puig (1988, p. 11), é necessário que o indivíduo tenha “[...] consciências morais autônomas; a percepção e o controle dos sentimentos e emoções; e a competência

dialogica”. Ao ser viabilizada a inserção da educação moral no contexto educacional, a escola passa a ter a possibilidade de resgatar valores morais e de estabelecer o exercício da reflexão diante das situações apresentadas, pautadas no respeito às diferenças, na busca de critérios racionais e na responsabilidade das ações.

O ingresso da criança no universo moral se dá pela aprendizagem de diversos valores e deveres impostos tanto pela família quanto por outras instituições sociais, assim como, por meio de experiências vividas que vai se apropriando das regras e valores presentes na sociedade, formando assim a sua consciência. Este processo de formação moral estende-se por toda fase da infância e as demais fases da vida, em que a razão e a afetividade se encontram sob a forma de comunicação para a construção de paradigmas e princípios que nortearão suas ações frente a situações de conflitos.

Pode-se afirmar, a luz das pesquisas e estudos aqui mencionados, que o ambiente educacional se apresenta como peça essencial e necessária para o desenvolvimento moral das crianças, visto que elas passam boa parte de seu dia na presença de colegas e no convívio com os professores. Evidentemente, essa responsabilidade deve ser dividida com a família que fundamenta a construção e a interiorização dos valores morais; mas a escola, entretanto, também é uma instituição formadora de princípios e de valores morais. Por isso, é necessário que as atividades pedagógicas trabalhadas desenvolvam nos educandos habilidades para resolver diferentes situações de conflitos, aprendendo a lidar com a racionalização, as emoções e os sentimentos presentes nas relações entre os sujeitos.

Como defende Araújo (2000, p. 101), cabe a escola

[...] propiciar a oportunidade para que seus alunos e alunas interajam reflexivamente na prática sobre valores e virtudes vinculados à justiça, ao altruísmo, à cidadania e à busca virtuosa da felicidade. As propostas de educação moral a serem trabalhadas pelas escolas podem ser desenvolvidas [...] em qualquer disciplina, desde que os conteúdos tradicionais estejam imbuídos de valores éticos e sejam trabalhados com métodos que solicitem a ação, a reflexão, o diálogo e o prazer.

Nesta linha de pensamento, a escola se apresenta como um espaço para a formação moral com base em concepções de democracia, ética e justiça. O valor da honestidade em que se busca práticas como não mentir, não pegar pertences alheios, não tirar vantagens, são juízos norteadores que devem ser ensinados desde os primeiros anos escolares e que visam a formação do caráter do indivíduo.

Todos os aspectos abordados nesse trabalho referentes ao desenvolvimento da moralidade, no que se refere à construção do ensino da honestidade, apontam para um longo processo; caminho este que deve começar na infância e se intensificar progressivamente por toda a vida. Acreditar no potencial do ser humano e em sua capacidade é fator primordial de construção e reconstrução de princípios morais e éticos.

Com relação ao grupo de crianças observadas, confirmou-se a existência do desenvolvimento do juízo moral em cada fase da pesquisa. Suas ações, comportamentos e discursos mostraram evolução na autonomia e apropriação dos conceitos do valor da honestidade, possibilitando posicionamentos mais reflexivos de julgamentos e condutas. Neste processo de construção, como defende Piaget, a educação é um todo indissociável, considerando-se dois elementos fundamentais: o intelectual e o moral. No livro “Para onde vai a Educação?”, Piaget (1973, p. 69) afirma que, “não se pode formar personalidades autônomas no domínio moral se por outro lado o indivíduo é submetido a um constrangimento intelectual de tal ordem que tenha de se limitar a aprender por imposição sem descobrir por si mesmo a verdade: se é passivo intelectualmente, não conseguiria ser livre moralmente. [...] o pleno desenvolvimento da personalidade, sob seus aspectos mais intelectuais, é inseparável do conjunto de relacionamentos afetivos, sociais e morais que constituem a vida da escola”.

Observamos que ao final da pesquisa as expressões de juízo moral demonstraram raciocínio elevado de percepção, discernimento, equilíbrio e consciência mais elevada de autonomia frente aos dilemas morais apresentados e, até mesmo, aqueles que surgiram no dia-a-dia da convivência com o grupo, sempre exercitando a cooperação, a justiça, a empatia e a cidadania.

A pesquisa comprovou que é perfeitamente possível trabalhar o conceito da honestidade como valor moral no 3º ano do Ensino Fundamental, considerando especialmente, a matriz curricular deste ano de ensino com todos os conteúdos programáticos das disciplinas abrangentes. A utilização da interdisciplinaridade como forma de desenvolver um trabalho de integração dos conteúdos de uma disciplina com a educação moral é uma das propostas desta pesquisa e que contribui diretamente para o aprendizado do sujeito e para sua formação moral. Esta interação é uma maneira complementar ou suplementar que possibilita a formulação

de um saber crítico-reflexivo, superando a defasagem e as dificuldades que a escola apresenta em se trabalhar a educação moral.

A utilização de metodologias em formato de cooperação e respeito mútuo em que as crianças puderam aprender de forma lúdica demonstra-se bastante eficaz e possibilita o exercício da reflexão e a verdadeira consciência moral autônoma. Entretanto, para que isso ocorra, é preciso a aplicação de um trabalho específico, chamado neste trabalho por “Programa de intervenção”, rompendo com preconceitos e conceitos ultrapassados em nossa sociedade contemporânea ressignificando e construindo valores necessários para uma convivência harmoniosa e pacífica. Assim, confirma-se a viabilidade do trabalho com a educação moral, especialmente no ensino e construção do valor da honestidade, por meio de procedimentos metodológicos possíveis e adequados à faixa etária dos educandos, de maneira inter e transdisciplinar em que a honestidade não seja ensinada passivamente, mas vivenciada em situações reais de aprendizagem.

Embasados nos estudos de Piaget (1994), as crianças apresentaram no início da pesquisa um posicionamento heterônomo mais acentuado e egoísta nas decisões tomadas. Após o programa de intervenção, os resultados de análise da pesquisa identificaram um crescimento da consciência autônoma em relação ao valor da honestidade comparados a fase inicial da investigação. As crianças desenvolveram e construíram gradativamente conceitos mais fortalecidos sobre este valor, principalmente no que se refere as ações coletivas, envolvendo a figura do outro.

Depois dos referenciais teóricos, os quais este trabalho esteve pautado e das análises obtidas com a aplicação da pesquisa, podemos ratificar que a honestidade é uma das virtudes mais importantes para o convívio social. Para isso, é preciso experienciar situações que coloque à prova o comportamento honesto, pois o conhecimento implica em agir sobre o real, ou seja, constituir-se da experiência adquirida.

Este processo educativo deve ocorrer de forma contínua, ininterrupta, ativa e relacionada ao meio social e cultural no qual o sujeito está inserido, mas, este, porém, não é fator determinante. Existe a possibilidade de contradizer, os fatores que pré-determinariam o futuro de um indivíduo por ele ser pobre ou ignorante, por exemplo. Assim, é necessário que o educando esteja em contato com virtudes que colaborem em sua formação e personalidade e que seja exposto a vivências e

práticas no exercício da cidadania e apropriação de valores que legitimem ações no meio social, praticando seu papel de cidadão reflexivo, crítico e ativo.

Vale destacar que os resultados obtidos neste trabalho não são tão simples quanto parece, uma vez que os educadores são os principais mediadores deste processo de formação e construção de valores e que esta prática requer estudo e preparação profissional adequada com procedimentos pedagógicos fundamentados em teorias científicas capazes de instrumentalizar a prática docente. Para atuação neste cenário de desenvolvimento da autonomia e da construção do valor da honestidade o educador necessita de formação contínua e sistematizada no que se refere a esta temática, possibilitando maior apropriação e domínio na aplicação de procedimentos metodológicos. Isso porque, para eficácia e êxito no processo de construção do valor da honestidade o professor deve agregar teoria, prática e exemplo, visto que falamos de um valor que reflete diretamente no comportamento e os educandos são os primeiros a cobrar essa postura do professor. Possibilitar a inserção desta prática na rotina da sala de aula é fundamental para a solidificação do valor da honestidade, até porque a convivência por si só exige a troca e a lapidação desse valor entre os sujeitos. A figura do professor como ser mais experiente e mediador deste processo, oportuniza reflexões e discussões direcionadas à pertinência da temática e promove o diálogo na construção de argumentos e resolução de conflitos.

A inquietação no início da pesquisa em como as crianças poderiam interiorizar o conceito de honestidade e como era possível construir este valor em sala de aula de maneira autônoma e reflexiva revelaram que a formação do caráter é diretamente influenciada por instrumentos específicos que o professor desenvolva em sua rotina pedagógica. Atestamos isto com o programa de intervenção desenvolvido que demonstrou a crescente autorregulação que as crianças tiveram em seu modo habitual de agir e reagir as regras que envolvia a honestidade. Constatamos no decorrer da pesquisa o gradativo aumento da reflexão como fator decisivo na hora das escolhas e tomadas de decisão, assim como o senso crítico mais apurado no que se referia a posicionar-se frente a situações de conflitos. Outro fator de destaque foi a significativa melhora de aprendizagem da leitura e escrita, uma vez que os recursos utilizados como livros literários, jornais e revistas colaboraram e estimularam este processo. Os trabalhos em grupo e registros realizados pelos participantes da pesquisa possibilitaram a construção, o exercício e

a ampliação da escrita em diversas atividades prazerosas. Esta estratégia proporcionou às crianças a familiaridade com diversos gêneros textuais em que elas analisavam, comparavam, interpretavam e sistematizavam o conhecimento. O aprendizado se dava de forma reflexiva considerando a fundamental importância da leitura e escrita na vida social do indivíduo.

Observa-se que os resultados aqui apresentados foram muito significativos e satisfatórios demonstrando eficácia no que se refere a assimilação de conceitos e manifestação de comportamentos mais honestos em situações reais do cotidiano, bem como discursos racionais e reflexivos sobre a prática e o exercício deste valor. Assim, pode-se concluir-se que a pesquisa possibilitou o desenvolvimento de capacidades e habilidades importantes no exercício da cidadania e na promoção da honestidade individual e coletiva.

O trabalho com a virtude da honestidade deu consistência no processo de equilíbrio e no comportamento apresentado no decorrer da pesquisa e consideramos a necessidade de continuação deste trabalho nos anos seguintes para maiores chances de consolidação, visto que o público pesquisado são crianças ainda em processo de formação. O desenvolvimento e a adoção de metodologias pedagógicas adequadas com um programa de intervenção específico representam que é possível pensar numa redefinição e aumento da adesão moral, sobretudo o valor da honestidade. Segundo Ariely (2012), a partir do momento que temos consciência das tentações e das ciladas que estamos sujeitos a todo momento, podemos ser capazes de tomar decisões que (re)orientem nossa bússola moral e buscar maneiras de controlar nossas ações impulsivas ou egoístas. O resultado desse processo no indivíduo refletirá no tipo de sociedade e de relações que almejamos para o futuro, ainda que estes efeitos sejam a longo prazo.

Com as exposições teóricas apresentadas nesta pesquisa, o relato de experiência vivenciado na Escola da Ponte e os resultados obtidos com o programa de intervenção, estamos convictos de que educar para a autonomia é uma realidade possível e a honestidade como valor moral pode e deve ser experienciado e aprendido na escola, desde os primeiros anos escolares, para que a criança tenha maiores e melhores possibilidades de construir esse valor por meio da troca, da reciprocidade, da reflexão e do dever racional consciente.

Neste sentido, a honestidade classificada como conduta moral da sociedade está ligada também a outros valores como: a verdade, a integridade, a ética, ao

respeito e a dignidade. Práticas educacionais desta natureza despertam a importância e o valor do ser honesto, capaz de aprimorar comportamentos e atitudes reflexivas, baseadas em princípios morais, favoráveis a contribuir para uma boa qualidade das relações interpessoais e da convivência respeitosa, além dos muros da escola. Afinal, honestidade deve ser condição necessária em todos os ambientes e relações estabelecidas; a conselheira dos pensamentos, sentimentos e ações, seja qual for o contexto vivido, a análise crítica e o senso de justiça são elementos indispensáveis para se fazer escolhas que definirão nossa conduta.

REFERÊNCIAS UTILIZADAS NO PROGRAMA DE INTERVENÇÃO

7p. Só notícia boa. **Honestidade**: elogiado o corredor que se negou a vencer líder, que parou por engano. Disponível em: <<http://www.sonoticiaboa.com.br/2013/01/20/honestidade-elogiado-corredor-que-se-negou-a-vencer-lider-que-parou-por-engano/>>. Acesso em: 27 mai. 2017.

ALBERTO, C. **As Novas Aventura de Robin Hood**. Coleção: Videoteca da Criança. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=lqkHgGyS0DE>>. Acesso em: 11 jul. 2017.

BANDEIRA, Pedro. **Robin Hood**: a lenda da liberdade. São Paulo: Quinteto Editorial, 2003.

BARONE, Dalton. BEMI. **O pote vazio**. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=EK6tnR0l_Ak>. Acesso em: 21 mai. 2017.

BEDTIME STORIES COLLECTION. **O menino do**: olha o lobo! Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=uUhLn3TqD-s>>. Acesso em: 05 abr. 2017.

BELLI, Cristina Klein Belli. **Descobrimos valores**: Honestidade.

BENNETT, William J. **O livro das virtudes para crianças**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997.

CASTRO, Alessandra A. **Honestidade** - Ivan Fernandez Anaya. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=mma4B-djlsq>>. Acesso em: 07 abr. 2017.

CGU MINISTÉRIO DA TRANSPARÊNCIA. **A fábula da corrupção**. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=a8423f6Aw1A>>. Acesso em: 08 mai. 2017.

COLLODI, Carlo. **As aventuras de Pinóquio**. São Paulo: Paulinas, 2004.

CONAMP. **O que você tem a ver com a corrupção?** Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=eGAewk41CQU>>. Acesso em: 14 jul. 2017.

DEMI. **O pote vazio**. Editora Martins Fontes, 2009.

FREIRE, Rodrigo. **A flor da honestidade**. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=DbwO4b0ku9M>>. Acesso em: 20 abr. 2017.

FUJIMURA, C. **A honestidade japonesa praticada desde a infância**. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=PKSltcxNcV0>>. Acesso em: 08 ago. 2017.

GOODTIMES. **Pinóquio**. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=ehYgdgRf02w>>. Acesso em: 02 jun. 2017.

LEGRAND. **A força do exemplo**. Coleção pequenas lições, Komedi, 2007.

LEGRAND. **A honestidade sempre vence!** Coleção pequenas lições, Komedi, 2007.

MARCHEZI, F. **Mulher encontra dinheiro e fatura perdidos em ônibus e paga conta: "um anjo"**. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2017/08/07/mulher-encontra-dinheiro-e-fatura-perdidos-em-onibus-e-paga-conta-um-anjo.htm?utm_source=facebook.com&utm_medium=social&utm_campaign=fb-uol&utm_content=geral>. Acesso em: 10 ago. 2017.

NARLLA, Hayanne. **Honestidade: criança devolve dinheiro que achou em livro**. Disponível em: <<http://tribunadoceara.uol.com.br/noticias/fortaleza/honestidade-crianca-devolve-dinheiro-que-achou-em-livro/>>. Acesso em: 12 ago. 2017.

Nascimento, M.; BRANT, F. **Bola de meia, bola de gude**. Polygram: CD 14 Bis, 1998.

PIAGET, Jean. **O juízo moral na criança** (1932). 4. ed. São Paulo: Summus, 1994.

QUINTAL DA CULTURA. **O pote vazio**. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=F6OS5BjLoo4>>. Acesso em: 03 jun. 2017.

ROCHA, Ruth. **O que os olhos não veem**. 2. ed. São Paulo: Salamandra, 2003.

SAMANIEGO. **O pastor e o lobo**. Belo Horizonte, Vila Rica, vol. 6, 1992

TRINDADE, Kátia. **O que cabe no meu mundo: Honestidade**. Belo Horizonte: Cedec, 2010.

TRINDADE, Kátia. **O que cabe no meu mundo: Justiça**. Belo Horizonte: Cedec, 2010.

TRINDADE, Kátia. **O que cabe no meu mundo: Responsabilidade**. Belo Horizonte: Cedec, 2010.

YouTube. **Até onde vai a honestidade no Japão**. Disponível em <<https://www.youtube.com/watch?v=IONR5N3NXp0>>. Acesso em: 03 set. 2017.

YouTube. **Fair play by Ivan Fernandez Anaya**. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=Ngz2criAMYQ>>. Acesso em: 09 abr. 2017.

YouTube. **O Menino e o chinelo**. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=bWSCF3ByyWI>>. Acesso em: 12 abr. 2017.

REFERÊNCIAS

ARANTES, V. A. (Org.). **Educação e valores**. São Paulo: Summus, 2007.

ARAÚJO, Ulisses Ferreira. Prefácio. In: PUIG, José Maria. **Ética e valores: métodos para o ensino transversal**, São Paulo: Casa do Psicólogo, 1988.

ARAÚJO, Ulisses Ferreira. **Escola, democracia e construção de personalidades morais**. Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 26, n. 2, jul./dez. 2000.

ARIELY, Dan. **A mais pura verdade sobre a desonestidade**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

ARISTÓTELES. **Ética a Nicômaco**. Trad. de Leonel Vallandro e Gerd Bornheim da versão inglesa de W. D. Rosá. Coleção: Os pensadores. São Paulo: Editora Abril Cultural, 1973.

BARROS FILHO, Clóvis; CORTELLA, Mario Sérgio. **Ética e Vergonha na Cara!** Campinas: Papyrus 7 Mares, 2014.

BELIZÁRIO, Bruna Rafaela Consulo; CAPELLINI, Vera Lúcia Messias Fialho; LEPRE, Rita Melissa. **Construção e vivências de valores: aprendendo a ser e a conviver**. Departamento de Educação UNESP – Bauru, 25 de maio de 2011. Disponível em:
https://www.researchgate.net/publication/282877383_Construcao_e_vivencias_de_valores_aprendendo_a_ser_e_a_conviver?enrichId=rgreq-a1fa938aa9ef7aa7ab5e38a51983625b-XXX&enrichSource=Y292ZXJQYWdlOzI4Mjg3Nm4MztBUzoyODUyMTc2NzI3MTIxOTJAMTQ0NTAxMjYwMDM2NA%3D%3D&el=1_x_2&_esc=publicationCoverPdf. Acesso 15 jun. 2017.

BIAGGIO, Angela Maria Brasil. **Desenvolvimento moral: análise psicológica**. Arquivos Brasileiros de Psicologia Aplicada, Rio de Janeiro, v. 24, n. 1, p. 7-40, 1972.

BICUDO, Maria Aparecida Viggiani; ESPÓSITO, Vitória Helena Cunha. **A pesquisa qualitativa em educação: um enfoque fenomenológico**. 2. ed. Revista. Piracicaba: Editora Unimep, 1997.

BRASIL. **Lei nº 12.850, de 2 de agosto de 2013**. Define organização criminosa e dispõe sobre a investigação criminal, os meios de obtenção da prova, infrações penais correlatas e o procedimento criminal; altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal); revoga a Lei nº 9.034, de 3 de maio de 1995; e dá outras providências. Brasília, 2 de agosto de 2013.

BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais: terceiro e quarto ciclos do Ensino Fundamental: apresentação dos temas transversais/Secretaria de Educação Fundamental**. Brasília: MEC/SEF, 1998.

BRASIL. Controladoria Geral da União. **Criança Cidadã**: 10º concurso de desenho e redação - Ser honesto é legal. Disponível em:
<<http://www.portalzinho.cgu.gov.br/novidades/tema-do-concurso-em-2016-sera-um-por-todos-todos-por-um-pela-etica-e-cidadania>> Acesso em: 18 abr. 2018.

CHAUÍ, Marilena. **Introdução à história da filosofia**: dos pré-socráticos à Aristóteles. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

COMTE-SPONVILLE, André. **Pequeno tratado das grandes virtudes**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

Dicionário da língua portuguesa da Porto Editora. Disponível em:
<<http://emails.estadao.com.br/noticias/comportamento,corrupcao-e-eleita-a-palavra-do-ano-por-brasileiros,70002077782>> Acesso em: 12 set. 2017.

Dicionário da língua portuguesa Aurélio. Disponível em:
<<https://dicionariodoaurelio.com/honestidade>>. Acesso em: 12 set. 2017.

FERREIRO, Emília. **Atualidade de Jean Piaget**. Porto Alegre: Artmed Editora, 2001.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia**: Saberes Necessários à Prática Educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GOERGEN, Pedro. **Pós-modernidade, ética e educação**. Campinas: Autores Associados, 2005.

_____. **Educação e valores no mundo contemporâneo**. Educ. Soc., Campinas, vol. 26, n. 92, p. 983-1011, Especial - Out. 2005. Disponível em:
<<http://www.scielo.br/pdf/%0D/es/v26n92/v26n92a13.pdf>> Acesso em: 20 dez. 2017.

HABERMAS, Jürgen. **A ética da discussão e a questão da verdade**. Trad. Marcelo Brandão Cipolla. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

KANT, Immanuel. **Sobre a Pedagogia**. Tradução: Francisco Cock Fontanella. Piracicaba: UNIMEP, 1996.

_____. **Fundamentação da Metafísica dos Costumes e Outros Escritos**. São Paulo: Martin Claret, 2004.

KAWASHIMA, Rosana Akemi; MARTINS, Raul Aragão; BATAGLIA, Patrícia Unger Raphael. Interfaces da Educação. **Histórias e dilemas morais com crianças**: instrumento para pesquisadores e educadores. Paranaíba, v.6, n.16, p. 211-230, 2015.

KOHLBERG, Lawrence. (1955). **Psicologia del desarrollo mental**. Bilbao: De. Desclée, 1992.

LALANDE, André. **Vocabulário técnico e crítico de filosofia**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

LA TAILLE, Yves de. **A construção do conhecimento**. São Paulo: Secretaria de Estado da Educação, coordenadoria de estudos e normas pedagógicas – SECENP, 1990.

_____. Prefácio à edição brasileira. In: Piaget, Jean. **O juízo moral na criança** (1932). São Paulo: Summus, 1994.

_____. **Para um estudo psicológico das virtudes morais**. São Paulo: Universidade de São Paulo. Educação e Pesquisa, 2000, v. 26, n. 2. 109-121 pp.

_____. **Vergonha, a ferida moral**. Petrópolis: Vozes, 2002.

_____. **Moral e ética: dimensões intelectuais e afetivas**. Porto Alegre: Artmed, 2006.

_____. **Formação ética: do tédio ao respeito de si**. Porto Alegre: Artmed, 2009.

LA TAILLE, Yves de; MENIN, Maria Suzana de Stefano *et al.* **Crise de Valores ou Valores em Crise?** Porto Alegre: Artmed, 2009.

LEPRE, Rita Melissa. **Reflexões sobre a Indisciplina na Escola**. Psicopedagogia [Online]. São Paulo, v. 1, p. 01-10, 2009.

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli Eliza Dalmazo Afonso de. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: E.P.U. 1986.

_____. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: E.P.U., 2012.

MEDINA, Vilma. **Educar a criança com valores: honestidade**. Disponível em: <<https://br.guiainfantil.com/materias/educacao/valoreseducar-a-crianca-com-valores-a-honestidade/>>. Acesso em: 20 fev. 2018.

MENIN, Maria Suzana de Stefano. **Autonomia e heteronomia às regras escolares: observações e entrevistas na escola**. Dissertação (Mestrado em Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 1985.

_____. **Desenvolvimento moral: refletindo com pais e professores**. In L. Macedo (Org.). Cinco estudos de educação moral. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1996.

_____. **Representações sociais de lei, crime e injustiça em adolescentes**. Livre Docência, Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia. Presidente Prudente, 2000.

MENIN, Maria Suzana de Stefano; BATAGLIA, Patricia Unger Raphael; ZECHI, Juliana Aparecida Matias (Org.). **Projetos Bem-Sucedidos de Educação em Valores**: relatos de escolas públicas brasileiras. São Paulo: Cortez, 2013.

OLIVEIRA, Áurea Maria de. **Literatura infantil e desenvolvimento moral**: a construção da noção de justiça em pré-escolares. Tese (Doutorado em Educação). Campinas: FE-UNICAMP, 1994.

OLIVEIRA, Manfredo Araújo de. **A filosofia na crise da modernidade**. Coleção filosofia. 3. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2001.

PIAGET, Jean. **Inteligencia y afectividad**. Tradução Maria Sol Dorin. Buenos Aires: Aique, 2001.

_____. **Para onde vai educação?** Rio de Janeiro: José Olympio, 1973.

_____. **O juízo moral na criança** (1932). 4. Ed. São Paulo: Summus, 1994.

_____. **Sobre a pedagogia**. (Compilação de textos inéditos de Piaget. organizada por Silvia Parrat e Anastásia Tryphon, Org.) São Paulo: Casa do Psicólogo, 1998.

PUIG, José Maria. **Ética e valores**: métodos para um ensino transversal. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1988.

_____. **A construção da personalidade moral**. São Paulo: Ática, 1998.

_____. **Práticas morais**: uma abordagem sociocultural da educação moral. São Paulo: Moderna, 2004.

RACHELS, James. **Os elementos da filosofia da moral**. 4. ed. Barueri: Manole, 2006.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Um Discurso Sobre as Ciências**. Porto: Afrontamento, 1987.

SANTOS, Kátia Paulino; AMANAJÁS, Arley Felipe. **Democracia e corrupção no Brasil**: a face tirana do poder político. Estação Científica (UNIFAP) ISSN 2179-1902, Macapá, v. 2, n. 1, p. 11-24, jan./jun., 2012.

SATURNINO, Felipe. **Corrupção é eleita palavra do ano por brasileiros**. Disponível em: <<http://emails.estadao.com.br/noticias/comportamento,corrupcao-e-eleita-a-palavra-do-ano-por-brasileiros,70002077782>>. Acesso em: 29 mar. 2018.

SENNETT, Richard. **A corrosão do caráter**: as consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo. Rio de Janeiro: Record, 1999.

STENGERS, Isabelle. **Quem Tem Medo da Ciência?** São Paulo: Siciliano, 1990.

TARDELI, Denise D'Aurea. **Adolescência, personalidade e projeto de vida solidário**. In: LA TAILLE, Yves de; MENIN, Maria Suzana de Stefano; *et al.* Crise de valores ou valores em crise? Porto Alegre: Artmed, 2009.

TOGNETTA, Luciene Regina Paulino; VINHA, Telma Pileggi. **Valores em crise: o que nos causa indignação?** In: LA TAILLE, Yves de; MENIN, Maria Suzana de Stefano; *et al.* Crise de valores ou valores em crise? Porto Alegre: Artmed, 2009.

WARREN, Mark E. **Democracia e Associação**. Princeton University Press, 2001.

ANEXOS

ANEXO 01

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE) (Capítulo IV, itens 1 a 8 da Resolução 466/2012 – Conselho Nacional de Saúde)

Seu filho _____ está sendo convidado(a) a participar da pesquisa “O valor da honestidade: uma construção necessária para o desenvolvimento da moralidade infantil”, sob a responsabilidade do(a) pesquisador(a) PATRÍCIA ELISABETH FERREIRA, e orientação da Profa. Dra. Rita Melissa Lepre. Este termo deverá ser elaborado em duas vias. Depois de lido, rubricado e assinado, uma via ficará em poder do PARTICIPANTE ou de seu representante legal e a outra via em poder do pesquisador responsável.

I.A pesquisa:

O projeto pretende estabelecer uma rotina de trabalho, a partir de conhecimentos e vivência dos valores humanos, pautado na teoria de Jean Piaget, com a sala _____, do Ensino Fundamental – Anos Iniciais, da EMEF _____. O trabalho partirá de uma pesquisa que irá verificar os conhecimentos que os alunos trazem sobre os valores humanos, e a importância de se trabalhar a Educação Moral como elemento de desenvolvimento humano, em especial, o valor humano da honestidade proporcionando momentos de reflexão, onde os educandos exercem a capacidade do diálogo, ações críticas e conscientes sendo capazes de fazerem julgamentos e escolhas acerca do certo e do errado.

II. Procedimentos:

- a) A pesquisa acontecerá por meio de levantamento dos conhecimentos prévios que os educandos trazem, por meio de contação de história, utilizando a ludicidade como facilitador do processo e um pré-teste escrito que deverá ser preenchido, em horário de aula, pelos educandos da sala envolvida.
- b) Os métodos alternativos existentes são os seguintes: exibição de vídeos sobre a temática, rodas de conversa, atividades que envolvam dilemas morais.

III. Riscos/Desconfortos e Benefícios:

- a) Possíveis riscos ou desconfortos:
A participação nesta pesquisa não traz nenhuma complicação legal ou ainda oferecerá risco à dignidade humana.
- b) Formas de Acompanhamento e assistência em caso de ocorrência dos riscos ou desconfortos:
Em caso de qualquer desconforto, o participante, via responsável poderá solicitar informações ao pesquisador pelo telefone _____, e-mail: _____ ou ainda agendar um horário para atendimento com a pesquisadora.
- c) Benefícios esperados: O participante da pesquisa não terá nenhum benefício direto, todavia a pesquisa buscará a efetivação de uma prática de reflexão nas tomadas de decisão de forma a contribuir para a melhoria das relações interpessoais e na vivência em sala de aula. O pesquisador se compromete a divulgar os resultados obtidos por meio de explanação em Horário de Estudo Coletivo.

IV. Liberdades/Garantias:

Fica assegurado ao participante o direito de retirar-se da pesquisa a qualquer momento, sem prejuízo ou penalização; bem como a liberdade de não responder às perguntas ou não participar de momentos que possam causar-lhe constrangimento de qualquer natureza.

V. Sigilo/Anonimato:

Todas as informações coletadas são estritamente confidenciais, devendo ser exposto apenas o resultado coletivo. Se necessário a individualidade, o colaborador será preservado por meio do anonimato.

VI. Despesas/indenização:

O colaborador não terá nenhum tipo de despesa para participar desta pesquisa, bem como nada será pago pela sua participação.

VII. Publicação:

Após encerramento do trabalho, a pesquisa e seu produto serão disponibilizados em acervo público da Instituição Superior de Ensino vinculada, bem como para futuras pesquisas voltadas ao tema, podendo conter uso de imagens, gravações de áudio e vídeo, produções de autoria individual e coletiva da sala envolvida. Ao final da pesquisa, o trabalho também será divulgado à Equipe Escolar.

CONSENTIMENTO DO RESPONSÁVEL OU REPRESENTANTE LEGAL

Eu, _____, RG nº _____, abaixo assinado, responsável por _____, autorizo sua participação no estudo "O valor da honestidade: uma construção necessária para o desenvolvimento da moralidade infantil", como PARTICIPANTE. Fui devidamente informado(a) e esclarecido(a) pela pesquisadora Patrícia Elisabeth Ferreira sobre a pesquisa, os procedimentos nela envolvidos, assim como os possíveis riscos e benefícios decorrentes de sua participação. Foi-me garantido, ainda, que posso retirar meu consentimento a qualquer momento, sem que isto leve a qualquer penalidade ao PARTICIPANTE pesquisado.

Declaro, ainda, que () concordo / () não concordo com a publicação dos resultados desta pesquisa, ciente da garantia quanto ao sigilo das informações pessoais e do anonimato.

Ourinhos, ____ de _____ de 2017.

Assinatura do Representante Legal

Eu, Patrícia Elisabeth Ferreira, pesquisador responsável pelo estudo, sob orientação da Profa. Dra. Rita Melissa Lepre, obtive de forma voluntária o Consentimento Livre e Esclarecido do PARTICIPANTE para a participação na pesquisa.

Assinatura do Pesquisador(a)

ANEXO 02

TERMO DE ASSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TALE)

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA JÚLIO DE MESQUITA FILHO/CÂMPUS DE BAURU
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DOCÊNCIA PARA A EDUCAÇÃO BÁSICA

**TERMO DE ASSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TALE)
(PARA CRIANÇAS DE 7 A 10 ANOS - COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA – CEP)**

O termo de assentimento (TALE) não elimina a necessidade de fazer o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) que deve ser assinado pelo responsável ou representante legal do menor.

Você está sendo convidado para participar da pesquisa O VALOR DA HONESTIDADE: UMA CONSTRUÇÃO NECESSÁRIA PARA O DESENVOLVIMENTO DA MORALIDADE INFANTIL, coordenada pela professora Patrícia Elisabeth Ferreira. Seus pais permitiram que você participe.

O objetivo da pesquisa é colaborar com o resgate das virtudes, em especial o valor humano da honestidade e oportunizar reflexões e criticidade para as decisões de escolha acerca do certo e do errado.

As crianças que irão participar desta pesquisa têm de 7 a 10 anos de idade.

Você não precisa participar da pesquisa se não quiser, é um direito seu e não terá nenhum problema se desistir.

A pesquisa será feita na EMEF _____, onde os alunos participarão de roda de conversas, contação de histórias sobre as virtudes, exibição de filmes, jogos, trabalhos em grupos e outras atividades lúdicas. Para isso, será utilizado livros literários infantis, filmes, jogos de tabuleiro, dinâmicas de grupo, materiais escolares (sulfite, cola, fita adesiva, pincel atômico, papéis diversos, etc). O uso dos materiais é considerado seguro, e não traz nenhuma complicação ou risco à dignidade humana. Caso aconteça algo errado, você pode procurar a professora e pesquisadora Patrícia Elisabeth Ferreira para os esclarecimentos necessários.

Poderá acontecer coisas boas neste período da pesquisa como união da turma, amizade entre os colegas, respeito pelas diferenças, descobrir a importância de sempre falar a verdade e buscar ser honesto em todas as suas atitudes e comportamentos.

Ninguém saberá que você está participando da pesquisa; não falarei a outras pessoas, nem darei a estranhos as informações que você fornecer. Os resultados da pesquisa vão ser publicados, mas sem identificar as crianças que participaram.

Quando terminar a pesquisa os resultados serão entregues para a Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho/Câmpus de Bauru e apresentados para os seus pais ou responsáveis.

Se você tiver alguma dúvida, você pode me perguntar.

CONSENTIMENTO PÓS INFORMADO

Eu _____ aceito participar da pesquisa O VALOR DA HONESTIDADE: UMA CONSTRUÇÃO NECESSÁRIA PARA O DESENVOLVIMENTO DA MORALIDADE INFANTIL.

Entendi como funcionará e as coisas boas que podem acontecer.

Entendi que posso dizer “sim” e participar, mas que, a qualquer momento, posso dizer “não” e desistir e que ninguém achará ruim.

A pesquisadora tirou minhas dúvidas e conversou com os meus responsáveis.

Recebi uma cópia deste termo de assentimento, li e concordo em participar da pesquisa.

Ourinhos, ____ de _____ de 2017.

Assinatura do menor

Assinatura da pesquisadora

ANEXO 03**TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE IMAGEM E VOZ****TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE IMAGEM E VOZ**

EMEF _____

Nível de ensino: 3º Ano do Ensino Fundamental - Anos Iniciais Sala: _____

1.DADOS DO ALUNO:

Unidade Escolar: _____

Nome do(a) Aluno(a): _____

Data de nascimento: ____/____/____ Sexo: _____

2.DADOS DO REPRESENTANTE LEGAL OU ASSISTENTE**Nome do Representante legal ou assistente:** _____

Data de Nascimento: _____ Profissão: _____

Instituição representante: _____

Endereço da instituição: _____

Bairro: _____ Cidade: _____

CEP: _____ Telefone: _____

CPF: _____ Cédula de Identidade: _____

Endereço Residencial: _____ Bairro: _____

Nome do Pai: _____

Data de Nascimento: _____ Profissão: _____

CPF: _____ Cédula de Identidade: _____

Endereço Residencial: _____ Bairro: _____

Cidade: _____ CEP: _____ Telefone: _____

Nome da Mãe: _____		
Data de Nascimento: _____	Profissão: _____	
CPF: _____	Cédula de Identidade: _____	
Endereço Residencial: _____		Bairro _____
Cidade: _____	CEP: _____	Telefone: _____

TERMO DE CIÊNCIA:

O(A) aluno(a) acima identificado(a), por seu representante legal ou assistente, infra assinado(a), AUTORIZA a pesquisadora Patrícia Elisabeth Ferreira, RG: _____, a utilizar a imagem, voz, nome e produções individuais e coletivas, em todo e qualquer material entre fotos, documentos e outros meios de comunicação, para ser utilizados com fins pedagógicos educacionais destinadas ao público em geral conforme necessidade da pesquisa. O uso de imagem, voz, nome e produções individuais e coletivas acima mencionado abrange todo território nacional e exterior, em todas as suas modalidades e, em destaque, das seguintes formas: (I) Internet; (II) jornais; (III) revistas; (IV) mídias eletrônicas; (V) folder de apresentação; (VI) out-door; (VII) busdoor, folhetos em geral (encartes, mala direta, catálogos, etc); (VIII) anúncios em revistas e jornais em geral; (IX) home page; (X) cartazes; (XI) back-light; (XII) mídia eletrônica (painéis, vídeo-tapes, televisão, cinema, programas para rádios, entre outros); (XIII) Artigos e demais documentos científicos.

A presente autorização é concedida a título gratuito, sem que nada possa ser reclamado, a qualquer título de direitos conexos à minha imagem ou qualquer outro.

Por ser esta a expressão da minha vontade, declaro que autorizo o uso acima descrito assinando para tanto o presente.

Ourinhos, ____ de _____ de 2017.

Assinatura do(a) responsável legal pelo(a) aluno(a)

ANEXO 04**PARECER DE APROVAÇÃO DO COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA NA
PLATAFORMA BRASIL NÚMERO: 2.422.539**

UNESP - FACULDADE DE
CIÊNCIAS CAMPUS BAURU -
JÚLIO DE MESQUITA FILHO

**PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP****DADOS DO PROJETO DE PESQUISA**

Título da Pesquisa: O VALOR DA HONESTIDADE: UMA CONSTRUÇÃO NECESSÁRIA PARA O DESENVOLVIMENTO DA MORALIDADE INFANTIL

Pesquisador: PATRICIA ELISABETH FERREIRA

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 74936417.5.0000.5398

Instituição Proponente: Faculdade de Ciências da Universidade Estadual Paulista campus Bauru

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 2.422.539

Apresentação do Projeto:

Adequado e atendendo as exigências da legislação vigente em relação à ética na pesquisa com seres humanos, posto que, agora, apresenta e se compromete a fazer uso tanto do TCLE quanto do TALE aos participantes menores de idade e seus responsáveis.

Objetivo da Pesquisa:

Conforme consta no projeto de pesquisa, o objetivo do presente projeto de pesquisa é "oportunizar o ensino de valores morais, sobretudo o senso de honestidade, que contribua para o desenvolvimento humano e para que o educando construa suas relações interpessoais pautado em princípios éticos e morais".

 Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Adequada a redação, tanto no projeto quanto nos termos.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Adequada.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

A proponente seguiu as orientações do CEP em relação a apresentação correta dos termos.

Recomendações:

Nenhuma

Endereço: Av. Luiz Edmundo Carrijo Coube, nº 14-01
Bairro: CENTRO **CEP:** 17.033-360
UF: SP **Município:** BAURU
Telefone: (14)3103-9400 **Fax:** (14)3103-9400 **E-mail:** oepesquisa@fc.unesp.br

UNESP - FACULDADE DE
CIÊNCIAS CAMPUS BAURU -
JÚLIO DE MESQUITA FILHO



Continuação do Parecer: 2.422.539

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Aprovado.

Considerações Finais a critério do CEP:

A proponente seguiu as orientações do CEP, após sua primeira submissão, em relação a apresentação correta dos termos TCLE e TALE.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_P ROJETO_975004.pdf	30/09/2017 15:33:08		Aceito
Outros	CartaResposta.odt	30/09/2017 15:29:47	PATRICIA ELISABETH FERREIRA	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TALEmodificado.docx	30/09/2017 15:28:14	PATRICIA ELISABETH FERREIRA	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE.docx	23/08/2017 20:06:54	PATRICIA ELISABETH FERREIRA	Aceito
Outros	preeposteste.docx	23/08/2017 20:04:51	PATRICIA ELISABETH FERREIRA	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	PROJETODEPESQUISA.doc	23/08/2017 20:02:56	PATRICIA ELISABETH FERREIRA	Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	autorizacaounidadeescolar.jpeg	23/08/2017 19:59:56	PATRICIA ELISABETH FERREIRA	Aceito
Folha de Rosto	folhaderosto.pdf	23/08/2017 19:55:30	PATRICIA ELISABETH FERREIRA	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

Endereço: Av. Luiz Edmundo Carrijo Coube, nº 14-01
Bairro: CENTRO CEP: 17.033-360
UF: SP Município: BAURU
Telefone: (14)3103-9400 Fax: (14)3103-9400 E-mail: cpesquisa@fc.unesp.br

UNESP - FACULDADE DE
CIÊNCIAS CAMPUS BAURU -
JÚLIO DE MESQUITA FILHO



Continuação do Parecer: 2.422.539

BAURU, 07 de Dezembro de 2017

Assinado por:
Mário Lázaro Camargo
(Coordenador)

Endereço: Av. Luiz Edmundo Carrijo Coube, nº 14-01
Bairro: CENTRO CEP: 17.033-360
UF: SP Município: BAURU
Telefone: (14)3103-9400 Fax: (14)3103-9400 E-mail: cepsquisa@fc.unesp.br